



Clayton José Ferreira

# RACIONALIDADES E AFETIVIDADES

escritas  
da história  
em uma República  
racialista



Clayton José Ferreira

# RACIONALIDADES E AFETIVIDADES

escritas  
da história  
em uma República  
racialista

| São Paulo | 2023 |





Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

F383r

Ferreira, Clayton José

Racionalidades e afetividades: escritas da história em uma República racista / Clayton José Ferreira. – São Paulo: Pimenta Cultural, 2023.

Livro em PDF

ISBN 978-65-5939-691-7

DOI 10.31560/pimentacultural/2023.96917

1. História. 2. Querino, Manuel, 1851-1923. 3. Prado, Paulo, 1869-1943. I. Ferreira, Clayton José. II. Título.

CDD: 901

Índice para catálogo sistemático:

I. História

Janaina Ramos – Bibliotecária – CRB-8/9166

Copyright © Pimenta Cultural, alguns direitos reservados.

Copyright do texto © 2023 os autores e as autoras.

Copyright da edição © 2023 Pimenta Cultural.

Esta obra é licenciada por uma Licença Creative Commons: Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 Internacional - (CC BY-NC-ND 4.0). Os termos desta licença estão disponíveis em: <<https://creativecommons.org/licenses/>>. Direitos para esta edição cedidos à Pimenta Cultural. O conteúdo publicado não representa a posição oficial da Pimenta Cultural.

---

Direção editorial	Patricia Bieging Raul Inácio Busarello
Editora executiva	Patricia Bieging
Coordenadora editorial	Landressa Rita Schiefelbein
Diretor de criação	Raul Inácio Busarello
Assistente de arte	Naiara Von Groll
Editoração eletrônica	Peter Valmorbida Potira Manoela de Moraes
Bibliotecária	Jéssica Castro Alves de Oliveira
Imagens da capa	Garrykillian, Seaboy888, Hendripiss - Freepik.com
Tipografias	Swiss 721, Gravtrac, Belarius Sans
Revisão	Clayton José Ferreira
Autor	Clayton José Ferreira

---

**PIMENTA CULTURAL**  
São Paulo · SP  
Telefone: +55 (11) 96766 2200  
[livro@pimentacultural.com](mailto:livro@pimentacultural.com)  
[www.pimentacultural.com](http://www.pimentacultural.com)

## CONSELHO EDITORIAL CIENTÍFICO

### Doutores e Doutoradas

Adilson Cristiano Habowski  
*Universidade La Salle, Brasil*

Adriana Flávia Neu  
*Universidade Federal de Santa Maria, Brasil*

Adriana Regina Vettorazzi Schmitt  
*Instituto Federal de Santa Catarina, Brasil*

Aguimario Pimentel Silva  
*Instituto Federal de Alagoas, Brasil*

Alaim Passos Bispo  
*Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Brasil*

Alaim Souza Neto  
*Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil*

Alessandra Knoll  
*Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil*

Alessandra Regina Müller Germani  
*Universidade Federal de Santa Maria, Brasil*

Aline Corso  
*Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Brasil*

Aline Wendpap Nunes de Siqueira  
*Universidade Federal de Mato Grosso, Brasil*

Ana Rosângela Colares Lavand  
*Universidade Federal do Pará, Brasil*

André Gobbo  
*Universidade Federal da Paraíba, Brasil*

Andressa Wiebusch  
*Universidade Federal de Santa Maria, Brasil*

Andreza Regina Lopes da Silva  
*Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil*

Angela Maria Farah  
*Universidade de São Paulo, Brasil*

Anísio Batista Pereira  
*Universidade Federal de Uberlândia, Brasil*

Antonio Edson Alves da Silva  
*Universidade Estadual do Ceará, Brasil*

Antonio Henrique Coutelo de Moraes  
*Universidade Federal de Rondonópolis, Brasil*

Arthur Vianna Ferreira  
*Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil*

Ary Albuquerque Cavalcanti Junior  
*Universidade Federal de Mato Grosso, Brasil*

Asterlindo Bandeira de Oliveira Júnior  
*Universidade Federal da Bahia, Brasil*

Bárbara Amaral da Silva  
*Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil*

Bernadette Beber  
*Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil*

Bruna Carolina de Lima Siqueira dos Santos  
*Universidade do Vale do Itajaí, Brasil*

Bruno Rafael Silva Nogueira Barbosa  
*Universidade Federal da Paraíba, Brasil*

Caio Cesar Portella Santos  
*Instituto Municipal de Ensino Superior de São Manuel, Brasil*

Carla Wanessa do Amaral Caffagni  
*Universidade de São Paulo, Brasil*

Carlos Adriano Martins  
*Universidade Cruzeiro do Sul, Brasil*

Carlos Jordan Lapa Alves  
*Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Brasil*

Caroline Chioquetta Lorenset  
*Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil*

Cássio Michel dos Santos Camargo  
*Universidade Federal do Rio Grande do Sul-Faced, Brasil*

Christiano Martino Otero Avila  
*Universidade Federal de Pelotas, Brasil*

Cláudia Samuel Kessler  
*Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil*

Cristiana Barcelos da Silva  
*Universidade do Estado de Minas Gerais, Brasil*

Cristiane Silva Fontes  
*Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil*

Daniela Susana Segre Guertzenstein  
*Universidade de São Paulo, Brasil*

Daniele Cristine Rodrigues  
*Universidade de São Paulo, Brasil*

Dayse Centurion da Silva  
*Universidade Anhanguera, Brasil*

Dayse Sampaio Lopes Borges  
*Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Brasil*

Diego Pizarro  
*Instituto Federal de Brasília, Brasil*



Dorama de Miranda Carvalho  
*Escola Superior de Propaganda e Marketing, Brasil*

Edson da Silva  
*Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, Brasil*

Elena Maria Mallmann  
*Universidade Federal de Santa Maria, Brasil*

Eleonora das Neves Simões  
*Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil*

Eliane Silva Souza  
*Universidade do Estado da Bahia, Brasil*

Elvira Rodrigues de Santana  
*Universidade Federal da Bahia, Brasil*

Éverly Pegoraro  
*Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil*

Fábio Santos de Andrade  
*Universidade Federal de Mato Grosso, Brasil*

Fábrica Lopes Pinheiro  
*Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Brasil*

Felipe Henrique Monteiro Oliveira  
*Universidade Federal da Bahia, Brasil*

Fernando Vieira da Cruz  
*Universidade Estadual de Campinas, Brasil*

Gabriella Eldereti Machado  
*Universidade Federal de Santa Maria, Brasil*

Germano Ehlert Pollnow  
*Universidade Federal de Pelotas, Brasil*

Geymeesson Brito da Silva  
*Universidade Federal de Pernambuco, Brasil*

Giovanna Ofretorio de Oliveira Martin Franchi  
*Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil*

Handherson Leylton Costa Damasceno  
*Universidade Federal da Bahia, Brasil*

Hebert Elias Lobo Sosa  
*Universidad de Los Andes, Venezuela*

Helciclever Barros da Silva Sales  
*Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais  
Anísio Teixeira, Brasil*

Helena Azevedo Paulo de Almeida  
*Universidade Federal de Ouro Preto, Brasil*

Hendy Barbosa Santos  
*Faculdade de Artes do Paraná, Brasil*

Humberto Costa  
*Universidade Federal do Paraná, Brasil*

Igor Alexandre Barcelos Graciano Borges  
*Universidade de Brasília, Brasil*

Inara Antunes Vieira Willerding  
*Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil*

Ivan Farias Barreto  
*Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Brasil*

Jaziel Vasconcelos Dorneles  
*Universidade de Coimbra, Portugal*

Jean Carlos Gonçalves  
*Universidade Federal do Paraná, Brasil*

Jocimara Rodrigues de Sousa  
*Universidade de São Paulo, Brasil*

Joelson Alves Onofre  
*Universidade Estadual de Santa Cruz, Brasil*

Jônata Ferreira de Moura  
*Universidade São Francisco, Brasil*

Jorge Eschriqui Vieira Pinto  
*Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Brasil*

Jorge Luís de Oliveira Pinto Filho  
*Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Brasil*

Juliana de Oliveira Vicentini  
*Universidade de São Paulo, Brasil*

Julierme Sebastião Morais Souza  
*Universidade Federal de Uberlândia, Brasil*

Junior César Ferreira de Castro  
*Universidade de Brasília, Brasil*

Katia Bruginski Mulik  
*Universidade de São Paulo, Brasil*

Laionel Vieira da Silva  
*Universidade Federal da Paraíba, Brasil*

Leonardo Pinheiro Mozdzenski  
*Universidade Federal de Pernambuco, Brasil*

Lucila Romano Tragtenberg  
*Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Brasil*

Lucimara Rett  
*Universidade Metodista de São Paulo, Brasil*

Manoel Augusto Polastreli Barbosa  
*Universidade Federal do Espírito Santo, Brasil*

Marcelo Nicomedes dos Reis Silva Filho  
*Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Brasil*

Marcio Bernardino Sirino  
*Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Brasil*

Marcos Pereira dos Santos  
*Universidad Internacional Iberoamericana del Mexico, México*



Marcos Uzel Pereira da Silva  
*Universidade Federal da Bahia, Brasil*

Maria Aparecida da Silva Santandel  
*Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Brasil*

Maria Cristina Giorgi  
*Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca, Brasil*

Maria Edith Maroca de Avelar  
*Universidade Federal de Ouro Preto, Brasil*

Marina Bezerra da Silva  
*Instituto Federal do Piauí, Brasil*

Michele Marcelo Silva Bortolai  
*Universidade de São Paulo, Brasil*

Mônica Tavares Orsini  
*Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil*

Nara Oliveira Salles  
*Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil*

Neli Maria Mengalli  
*Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Brasil*

Patricia Biegging  
*Universidade de São Paulo, Brasil*

Patricia Flavia Mota  
*Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil*

Raul Inácio Busarello  
*Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil*

Raymundo Carlos Machado Ferreira Filho  
*Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil*

Roberta Rodrigues Ponciano  
*Universidade Federal de Uberlândia, Brasil*

Robson Teles Gomes  
*Universidade Federal da Paraíba, Brasil*

Rodiney Marcelo Braga dos Santos  
*Universidade Federal de Roraima, Brasil*

Rodrigo Amancio de Assis  
*Universidade Federal de Mato Grosso, Brasil*

Rodrigo Sarruge Molina  
*Universidade Federal do Espírito Santo, Brasil*

Rogério Rauber  
*Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Brasil*

Rosane de Fatima Antunes Obregon  
*Universidade Federal do Maranhão, Brasil*

Samuel André Pompeo  
*Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Brasil*

Sebastião Silva Soares  
*Universidade Federal do Tocantins, Brasil*

Silmar José Spinardi Franchi  
*Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil*

Simone Alves de Carvalho  
*Universidade de São Paulo, Brasil*

Simoni Urnau Bonfiglio  
*Universidade Federal da Paraíba, Brasil*

Stela Maris Vaucher Farias  
*Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil*

Tadeu João Ribeiro Baptista  
*Universidade Federal do Rio Grande do Norte*

Taiane Aparecida Ribeiro Nepomoceno  
*Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Brasil*

Taíza da Silva Gama  
*Universidade de São Paulo, Brasil*

Tania Micheline Miorando  
*Universidade Federal de Santa Maria, Brasil*

Tarcísio Vanzin  
*Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil*

Tascieli Feltrin  
*Universidade Federal de Santa Maria, Brasil*

Tayson Ribeiro Teles  
*Universidade Federal do Acre, Brasil*

Thiago Barbosa Soares  
*Universidade Federal do Tocantins, Brasil*

Thiago Camargo Iwamoto  
*Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Brasil*

Thiago Medeiros Barros  
*Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Brasil*

Tiago Mendes de Oliveira  
*Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais, Brasil*

Vanessa Elisabete Raue Rodrigues  
*Universidade Estadual de Ponta Grossa, Brasil*

Vania Ribas Ulbricht  
*Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil*

Wellington Furtado Ramos  
*Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Brasil*

Wellton da Silva de Fatima  
*Instituto Federal de Alagoas, Brasil*

Yan Masetto Nicolai  
*Universidade Federal de São Carlos, Brasil*

## PARECERISTAS E REVISORES(AS) POR PARES

### Avaliadores e avaliadoras Ad-Hoc

Alessandra Figueiró Thornton <i>Universidade Luterana do Brasil, Brasil</i>	Jacqueline de Castro Rimá <i>Universidade Federal da Paraíba, Brasil</i>
Alexandre João Appio <i>Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Brasil</i>	Lucimar Romeu Fernandes <i>Instituto Politécnico de Bragança, Brasil</i>
Bianka de Abreu Severo <i>Universidade Federal de Santa Maria, Brasil</i>	Marcos de Souza Machado <i>Universidade Federal da Bahia, Brasil</i>
Carlos Eduardo Damian Leite <i>Universidade de São Paulo, Brasil</i>	Michele de Oliveira Sampaio <i>Universidade Federal do Espírito Santo, Brasil</i>
Catarina Prestes de Carvalho <i>Instituto Federal Sul-Rio-Grandense, Brasil</i>	Pedro Augusto Paula do Carmo <i>Universidade Paulista, Brasil</i>
Elisiene Borges Leal <i>Universidade Federal do Piauí, Brasil</i>	Samara Castro da Silva <i>Universidade de Caxias do Sul, Brasil</i>
Elizabete de Paula Pacheco <i>Universidade Federal de Uberlândia, Brasil</i>	Thais Karina Souza do Nascimento <i>Instituto de Ciências das Artes, Brasil</i>
Elton Simomukay <i>Universidade Estadual de Ponta Grossa, Brasil</i>	Viviane Gil da Silva Oliveira <i>Universidade Federal do Amazonas, Brasil</i>
Francisco Geová Goveia Silva Júnior <i>Universidade Potiguar, Brasil</i>	Weyber Rodrigues de Souza <i>Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Brasil</i>
Indiamaris Pereira <i>Universidade do Vale do Itajaí, Brasil</i>	William Roslindo Paranhos <i>Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil</i>

## PARECER E REVISÃO POR PARES

Os textos que compõem esta obra foram submetidos para avaliação do Conselho Editorial da Pimenta Cultural, bem como revisados por pares, sendo indicados para a publicação.



## SUMÁRIO

<b>Agradecimentos .....</b>	<b>12</b>
<b>Introdução.....</b>	<b>14</b>
Apontamentos sobre a formatação de cânones .....	14
Capítulo 1	
<b>Razões afetivas e ciências</b>	
<b>sensitivas nos ensaios .....</b>	<b>21</b>
Presença, sentido, ética e política .....	22
A plasticidade do ensaio .....	32
Ensaio e tematização do passado .....	44
Considerações a respeito da circularidade de ideias e manutenção de referenciais na América Latina .....	54
Linguagens e articulações entre experiências no tempo .....	60
Capítulo 2	
<b>Escrita da história, presença, sentido</b>	
<b>e elementos ético-políticos</b>	
<b>em <i>A Bahia de Otrora</i> de Manuel Querino .....</b>	<b>65</b>
Passados simultâneos, materialidades e cotidianidade.....	66
Querino e as experiências na história: a presença viva e colorida dos afro-brasileiros e de outros sujeitos no passado .....	72



Capítulo 3

**A obra de Querino em questão:**

o ensaio, os periódicos, as narrativas e os debates (1916-1939).....	114
O intelectual negro e a ciência racialista na imprensa .....	115
<i>A Bahia de Outora</i> , seu autor e outras de suas publicações discutidas em periódicos .....	122
Convergências e outros prismas a partir da obra de Querino.....	147

Capítulo 4

**Produção de sentido e presença**

<b>na escrita de Prado .....</b>	<b>152</b>
Os passados pintados por Prado.....	153
Experiências latentes e passados rejeitados no <i>Retrato do Brasil</i> .....	172

Capítulo 5

**Aspectos da historicidade: O *Retrato do Brasil***

tematizado em periódicos .....	195
Caminhos e escolhas no estudo dos periódicos que abordaram o <i>Retrato do Brasil</i> .....	196
Olhares sobre o retrato: discussões e narrativas acerca do texto de Prado.....	198
Realidades compartilhadas: debates e contrapontos tratados nos periódicos.....	239



Considerações finais.....	243
Referências documentais.....	246
Referências bibliográficas.....	268
Sobre o autor.....	275





*O mundo lhe parecia vazio de afeto e de amor. Ele que sempre decantara nas suas modinhas a dedicação, o amor, as simpatias, via agora que tais sentimentos não existiam. Tinha marchado atrás de coisas fora da realidade, de quimeras. Olhou o céu alto. Estava tranquilo e calmo. Olhou as árvores. As palmeiras cresciam com orgulho e titanicamente pretendiam atingir o céu. Olhou as casas, as igrejas, os palácios e lembrou-se das guerras, do sangue, das dores que tudo aquilo custara. E era assim que se fazia a vida, a história e o heroísmo: com violência sobre os outros, com opressões e sofrimentos.*

(Lima Barreto, *Triste fim de Policarpo Quaresma*, 1915)

## AGRADECIMENTOS

Agradeço, especialmente, por toda amizade, inspiração, profissionalismo e a orientação do querido Prof. Dr. Marcelo de Mello Rangel na tese da qual a reelaboração resultou neste livro. A todos que fizeram parte da banca de defesa da tese: Profa. Dra. Géssica Gaio, Prof. Dr. Andre de Lemos Freixo, Prof. Dr. Douglas Attila, Prof. Dr. Rodrigo Petrônio e Prof. Dr. Henrique Gaio. Também agradeço cada professora e professor que fizeram parte de minha formação, em especial o Professor Júlio Cesar da Paz, Profa. Dra. Márcia Ambrósio, Profa. Dra. Jane Azevedo da Silva, Prof. Me. Gil Carvalho Paulo de Almeida, Prof. Dr. Mateus Henrique de Faria Pereira, a Profa. Dra. Helena Miranda Mollo, Prof. Dr. Mateus Fávoro Reis, Prof. Dr. Jefferson José Queler, Profa. Ma. Natalia Perrigil, Profa. Dra. Thamara de Oliveira Rodrigues, Prof. Me. Flávio Reis e ao Prof. Dr. Fernando Nicolazzi. Registro minha grande gratidão à Profa. Dra. Ana Paula Scarpa Pinto de Carvalho pelo grande auxílio para a pesquisa e cotejamento da primeira edição do livro *A Bahia de Outora*, de Manuel Querino. Também para toda equipe do curso de especialização em Práticas Pedagógicas (UFOP), onde tenho o privilégio de trabalhar e aprender muito. Deixo aqui um agradecimento especial aos debates e aos compartilhamentos generosos de ideias da Profa. Dra. Helena Azevedo Paulo de Almeida, da Profa. Dra. Ana Paula Silva Santana e do Prof. Dr. Felipe Alves de Oliveira que, ao me atentarem para invisibilização e preconceitos com os (e as) intelectuais africanos, afro-brasileiros e dos povos originários do Brasil, me instigaram em direção à obra de Manuel Querino.

Juiz de Fora, 26 de novembro de 2022.



Às minhas avós Margarida e Helena, aos queridos Gil e Júlio, meus pais, irmã e sogra, para Helena e ao amigo Marcelo Rangel.

## INTRODUÇÃO

### APONTAMENTOS SOBRE A FORMATAÇÃO DE CÂNONES

Os interesses para a escrita deste livro surgiram através do contato com a riqueza temática, conceitual e teórica dos textos do final do século XIX e início do XX.<sup>1</sup> Chama a atenção, especialmente, o esforço em produzir interpretações das experiências passadas a partir de ensaios. Manuel Querino, Paulo Prado, Amélia de Resende Martins, Evaristo de Moraes, Manoel Bomfim, Lídia Besouchet, Theodoro Sampaio, Gilberto Freyre, Mariana Coelho, Sérgio Buarque de Holanda, Edson Carneiro, Virgínia Cortes de Lacerda, Capistrano de Abreu, Oliveira Lima; são alguns dos historiadores/intelectuais que escreveram ensaios sobre a história do Brasil no período que estudamos.

Destaca-se que no começo do século XX, grande parte dos preconceitos e das desigualdades violentas de raça, etnia e gênero (entre outras), das diferenças sociais, econômicas e do acesso à educação, impunham a muitos sujeitos uma dificuldade colossal de acesso ao mercado editorial e a outros círculos intelectuais. Quando aponto ensaístas negros (como Manuel Querino, Evaristo de Moraes, Theodoro Sampaio e Eduardo Carneiro) ou quando menciono ensaístas mulheres (Amélia de Resende Martins, Lídia Besouchet, Mariana Coelho, Virgínia Cortes de Lacerda), quero salientar a produção intelectual histórico-sociológica complexa e rica de sujeitos que resistiram a um ambiente opressivo, composto em sua maior parte por homens, brancos e heterossexuais. Até hoje, muitas das autoras e dos autores negros são pouco estudados devido a preconceitos e à desigualdade estrutural.

1 Este livro é fruto de uma reelaboração de minha tese de doutorado.



Neste momento, a partir também destas desigualdades, houve a elaboração heterogênea de gêneros de escrita e epistemes, mas o que é central neste trabalho são as escritas de ensaios e a sua tematização nos periódicos à época. Isto, a partir da possibilidade de aliar razão e sensibilidade como forma legítima de narrar o passado de forma crítica e também de torná-los efetivos para a reflexão acerca do presente.

Em muitos destes casos, não se tratava de uma escrita da história que se saciou com o esforço representativo do passado, que quer se aproximar, de algum modo, do real, em uma perspectiva objetivista, pouco viva, monocromática. Na verdade, o que desperta o interesse nestes textos escritos a mais de cem anos, são as narrativas de um passado vívido em diversos matizes, com sujeitos diversificados e seus variados sentimentos e ações, entrelaçados nos mais diferentes processos.

Para isto, os recursos científicos disponíveis nesta historicidade (métodos, teorias, crítica documental, uso de fontes, hermenêutica, citações, exegese, etc.) foram associados a elementos estéticos, ou seja, a elaboração de uma escrita performática, que indica formas e imagens e que busca mobilizar os sentidos e as afetividades do autor e do leitor. Deste modo, a narrativa histórica também fala as texturas, as coloridas visões, aos sons, aos sabores e aromas ao indicar paisagens, espaços urbanos, vestimentas e indumentárias, a materialidade do espaço e dos corpos, etc.

Mais que somente tematizar passados, nestes textos, estes recursos da ciência e da estética convergem para produzir reflexões e ações dos sujeitos no tempo e espaço. Trata-se de uma historicidade onde o passado invade e pressiona o presente e o futuro. Em grande parte das vezes, os trabalhos de fôlego que apresentam estas perspectivas são escritos através do gênero ensaio, que vai ao encontro da fluidez e liberdade de tais escolhas.

Também é necessário mencionar que parte da academia, faculdades e universidades, especialmente após a década de quarenta no

Brasil, teleológico e anacronicamente, caracterizou estes formatos de escrita histórico-sociológica como imprecisos, desqualificados, como parte de uma “república velha” e ultrapassada. Claro, é necessário estudar todo e qualquer texto através de uma abordagem crítica e apontar suas imprecisões e equívocos, no entanto, estas compreensões, muitas vezes, dão pouca ênfase no fato de que estes textos são parte de outras possibilidades epistemológicas. Mais do que historicizar estas escritas, precisamos compreender que muitas destas epistemologias eram diversas daquelas produzidas nas instituições de pesquisa e ensino que, a partir daquele momento, buscavam se legitimar também em oposição ao saber que foi elaborado até então no interior dos ensaios.

Em sua maioria, os trabalhos que valorizaram estes autores foram realizados através da interessante perspectiva que os compreendem como uma história cultural, que teria sido praticada antes mesmo da *Escola dos Annales*, como é salientado por Laura de Mello e Souza (SOUZA, 2007). Somado a este rico olhar, esta tese tenta contribuir especialmente através do prisma que é o dos *efeitos de presença* (os sentidos, o material, o corpóreo, o afetivo, as sensibilidades, o estético, etc.) e *efeitos de sentido* (a razão, a consciência, a lógica, o pensamento, etc.) apresentados por Hans Ulrich Gumbrecht. A presença e o sentido, respectivamente, nos auxiliam no tratamento da linguagem estético-afetiva e lógico-formal que permeiam os ensaios escolhidos, a saber: *A Bahia de Outora: vultos e fatos populares* (1916), de Manuel Querino, e *Retrato do Brasil: ensaio sobre a tristeza brasileira* (1928), de Paulo Prado.

Além disso, no interior do paradigma ou giro ético-político hoje tão significativo, de algum modo e modestamente, esta tese possui a vontade (provavelmente frustrada) de possibilitar alguma reflexão acerca de dimensões do nosso presente que se relacionam ou podem se relacionar com as ideias do passado em foco aqui. O que significa dizer que há a vontade de produzir um saber histórico preocupado com alguma capacidade crítica de pensar as questões do presente a partir de passados.



Também, este texto vai ao encontro da crítica de Gumbrecht quanto a predileção moderna em relação aos efeitos de sentido e do grande afastamento com relação aos efeitos de presença. Para a construção de um conhecimento histórico rigoroso, metódico e científico, muitas vezes buscou-se distanciar dos elementos afetivos, estéticos e sensoriais, como se uma dualidade pobre entre objetividade/subjectividade, onde um polo repele o outro, pudesse explicar a complexidade dos fenômenos históricos. Como aponta Koselleck, este esforço binário e polarizado é uma atitude característica da experiência moderna, que resiste, mas que já sofreu corrosões (KOSELLECK, 2012).

Ciência, saber, técnica, rigor e métodos, ao se divorciarem da afetividade, do estético, do sensorial, do solidário, da empatia, podem, mais facilmente, caminhar para a intensificação de violências historicamente constituídas, e para a criação ou liberação de outras que se encontravam enfraquecidas. Portanto, é preciso apontar a legitimidade que a ciência ou a política podem tentar conferir a argumentos violentos, falaciosos, discriminatórios, segregantes, etnocidas e epistemicidas, como foi o caso das teses racialistas e racistas do nosso recorte temporal, e é o caso de muitos posicionamentos conservadores, extremistas e neofascistas da atualidade.

É preciso acrescentar que o esforço polarizado e binário que tende apenas para o passional, para a retórica inflamada, negando a produção de saber científico, técnico e rigoroso e o conhecimento de outras epistemes também possui alto potencial violento, como as atitudes negacionistas e da auto-verdade podem proporcionar. Ambos extremos, e muito daquilo que se encontram entre eles, tem demonstrado verdadeiras ondas de barbáries etnocidas, epistemicidas, de intolerância, de violências, de falta de empatia, de imposições de modelos patriarcais eurocentrados, desde o final do século XIX, no século XX e também no XXI.

Para pontuar duas categorias importantes neste trabalho, por meio da pesquisa de Nayara Ferreira Lacerda (2021): o racismo se



define como uma violência discriminatória física e/ou simbólica através da categoria social e biológica de *raça* – ainda que saibamos hoje que não há diferenças raciais fisiológicas entre os seres humanos, especificamente neste recorte que estudamos, havia a crença na *raça* como diferença biológica (ideia enganosa e violenta que ainda é defendida por alguns hoje). O racismo é compreendido aqui como uma série de ideias pseudocientíficas do final do século XIX e começo do XX, que procurava categorizar, hierarquizar, manejar e organizar grupos através da crença de que haveriam diferenças raciais biológicas entre os humanos e, também, do pensamento equivocado de que era possível melhorar os perfis raciais dos países por meio da eugenia branqueadora. Profundamente parcial e político, este cientificismo eugenista se encontrava no interior dos projetos modernos dos Estados-Nação, de dominação estatal, imperial ou colonial na busca por justificar a sujeição de povos por outros considerados superiores, e foi central no surgimento dos fascismos (LACERDA, 2021).

Dito isto, a questão que se sobressai é quanto ao porquê da escolha dos ensaios de Querino e Prado (dois autores tão diferentes) e dos periódicos que discorreram acerca deles. Para tratar disso, temos que fazer algumas considerações. Prado, homem branco, foi integrante de uma alta elite econômica cafeeira e intelectual paulista tradicional. Querino, homem negro, baiano e pobre, filho de pais que foram escravizados e que faleceram quando ele era criança, foi apadrinhado por Manuel Correia Garcia, que o iniciou na alfabetização e forneceu a ele o aprendizado no ofício de pintor.

Para tratarmos da questão da escolha das publicações pesquisadas aqui, tem que se ter em mente, em primeiro lugar, a necessidade de estudar nossa história intelectual e das ideias por meio da crítica da formação de nossos cânones. Estes foram consolidados não somente em razão da qualidade dos trabalhos que foram realizados, mas também com base em ideais intelectuais patriarcais, machistas, heterossexuais, brancos, etnocêntricos, eurocêntricos e, muitas vezes, até

eugênicos. Enfrentando e resistindo às adversidades de seu tempo, muitas mulheres, negras e negros, homoafetivos, membros de várias etnias, e muitos outros sujeitos, produziram diversas ideias e possibilidades existenciais em atividades das mais variadas.

Devido a estas questões, grande parte da riqueza intelectual (no caso, as de diferentes brasis) foi e é deixada à margem. Este foi e é o caso de Querino, que produziu um trabalho complexo, inteligente, valioso e engajado com os trabalhadores, a população de baixa renda, os sujeitos africanos e afro-brasileiros e suas culturas. No caso de Prado, suas publicações sempre foram reimpressas, estudadas e divulgadas.

Em segundo lugar, acerca das motivações para a escolha dos ensaios e periódicos, a obra destes dois intelectuais são panoramas diversos da escrita da história, que ocuparam diferentes espaços sociais, culturais e espaciais, mas que mesmo assim utilizaram elementos estético-afetivos associados a recursos lógico-formais e da reflexão através do saber histórico. Ou seja, compartilham, apesar de todas as diferenças que acabamos de relatar, possibilidades de ideias disponíveis em sua historicidade, cada um a seu modo. É especialmente interessante o caso de Querino, que disponibiliza o ângulo de visão de um homem negro que não foi membro da elite econômica e que conferia protagonismo histórico à sujeitos que compartilhavam sua origem popular e negra, especialmente através dessa complementaridade entre aspectos mais estético-afetivos e lógico-formais em sua linguagem.

Já os periódicos, longe de serem tematizados aqui por meio do que pode ser chamado de uma história da recepção, nos fornecem a possibilidade de matizar e complexificar uma parcela dos espaços de sociabilidade entre os muitos intelectuais e suas ideias no interior desta temporalidade. Nestes periódicos, há um grande debate de ideias, argumentos, de obras, de produção de resenhas, elogios e críticas, respostas, réplicas, etc.; portanto, estabelecendo um espaço intelectual importante para o diálogo público entre os escritores e suas publicações. Através das ressignificações, apropriações e narrativas

próprias em relação aos ensaios de Querino e Prado, podemos apontar algumas das interpretações, provocações e reflexões que foram realizadas à época, além de indicar parte das ideias e disputas semânticas disponíveis nesta historicidade.

De início, será discutido o ensaio como gênero de escrita bastante adequado às escolhas da presença, do sentido e do ético-político no final do século XIX e início do XX, especialmente na América Latina. Posteriormente, será apresentada a análise da escrita da história de Querino, a partir de elementos da presença, do sentido e do ético-político e, por fim, a tematização de sua obra em periódicos publicados de 1916 (ano da primeira edição do livro *A Bahia de Outrora*) até 1939. Após isto, será estudado o ensaio de Prado também em seus efeitos de presença e sentido e o ético-político na sua tematização do passado. Em seguida, serão abordados os periódicos que fizeram referência ao *Retrato do Brasil* nas décadas de vinte e trinta.

1

**RAZÕES AFETIVAS  
E CIÊNCIAS SENSITIVAS  
NOS ENSAIOS**

## PRESENÇA, SENTIDO, ÉTICA E POLÍTICA

Amplamente difundido como gênero textual ao menos desde a metade do século XIX no Brasil, o ensaio vai ao encontro de um gesto epistemológico ético-politicamente orientado, e isto a partir da oscilação entre as estratégias que compreendemos aqui como a produção de *sentido* e de *presença* no interior da escrita (também da história) de muitos dos autores do início do século XX.<sup>2</sup> Com ético-político indico uma preocupação em produzir uma prática de escrita: 1) criticamente orientada quanto às possibilidades de ação e dos comportamentos sociais em seus diversos matizes culturais espaço-temporais; 2) engajada com o *político*, ou seja, com uma “modalidade de existência da vida comum”, de “uma forma de ação coletiva que se distingue implicitamente do exercício da política” (ROSANVALLON, 2010, p. 72-73).

Podemos dizer, então, que o político se define como o plano das ações, debates e interações cotidianas da vida dos sujeitos e grupos, é o que constitui a *polis*. Já a *política*, é aquilo que é diretamente realizado pela administração governamental em seus diferentes estratos através dos sujeitos que ocupam cargos públicos (governadores, deputados, senadores, vereadores, prefeitos, etc.) (ROSANVALLON, 2010, p. 72-73). É importante mencionar que, com ético, me refiro às reflexões a respeito do comportamento social e

- 2 As intelectuais brasileiras Andrea T. da Silva e Lindinei Silva indicam que “Historicamente, os primeiros ensaístas, rompendo a tradição do cânon da retórica e do latim, apelaram à prosa, ao estilo coloquial e as línguas vernáculas não somente para transmitir ideias, mas também para converter a própria linguagem em matéria de reflexão e trabalho artístico. Foi a partir do Renascimento e do Humanismo que os ensaístas dialogaram com diversas formas de linguagem e integram distintas referências na textura da própria obra. Assim, a prosa ensaística se transformou em grande mediadora entre outras formas discursivas e textos em prosa. A própria história do ensaio é relativamente recente, data do século XVI” onde “Os precursores do gênero foram o nobre francês Michel Eyquem de Montaigne (1533-1592), com *Essais* (1580) e de seu primeiro leitor e seguidor, o inglês Francis Bacon, com *Essays* (1597). É principalmente após a publicação destas obras que o ensaio inicia sua longa e rica tradição literária” (DA SILVA; SILVA, 2010, p. 4-5).

individual voltados para a ação cotidiana, construído sempre historicamente, portanto, a partir de elementos socioculturais, espaciais e temporais, mas também através das escolhas dos sujeitos que estão dispostas nestes prismas.

Especialmente na América Latina, o princípio ético-político nos ensaios, em grande parte, se coloca à disposição da busca pela interpretação da(s) identidade(s), do conhecimento do(s) passado(s) para o autoconhecimento e alguma compreensão da formatação do presente. Buscando possibilidades de norteamento crítico da ação, procura-se questionar e debater estes passados e presentes no interior das experiências características da modernidade (como o Estado-Nação, os projetos de progressos/civilizacionais, a ideologia universalista, os processos de colonização, as barbáries cometidas nas imposições destes movimentos. etc.), muitas das quais se realizaram de forma extremamente violenta e traumatizante. A respeito disto, o sociólogo argentino Carlos Altamirano nos diz que:

Em alguns escritos, sobretudo quando assumem a forma de ensaio, esses núcleos se expandem e chegam a dominar todos os demais tópicos. A que núcleo me refiro? Àqueles que parecem organizar-se em torno da pergunta sobre nossa identidade. Refiro-me, em outras palavras, ao ensaio de auto-interpretação e autodefinição. Sobre o ensaio de interpretação, poderíamos afirmar que visa a responder a uma demanda por identidade: quem somos nós, latino-americanos? Quem somos nós, argentinos? Quem somos nós, mexicanos? Quem somos nós, peruanos? E assim por diante. [...] Por meio dessa problemática, que se põe em ação em torno da pergunta, formulada de modo explícito ou implícito, sobre nossa identidade coletiva, pode-se realizar uma série de sondagens em nossa literatura das ideias. A tarefa de definir quem somos foi frequentemente a oportunidade para o diagnóstico de nossos males, ou seja, para denunciar as causas de deficiências coletivas [...] (ALTAMIRANO, 2007, p. 15).

Aqui, nos referimos especificamente a Manuel Raimundo Querino (1851-1923) em seu livro *A Bahia de Outrora: vultos e fatos populares*

(1916)<sup>3</sup>, e Paulo da Silva Prado (1869-1943)<sup>4</sup> em seu ensaio *Retrato do Brasil: ensaio sobre a tristeza brasileira* (1928). Dadas as devidas escolhas dos sujeitos e os limites históricos e individuais, especialmente no que tange a muitos argumentos elitistas, etnocêntricos, preconceituosos (para o seu próprio tempo) e autocentrados de Prado, quando me refiro às suas perspectivas éticas, não quero qualificar suas reflexões como ponderadas, corretas, justas, como se partilhassem um conjunto de valores que poderiam ser entendidos como apropriados para a integridade de todo e qualquer sujeito, independentemente de sua identidade, cultura, etnia, espaço e tempo. O que indico como preocupação ética aqui diz respeito especificamente às reflexões de Prado em seu ensaio, ao sistema de valores produzidos por este autor, em sua historicidade, acerca das possibilidades de ação dos indivíduos voltadas para uma vida social considerada pelo ensaísta como mais pertinente, a qual infelizmente é, muitas das vezes, excludente e conservadora.

- 3 Querino foi um importante intelectual negro baiano: abolicionista e militante das causas operárias, professor, desenhista, pintor, jornalista, etnólogo e historiador. Nascido em Salvador, esteve ativo na causa abolicionista e republicana. Ficou órfão aos quatro anos de idade, quando então foi apadrinhado por Manuel Correia Garcia, político, poeta e professor da Escola Normal de Salvador, além de fundador do primeiro Instituto Histórico da Bahia em 1856. Serviu na Guerra do Paraguai na “escrita do batalhão” e foi capitão da Guarda nacional na Bahia. Formou-se em Desenho Geométrico no Liceu de Artes e Ofícios e na Academia de Belas Artes, onde também trabalhou. Também foi correspondente do Instituto Histórico do Ceará e da Sociedade Acadêmica de História Internacional de Paris. Escreveu livros didáticos sobre desenho geométrico, acerca das artes na Bahia e no Brasil, sobre etnologia e história da população baiana afro-brasileira e sua cultura alimentar através de perspectivas antropológicas (LEAL, 2009).
- 4 Filho de Antônio da Silva Prado e Maria Catarina da Costa Pinto e Silva, e sobrinho de um dos membros fundadores da Academia Brasileira de Letras, Eduardo Prado (1860-1901), Paulo Prado (1869-1943) herdou de sua família a atividade de produtor de café e a presidência da maior empresa de exportação de café do país em sua época, a Casa Prado, Chaves & Cia. Formou-se bacharel em direito em 1899. Prado teve participação fundamental junto com sua esposa, Marinette Prado, na *Semana de Arte Moderna*, de 1922. Foi mecenas do grupo modernista paulista, “colaborador de importantes periódicos paulistas, como O Estado de S. Paulo, Correio da Manhã, Jornal do Comércio e Revista do Brasil, além de ter participação ativa na fundação de importantes revistas modernistas (Klaxon, Terra Roxa e outras terras e Revista Nova) e no próprio movimento da Semana de Arte Moderna. Após o encerramento da Revista Klaxon, em 1923, Paulo Prado assume a Revista do Brasil, que de 1918 a 1925 foi controlada por Monteiro Lobato. A principal mudança dessa nova direção será a utilização da Revista como veículo de divulgação do movimento modernista, em oposição ao caráter acadêmico que antes a definia” (AGUIAR, 2014, p. 20-21).



Quanto a Querino, foi professor, jornalista, político, historiador e etnólogo negro, filho de sujeitos escravizados, de origem pobre, um intelectual abolicionista, republicano e apoiador das causas operárias. Durante o século XX houve um esforço de deslegitimação da contribuição de Querino para a história, a sociologia e a antropologia através de sua categorização como um “folclorista”, adjetivo associado a uma ideia de pesquisador menor, quase como um curioso amador. Acerca disto, a historiadora Maria das Graças Leal escreve que:

Esta foi a leitura que permaneceu até recentemente. Manuel Querino foi considerado um folclorista, apesar de alguns antropólogos se referirem a ele como “etnólogo prático”. Neste conceito estão contidos dois aspectos do racismo e preconceito: tratar das práticas africanas significava tratar do “folclore”, tendo em vista serem os africanos considerados primitivos, inferiores, e suas culturas qualificadas de menor valia, exóticas, porque dificilmente seriam construtores de “civilização”; e a competência do “tradicionalista” Manuel Querino se limitava a narrar tais aspectos culturais de menor valia – era um negro, de origem operária, esforçado, inteligente, mas carente de erudição e ciência (LEAL, 2016, p.157).

Em seu esforço ético-político, podemos encontrar maiores proximidades em seu texto com muitas das preocupações antirracistas, de luta por outros espaços sociais no que tange à população negra e reconhecimento das diversidades culturais e sociais na formação do Brasil. E isto, de modo que o passado, que a cultura de mulheres e homens negros sejam valorizados e ocupem espaços centrais. Querino rompeu uma abordagem da história africana e afro-brasileira que a tematizava como mão-de-obra escravizada da colônia e da monarquia brasileira e não como parte crucial e presente em todos elementos socioculturais e econômicos do Brasil. Sabrina Gledhill, pesquisadora em estudos étnicos e africanos, nos informa que:

Indo de encontro ao pessimismo de Nina e da maioria dos intelectuais brasileiros da sua época, Manuel Querino se inseriu na ilustre tradição do *black vindicationism* – autores negros e

brancos que defenderam o negro na época em que o racismo predominava nos mundos da ciência, academia e política (GLEDHILL, 2015, p.6).

Sendo assim, segundo o pesquisador das culturas afro-brasileiras, Niyi Afolabi, “as investigações seminais de Manuel Querino procuraram acompanhar questões políticas e culturais, incluindo questões relacionadas a disputas trabalhistas, direitos civis e o foco recorrente nas contribuições africanas para o pensamento, a cultura e a formação da identidade dos brasileiros” (tradução nossa).<sup>5</sup> No entanto, em algumas de suas passagens também podemos encontrar perspectivas que são patriarcais e machistas, não somente a partir de hoje.<sup>6</sup>

Como assinala Gumbrecht, o *sentido* se determina por meio de uma atividade francamente interpretativa em relação ou sobre o mundo, a qual separa o sujeito do objeto através da racionalização (como se não possuíssemos corpo, apenas consciência), tornando possível uma reorganização ou posicionamento do mundo através do par razão/vontade.

Já o paradigma da *produção de presença* é aquele que cria a oportunidade de tangibilidade dos objetos por meio do corpo, das experiências sensoriais e afetivas; onde o próprio corpo não se distingue ontologicamente das coisas. Também, no interior do paradigma da *presença*, o impulso para a transformação é substituído por uma vontade de se inscrever em uma dada cosmologia (GUMBRECHT, 2009, p. 13). Apesar de ter sido estabelecida certa hegemonia da cultura de sentido (da produção de sentido) desde o início da experiência europeia moderna (também em outros locais pelo colonialismo), o ensaio, enquanto prática de escrita, em muitos momentos se tornou um dos

- 5 “Manuel Querino’s seminal investigations sought to be abreast of political and cultural matters, including issues regarding labor disputes, civil rights, and recurrent focus on African contributions to Brazilian thought, culture, and identity formation” (AFOLABI, 2013, p. 260).
- 6 Há, em duas passagens de seu ensaio, manifestações de machismo, conservadorismo e patriarcalismo, nas quais lamenta que a “civilização” tenha amenizado os costumes que cerceavam a liberdade feminina. Esta mesma ideia está nos verbetes “A cadeirinha de arruar” e “Costumes familiares”. Também há, nisto, uma percepção de decadência civilizacional para Querino (QUERINO, 1955).

espaços privilegiados à uma maior oscilação entre os efeitos de sentido e da presença, ao menos no final do século XIX e na primeira metade do século XX da América Latina.<sup>7</sup>

Me parece importante salientar que, segundo LaCapra, a atitude que muitas vezes compreende os textos do passado apenas como documentos, acaba por subutilizar as relações possíveis entre os textos produzidos em experiências anteriores e os seus possíveis leitores no presente e no futuro. Com isto, muitos textos complexos e mais difíceis de serem transformados em objetos documentais, como é o caso da literatura, da poesia, das canções e do próprio ensaio, acabam sendo pouco trabalhados ou considerados menos relevantes.

Os aspectos da presença (o afetivo, o sensorial, o corporal, o estético, etc.) - no interior de certa hegemonia do paradigma do sentido, da produção de sentido - terminam julgados por meio da lógica objetivista, sendo considerados imprecisos, muito subjetivos e menos relevantes. Para nossas questões, acredito ser possível e interessante aproximar os efeitos de sentido e de presença dos aspectos *documentais* e *worklike* que, segundo LaCapra, todo texto possui. O atributo *documental* compreende as dimensões factuais e evidências que um texto pode apontar no interior do momento, da historicidade onde foi produzido (historicizando o texto). A categoria de *worklike* diz respeito ao potencial crítico, reflexivo, criativo e transformador que um texto pode produzir em contextos diversos daquele onde foi escrito, a partir do impacto realizado em seus futuros leitores.

7 Vamos ao encontro do que Gumbrecht debate em seu livro *Produção de Presença*: o esforço deste trabalho é tentar potencializar aspectos da presença em narrativas históricas como possibilidades interessantes para a escrita da história ao invés de somente intensificar as características da produção de sentido. Não há, portanto, uma perspectiva que quer abandonar o sentido em detrimento da presença, mas o interesse na tematização do passado que alterna entre sentido e presença. Dito isto, entendo que, assim como há problemas violentos na intensificação assimétrica do sentido em detrimento da presença (por exemplo, na produção de discursos etnocidas e epistemicidas que tentaram e tentam se legitimar cientificamente ou logicamente), também é preciso dizer que efeitos de presença também podem ser instrumentalizados para fins semelhantes, como na de uma corporificação do medo e da autoridade opressiva através de determinadas experiências sensoriais e afetivas presentes em muitas organizações religiosas e regimes políticos (GUMBRECHT, 2010).



Quero começar a abordar essas questões distinguindo entre os aspectos documentais e “worklike” do texto. O documental situa o texto em termos de dimensões factuais ou literais envolvendo a referência à realidade empírica e transmitindo informações acerca dela. O “worklike” complementa a realidade empírica, adicionando e subtraindo dela. Ele envolve dimensões do texto que não podem ser reduzidas ao documental, destacando-se os papéis do comprometimento, da interpretação e da imaginação. O worklike é crítico e transformativo, pois desconstrói e reconstrói o que é atribuído, num certo sentido repetindo-o, mas também trazendo para o mundo algo que não existia antes naquela variação, alteração ou transformação significativa. Com simplicidade enganosa, pode-se dizer que enquanto o documental marca uma diferença, o worklike faz a diferença - um que envolve o leitor em diálogo criativo com o texto e os problemas que ele levanta (LACAPRA, 1990, p. 29-30, tradução nossa).<sup>8</sup>

Realizadas de formas adequadas, sensíveis e solidárias em relação aos sujeitos, essas relações (entre textos produzidos no passado e suas leituras e ressignificações no futuro) podem lançar luz sobre outros aspectos e outras experiências, ampliando possibilidades que não estavam dispostas no presente de agora e no futuro. Os encontros entre textos do passado e sujeitos do futuro podem desatar e desconstruir aspectos do passado que pressionam, que oprimem, que são contraproduativos para o presente. Podem, portanto, produzir algumas aproximações em relação às experiências consideradas potencializadoras e, ao mesmo tempo, intensificar a distância em relação àquelas entendidas como contraproducentes.

8 “I want to begin to address these questions by distinguishing between documentary and ‘worklike’ aspects of the text. The documentary situates the text in terms of factual or literal dimensions involving reference to empirical reality and conveying information about it. The ‘worklike’ supplements empirical reality by adding to and subtracting from it. It thereby involves dimensions of the text not reducible to the documental, prominently including the roles of commitment, interpretation, and imagination. The worklike is critical and transformativo, for it deconstructs and reconstructs the given, in a sense repeating it but also bringing into the world something that did not exist before in that significant variation, alteration, or transformation. With deceptive simplicity, one might say that while the documentary marks a difference, the worklike makes a difference – one that engages the reader in recreative dialogue with the text and the problems it raises”. (LACAPRA, 1990, p. 29-30).

Sempre associada a esta potencialidade viva, é preciso considerar que a leitura de textos passados também é articulada para interpretações e narrativas que intensificam violências e disputas diversas de interesses entre grupos e sujeitos. A soma entre o estudo sensível, o afetivo, a evidência e o rigor no interior das compreensões sobre o passado é que pode e deve mediar com maior razoabilidade tais conflitos, ainda que esta complexidade produza divergências e disputas inevitavelmente.

Neste sentido, no que tange às nossas preocupações, textos podem aproximar experiências passadas e/ou intensificar a distância entre elas. Mais ainda, se encontra neste movimento dialógico a importância de se estudar textos a partir dos elementos de suas próprias historicidades e, simultaneamente, permitir que eles nos provoquem em nosso(s) presente(s), que levantem questões, que nos incomodem, que possamos repudiar algo neles (especialmente os valores racialistas, racistas, machistas, homofóbicos, patriarcalistas, etnocidas, conservadores, etc.) e que possamos apreciar, refletir e nos mover também a partir de algo deles.

Encontra-se, aqui, parte da importância de se estudar os ensaios *A Bahia de Outrora* de Querino e *Retrato do Brasil* de Prado, já que, no decorrer de questionamentos contemporâneos, estes textos do passado acabam por provocar debates a respeito de muitas das perspectivas acerca da escrita da história e da importância da tematização do passado no presente.<sup>9</sup> Ainda que muitos de nós tentemos

9 No caso de Prado, adquirimos a primeira edição do seu ensaio, de 1928. Quanto ao ensaio de Querino, foi possível adquirir a terceira edição de 1946, que foi reimpressa em 1955. A primeira edição do livro de Querino, publicada em 1916, é considerada obra rara, mas tivemos curto acesso a uma cópia localizada no Museu Paulista. O museu permite a consulta supervisionada e bastante restrita a obra. Deste modo, com a ajuda da historiadora Ana Paula Scarpa Pinto de Carvalho, que realizou visitas ao museu, cotejamos a primeira e a terceira edição para compreendermos as diferenças entre os dois volumes. Diferente da publicação de 1916, na terceira edição se encontram ilustrações, um curto prefácio de Frederico Edelweiss, quarenta e duas notas de rodapé explicativas inseridas pelos editores e oito capítulos a mais (“a festa da ‘Mãe d’água’”; “A extrema-unção”; “Oradores de sobre-mesa”; “As desavenças”; “A instrução primária”; “Cantor de modinhas”; “Um baile”; “João da Veiga Murici”). É difícil precisar quantas edições foram publicadas do livro *A Bahia de Outrora*, pois esta informação não foi localizada. Apesar disto, é possível concluir que foram produzidas, ao menos, três edições deste ensaio: 1916, 1922, 1946 (reimpressa em 1955).



insistir em uma escrita da história pautada prioritariamente em esforços lógico-formais, mesmo depois dos desafios enfrentados após o giro-linguístico, também é preciso se atentar às possibilidades de sermos provocados por textos como os ensaios do início do século XX. Muitos deles nos incitam a questionar porque não somar aos esforços ao redor do paradigma do sentido, outros aspectos de nossa realidade sensorial, afetiva, estética, ressignificativa, metafórica.

LaCapra, salientando principalmente os argumentos em torno do “não-pensado”, próximo às abordagens fenomenológicas (compreendendo os fenômenos a partir deles mesmos, do plano da vida cotidiano onde se desenrolam), aponta que, ainda que potencialmente anacrônicas, as condições que viabilizam o diálogo com determinada experiência histórica (este “outro”) são as questões que nos intrigam em nosso presente. No entanto, as motivações, as indagações produzidas em qualquer presente que se volta para passados não podem ser completamente respondidas ou terem suas motivações esclarecidas, pois se encontram, elas mesmas, em uma experiência histórica que não pode ser totalmente compreendida, quantificada, qualificada.

Um diálogo com um “outro” [outro contexto ou historicidade] deve ter um assunto e deve transmitir algum tipo de informação. Mas, como Weber e Collingwood observaram, um fato é pertinente apenas no que diz respeito a um quadro de referência envolvendo questões que apresentamos ao passado, e é a capacidade de colocar as questões “certas” que distinguem os estudos produtivos. Heidegger enfatizou que essas questões são elas mesmas situadas em um “contexto” ou um “mundo da vida” que não pode ser inteiramente objetivado ou plenamente conhecido. Para Heidegger, além disso, é apenas investigando o que constitui como questões relevantes sem relação ao “não-pensado”, que uma conversa com o passado entra em dimensões do seu pensamento que são mais vigorosas no presente e no futuro. Aqui o anacronismo é um perigo óbvio, mas um tipo imaginativo e auto-reflexivo de história comparativa que investiga as possibilidades não realizadas ou mesmo resistentes do passado é, não obstante, um complemento importante para tipos mais empíricos de comparação

no diálogo entre passado e presente. [...] De fato, na medida em que é em si mesmo um “worklike”, um diálogo envolve a tentativa do intérprete de pensar mais profundamente o que está em questão em um texto ou uma “realidade” passada, e no processo o questionador é questionado pelo “outro”. Seu próprio horizonte é transformado enquanto ele, ainda vivo, confronta (mas muitas vezes submerso ou silenciado) possibilidades solicitadas por um questionamento sobre o passado. Nesse sentido, a historicidade do historiador está em questão tanto nas indagações que ele coloca quanto nas respostas dadas por ele em um texto que em si reticula o documental e o “worklike”. Pode-se argumentar, finalmente, que a interação entre o documental e o “worklike” gera tensão, e essa tensão é neutralizada apenas por meio do processo de controle e exclusão (LACAPRA, 1990, p. 31-32, tradução nossa).<sup>10</sup>

Com isso, compreende-se que textos escritos no passado não são simples documentos históricos, mas de forma mais dialógica, muitos são artefatos históricos culturais importantes para diversas configurações de outros presentes. As questões, metáforas, temas, afetos e atmosferas de textos do passado nos provocam e intrigam a partir de nossos próprios dilemas, interesses, problemas e indagações contemporâneas, ao mesmo tempo em que procuramos entender aspectos destas outras historicidades.

10 “A dialogue with an ‘other’ must have a subject matter and must convey information of some sort. But, as Weber and Collingwood have observed, a fact is a pertinent fact only with respect to a frame of reference involving questions that we pose to the past, and it is the ability to pose the ‘right’ questions that distinguishes productive scholarship. Heidegger has emphasized that these questions are themselves situated in a ‘context’ or a ‘life-world’ that cannot be entirely objectified or fully known. For Heidegger, moreover, it is only by investigating what constitutes his still question-worthy ‘un-thought’ that a conversation with the past enters into dimensions of his thinking which bear most forcefully on the present and future. Here anachronism is an obvious danger, but an imaginative and self-reflective kind of comparative history inquiring into the unrealized or even resisted possibilities of the past is nonetheless an important supplement to more empirical kinds of comparison in the dialogue between past and present. Indeed, insofar as it is itself ‘worklike’, a dialogue involves the interpreter’s attempt to think further what is at issue in a text or a past ‘reality’, and in the process the questioner is himself questioned by the ‘other’. His own horizon is transformed as he confronts still living (but often submerge or silenced) possibilities solicited by an inquiry into the past. In this sense, the historicity of the historian is at issue both in the questions he poses and (pace Weber) in the ‘answers’ he gives in a text that itself reticulates the documentary and the ‘worklike’. It may, finally, be argued that the interaction between documentary and the ‘worklike’ tendencies generates tension, and this tension is neutralized only through process of control and exclusion” (LACAPRA, 1990, p. 31-32).



Neste sentido, um texto não dialoga apenas com o contexto onde foi produzido, mas com outros onde é ressignificado, reinterpretado. No nosso caso, esse diálogo se dá especialmente com os ensaios *Retrato do Brasil* e *A Bahia de Outrora*, onde os autores investem intensamente nos elementos que caracterizamos hoje como os do sentido (produção de sentido) e mais ainda com os da presença (produção de presença), procurando provocar no leitor sensações e experiências imagéticas e afetivas de passados específicos da história do Brasil. Também é importante que textos sejam rearticulados em outros contextos pertinentes, buscando não extrapolar os limites e possibilidades do próprio texto em sua historicidade, a fim de se manter atento e crítico aos abusos interpretativos que podem ser extremamente violentos.

Ao fim, textos não devem ser reduzidos somente a fontes ou documentos históricos completamente distantes das possibilidades de reflexão acerca do(s) presente(s), antes de tudo, por possuímos capacidades, e até mesmo necessidades (talvez antropológicas) de ressignificação de experiências espacialmente e temporalmente diversas. É neste sentido que os ensaios de Querino e Prado se tornam interessantes para nós. Mas também, porque são narrativas históricas constituídas a partir de diferentes temáticas, abordagens ético-políticas e pragmáticas que se aproximam desse esforço acerca de uma relação íntima entre presença e sentido.

## A PLASTICIDADE DO ENSAIO

Podemos observar que os textos de Querino e Prado, a partir do gênero ensaio, permitem a formulação mais livre de conjecturas, simultaneamente, claro, à realização de algum rigor científico, segundo padrões complexos, distintos e em disputa naquela historicidade. A exemplo, teríamos o uso de documentos (cartas, ofícios, escrituras, manifestos, jornais, panfletos, ordens regenciais, etc.), da crítica



documental, a leitura e citação de outros autores, a hermenêutica, os métodos e a elaboração e apresentação de hipóteses. Do mesmo modo, há um intenso investimento em uma linguagem que procura apontar para a materialidade dos espaços e corpos, mencionando paisagens, objetos, indumentárias, roupas, a descrição física, as cores, cheiros, sabores, etc. Suas narrativas descrevem situações históricas quase como se estivessem sendo observadas pelos autores, em um movimento onde são descritos os corpos dos sujeitos, suas falas, os espaços que são palcos dos episódios mais distintos, os costumes culturais.

De modo ainda mais intenso que Prado, Querino também traz para o seu texto um aporte estético através da reprodução de letras de canções, poesias, menções a ritmos e musicalidades, etc. Para a crítica literária mexicana, Liliana Weinberg, “há aqui uma observação muito valiosa: o que se ensaia se pesa e pesa novamente, se examina, se reconhece, testa-se no ensaio uma ideia, e também se põe em dúvida o aceitado, o estabelecido” (WEINBERG, 2004, p. 19, tradução nossa).<sup>11</sup> A constituição de ensaios através de elementos estéticos semelhantes ao de Querino e Prado é parte de um caminho – de uma episteme - que se constitui pelo menos desde Montaigne e Bacon, sem abdicar de certo estilo, método, certa objetividade e perspectivas mais lógico-formais (DA SILVA; SILVA, 2010, p. 5).

Estas características podem ser observadas, por exemplo, no momento no qual Prado descreve as paisagens do litoral no século XVI através do sentimento mercantil dos navegadores daquela época, e isto por meio do uso de recursos estéticos, ou seja, usando figuras de linguagem e imagens, preocupado com a sensibilização e em ativar a imaginação do seu leitor: “águas e matas foram surpresa e o encanto dos descobridores”, apesar de que “da beleza das paisagens não cuidavam”, já que estavam preocupados em encontrar no território possibilidades mercantis (PRADO, 1928, p. 20).

11 “He aquí una observación muy valiosa: lo que se ensaya, se pesa y sopesa, se examina, se reconoce, se prueba en el ensayo una idea, y también se pone en duda lo aceeptado, lo establecido” (WEINBERG, 2004, p. 19).



Descrevendo a natureza da baía (do que é conhecido hoje como Rio de Janeiro) como um espetáculo visual de um grande anfiteatro, Prado também destaca – com base nessa mobilidade mais estética - a indiferença de alguns daqueles homens frente à beleza natural devido à cobiça que possuíam: “Martim Affonso e Pero Lopes não se deixaram seduzir pelo magnífico anfiteatro da baía do Rio: foram mais ao sul aproveitar para a vila que fundaram a velha feitoria de traficantes de escravos escondida num recanto da abra de São Vicente” (PRADO, 1928, p. 20). Alternando em seu argumento entre um objetivo mais lógico-formal (sentido) e outro mais estético-afetivo (presença), o ensaísta escreve que poucos souberam contemplar a grandiosidade da natureza, à exceção, por exemplo, de Thomé de Sousa, do qual Prado coloca em evidência certo trecho de uma carta:

Eu entrei no Rio de Janeiro que está nesta costa na capitania de Martim Affonso 50 léguas de São Vicente e 50 do Espírito Santo, mando o debuxo dela a V. A. mas tudo é graça o que se dela pode dizer senão que pinte quem quiser como deseje um Rio isso tem este de Janeiro (PRADO, 1928, p. 20-21).<sup>12</sup>

A utilização da descrição material de um espaço, uma paisagem, dos sentimentos dos sujeitos envolvidos com ela, de trechos de documentos, são exemplos do uso alternado de caminhos e estratégias mais relacionados a certa oscilação entre presença e sentido. Aqui há uma procura em sensibilizar o leitor para o descaso ambiental e sua destruição frente ao sentimento de cobiça que estava materializado no início da experiência moderna, especialmente nos processos de colonização. Há um esforço de evidenciação da cobiça como parte significativa da cultura brasileira e, claro, da necessidade de se afastar desta característica.

Em muitos momentos, ambas as estratégias – a mais estético-afetiva e a mais lógico-formal - são realizadas a partir de um método descritivo e analítico, apoiado em citações diretas e indiretas, muitas delas através de publicações e manuscritos transformados em

12 Um debuxo é uma espécie de rascunho, os primeiros traços de uma pintura, escultura, arquitetura, etc. (PRADO, 1928, p. 20-21).

documentos, citados em notas ou no corpo do texto. Este é o caso da situação mencionada acima, onde é referenciado em nota o livro “Humboldt; Cosmos, vol. II” e a “Carta de Thomé de Sousa, de 1º de Junho de 1553”, além do diário de Frei Claude d`Abbeville, no corpo do texto (PRADO, 1928, p. 20-23).

Querino, ainda que com um tom afetivo forte, também constitui um momento mais lógico-formal (sentido), repleto de dados, referências, sujeitos, de relações de causalidade e efeito, quando, por exemplo, narra de forma concatenada e citando trechos de documentos ao tratar do movimento de resistência da invasão holandesa na Bahia, “quando, em 1926, os holandeses se apoderaram dos seus muros, ela [Bahia] soube cumprir o seu dever, forçando a retirada do intruso elemento, auxiliada por D. Marcos Teixeira, que no momento, trocara o roquete de prelado, pela couraça de combatente” (QUERINO, 1955, p. 45). O mesmo ocorre ao abordar as comemorações da independência do Brasil em relação a Portugal, reproduzindo parte de um edital que fora distribuído nas ruas de Salvador, “nos quais a Câmara convidava o povo a tomar parte nos festejos do 2 de Julho” (QUERINO, 1955, p. 46). Para fundamentar sua narrativa histórica, novamente é utilizada a transcrição do edital, onde Querino escreve que “como documento histórico, aqui reproduzo o texto do edital do ano de 1875” (QUERINO, 1955, p. 47).

Já a estratégia mais estético-afetiva, relacionada ao que estamos chamando de presença, pode ser percebida em inúmeros relatos, explanações e descrições acerca dos episódios históricos e registros etnográficos que realiza. Isto tendo em vista um esforço de argumentar e convencer seu leitor mais racionalmente, digamos assim, e ao mesmo tempo sensibilizá-lo a provocar certo jogo entre imaginação e entendimento.

Entre os inúmeros momentos onde presentifica o passado através da linguagem estético-afetiva, podemos mencionar, por exemplo, quando se refere à procissão das cinzas que, segundo ele, foi realizada

em Salvador entre 17 de fevereiro de 1649 e o ano de 1860. Tratando dos corpos e suas percepções sensoriais, elaborando imagens mais próprias à sensibilização e à experiência, Querino aponta para a disposição dos corpos dos sujeitos no espaço, as esculturas montadas para narrar e presentificar a cosmologia cristã, as condições climáticas do meio ambiente do dia, o sentimento católico de veneração:

Às quatro horas da tarde, depois do novo sermão, desfilava a enorme procissão, com desusada imponência, imprimindo no espírito da população o mais puro sentimento de veneração pelos atos do culto externo. Essa solenidade se prolongou até o ano de 1860, quando se celebrou pela última vez. O prestígio saía da igreja da Venerável Ordem 3.<sup>a</sup> de S. Francisco, com o acompanhamento das outras ordens terceiras, irmandades, cabido metropolitano, seminaristas, comissões das corporações religiosas, autoridades civis e militares, guarda de honra de primeira linha, conduzindo vinte e uma charolas, além de representações outras, análogas ao ato. Em primeiro lugar exibia-se a frondosa árvore do *Paraíso*, com os pomos proibidos e a serpente tentadora, aos lados, Adão e Eva, com as insígnias do trabalho, vestido de peles, e, após eles, um anjo, lançando-os fora do *Paraíso*, armado de uma espada de fogo. Depois apareciam a figura da *Morte*, com as insígnias da brevidade da vida e as armas da Ordem Seráfica acompanhada de dois anjos (QUERINO, 1955, p. 111-112).

A escrita por meio do ensaio é, de fato, caracterizada por esta variabilidade de possibilidades temáticas e das suas formas, e não por uma normatividade pré-estabelecida. Para Andrea T. da Silva e Lindinei Silva, entre os poucos traços do gênero em relação aos quais os estudiosos têm certo consenso, podemos elencar a:

[...] escrita dedicada a oferecer o ponto de vista do autor com respeito a alguma questão; vínculo com a prosa; caráter não-ficcional; perspectiva pessoal ostensiva; abertura a um amplo espectro de temas e formas de tratamento; concisão; contundência; vontade de estilo (DA SILVA; SILVA, 2010, p. 2).

Adorno também atesta que: “a mais simples reflexão sobre a vida da consciência poderia indicar o quanto alguns conhecimentos,



que não se confundem com impressões arbitrárias, dificilmente podem ser capturados pela rede da ciência” (ADORNO, 2003, p. 23). No final do século XIX e início do século XX, além do ensaio, outros gêneros de escrita da história eram utilizados tanto em instituições como o IHGB, como por autores que produziam de forma independente destas organizações. Historiadores, como o intelectual negro Evaristo de Moraes (1871-1939), Oliveira Lima (1867-1928) e Pandiá Calógeras (1870-1934), além de ensaios, também produziam textos com características narrativas mais lineares, lógico-formais e monográficas. É preciso frisar que os ensaios associados às perspectivas descritas aqui como a do sentido e da presença constituem apenas uma possibilidade entre outras disponíveis à época, onde entre elas havia também a ideia de um objetivismo mais assíduo, o qual negava elementos estéticos/afetivos.

Ainda assim, para muitos historiadores do início do século XX, os quais publicavam quer dentro quer fora do IHGB e em outros institutos históricos, a escrita da história também demandava uma abordagem estética e filosófica do saber, como é possível destacar escrita e na crítica de Capistrano de Abreu à Varnhagen.

Varnhagen não primava pelo espírito compreensivo e simpático, que, imbuído o historiador dos sentimentos e situações que atravessa – o torna contemporâneo e confidente dos homens e acontecimentos. A falta de espírito plástico e simpático – eis o maior defeito do Visconde de Porto-Seguro [...]. É pena que ignorasse ou desdenhasse o corpo de doutrinas criadoras que nos últimos anos se constituíram em ciência sob o nome de sociologia. Sem esse facho luminoso, ele não podia ver o modo por que se elabora a vida social. Sem ele as relações que ligam os momentos sucessivos da vida de um povo não podiam desenhar-se em seu espírito de modo a esclarecer as diferentes feições e fatores reciprocamente (ABREU, 1931, p. 138 -139).

Do mesmo modo, Fernando Nicolazzi destaca a avaliação de Silvio Romero ao Visconde de Porto Seguro, onde acrescenta que “falta-lhe a vida, o calor, a imaginativa, a capacidade sintética, o talento de narrar, a filosofia dos fatos, a amplitude generalizadora, a perspicácia analítica” (ROMERO Apud NICOLAZZI, 2008, p. 322).



Por essa razão, estabelecendo a primazia do autor que se encontra, de maneira geral, desvinculado de instituições produtoras de saber, o ensaio permitia a realização de um exercício mais detido e pessoal de reflexão, com todos os elementos que fazem parte da tarefa de pesquisa, com as precisões conceituais que ela demanda, sem, por outro lado, perder de vista o alcance abrangente e perene por ele visado e, sobretudo, a perspectiva “filosófica” de interpretação. É nesse sentido, portanto, que ele consegue assumir ao mesmo tempo o caráter de explicação histórica e de síntese sociológica demandado pelo contexto em questão, como as já mencionadas críticas de Capistrano a Varnhagen (e de outros autores a Capistrano), permitiram concluir (NICOLAZZI, 2008, p. 330).

Capistrano e Silvio Romero, duas referências importantes para a escrita da história daquele momento, sugerem, em suas críticas à Varnhagen, uma preocupação considerada central na escrita da história do Brasil: a incorporação de uma apreciação afetiva e sensorial para a realização de uma análise tão sensível quanto também rigorosa do tema ou problema estudado. Isto, de modo que seja possível sentir e também compreender melhor o que está em questão na pesquisa histórica.

Prado procura escrever de forma semelhante suas compreensões históricas, dissolvendo a cronologia em uma narrativa a qual “desapareceram quase por completo as datas” (PRADO, 1928, p. 185). No interior desta perspectiva: “restam somente os aspectos, as emoções, a representação mental dos acontecimentos, resultantes estes mais da dedução especulativa do que da sequência concatenada dos fatos” (PRADO, 1928, p. 185). Prado menciona criticamente que a história não deve ser idealizada romanticamente ou buscar constituir metanarrativas, ou melhor, ele procura “considerar a história, não como uma ressurreição romântica, nem como ciência conjectural, à alemã; mas como conjunto de meras impressões [...]” (PRADO, 1928, p. 185).

Ainda que não aborde isto de forma direta em *Retrato do Brasil*, sua escrita indica um posicionamento firme quanto à viabilidade de representar e presentificar o passado, mas desconfiado quanto a capacidade de realização do que seria uma objetividade forte (definitiva). Seu

texto parece mesmo descrente no que tange à utilidade de tal objetividade extensiva frente à possibilidade de produzir interpretações a partir de certas fundamentações e, especialmente, de gestos mais estéticos.

Querino escreveu seu ensaio a partir de uma escolha interessante: não há uma cronologia ou outro recurso linear que reúne os verbetes de seu livro. Em alguns momentos, a narrativa histórica não cita datas para uma localização temporal mais precisa, diluindo parte da distância daquela experiência em relação ao presente do autor e do leitor. Cada capítulo possui uma temática, onde relata um episódio histórico ou um costume social que não é mais realizado, muitas vezes somando uma perspectiva etnológica à sua abordagem estético-argumentativa.

Isto é feito através de alguns documentos e de outras perspectivas mais lógico-formais, mas também por meio de falas, dos movimentos físicos dos sujeitos, seus sentimentos, da descrição cuidadosa dos objetos, dos espaços, dos corpos, das canções e de outros elementos que vão em direção a efeitos de presença. Deste modo, enquanto os verbetes intitulados “O Natal” e “A Capoeira” tratam, de forma mais estética (afetivo-sensorial), de como a data cristã era celebrada ou como a capoeira era experimentada no passado, o texto de “Milícia, Ordenanças e Guarda Nacional” aborda, mais lógico-formalmente, como algumas instituições policiais e militares surgiram e atuavam no século XIX. Já a seção “A Imprensa”, tematiza as disputas e perseguições violentas envolvendo jornalistas e editores que escreviam textos acerca de políticos e da política na década de trinta do Oitocentos, em Salvador. Este verbete é escrito com maior oscilação entre gestos argumentativos da produção de presença e da produção de sentido.

Nesta direção, Adorno acreditava que a pretensão hiperbólica de objetividade acaba por esfacelar o ato interpretativo sensitivo.

Os impulsos dos autores se extinguem no conteúdo objetivo que capturam. No entanto, a plethora de significados encapsulada em cada fenômeno espiritual exige de seu receptor, para se desvelar, justamente aquela espontaneidade da fantasia subjetiva

que é condenada em nome da disciplina objetiva. Nada se deixa extrair pela interpretação (ADORNO, 2003, p. 18).

Nos ensaios, seria possível a constituição de uma linguagem estética que muitas vezes remete à epifania, que pode incitar experiências sensoriais e afetivas no leitor (e no próprio historiador), portanto atingindo seu corpo e a partir dele, num segundo momento, a sua consciência. Weinberg salienta que, para o venezuelano Mariano Picón-Salas, o ensaio une filosofia (linguagem lógico-formal) e poesia (linguagem estética), construindo uma ponte entre o mundo das imagens e o dos conceitos, tentando instigar a consciência a partir das emoções dos leitores, assim como faz a literatura. Ainda para Picón-Salas, no interior desta união de complementaridade entre filosofia e poesia, há uma relação direta com os conflitos imediatos de seu momento histórico (WEINBERG, 2004, p. 23).

O ensaio é, portanto, o desenrolar de um julgamento, de uma maneira de entender algum aspecto do mundo e de vincular o particular com o universal. Lukács caracteriza o ensaio como um poema intelectual e enfatiza que é possível acessar a intelectualidade como uma vivência sentimental. Lukács reconhece a hierarquia dos ensaios ao reconhecer sua forma e seu vínculo particular com a crítica (SALAS Apud WEINBERG, 2004, p. 24, tradução nossa).<sup>13</sup>

A linguagem mais estética, a qual impele às experiências sensoriais e afetivas de modo quase fenomenológico, quer nos ensaios de Querino quer no de Prado, acompanha diversos outros autores e seus ensaios na América Latina, inclusive alguns produzidos mais recentemente. Acerca desta permanência do gênero, mesmo após intensas críticas que o acusavam de pouco ou nada propenso a ciência, Altamirano escreve:

13 "El ensayo es por tanto el despliegue de un juicio, de una forma de entender algún aspecto del mundo y de enlazar lo particular con lo universal. Lukács caracteriza el ensayo como poema intelectual, y enfatiza que es posible acceder a la intelectualidad como vivencia sentimental. Lukács reconoce la jerarquía de ensayo al reconocer su forma y su vínculo particular con la crítica" (SALAS Apud WEINBERG, 2004, p. 24).

De qualquer modo, a veia do ensaio social e político não se esgotou e conseguiu sobreviver ao fato que parecia condená-la ao desaparecimento há quarenta anos: a implantação das ciências sociais, com sua aspiração a substituir a *doxa* do ensaísmo pela *episteme* científica. Vamos além: lidos sob a perspectiva do tempo transcorrido, muitos dos textos que nasceram desse novo espírito científico podem ser colocados na prateleira dos ensaios de interpretação da realidade de nossos países, inaugurada em grande estilo pelo *Facundo* de Sarmiento (ALTAMIRANO, 2007, p. 16).

Daqueles publicados recentemente, Liliana Weinberg sublinha o ensaio *Los rituales del caos* (1995), do mexicano Carlos Monsiváis (1938-2010), ao descrever a situação sufocante da cidade do México, um espaço onde existe um número enorme de pessoas:

Monsiváis encontrou assim um modo de traduzir artisticamente sua percepção de uma “opressão sem saída”. Assim, o autor nos oferece uma sucessão de experiências que ele apresenta e comenta com o estilo de um cronista e um “fenomenologista” de rituais urbanos contemporâneos. E se continuarmos a leitura, veremos que para retratar a multidão, a opressão sem saída, o tumulto, o turbilhão, Monsiváis escolhe a estratégia de enumeração, justaposição, acumulação “caótica”, amostragem aleatória de imagens, o que reforça - a coordenação se opõe à subordinação, a ordem hierárquica dos elementos - o sentimento de estar perdido em uma área do mundo e em uma situação inexplicável, enquanto que é apenas observável, registrável, fotografável (WEINBERG, 2004, p. 59, tradução nossa).<sup>14</sup>

Assim como indicado no trecho, algumas experiências somente podem ou são melhor tematizadas, ou mesmo compreendidas ou interpretadas, a partir de uma linguagem mais estética. Uma linguagem

14 “Monsiváis ha encontrado así el modo de ‘traducir’ artísticamente su percepción de una ‘opresión sin salida’. Así, el autor nos ofrece una sucesión de experiencias que él presenta y comenta con el estilo a la vez de un cronista y un ‘fenomenólogo’ de los rituales urbanos contemporáneos. Y si continuamos la lectura, veremos que para retratar la multitud, la opresión sin salida, el tumulto, el torbellino, elige Monsiváis la estrategia de la enumeración, yuxtaposición, acumulación ‘caótica’, muestreo aleatorio de imágenes, con lo que se refuerza – coordinación se opone a subordinación, orden jerárquico de los elementos – el sentimiento de estar perdido en una zona del mundo y en una situación inexplicable a la vez que sólo observable, registrable, fotografiable” (WEINBERG, 2004, p. 59).



voltada para os sentidos e sentimentos pode recolocar o corpo do leitor em cena, e, por conseguinte, também encorajar a própria consciência, a razão (WEINBERG, 2004, p. 81).<sup>15</sup> Destacar a possibilidade de uma experiência sensorial e afetiva, como no caso dos ensaios, e especialmente dos dois ensaios que estamos analisando aqui, é indicar a constituição do que LaCapra chama de *Worklike*, ou ainda, para Weinberg, “[...] é lembrar que o ensaio que eu leio não é um objeto morto que está diante de mim para sua dissecação e desmembramento, mas a experiência viva, que surge do encontro da leitura e somente a partir da qual é possível começar a recorrer a algum caminho com proveito” (WEINBERG, 2004, p. 80, tradução nossa).<sup>16</sup>

Neste sentido há, em *Retrato do Brasil*, o esforço por compreender aquilo que incita o autor no interior de sua historicidade, do seu momento histórico. Ou melhor, e fenomenologicamente, o texto se constitui pela reciprocidade autor/historicidade, sempre no interior de seus diversos limites individuais, histórico e socioculturais de percepção e algum entendimento da realidade à qual se refere. No cerne desta perspectiva, a qual busca encontrar convergência entre o particular e o geral, é que Prado escreve procurar “estudar o povoador português da colonização primeira, em que o momento histórico do Renascimento, [...] lançaram na esplendida aventura das grandes viagens conquistadoras” (PRADO, 1928, p. 185). Aqui estaria seu esforço por tematizar fenômenos que, para ele, teriam uma importância para muitos povos e culturas e que não pertenciam simplesmente ao passado, mas que também estavam ali constituindo a sua historicidade, o seu presente.

15 Weinberg relembra que muitos autores questionam se o texto possui uma existência independente do sujeito, pois, devido à diversidade de leituras possíveis para cada leitor, talvez não seja possível insistir que exista um texto único. Para Weinberg existe um texto que se cristalizou com o trabalho do autor, assim como suas leituras mais sedimentadas. Ainda para ela, mesmo que seja necessário respeitar a especificidade de cada leitura, há leituras um pouco mais equivocadas que outras. Ao fim, compreende que seria preciso colocar alguns limites no que diz respeito às más interpretações que empobrecem e reduzem o texto (WEINBERG, 2004, p. 81).

16 “[...] es recordar que el ensayo que leo no es un objeto muerto y tendido ante mí para su disección y desmembramento, sino la experiencia viva, que surge del encuentro de lectura y sólo a partir de la cual e posible empezar a recorrer com provecho algún camino” (WEINBERG, 2004, p. 80).



Imediatamente, na mesma página, na linha seguinte, o ensaísta continua escrevendo que seu intuito foi o de estudar “esse colono, célula inicial da nossa formação, procurar apanhá-lo vivo na sua entidade histórica” e ainda “sitiá-lo na sua roça, na sua fazenda, no seu engenho, no seu curral, ou na incipiente indústria, em intimidade de relações com vizinhos e escravos” (PRADO, 1928, p. 185). Em mais um de seus enunciados quase fenomenológicos, há uma perspectiva de compreensão de uma realidade histórica específica a partir do cotidiano, do plano da vida de seus sujeitos. Portanto, de particularidades as quais também estão, simultaneamente, incluídas no que ele considera fenômenos mais amplos, que comporiam a história ao longo e através de outros tempos e espaços (a “história da humanidade”).

O ensaio de Querino, por sua vez, tematiza o passado da Bahia por entre episódios temáticos distintos, tratando de costumes populares, de disputas políticas, da imprensa, de objetos utilizados pelas pessoas, de elementos da cidade, etc. A maior parte destes capítulos possuem uma narrativa que percorre os movimentos dos sujeitos por meio de seus corpos, mencionando seus percursos, falas, sentimentos, o espaço que observavam e os objetos que carregavam ou confeccionaram. O texto é construído tentando se aproximar do cotidiano dos sujeitos através do plano da vida daqueles que estavam envolvidos naquelas tramas. Estas perspectivas podem ser observadas quando tematiza, por exemplo, como o natal era comemorado na Bahia:

Escultores, seus discípulos e até curiosos viam-se atarefados com encomendas de figurinhas trabalhadas em barro do engenho da Conceição, pedra jaspe do sertão e madeira, inclusive casca de cajazeira. Outros ainda manufaturavam-nas de papelão. Essas figuras representavam animais e tipos engraçados e jocosos. Os pintores e encarnadores (sic) de imagens entregavam-se também à mesma faina, aliás rendosa, tal o grande número de encomendas a satisfazer, como fossem: cidades, montes e tudo mais que necessário se tornava às aplicações do presépio, na razão dos recursos de cada um. Ganhadeiras, trazendo a cabeça grandes tabuleiros, munidas de um chocalho de folha de Flandres, mercadejavam esses artefatos e despertavam a atenção dos compradores cantarolando esta quadra:

'As barras do dia/ Já vem clareando; que belo menino/ Na Lapa chorando!' Era o prenúncio do Natal (QUERINO, 1955, p. 16).

O ensaio viabiliza narrativas históricas que podem convergir a sistematização de dados e a crítica, simultaneamente a descrição das materialidades dos espaços, dos corpos de sujeitos e suas disposições afetivas. Ainda que sejam autores tão diferentes, esta confluência torna-se crucial na tematização de experiências passadas no interior dos textos de Querino e Prado e de tantos intelectuais contemporâneos a eles.

## ENSAIO E TEMATIZAÇÃO DO PASSADO

Por meio de uma abordagem estética, de uma metáfora acerca da pintura de um "retrato", como fez Prado, Lukács trata do que talvez possa ser melhor explicado sensorial e afetivamente através de determinados sentimentos, atmosferas, ritmos, elementos e práticas culturais no que tange ao objeto estudado. Ou ainda, por uma linguagem mais constituída por analogias, metáforas, alegorias, etc., ao invés de uma suposta objetividade sistemática (ADORNO, 2003, p. 23).<sup>17</sup>

Os retratos verdadeiramente significativos, portanto, nos dão, ao lado de todas as suas outras sensações artísticas, também esta: a vida de um ser humano que realmente viveu alguma vez, e nos impõem o sentimento de que a vida dele foi como as linhas e cores do quadro nos mostram. Apenas por vermos pintores travarem diante dos homens duras lutas por este ideal de expressão, e porque a aparência e as palavras de ordem desta luta não podem ser senão os de uma luta pela semelhança, é que damos tal nome a esta sugestão de vida, embora não haja ninguém no mundo a quem o retrato possa assemelhar-se. Pois

17 Para Adorno, "os ideais de pureza e asseio, compartilhados tanto pelos empreendimentos de uma filosofia veraz, aferida por valores eternos, quanto por uma ciência sólida, inteiramente organizada e sem lacunas, e também por uma arte intuitiva, desprovida de conceitos, trazem as marcas de uma ordem repressiva. Passa-se a exigir do espírito um certificado de competência administrativa, para que ele não transgrida a cultura oficial ao ultrapassar as fronteiras culturalmente demarcadas. Pressupõe-se assim que todo conhecimento possa, potencialmente, ser convertido em ciência" (ADORNO, 2003, p. 23).

mesmo que conheçamos a pessoa representada, a cujo retrato se possa chamar “semelhante” ou “dessemelhante” – não seria uma abstração afirmar de uma expressão ou de um momento arbitrário qualquer: esta é sua essência? E mesmo que conheçamos milhares destes momentos e expressões, que sabemos nós da parte incomensuravelmente grande de sua vida em que não a vimos, das luzes interiores dos conhecidos e dos reflexos que eles lançam sobre os outros? Veja, é mais ou menos assim que eu imagino “a verdade” dos ensaios (LUKÁCS, 2014, p. 8).

Para o filósofo húngaro, os ensaístas se esforçam por narrar a realidade à qual se referem tal qual um pintor que possui a intenção em fazer o retrato de um indivíduo. Em todo caso, não é possível que a representação e a realidade sejam coincidentes, de modo que a representação será fragmentária. Ou seja, a própria condição ontológica (dos limites existenciais do sujeito) daquele que representa, estipula imediatamente limites, o que é necessário ter em mente no momento da composição de narrativas históricas e das suas leituras.

No entanto, esta condição cerceada, estilizada, não inviabiliza a produção das representações e de presentificações em especial. E isto porque todo sujeito possui a sua vida individual associada a outras vidas, a certo singular coletivo, o qual pode ser tematizado e, mesmo que de forma restrita, evidenciado e presentificado por meio de determinados sentimentos, atmosferas, ritmos, elementos e práticas culturais, como mencionamos mais acima. Sujeitos também podem ser retratados com base numa escrita, num texto que é composto a partir de imagens, analogias, metáforas e alegorias as quais constituem exatamente uma linguagem e uma atitude epistemológica que reconhece os limites da conceitualidade, do conhecimento mais lógico-formal.

Sendo assim, entende-se que existe a vida individual de cada sujeito, corpórea e senciante, a qual se atrela à *vida* dos demais sujeitos de formas diversas e extremamente complexas. Nas palavras de Lukács, “existem, portanto, dois tipos de realidade da alma: a vida é uma delas, e a *vida* a outra” e “em cada vivência de cada ser



humano estão contidos elementos de ambas, ainda que em diferentes intensidade e profundidade; também na recordação, ora esta, ora aquela, simultaneamente, porém, só podemos sentir em uma forma” (LUKÁCS, 2014, p. 3). Mesmo que limitadas e temporais, representações e presentificações são necessárias à tematização da vida dos indivíduos e dos grupos, assim como faz a arte.

Somente deste modo, na busca por algum ordenamento ou assumindo a própria incoerência, podemos vislumbrar a imbricação entre vida individual e parte mais ampla da existência humana em seu devir. Acerca disto, e da plausibilidade de representação e presentificação de certa temporalidade, por conter o que estamos chamando de particular e também de características que estão para além do pessoal, Adorno escreve:

Se a verdade tem, de fato, um núcleo temporal, então o conteúdo histórico torna-se, em sua plenitude, um momento integral desta verdade; o *a posteriori* torna-se concretamente um *a priori*, e não apenas genericamente, como Fichte e seus seguidores o exigiam. A relação com a experiência – e o ensaio confere à experiência tanta substância quanto a teoria tradicional às meras categorias – é uma relação com toda a história; a experiência meramente individual, que a consciência toma como ponto de partida por sua proximidade, é ela mesma já mediada pela experiência mais abrangente da humanidade histórica; é um mero autoengano da sociedade e da ideologia individualista conceber a experiência da humanidade histórica como sendo mediada, enquanto o imediato, por sua vez, seria a experiência própria a cada um. O ensaio desafia, por isso, a noção de que o historicamente produzido deve ser menosprezado como objeto da teoria (ADORNO, 2003, p. 26).

O ensaio, e especialmente em nosso caso, o ensaio histórico/sociológico, também diz respeito e torna possível a compreensão de parte da sua própria temporalidade, do cotidiano ou plano da vida no (e para o) qual foi concebido. Ele é parte de um momento histórico e participa da constituição de certo espaço-tempo. Weinberg lembra ainda que Edward Said “[...] vê no ensaio uma das manifestações de crítica mais

altas e bem-sucedidas, ao mesmo tempo que possui um esforço em atualizar, revitalizar, de contemporaneização das discussões e, finalmente, uma vontade de forma” (WEINBERG, 2004, p. 28, tradução nossa).<sup>18</sup> A linguagem caracterizada pelo gênero possui, portanto, a capacidade de presentificar elementos de outros momentos históricos a partir de determinada experiência do presente, ressignificando, ou ainda, atualizando e revitalizando experiências, sentimentos, ideias e textos.

Nas Américas, e especialmente para o nosso caso na América Latina do início do século XX, as manifestações artísticas e outras expressões intelectuais se esforçaram pela manutenção do referencial. Isto significa que muitas obras foram marcadas pela tentativa de preservar a capacidade de representação e compreensão de alguns elementos do real, mesmo no interior da heterogeneidade conhecida como movimento modernista. Também, isto se difere de outras manifestações vanguardistas na maior parte da Europa, as quais propunham um rompimento mais radical com o referencial. Lílana Weinberg aponta que há muitas antologias e estudos a respeito dos ensaios nos países hispano-americanos, o que também evidenciaria a importância do gênero nesta tradição intelectual. No interior desta tradição, este gênero muitas vezes foi parte de denúncia e crítica das desigualdades sociais, como é o caso de Manuel Querino, que procura evidenciar a sofisticada presença dos afro-brasileiros em todos os espaços da sociedade baiana:

No que diz respeito à unidade temática que se observa na ensaística hispano-americana, não se pode deixar de notar que as vozes dos artistas do continente, muitas vezes silenciadas de forma violenta, sempre ousaram, denunciando a censura a que foram submetidos. Este sentimento coletivo imbuíu o espírito de escritores que fizeram da literatura uma forma de desvelar ou revelar a versão ocultada pelo discurso oficial. Portanto, é possível compreender a práxis do ensaio na América hispânica como um processo de criação artística que também, mesmo que não seja seu fim exclusivo, pode interpretar as

18 “[...] ve en el ensayo una de las más altas y logradas manifestaciones de la crítica a la vez que un esfuerzo de actualización, de revitalización, de contemporaneización de las discusiones, y, por fin, una voluntad de forma” (WEINBERG, 2004, p. 28).

realidades sociopolíticas e econômicas; o que contribui para que a arte não seja apenas adorno, mas também uma forma de construção social. Sob esta perspectiva, o ensaio é, como toda literatura, uma expressão artística que emana do homem, portanto, não pode abster-se de refleti-lo e a seu entorno, seu contexto histórico (DA SILVA; SILVA, 2010, p. 9).

O ensaio possui diversas colorações individuais e transpessoais. Na criação da maioria dos textos ensaísticos, encontramos certa exegese, claro, mas há também um espaço que dialoga especialmente com debates interessantes e acessíveis ao seu público leitor, articulando passado e presente e a si mesmo com sua contemporaneidade. Segundo a ensaísta e crítica literária, as características do texto como um espaço onde não há o encerramento ou tentativa de esgotamento das temáticas, coloca o ensaio em uma posição generosa junto ao seu leitor, concedendo a ele maior margem para se opor ou aceitar as premissas defendidas, tornando importante a participação daquele que lê (WEINBERG, 2004, p. 18-20).<sup>19</sup> A natureza conflituosa do ensaio, que mantém o debate aberto à participação de vários sujeitos, muitas vezes sem tentar esgotá-lo, é um dos elementos que confere vivacidade ao gênero. Acerca deste espaço de disputas ou característica conflituosa do ensaio que abraça as multiplicidades e disparidades daquilo que aborda, Pedro Duarte escreve;

Se, portanto, o assunto de um ensaio é um conflito em suspenso, isso não significa que ele seja completamente indefinido ou vago. Não é. Só que, sendo um ensaio, ele não confia em um fundamento metafísico exterior conquistado de uma vez por todas. Sua presença é conflituosa pois seu sentido é mantido em suspenso, como algo digno de ser, sempre de novo, questionado. Isto faz do ensaio uma forma de prosa mais aberta, já que busca acolher o objeto em suas diversas camadas de significação, sem imobilizá-lo ou sufocá-lo, sem aniquilar o que tem de vivo. Sem chegar a uma conclusão, o ensaio, contudo, não deixa a reflexão simplesmente sem rumo, ao bel-prazer de veleidades subjetivas arbitrarias (DUARTE, 2007, p. 64).

19 "[...] reelaboración que se alimenta además de la sensibilidad del escritor no sólo hacia 'temas' y 'problemas' concretos, sino hacia valores, preconceitos implícitos en una sociedad, e incluso ritmos, rumores, del acontecer social" (WEINBERG, 2004, p. 18-20).

A busca pelo entendimento de suas temáticas se encontra diretamente associada à formulação de juízos, a debates éticos e posicionamentos morais acerca do que analisa, sempre por meio de sua própria historicidade. Esta perspectiva se encontra conectada à busca pelo entendimento e muitas vezes não está, portanto, em contradição com a capacidade analítica, assumindo, sim, a insuficiência ou dificuldade de saciar a alta expectativa por objetividade: “Há aqui, portanto, uma chave: o ensaio é compreensão. E ainda outro elemento fundamental: o afã moral do ensaio, que não é pura gratuidade no jogo das ideias” (WEINBERG, 2004, p. 21, tradução nossa).<sup>20</sup>

Adorno diz que, ao contrário do pretexto de objetividade, neutralidade, originalidade e universalidade do discurso filosófico, o ensaio assume seu caráter parcial, ligado aos valores e à história, e não faz parte da falsa crença de que possam existir temas originários, anteriores ao devir histórico e do mundo dos valores. Por outro lado, ao contrário da divisão sujeito-objeto que envolve muitas esferas do pensamento abstrato, o ensaio nos permite salvar a distância arbitrária entre sujeito e objeto e fazer com que o ensaio seja dado como uma experiência espiritual de fusão do sujeito com o mundo. E nessa organização não hierárquica das esferas, o ensaio começa sempre de novo. Portanto, o ensaio, cuja “lei mais íntima” é “heresia”, é desmascarador de outros discursos, é sempre crítica de todos os sistemas e funciona a partir de conceitos culturalmente pré-formados que ele aceita como tal: daí o ensaio é entendido por muitos como uma hiper-interpretação, é devir, como uma interpretação não-filologicamente fundamentada (WEINBERG, 2004, p. 25, tradução nossa).<sup>21</sup>

20 “He aquí por tanto una clave: el ensayo es comprensión. Y aun otro elemento fundamental: el afán moral del ensayo, que no es pura gratuidade em el juego de las ideas” (WEINBERG, 2004, p. 21).

21 “Dice Adorno que, a diferencia de la pretensión de objetividad, neutralidad, originalidad y universalidad del discurso filosófico, el ensayo assume su carácter parcial, ligado a los valores y a la historia, y no parte de la falsa creencia de que puede haber temas originarios, anteriores al devenir histórico y al mundo de los valores. Por otra parte, a diferencia de la tajante división sujeto-objeto que rige muchas esferas del pensamiento abstracto, el ensayo permite salvar la distancia arbitraria entre sujeto y objeto y hacer que el ensayo se dé como una experiencia espiritual de fusión del sujeto con el mundo. Y en esa organización no jerárquica de las esferas el ensayo empieza siempre de nuevo. Por ello el ensayo, cuya ‘más íntima ley’ es ‘la herejía’, es desenmascarador de otros discursos, es siempre crítica de todo sistema y trabaja a partir de conceptos preformados culturalmente que acepta como tales: de allí que el ensayo sea entendido por muchos como una hiperinterpretación, es devir, como una interpretación no filologicamente-fundada” (WEINBERG, 2004, p. 25).

Mesmo bastante difundido e compondo a obra de diversos e importantes escritores,

“[...] a especulação sobre objetos específicos pré-formados” ainda encontra dificuldades no meio acadêmico, onde um trabalho, em geral, deveria trazer, por definição, certa “originalidade” (que geralmente permanece, a rigor, impensada quanto ao seu ser, pois restaria saber o que significa ser original) (DUARTE, 2007, p. 59).<sup>22</sup>

Andrea T. da Silva e Lindinei Silva entendem o ensaio a partir da metáfora do Prometeu de Ésquilo, que foi castigado por roubar e entregar aos humanos o conhecimento próprio às divindades. O gênero sofre tal resistência (punição) devido seu caráter pouco sistemático, estético, com direcionamentos éticos-políticos e associado à mediação de debates em outros espaços, para além do acadêmico. O ensaio “é um gênero interpretativo capaz de erigir-se como discurso articulador de discursos, estabelecendo vínculos entre o conhecimento científico e o humanístico” e, portanto, “esta metáfora explicaria a capacidade que tem o ensaio de articular mundos, mediar o conhecimento teórico e prático, a ética e a estética” (DA SILVA; SILVA, 2010, p. 2).

Weinberg anuncia que Adorno teria dado um passo a mais no que diz respeito ao esforço de Lukács, continuando a atribuir dignidade teórica ao ensaio ao respeitar e valorizar aquelas características consideradas como inferiores no gênero: “Com Adorno, temos aprendido a indagar a forma do ensaio, se atentar a seu caráter crítico, fragmentário e a seu vínculo com o mundo do contingente e do não neutro” (WEINBERG, 2004, p. 27, tradução nossa).<sup>23</sup> Portanto, há aqui um embate em relação à crítica que vê no ensaio somente uma linguagem retórica, quase um sofisma ou como textos que não possuem, de fato, uma argumentação, somente uma poética ou estética esvaziada.

22 Dentre estes importantes autores, além dos que estudamos neste trabalho, Duarte menciona Benjamin, Simmel, Lukács, Adorno, Bataille, Peter Szondi, George Steiner, Octavio Paz, Ortega y Gasset e Roland Barthes (DUARTE, 2007, p. 59).

23 “Com Adorno, hemos aprendido a indagar la forma del ensayo, atender a su carácter crítico, fragmentario y a su vínculo con el mundo de lo contingente y no neutral: el mundo de los valores” (WEINBERG, 2004, p. 27).



Da Silva e Silva recordam que “Adorno criticava a doutrina que apregoava o mutável, o efêmero, como indigno da filosofia” (DA SILVA; SILVA, 2010, p. 7). A ideia de abraçar a transitoriedade e a frivolidade do cotidiano é característica marcante especialmente no ensaio de Querino, onde há a percepção de que aquelas experiências cotidianas, culturais e afetivas próprias ao passado o qual se esforça tanto em tematizar (a noite de reis, a capoeira, as procissões, as superstições, a imprensa, os colégios, a vida no lar, as ruas, os automóveis, os chafarizes e a iluminação pública) deixaram de existir, estavam marcadas pelo devir. A própria forma contestadora do gênero coloca em questão algumas das bases que sustentam escritos os quais acreditam ser objetivos e sistemáticos.

Se é correto que, “nos processos de pensamento, a dúvida quanto ao direito incondicional do método foi levantada quase tão-somente pelo ensaio”, como disse Adorno, é porque o ensaio, ao contrário do sistema, não conta com uma via exterior para chegar à verdade, quer dizer, não conta com a forma como uma mera auxiliar accidental para alcançar um conteúdo determinado. Por isso, foi ele adotado por Benjamin como maneira de honrar a verdade filosófica, já que “se a filosofia quiser permanecer fiel à lei de sua forma, como apresentação da verdade e não como guia para o conhecimento, deve-se atribuir importância ao exercício dessa forma, e não à sua antecipação, como sistema (DUARTE, 2007, p. 61).

O ensaio se constitui pela produção de saber, pela elaboração de reflexões e certo espaço estético os quais se assumem limitados, historicizados e conectados à personalidade do seu autor, reconhecendo sua própria transitoriedade. Adorno afirma, assim, que o ensaio “não quer procurar o eterno no transitório, nem destilá-lo a partir deste, mas sim eternizar o transitório” (ADORNO, 2003, p. 27).

Mais ainda, o gênero permite certa aproximação entre o sujeito e o objeto, ao entender o próprio sujeito como objeto que transforma e é transformado pelas coisas do mundo. É importante lembrar que tal separação e a instauração do par sujeito/objeto é constituinte da

experiência moderna e da crise que, segundo Gumbrecht, torna possível o “observador de segunda ordem”, ou seja, onde o observador, ao analisar algo, percebe que somente pode fazê-lo de forma limitada, em sua perspectiva pessoal, temporal e espacial, tornando ele mesmo um objeto, se observando enquanto observa fenômenos (GUMBRECHT, 1998, p. 21). Sobre um momento específico da constituição das experiências modernas, o português João Barrento reitera:

Já no início, em Montaigne, é esse o *método* do ensaio: a aproximação progressiva *de si através do objeto*. Apresenta-se o caso, o autor, o livro (por vezes logo no título), exemplifica-se para amplificar a sua incidência, chega-se a substância, ao cerne da reflexão a partir da observação ou da experiência de leitura (BARRENTO, 2010, p. 20).

Este gênero reinterpreta objetos culturais se apoiando em uma espécie de responsabilidade para com a tematização de questões importantes também ao seu presente. A linguagem de Prado se encontra neste espaço irônico, de alguém que, ao querer tratar de coisas que lhe interessam e dizem respeito à vida, discorre como quem fala de algo frívolo, desimportante.

A partir desta ironia, associada a uma responsabilidade acerca daquilo que tematiza, Prado define seu ensaio “[...] como conjunto de meras impressões, procurando no fundo misterioso das forças conscientes ou instintivas, as influências que dominaram, no correr dos tempos, os indivíduos e a coletividade” (PRADO, 1928, p. 183). Em seguida prossegue com uma metáfora: “É assim que o quadro – para continuar a metáfora sugerida – insiste em certas manchas, mais luminosas, ou extensas, para tornar mais parecido o retrato” (PRADO, 1928, p. 183-184). A respeito de um contraste semelhante, Lukács escreve:

Refiro-me aqui à ironia que há no fato de que o crítico sempre fala das questões últimas da vida, porém sempre no tom de quem falasse apenas de quadros e livros, apenas dos ornamentos belos e não-essenciais da grande vida, e mesmo aqui não do mais íntimo do íntimo, e sim tão-somente de uma bela e inútil superfície. Tem-se, assim, a impressão de que todo ensaio estaria

na maior distância possível da vida, e a separação parece tanto maior quanto mais ardente e dolorosamente sensível for a efetiva proximidade da verdadeira essência de ambos. [...] O ensaísta dá um piparote na própria esperança orgulhosa, que se ilude de ter chegado alguma vez próxima das coisas últimas – ora, tudo o que ele tem a oferecer são explicações dos poemas de outros ou, no melhor dos casos, de seus próprios conceitos. Mas ele se acomoda com ironia a essa pequenez, à eterna pequenez do mais profundo trabalho mental a respeito da vida, e ainda a sublinha com irônica modéstia (LUKÁCS, 2014, p. 7).

Em meio à transitoriedade do passado cotidiano que também aborda, Querino lança sua inquietação crítica e sua preocupação acerca do seu presente. Em seu texto há a constituição de um argumento que afirma a importância da realização da vontade da população, a qual precisaria ser assegurada a partir de uma valorização do *povo*, de seu cotidiano, também com base na historiografia, do estudo do passado. Sua perspectiva entende que o *povo* e seus representantes escolhidos por eles (não somente aqueles que ocupam cargos públicos) devem conduzir as transformações possíveis em seu tempo, inclusive através de revoltas. Para ele, quando um governo reprime o *povo* para que esta vontade não seja concretizada, há uma inadequação social, histórica e política naquele espaço.

É necessário dizer que esta valorização do *povo* não era comum e, portanto, tal iniciativa possuía um caráter ético-político, uma reivindicação inclusiva dos sujeitos que não compunham a elite: “O que Querino designava como ‘povo’ era tratado pelas elites brasileiras como ‘ralé’ ou ‘poviléu’, ‘plebe’, ‘tipos reles’, ‘ralé’, ou seja, é preciso entender o modo de designar de Querino como sendo, ao mesmo tempo, um modo de reivindicar igualdade e cidadania” (GUIMARÃES, 2014, p. 11). Após mencionar episódios passados, simples e cotidianos, esquecidos, onde a população fez valer sua vontade, conclui:

Isto ocorreu em época de espessas trevas, quando o povo impunha a sua vontade e fazia respeitá-la. Hoje, qualquer movimento semelhante seria rechaçado pelo *regimento dos dragões*. Naqueles tempos obscuros havia o povo; hoje temos o poviléu (QUERINO, 1955, p. 172).

Para muitos teóricos, o gênero ensaio constrói uma abordagem que não necessariamente busca finalizar ou esgotar seu tema, possui uma menor preocupação heurística e limites temáticos e textuais mais fluidos, diferentemente do que pôde manter-se confortável parte do pensamento racionalista moderno (cartesiano). Estas características do gênero se juntam aqui à oscilação entre efeitos de sentido e de presença e ao esforço ético-político. Como é o caso de Paulo Prado e Manuel Querino, a linguagem no ensaio muitas vezes procura tematizar aquilo que parece, para o autor, o que está entre as questões mais importantes para o seu próprio tempo, disputando e renegociando quer passados quer futuros.

## CONSIDERAÇÕES A RESPEITO DA CIRCULARIDADE DE IDEIAS E MANUTENÇÃO DE REFERENCIAIS NA AMÉRICA LATINA

Como já mencionado, apesar da distância entre espaço de experiências e horizonte de expectativas, característica das experiências eurocentradas e colonizadoras na modernidade (sempre múltiplas, devido a circularidade de ideias e as hibridizações com outras epistemes daqueles que resistiam), não há uma perda absoluta da possibilidade do passado se tornar um referencial no interior do ensaio de Querino, de Prado, e de muitos outros autores do início do século XX brasileiro. Ou seja, em seus textos são apontadas relações entre certas experiências passadas, de suma importância para a sedimentação de seu presente. Ao mesmo tempo, o passado é e precisa ser narrado através de escolhas próprias a ele, da sua historicidade.

Neste esforço por compreender elementos da realidade, as experiências passadas não eram entendidas somente como uma disposição de equívocos os quais se condensaram no presente e deveriam ser superadas, compreensão que muito normalmente é atribuída genericamente aos modernistas. As experiências históricas eram debatidas

e representadas de maneira complexa, com o objetivo de compreender parte da formatação do presente e, também, para liberar outras perspectivas desconhecidas ou pouco tratadas do passado.

Segundo Gumbrecht, este aspecto de tematização intensa do passado e até mesmo sua valorização, contrário a um esforço em somente se distanciar e estranhar o passado, é uma característica singular das Américas, Itália e Espanha. Em outros países Europeus, houve maior intensificação da distância em relação ao passado referencial (para Koselleck, afastamento entre “espaço de experiências” e “horizontes de expectativas”), especialmente em seus movimentos modernistas, intensificando isto que seria a aceleração do tempo.

Em vez de tentarem (como fez Balzac) preservar a possibilidade de representação, em vez de apontarem para os problemas crescentes com o princípio da representatividade [...], os surrealistas e os dadaístas, os futuristas e os criacionistas – ao menos em seus manifestos – se tornaram cada vez mais decididos a romper com a função da representação (GUMBRECHT, 1998, p. 19).

Relacionada às primeiras desconfianças acerca da capacidade humana de representação da realidade (devido aos limites dos “pontos de vista”, já que são históricos, sociais e culturais), a crise a respeito dos referenciais no início do século XX a qual “costumávamos tomar pelo todo – provavelmente porque era dominante naqueles países europeus que ocupavam o [suposto] centro do mapa do prestígio cultural” - se deu de forma diferente (e sofisticada) em espaços como o Brasil. Para complexificar nossas compreensões acerca dos fenômenos históricos, é preciso uma perspectiva acerca da história intelectual ou das ideias a qual “[...] se abre para as complexas dimensões do social, do político e do econômico” (SOARES, 2011, p. 87). Deste modo, “Caberia ao historiador, nesse sentido, trabalhar a descrição dos fatos da mentalidade, buscando as *estruturas de pensamento* de cada época, comandadas pelas evoluções socioeconômicas que organizam as construções intelectuais” (SOARES, 2011, p. 89). Como demonstrado pela historiadora brasileira Gabriela Pellegrino Soares:





Tal renovação apoiava-se na crítica à noção de conceitos que nascem de inteligências desencarnadas, fora de seu tempo e de seu espaço. O pensamento era antes visto como não tendo limites, separado das formas de vida social que permitem sua produção e sujeito, unicamente, à influência das grandes ideias elaboradas em momentos progressos. Trabalhava com a premissa de que, sem subestimar o papel das ideias na história, o desafio estava em mostrar que, tal como as manifestações econômicas e sociais, as ideias são filhas do seu tempo (SOARES, 2011, p. 88).

Tendo em mente as compreensões que sublinham as ideias em trânsito como diretamente associadas à sua historicidade e, portanto, a determinada experiência temporal, é preciso explicitar que elas estão, do mesmo modo, associadas à sua espacialidade. Como os historiadores Avelar, Faria e Pereira anotaram, o território ou a perspectiva da nacionalidade não aprisiona as ideias, elas se relacionam constantemente entre os mais diferentes espaços e ambientes. Assim como indicou Pocock, as ideias se encontram em constante circulação, dialogando, persistindo, se diferenciando, sendo interpretadas, ressignificadas e transformadas (POCOCK, 2003).

A produção intelectual da América Latina é heterogênea, de modo que estão e precisam ser associadas às suas particularidades. O intelectual venezuelano Julio Ramos nos mostra que é necessário estar atento para duas críticas importantes que perpassam certa tradição intelectual eurocêntrica, as quais não compreendem a sofisticação intelectual em outros espaços e a partir de possibilidades outras. Uma delas seria a ideia de que o latino-americano estaria à margem em relação aos modelos europeus: “O problema com este tipo de leitura, bastante comum em nossos dias, pressupõe que ‘o europeu’ ou o ‘ocidental’ moldam a inscrição de uma origem, com alto grau de pureza e homogeneidade” (RAMOS, 2009, p. 167, tradução nossa).<sup>24</sup>

24 “El problema con este tipo de lectura, bastante común en nuestros días, radica en la suposición de que “lo europeo” u “occidental” configura la inscripción de un origen, con un alto grado de pureza y homogeneidade” (RAMOS, 2009, p. 167).



A segunda crítica seria à compreensão de que o latino-americano (considerado, então, como terceiro mundo) deturpa esta pureza originária do saber ao transportar, representar, recitar ou simular o funcionamento de códigos intelectuais que originariamente pertenceriam, supostamente, ao “primeiro mundo”. Ramos vai além ao provocar através da seguinte pergunta: a transformação e ressignificação de saberes no interior dos espaços Latino-Americanos não poderiam ser entendidos como uma “[...] mudança para um impulso crítico da ‘verdade’ e da disciplina [da história]?” (RAMOS, 2009, p. 167-168, tradução nossa).<sup>25</sup> Ou melhor, as formas outras de conceber o saber, não seriam elas mesmas possibilidades críticas de compreender a formatação da disciplina da história e até mesmo as variabilidades no interior do conceito de *verdade*?

Em outras palavras, a “origem” parece conter marcas salientes da derivação “paródica” ou “desagradável”. O que nos leva a questionar esse tipo de narrativa histórica (linear) mesmo na Europa. Para nós, a distinção é fundamental porque nos obriga a reconsiderar a postulação da diferença latino-americana como efeito da paródia de uma primeira plenitude mundana (nunca verificável) primeiromundista (RAMOS, 2009, p. 168, tradução nossa).<sup>26</sup>

A constituição intelectual latino-americana é plural e heterogênea, ainda mais, possui especificidades epistemológicas. Também, a produção de saber europeia não é homogênea e não é modelo de uma linearidade exemplar, a qual irradia arquétipos que deveriam estar no centro do desenvolvimento intelectual. Para postular as diferenças no interior da literatura latino-americana, é preciso evitar a dualidade centro/margem a qual entende que a produção literária na América Latina é uma paródia ou uma imitação disforme de padrões europeus.

25 “[...] cambio por un impulso crítico de la “verdad” y la disciplina?” (RAMOS, 2009, p. 167-168).

26 “Dicho de otro modo, el “origen” parecería contener marcas protuberantes de la “derivación” “paródica” o “antiestética”. Lo que nos lleva a cuestionar ese tipo de narrativa histórica (lineal) incluso en Europa. Para nosotros la distinción es clave porque nos obliga a reconsiderar la postulación de la diferencia latinoamericana como efecto de la parodia de una plenitud (nunca comprobable) primermundista” (RAMOS, 2009, p. 168).

Na construção intelectual realizada em espaços diversos, o que ocorre, portanto, é a circularidade de ideias entre locais diferentes, além de ressignificações através dos contatos (muitas vezes violentos) entre as diversas culturas. Como afirma o também ensaísta brasileiro, Silvano Santiago, a diversidade cultural, social e de sujeitos do que chamamos de América Latina, acabou por possibilitar a desmistificação e desestabilização das noções de pureza e unicidade ou unidade civilizatória, cultural, social e religiosa comuns a muitos dos europeus.

A maior contribuição da América Latina para a cultura ocidental vem da destruição sistemática dos conceitos de *unidade* e de *pureza*: estes dois conceitos perdem o contorno exato de seu significado, perdem seu peso esmagador, seu sinal de superioridade cultural, a medida que o trabalho de contaminação dos latino-americanos se afirma, se mostra mais e mais eficaz. A América Latina institui seu lugar no mapa da civilização ocidental graças ao movimento de desvio da norma, ativo e destruidor, que transfigura os elementos feitos e imutáveis que os europeus exportavam para o Novo Mundo (SANTIAGO, 2000, p. 16).

Esta alteração dos valores de unidade e pureza se deu justamente através dos diferentes processos de ressignificação, das resistências, das recusas, das revalorizações e das transformações que atuaram na América Latina em relação aos elementos europeus que tentavam serem impostos violentamente nos processos de colonização. E é esta certa erosão da ideia de pureza e unicidade na Europa que apontaria que estes processos de transformações e ressignificações (talvez aquilo chamado por Mário de Andrade de “antropofágico”) não ficaram contidos nos limites das Américas, mas circularam, transitaram, produziram rejeições, impactaram, alteraram e também foram ressignificados nos diversos espaços europeus e outros mais.

Estes fenômenos na América Latina também se traduzem como formas de resistências e contestações das violências impostas pelo sistema colonial (e pela cultura comportamental da colonialidade), procurando destruir as noções dualistas de margem e centro, inferior e superior, etc. Assinalo, portanto, que ao se inspirar nesta atitude, vamos em direção a ações descolonizadoras e potencializadoras das

culturas latino-americanas, inclusive, claro, da produção intelectual, como os ensaios de Querino e Prado, onde o próprio gênero ensaio é imaginado e assimilado de formas diferentes. Como Santiago escreve em uma belíssima passagem de seu ensaio:

Sua geografia [da América Latina] deve ser uma geografia de assimilação e de agressividade, de aprendizagem e de reação, de falsa obediência. A passividade reduziria seu papel efetivo ao desaparecimento por analogia. Guardando seu lugar na segunda fila, é no entanto preciso que assinale sua diferença, marque sua presença, uma presença muitas vezes de vanguarda. O silêncio seria a resposta desejada pelo imperialismo cultural, ou ainda o eco sonoro que apenas serve para apertar os laços do poder conquistador. Falar, escrever, significa: falar contra, escrever contra (SANTIAGO, 2000, p. 16-17).

A partir destas considerações, é preciso se distanciar de pressupostos ou tópicos cristalizadas em parte da historiografia a respeito da Primeira República brasileira, especialmente, saliento aqui a da ideia de *atraso*:

Ideia de atraso que pressupõe a existência de um único tempo universal e homogêneo, uma escala evolutiva determinada – pois somente assim, alguém poderia dizer que um país ou uma nação estaria “à frente” de outro. Pressupõe, ainda, uma imagem idealizada desses países que encarnariam a civilização no que ela teria de mais avançado. E, por fim, do ponto de vista metodológico, aposta que as ideias estão ou deveriam estar confinadas a contextos territoriais nacionais, indo de encontro a tudo o que se diz atualmente sobre circulação e interação de discursos e tomando, como dado apriorístico, o recorte do Estado-Nação como realidade histórica fundamental” (AVELAR, A; FARIA, D; PEREIRA, M., 2012, p. 20-22).

Muitos destes *topos*, quando tipificam as instituições latino-americanas imediatamente como atrasadas, concluem que são espaços “cujos intelectuais seriam incapazes de pensar por si próprios, sendo meros repetidores, ‘importadores de ideias’” (AVELAR, A; FARIA, D; PEREIRA, M., 2012, p. 20-22). Mais ainda, esta interpretação corriqueira entende que “o modernismo, com o marco de 1922, seria o

momento em que esse mal teria sido ou resolvido ou enfrentado” (AVELAR, A; FARIA, D; PEREIRA, M., 2012, p. 20-22). Estas máximas, que permeiam os trabalhos de muitos educadores e outros intelectuais, são equivocadas e muito perigosas, já que são parte de uma mentalidade da colonialidade, impondo e legitimando mais uma vez modelos eurocentrados e epistemicidas. Ainda que grande parte das publicações do início do século vinte acabam por fazer parte deste movimento que reitera valores eurocêntricos, muitas delas, ao resignificar, hibridizar, questionar, por se encontrarem em espaços socioculturais diversos, acabam por produzir formas outras de compreender realidades.

## LINGUAGENS E ARTICULAÇÕES ENTRE EXPERIÊNCIAS NO TEMPO

Em uma realidade complexa, como a que chamamos de Primeira República, onde se quer investir em desenvolvimento humano e técnico, ao mesmo tempo em que se critica a linearidade disto que seria o progresso, o tempo não pode ser entendido como uma sequência ininterrupta unidirecional. Grande parte destes intelectuais entendem o tempo de forma processual, multidirecional, mesmo que convivam simultaneamente com perspectivas também lineares e até mesmo “circulares”. Mesmo quando encontramos o discurso do atraso nestes ensaios e periódicos, é preciso examiná-los a partir da complexidade de sua historicidade e se manter atento a interpretações engessadas.<sup>27</sup>

27 É preciso se atentar: muitas interpretações *a posteriori* acerca da escrita da história na Primeira República, assim como de outras atividades intelectuais, que se constituem teleológico e anacronicamente, compreendendo este momento como um espaço no qual se produziu um saber inferior, simplista, incompleto e contraditório, por exemplo, por se situar anterior à especialização e profissionalização aos moldes institucionais universitários (das graduações e bem mais à frente, das pós-graduações) e pela escolha do ensaio como gênero de escrita. Infelizmente, estas perspectivas acabam, muitas vezes, por reduzir e soterrar a sofisticação histórica dos trabalhos escritos antes do estabelecimento contundente dos sistemas universitários, como se anteriormente não houvesse preocupação metodológica, científica, teórica, erudita e mesmo institucional (é preciso lembrar da importância do IHGB e de outros institutos durante a Primeira República) ou epistemes outras a respeito da constituição e produção de saberes no Brasil.



Reiteramos, portanto, que na Itália, Espanha e Américas foram produzidas “versões diferentes do Alto Modernismo” (GUMBRECHT, 1998, p. 21). Como apontamos, para Gumbrecht, os primeiros traços da crise de referências surgiram durante o século XIX onde emerge o “observador de segunda ordem”, ou ainda, “um papel de observador que é incapaz de deixar de se observar ao mesmo tempo em que observa o mundo” (GUMBRECHT, 1998, p. 13). O observador de segunda ordem seria aquele que compreende que os seus comportamentos teóricos estão diretamente relacionados com este espaço no interior do qual se mobiliza. O sujeito torna-se “‘inevitavelmente consciente da sua constituição corpórea’ para perceber o mundo e sabe que suas interpretações quanto a realidade se encontram submetidas a sua ‘posição particular’” (GUMBRECHT, 1998, p. 13-14). Ou seja, suas perspectivas dependem de sua própria historicidade, e se encontram entre tantas outras, não necessariamente menos ou mais legítimas. O saber produzido em cada espaço se encontra entre uma das muitas posições possíveis, onde “nenhuma dessas múltiplas representações pode jamais pretender ser mais adequada ou epistemologicamente superior a todas as outras” (GUMBRECHT, 1998, p. 14).

Isto posto, “a prática artística e literária nesses países”, a saber, nas Américas, na Itália e na Espanha, “pode ser tão inovadora, experimental, e, às vezes, tão chocante quanto [...] – mas ela nunca rompe com a função da representação” (GUMBRECHT, 1998, p. 20). A linguagem e as compreensões no interior de muitos dos ensaios do início do século XX brasileiro vão ao encontro da compreensão de Gumbrecht. Várias destas obras registraram apontamentos sobre as possibilidades e dificuldades acerca da representação, como interpretações que se constituem a partir de determinado mundo. E mais, apesar dos indícios acerca dos limites da representação, tais ensaios, ainda de acordo com Gumbrecht, procuram reforçar a possibilidade de tematizar e de descrever a realidade, e isto com o objetivo de construir referenciais.



No interior das publicações de parte do intelectuais latino-americanos do início XX, o que temos é uma busca por reflexões a respeito das perspectivas de ação no presente através da tematização do passado brasileiro. Ou seja, há uma tentativa de potencializar o presente abordando outras possibilidades do passado além das já cristalizadas nas narrativas contemporâneas, ou mesmo disputar e obscurecer aquelas já dispostas. Este esforço se realiza a partir da oscilação (pela complementaridade) entre produção de sentido e produção de presença, ambas ético-politicamente orientadas, ou seja, dedicadas a uma tematização do passado a partir de questões próprias ao seu tempo.

Com ético-político, portanto, me refiro à preocupação daquele que escreve representações do passado e que “também se dedica a pensar o mundo contemporâneo, suas determinações próprias, problemas e possibilidades” (SANTOS; RANGEL, 2015, p. 8). Aqui, a categoria ética “aparece como sendo, ao menos neste sentido, uma preocupação com o âmbito no interior do qual vivemos, a saber, o mundo contemporâneo”, ou o mundo contemporâneo daquele que quer representar. Ou seja, através da historicidade daquele que compõe a narrativa histórica a qual estabelece também possibilidades de compreensão do que é entendido como ético (SANTOS; RANGEL, 2015, p. 8). Já política seria “Uma atuação mais decisiva no que podemos chamar de ‘esfera pública’, a partir de um conjunto de orientações mais específicas (sistemática) tendo em vista transformações num curto ou médio espaço de tempo” (SANTOS; RANGEL, 2015, p. 8).

Em sua abordagem ético-política, o ensaio de Prado, por exemplo, possui uma intensa preocupação a respeito da dificuldade de constituição (considerada por ele) mais adequada da sociabilidade em sua época devido à sedimentação de um individualismo danoso (egoísmo), da cobiça, da luxúria e da conseqüente tristeza. É importante acrescentar, desde já, que para Prado, de acordo com suas inspirações freudianas, a tristeza coletiva decorre dos excessos da luxúria e da cobiça generalizada. Para ele, isto ocorre do mesmo modo como



nos transtornos mentais dos indivíduos onde, caso seus impulsos e desejos não sejam devidamente educados e direcionados, provocariam patologias individuais e sociais, como a apatia. Temos, assim, uma dupla preocupação em *Retrato do Brasil*: com o que podemos chamar de político, uma ação cotidiana e o engajamento geral dos indivíduos no que diz respeito às questões públicas; e o que entendemos como sendo o espaço da política, compreendido aqui como a administração governamental e seus integrantes (ROSANVALLON, 2010, p. 72–73).<sup>28</sup>

É a única questão vital para o país – a questão política. Feliz ou infelizmente, não há outro problema premente a resolver: nem social, nem religioso, nem internacional, nem de raças, nem graves casos econômicos e financeiros. Somente a questão política, que é a questão dos homens públicos (PRADO, 1928, p. 207).

A flutuação entre produção de sentido e de presença cria uma possível reorganização do que chamamos de “distância histórica” – “a diferença entre passado e presente ou entre fato e narrativa” – elaborando novas delimitações das distâncias entre determinadas experiências passadas e o seu presente (BEVIR, 2015, p. 12). Ou seja, trata-se de uma mobilização teórica, descritiva, textual e imagética que tem o objetivo de aproximar e de distanciar mais ou menos estes ou aqueles passados. Ainda sobre sentido e presença, Gumbrecht entende que a “cultura de sentido”, apesar de ter se intensificado na modernidade e de ter gerado certo rompimento entre linguagem e “presença” ou linguagem e “realidade” (ao separar ontologicamente a consciência do mundo das coisas) não impede que a presença se realize, mesmo que minimamente, através da linguagem.

O que mais nos interessa é que, a partir do paradigma da presença, podemos apontar para o que seria uma presentificação do passado, torná-lo tangível no interior dos próprios ensaios. No que diz respeito à linguagem (mas não somente através dela) torna-se possível, assim, provocar (ao menos efeitos de) experiências sensoriais e

28 As conceptualizações apresentadas aqui acerca do que é entendido como *o político* e a *política* estão diretamente relacionadas às compreensões de Pierre Rosanvallon (ROSANVALLON, 2010, p. 72–73).

afetivas as quais não são, necessariamente, pressuposições a respeito do mundo das coisas. Isto diz respeito ao que Gumbrecht chama de possibilidade de “amálgama” entre linguagem e “presença”, o que:

[...] pode ser descrito como *linguagem que se abre para o mundo das coisas*. Este inclui textos em que o paradigma semiótico de representação é substituído por uma atitude dêitica em que as palavras são experimentadas como apontando coisas, ao invés de substituí-las. Assim, os substantivos se transformam em nomes próprios porque parecem saltar a dimensão sempre totalizante dos conceitos e se tornam, por algum tempo, individualmente ligados a objetos individuais (GUMBRECHT, 2009, p.15).

Dessa maneira, a partir da linguagem – compreensão e estratégia que parecem cognoscíveis no ensaio de Querino e Prado - surge a possibilidade de “estimular imaginações que tornem esta mesma presença palpável”, e, assim, mais ou menos próxima (GUMBRECHT, 2009, p.15). Caso consiga constituir uma relação não simbólica, mas de certa intimidade com as coisas as quais se refere (uma epifania), a linguagem pode evocar o passado, torná-lo presente e, desta forma, tornar possível alguma reorganização do presente também a partir desses passados. Os diversos gêneros e áreas do saber que se encontram abertos a uma linguagem, organizada a partir disso que seria a cultura de presença, possuem a capacidade de produzir efeitos de presença na e pela linguagem, ou ainda, “efeitos de epifania”.

# 2

**ESCRITA DA HISTÓRIA,  
PRESENÇA, SENTIDO  
E ELEMENTOS ÉTICO-POLÍTICOS  
EM *A BAHIA DE OUTRORA*  
DE MANUEL QUERINO**

## PASSADOS SIMULTÂNEOS, MATERIALIDADES E COTIDIANIDADE

O ensaio *A Bahia de Outrora: vultos e fatos populares* (1916), de Manuel Raimundo Querino, possui abordagens interessantes a partir do que chamamos aqui de oscilação entre *efeitos de presença* e *efeitos de sentido*. Através disto, Querino se dedica a reflexões ético-políticas em algumas de suas passagens. Querino mobiliza muitos elementos para a produção da presença através da linguagem, muito mais do que no ensaio *Retrato do Brasil*, de Prado. Ou melhor, enquanto *efeito de presença*, a escrita de Querino, em seu ensaio de 1916, indica, provoca e aponta para a existência de objetos físicos e eventos espaço-temporalmente localizados como algo que se encontra à nossa frente, de modo tangível e que toca nossos corpos.

Em sua escrita histórica, o autor cria textos que constantemente indicam objetos materiais, a espacialidade, a afetividade e a sensorialidade dos sujeitos do passado em seu cotidiano, ou “plano da vida”. Além, é claro, de possibilitar simultaneamente experiências sensoriais e afetivas também para o leitor. Com isto, aproxima-se da concepção onde os seres humanos se consideram parte do mundo das coisas e, portanto, não se distinguem ontologicamente do mundo (GUMBRECHT, 2009, p. 13). Enquanto efeitos de sentido, Querino produz uma narrativa acerca do passado através de um empenho lógico-formal, empírico-documental. Para isto, se utiliza de argumentos concatenados, de uma hermenêutica atenta, de métodos, da documentação e da crítica documental.

Entre as sete possibilidades de se produzir presença através da linguagem apontadas por Gumbrecht, podemos encontrar cinco delas



no ensaio de Querino (GUMBRECHT, 2009, p.11).<sup>29</sup> A primeira delas seria a linguagem como algo que afeta os corpos em sua realidade física, através das formas e ritmos, o que podemos vislumbrar nas letras de canções, nas poesias e nas descrições que fez de danças e de musicalidades que estudou com cuidado (GUMBRECHT, 2009, p. 13). Uma outra seria a ideia da linguagem capaz de produzir uma experiência estética por meio de uma percepção sensorial que não aparenta ser uma pressuposição, mas uma sensação autêntica através da comunicação no sistema da arte (GUMBRECHT, 2009, p. 13). Esta noção se encontra por quase todos os verbetes de Querino, através de uma linguagem que indica as disposições afetivas dos sujeitos, os elementos visuais, os alimentos, os sons, etc.

Também nos deparamos com a ideia de uma linguagem mística, que possui a habilidade de “estimular imaginações” tornando “esta mesma presença palpável” (GUMBRECHT, 2009, p. 15). Isto ocorre quando Querino trata do sobrenatural (como os animais místicos e assombrações) e dos sistemas de crenças (QUERINO, 1955, p. 92-98). De forma bastante intensa, encontramos a perspectiva da linguagem que busca se abrir para o mundo das coisas ao invés de buscar substituí-las (ou defini-las), provocando a emergência de objetos, apontando para eles, para a materialidade e a espacialidade. Para Gumbrecht: “aqui, o ritmo da prosa imita o ritmo dos movimentos ou dos eventos a serem evocados, estabelecendo uma relação analógica com estes movimentos e eventos que também contornam o princípio digital de representação” (GUMBRECHT, 2009, p. 16). Por último, em um efeito que se relaciona com os anteriores, Querino produz a presentificação de experiências do passado através da linguagem, indicando coisas,

29 Gumbrecht compreende que a linguagem, em uma cultura de presença (amalgama entre linguagem e presença), pode desempenhar sete papéis: 1) Linguagem como realidade física, que afeta nossos corpos através principalmente da forma e ritmo; 2) Desejo de presentificar na filologia; 3) Linguagem capaz de disparar uma experiência estética; 4) Linguagem mística que estimula a imaginação e torna a experiência palpável; 5) Linguagem que se abre para o mundo das coisas: palavras apontando coisas ao invés de substituí-las; 6) Linguagem literária que possui a capacidade de produzir efeitos de epifania; 7) Presentificação do passado através da linguagem (GUMBRECHT, 2009, p.11).

corpos e sentimentos no interior de determinados fenômenos históricos (GUMBRECHT, 2009, p. 17).

Talvez, devido ao esforço de narrar estes passados destacando mais intensamente diversos matizes da materialidade, do cotidiano, através de aspectos mais ligados a *presença*, o autor não produz nenhuma apresentação estrutural ou teórica acerca da escrita da história em seu texto. Mesmo assim, ainda que possamos estar realizando algo anticlimático quando se trata de *efeitos de presença* (que devem ser experimentados, e não explicados), neste texto, vamos buscar analisar algumas formas e ideias que perpassam o ensaio de Querino para a escrita da história e, principalmente, para a presentificação do passado.

É preciso salientar que Querino, muito provavelmente, foi o primeiro a produzir uma escrita da história do ponto de vista de um sujeito negro, o qual não constituía a elite socioeconômica. Mais ainda, seu trabalho deslocava a atenção altamente eurocêntrica comumente dada à escrita da história. O posicionamento racista e racialista, cotidiano no início do século XX, conferia protagonismo ao homem branco como um agente “civilizador” frente ao que era entendido, equivocadamente, como grupos étnicos inferiores das Américas e África. Querino deu centralidade aos africanos e afro-brasileiros e suas culturas como parte importante, volumosa, ativa e rica do Brasil.<sup>30</sup> Assim, apresentava o assertivo argumento de que o que limita as capacidades dos sujeitos não é a sua etnia ou cor, mas a falta de oportunidades, especialmente através do acesso à educação formal para se alfabetizar, atuar em ofícios e ampliar as capacidades de autonomia, reflexão e ação.

Ao voltar sua atenção para a História, Querino esperava reequilibrar a ênfase tradicional da experiência europeia no Brasil. Nenhum afro-brasileiro havia até então dado sua perspectiva da

30 Neste ensaio temos o uso do vocabulário e categorias afro-brasileiras e de algumas das etnias indígenas, sempre indicados como aspectos históricos, culturais e sociais na cultura baiana e brasileira. Alguns deles são: mandinga, matatú, sussú, lundú, samba, ganzá, caboclo, cucumbí, guaicurú, crecheré, tamborin, marimba, angola, capoeira, berimbau, gongo, coxaxá, aloanguê, farricôco, cabriola, caipora, gambeta, sorongo, mulambo, caiumba, teté, moqueca, candomblé, ioiô, barangandam.

História do Brasil. Querino surgiu como um dos primeiros brasileiros, e possivelmente o primeiro afrodescendente, a detalhar, analisar e fazer justiça às contribuições africanas ao seu país. Virou a mesa e utilizou o darwinismo social para seus próprios fins: acreditando que a raça africana fosse “não evoluída” por causa da escravidão e da conseqüente falta de oportunidades, ele viu no seu próprio exemplo e no de outros eminentes baianos negros cujas vidas registrou, que, quando o negro é respeitado e devidamente instruído, sua evolução social e econômica é garantida. Apresentou suas conclusões em meio a um clima de opinião que era, na melhor das hipóteses, indiferente, e na pior, genocida – prevendo o desaparecimento da raça negra num processo de “genocídio passivo”, devido ao pessimismo sobre os resultados da miscigenação entre negros e brancos. Desmentiu o racismo científico de Gobineau e Spencer, disseminado no Brasil por Nina Rodrigues, Sívio Romero e outros (GLEDHILL, 2013, p. 137).

Neste sentido, o livro *A Bahia de Outrora* foi estruturado por entre capítulos semelhantes a verbetes, e que apontam e evocam determinadas experiências do passado da Bahia, especialmente durante o século XIX.<sup>31</sup> Alguns destes textos, como o “Episódio da independência I”, o “Episódio da independência II” e os “Primórdios da Independência”, foram publicados primeiramente na *Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia*, e reorganizados para a realização deste ensaio de 1916.

Os capítulos/verbetes são curtos, muitos com duas ou três páginas, como um vislumbre, uma rápida espiada ou epifania (um *efeito de presença*) a partir ou junto à determinados passados. Possuem,

31 São eles: “O Natal”; “A Noite de Reis”; “A Noite Primeira de Julho”; “Cheganças”; “Cucumbís”; “A Capoeira”; “Milícia, Ordenanças e Guarda Nacional”; “A Procissão de Fogaréos”; “A Festa do Espírito Santo”; “Superstição”; “A Imprensa”; “A Irmandade de Santa Cecília”; “O Collegio de S. Joaquim”; “A Procissão das Cinzas”; “A vida no Lar”; “A Cadeirinha de Arruar”; “A Chapelinha das Moças”; “Os Estudantes de Coimbra”; “A Romaria dos Jangadeiros”; “A Lavagem do Bonfim”; “A Guerra das Pedras”; “A Moda Carijó”; “As Cavalhadas”; “Os Direitos do Povo”; “A Combuca Eleitoral”; “A Bahia e a Campanha do Paraguay”; “O Recrutamento”; “Festejos Campestres”; “O Mocotó”; “O Collatino das ‘Buchas’”; “O Gaz”; “Presepio de Fala”; “Oradores do Povo”; “A Viagem do Imperador”; “Costumes Familiares”; “Jantares”; “A Romaria da Polícia”; “Cerração no Mar”; “O Automobilismo”; “A Segunda-feira do Bonfim”; “Os Bobos”; “Associação Commercial da Bahia”; “A Retreta”; “O Chafariz do Largo do Theatro”; “Pedro Bala”; “Episódio de Independencia I”; “Episódio de Independencia II”; “A Lithographia e a Gravura”; “João Nepomuceno da Silva (O Poeta Graxeiro)” e “Manuel Pessoa da Silva”.



portanto, uma estrutura de aforismos, procurando descrever e apontar mais do que explicar. Em meio a tantas transformações violentas vivenciadas pelos baianos do século XIX e início do século XX, que são retratadas no ensaio de Querino, é como se não houvesse tempo o suficiente para a produção de uma grande narrativa, sendo mais urgente realizar a escrita de experiências, daquilo que foi experimentado e está se esvaindo. Cada uma das seções do seu ensaio pode ser lida de forma isolada, já que, ainda que alguns argumentos e temas perpassem muitos dos capítulos/verbetes, os conectando (como a presença de um *povo* ativo e de elementos afro-brasileiros), cada seção inicia e finaliza uma narrativa própria ao redor do seu tema.

Portanto, não há uma sequência pré-estabelecida e linear para a leitura dos verbetes de *A Bahia de Outrora*, seja ela cronológica ou de outra ordem. Sem esta linearidade, sem uma grande preocupação com uma cronologia, Querino constrói um sistema de simultaneidade de passados (algo importante para *efeitos de presença*) no interior de seu livro: toda experiência histórica, em cada um dos seus capítulos/verbetes, são olhares feitos em ângulos diferentes acerca do passado da Bahia do século XIX.

Ou seja, ao lermos textos como “Os Direitos do Povo”, “A noite de Reis”, “A lavagem do Bonfim”, “Costumes familiares” ou “A imprensa”, nos deparamos com diversas experiências, onde muitas delas poderiam ter ocorrido ao mesmo tempo naquele espaço da Bahia do século XIX. Seria como se observássemos uma cena de um filme filmada em ângulos diferentes, onde cada um focasse em detalhes diferentes daquilo que está sendo filmado. Na soma da especificidade de cada um destes focos, haveriam observações (e narrativas) diferentes de uma mesma cena, sem que uma dependesse da outra, rompendo, portanto, a necessidade de uma linearidade.

Este modo não linear ou não sequencial, mas simultâneo, confe-re certa diversidade de sujeitos, tradições, ações e outras possibilidades que se realizam ao mesmo tempo em espaços-tempos na Bahia.

É interessante notar que esta possibilidade de constituição de narrativas acerca do passado, através das simultaneidades em capítulos/verbetes, sem um começo ou fim na estrutura de seu livro, é o modo como Gumbrecht descreve o seu esforço de presentificação do passado na elaboração, por exemplo, do seu trabalho *Em 1926: vivendo no limite do tempo* (1999). Para Gumbrecht, em seu texto:

O discurso é feito para revelar percepções de superfície dominantes, tais como elas eram proporcionadas por determinados fenômenos materiais, e visões de mundo dominantes, tais como elas eram produzidas por determinados conceitos, durante o ano de 1926 (GUMBRECHT, 1999, p. 10).

A presentificação de passados, no livro de Querino, parece indicar algo muito semelhante ao livro de Gumbrecht ao trazer à tona elementos mais próprios ao cotidiano de diversos sujeitos e grupos, quer mais materiais ou imateriais. Assim como no livro *Em 1926*, é possível ter, em muitos momentos, o que podemos chamar de epifania, ou seja, uma experiência sensorial e afetiva, imersiva e momentânea através dos textos de *A Bahia de Outrora*, onde o leitor pode sentir como se estivesse naquele espaço e tempo.

Ainda que não seja um recurso muito utilizado, em alguns momentos podemos encontrar reflexões que vão na direção da interpretação histórica (hermenêutica), na maioria das vezes com um objetivo que é pragmático, ético-político. Isto é algo que se difere do encaminhamento de Gumbrecht, já que ele compreende que perspectivas hermenêuticas e de ação (pragmáticas, éticas) são incompatíveis com um movimento mais estético que tornaria possível essa relação mais fenomenológica com passados, de sua presentificação, ou ainda, de simultaneidades históricas (GUMBRECHT, 1999, p. 12).

De todo modo, Querino narra experiências passadas que parecem fasciná-lo, que possuem o que ele chama de “brilhantismo” e que tem algo a provocar no que tange à reflexão e ação do leitor, mas também em suas disposições afetivas, em sua experimentação (QUERINO, 1955,

p. 90). Portanto, há uma busca por passados referenciais que deem evidência, substância (materialidade), vida e a própria possibilidade de reconhecimento aos sujeitos e espaços negados - a população pobre ou de classe média baixa, especialmente os africanos e afro-brasileiros.

## QUERINO E AS EXPERIÊNCIAS NA HISTÓRIA: A PRESENÇA VIVA E COLORIDA DOS AFRO-BRASILEIROS E DE OUTROS SUJEITOS NO PASSADO

É possível se deparar com muitos dos elementos da *presença*, do *sentido* e do ético-político, por exemplo, no verbete “A Capoeira”. A partir de um princípio ou de um objetivo claramente ético-político temos, aqui, a presença dos afro-brasileiros e de parte da sua cultura tratados como de grande importância para a constituição histórico-cultural do Brasil. Isto é muito importante, pois se difere de muitas compreensões equivocadas da época que acreditavam não ter sido possível que negras e negros tivessem contribuído para a formação cultural e histórica do Brasil. Esta ideia, ou *topos*, argumentava que esta contribuição não ocorreu devido as suas condições de escravizados e/ou de uma suposição equivocada que conferia a eles uma inferioridade cultural e étnica. Estas noções racialistas e racistas negavam suas resistências, suas ações como sujeitos e outras de suas complexidades sócio-históricas. A perspectiva de Querino se coloca contrária à representação de africanos e afro-brasileiros como passivos nas tramas da história.

Como muitas vezes foi e é possível encontrar esta percepção errônea de passividade e de pouca ou nenhuma participação na formação social e cultural do Brasil, as comunidades negras brasileiras deixam de ser mencionadas em grande parte da historiografia após a abolição, a não ser através da temática do trabalho como mão-de-obra

escravizada (FONSECA, 2009).<sup>32</sup> Esta invisibilização da importância das comunidades negras era parte das narrativas de vários letrados em diversos espaços, inclusive em outros lugares da América Latina.

Em uma aproximação entre Querino e o colombiano Manuel Zapata Olivella, Marcelo Cunha e Miranda Freitas destacam, por exemplo, a violência das ideias que hierarquizavam negros e indígenas como inferiores aos brancos, e que foram vivenciadas e combatidas por Querino e Olivella, respectivamente, no Brasil e na Colômbia.

Nos períodos vividos pelos dois intelectuais, prevaleceram perspectivas históricas que defendiam que a colonização era resultado dos europeus, afirmaram que índios e negros haviam perdido seus laços culturais ao se adaptar, chegando ao ponto em que os estudiosos usaram o termo *aculturado* para explicar que um grupo, *menos desenvolvido*, assimilou as características culturais do outro, *mais desenvolvido*. Nessa perspectiva, as abordagens de Zapata Olivella e Manuel Querino são muito importantes, pois desmistificaram os conceitos hegemônicos (CUNHA; FREITAS, 2015, p. 259, Grifo do autor, Tradução nossa).<sup>33</sup>

Evidenciando as culturas negras, Querino menciona elementos materiais dos praticantes da capoeira, como as ruas mais comuns para estas atividades e os objetos usados para realizá-la:

O domingo de Ramos fora sempre o dia escolhido para as escaramuças dos capoeiras. O bairro mais forte fora o da Sé; o campo da luta era o Terreiro de Jesus. Esse bairro nunca fora atacado de surpresa, porque os seus dirigentes, sempre prevenidos fechavam as embocaduras por meio de combatentes, e um tulheiro (sic) de pedras e garrafas quebradas em forma

32 Para melhor compreensão destas resistências realizadas pelas negras e negros durante o século XIX e XX, especialmente através do acesso à educação e formação profissional em Minas Gerais, consultar *População Negra no Brasil: O perfil racial das escolas mineiras no século XIX*, de Marcus Vinícius Fonseca (FONSECA, 2009).

33 "En los períodos vividos por los dos intelectuales predominaban perspectivas históricas que defendían que la colonización era resultante de los europeos, decían que indios y negros habían perdido sus lazos culturales al adaptarse, llegando al punto de que los estudiosos utilizaron el término *aculturados* para explicar que un grupo, *menos desarrollado*, asimiló los rasgos culturales del otro, *más desarrollado*. En esta perspectiva los planteamientos de Zapata Olivella y de Manuel Querino son muy importantes, pues desmitificaron conceptos hegemónicos" (CUNHA; FREITAS, 2015, p. 259, Grifo do autor, Tradução nossa).

de trincheiras, guarneciam os principais pontos de ataques, como fossem: ladeira de S. Francisco, S. Miguel e portas do Carmo, na embocadura do Terreiro. Levava cada bairro uma bandeira nacional, e ao avistarem-se davam vivas à sua parcialidade. Terminada a luta, o vencedor conduzia a bandeira do vencido (QUERINO, 1955, p. 74).

Querino presentifica a prática da capoeira no século XIX apontando, descrevendo os corpos, cada parte, cada detalhe, como a orelha e os pés, seus movimentos, golpes, força física e agilidade, sua dança, seu andar. Para isto, também indica os objetos, as roupas e indumentárias, os tipos de capoeiristas, o olhar, a leitura do adversário.

Nos exercícios de *capoeiragem*, o manejo dos pés muito contribuía para desconcertar o adversário, com uma rasteira, desenvolvida a tempo. No ato da luta, toda a atenção se concentrava no olhar dos contendores pois que, um golpe imprevisto, um avanço em falso, uma retirada negativa poderia dar ganho de causa a um dos dois. Os mais hábeis capoeiras logo aos primeiros assaltos, conheciam a força do adversário; e, neste caso, já era uma vantagem, relativamente ao modo de agir. [...] Havia os capoeiras de profissão, conhecidos logo à primeira vista, pela atitude singular do corpo, pelo andar arrevesado, pelas calças de boca larga, ou pantalona, cobrindo toda a parte anterior do pé, pela argolinha de ouro na orelha, como insígnia de força e valentia, e o nunca esquecido chapéu à banda. Os amadores, porém, não usavam sinais característicos, mas exibiam-se galhardamente, nas ocasiões precisas (QUERINO, 1955, p. 74-75).

Soma-se a isto a importância que Querino confere à descrição dos elementos que embalam os corpos: o instrumento (o berimbau), o som, o ritmo, a música, a letra da canção... Trata-se de uma narrativa que toca diretamente os sentidos do leitor, a despeito ou pelo menos antes de qualquer explicação ou metanarrativa, possibilitando uma experiência de presença, de simultaneidade em relação a passados. Isto se difere do que constitui um texto mais hermenêutico, mas dedicado ao que estamos chamando junto a Gumbrecht de uma produção mais robusta de sentido (metanarrativas, argumentação lógico-formal, etc.)



Nesses exercícios, que a gíria do capadócio denominava – *brinquedo*, dançavam a capoeira sob o ritmo do *berimbau*, instrumento composto de um arco de madeira flexível, presa as extremidades por uma corda de arame fino, estando ligada a corda uma cabacinha ou moeda de cobre. O tocador de berimbau segurava o instrumento com a mão esquerda, e na direita, trazia pequena cesta contendo calhaus, chamada – *gongo*, além de um cipó fino, com o qual feria a corda, produzindo um som. Depois entoavam esta cantiga: “*Tiririca é faca de cotá./ Jacatimba muleque de sinhá./ Subiava ni fundo di quinta./ Coro: Aloanguê, caba de matá Aloanguê/ Marimbondo, dono de mato/ Carrapato dono de foia./ Todo mundo bebe caxaxa./ Negro Angola só leva fama/ Coro: Aloanguê, Som Bento tá me chamando, Aloanguê./ Cachimbêro nã fica sem fogo./ Sinhá veia nã é mai do mundo./ Doença que tem nã é boa/ Nã é cousa de fazê zombaria./ Coro: Aloanguê, Som Bento tá me chamando, Aloanguê./ Pade Iganga fechou corôa/ Hade morê:/ Parente, não me caba de matá./ Coro: Aloanguê, Som Bento tá me chamando, Aloanguê. Aloanguê./ Camarada, toma sentido./ Capôera tem fundamento./ Coro: Aloanguê, Som Bento tá me chamando, Aloanguê, caba de matá. Aloanguê*” (QUERINO, 1955, p. 75-78).

O verbete “A lavagem do Bonfim” parece indicar esta festa como algo que atraía a participação da população de baixa renda e da aristocracia, até que fosse proibida, segundo Querino, pela portaria de 9 de dezembro de 1889. Para a menção da presença das diversas classes sociais nesta festividade, entre muitos outros recursos utilizados, aqui se destaca a música, inclusive com as letras destas que são transcritas neste e em muitos outros verbetes.

As modinhas e lundus eram gêneros musicais muito populares nos mais diversos grupos sociais do século XIX, tendo surgido no interior da própria cultura popular. Percebe-se que, em muitas destas músicas, Querino indica um efeito ou recurso na canção, como o canto em coro, ou o ritmo *allegro* no momento a seguir. A respeito da apreciação musical pela elite durante a lavagem do Bonfim, Querino escreve:

Os fidalgos, os poderosos e bem assim os comerciantes aí se apresentavam montados em bonitos animais, ricamente ajaezados. [...] Nos salões aristocráticos a orquestra executava trechos

escolhidos; nos intervalos, porém, apreciavam-se as belas modinhas de Chico Magalhães, Tito Lívio e Aragão, da Cachoeira, como fossem: “Esquece, por uma vez/ Quem te deu o coração,/ Se não te move meu pranto,/ Dai-me a morte com teu não./ Que importa, tirania,/ Que eu viva sofrendo,/ Se, por teu desprezo,/ Eu vivo morrendo?/ *Alegro*: Eu sofro tanto,/ Porém calado,/ Embora eu ame/ Sem ser amado” (QUERINO, 1955, p. 146-147).

Do mesmo modo, Querino assinala a forma popular de se expressar musicalmente. Nota-se uma linguagem que presentifica os corpos, seus movimentos, e os aspectos culturais afro-brasileiros, o som dos instrumentos, o ritmo, a voz, as palmas e a dança. Tudo isto é disposto em um cenário onde temos várias atividades ocorrendo simultaneamente:

Nas modestas vivendas aplaudiam os cantores e tocadores de violão, flauta e cavaquinho. Aqui, era o samba arrojado, melodioso, enquanto as morenas, entregues a um miudinho de fazer paixão, entoavam a chula: “Eu vou pedir laiá/ Licença pra passear,/ Não posso ficar em casa/ Nesta noite de luar./ P`ra maior desgraça/ Isto só me basta,/ Todo arrebetado,/ De chapéu de pasta”. Mais adiante se encontrava o desempenho engraçado do *corta-jaca*, difícil sapateado popular, que requer enorme agilidade nos movimentos dos pés. Além, num samba fervoroso, com acompanhamento de violão, cavaquinho, viola, canzá e palmas fortes, ouvia-se esta chula: “Maria Inácia/ Dinheiro não tem,/ Quem tiver inveja/ Faça assim também./ farinha pouca – meu pirão primeiro;/ Pirão pouco – meu bocado grande;/ Cama estreita – eu deitado ao meio;/ Samba de moleque – eu na porta da rua./ Arrene-g-ogo/ Da mula-t-a-ta/ Que mere-c-e-ce/ Calabro-t-e-te;/ O Dia-b-o-bo/ Que aten-t-a-ta/ A gente-e-te/ Que gosta, meu bem./ Sinhá Mariquinha dos ovos,/ Ou me venda ou me dê um;/ Eu sou doente do peito,/ Não posso fazer jejum” (QUERINO, 1955, p. 153-154).

Em muitos momentos, enquanto narra sobre uma festividade ou costume popular como este, Querino incorpora canções e poesias no interior de sua narrativa, indicando percepções dos sujeitos, sensações e sentimentos. No início do verbete, indica elementos do espaço, os objetos, a margem (arrabalde) e centro da cidade, o caminho utilizado

pela população para chegar até o local da escadaria, o transporte utilizado, o preço da viagem, a ladeira, os enfeites, as roupas e utensílios.

Os saveiros e os pequenos vapores da Compahia Baiana (sic) conduziam grande parte dos romeiros; ao passo que muitos outros seguiam a pé ou serviam-se das gôndolas, que faziam transportes de passageiros, do 'Cais Dourado' até a ladeira do Bonfim, por duzentos e cinquenta réis a passagem. Condutores de carroças e aguardeiros (sic), uniformizados de branco, avental encarnado com desenhos bizarros, chapéu de palha, com fitas, animais e carroças enfeitadas com folha de pitangueiras e crótons – estes então chamados folha brasileira, - reunidos todos, nos pontos combinados, desfilavam, na melhor ordem, em direção ao Bonfim, improvisando alegres trovas (QUERINO, 1955, p. 143-144).

E continua tratando da distribuição de elementos, da espacialidade:

O largo do Bonfim apresentava embandeiramento festivo; barracas de feiras erguiam-se na encosta da colina, provida de brinquedos de toda a espécie, para crianças. Havia, ainda, palanque, para música, botequins repletos de comestíveis e bebidas. Tocadores de realejos, vendedores ambulantes de refrescos, doces, et. aí se apresentavam (QUERINO, 1955, p. 144-146).

Também é interessante como o autor indica aspectos da temporalidade, a manhã, a noite e sua luminosidade. A presentificação desta experiência popular anual também conta com a menção ao volume de pessoas, o caminhar, a dança e o movimento de seus corpos, as canções, trovas, chulas, o sentimento de alegria e entusiasmo, inclusive por meio da euforia proporcionada pela degustação das bebidas alcoólicas.

Desde o romper da manhã o povo começava de afluir ao arrabalde. Contavam-se por centenas de devotos e devotas, que seguiam, com vassouras, moringues, pequenos potes e vasilhas outras. Algumas levavam água da cidade e em todo trajeto dançavam com a vasilha na cabeça, e assim prosseguiram até o termo da viagem. As dez horas da manhã começavam a lavagem; do adro da igreja iam buscar água a uma fonte, na baixa do Bonfim. A lenha, para a iluminação à noite, era empilhada no topo da ladeira, que ainda conservava este nome. E todos subiam e desciam, acompanhados pelos *ternos de barbeiros*, ao som de

cantatas apropriadas, numa alegria indescritível. Enquanto uns se entregavam ao serviço da lavagem, outros, a um lado da igreja, entoavam chulas e cançonetas, acompanhadas de violão. Se o tesoureiro da devoção era prazenteiro e folgazão, mandava colocar aí uma pipa de vinho e outra de aguardente, para despertar o entusiasmo dos romeiros (QUERINO, 1955, p. 144).

Encontra-se, aqui, um princípio ético-político interessante, a valorização da inteligência popular dos baianos, especialmente dos inseridos na cultura africana e afro-brasileira. Esta perspectiva ético-política, constituída a partir da descrição do que seria a inteligência daqueles sujeitos, é realizada através da presentificação do espaço, dos objetos e dos corpos. O autor se refere a um intelecto cotidiano contido na oralidade e na musicalidade poética do dia-a-dia festivo, mas também a uma inteligência que não se atrela a consciência, mas a do próprio movimento e linguagem corporal, enfim, do corpo:

No largo dos Papagaios, debaixo dos arvoredos, ao ar livre, nos botequins volantes, faziam-se as refeições, em meio da atordoadora aclaridade (sic), em que esfuziavam a pilhéria jocosa, os ditos chistosos, as frases de espírito. É nestes momentos de expansão que se pode admirar quanto é espontânea a inteligência do povo baiano. Muitas vezes, todas estas pilhérias, tão engraçadas quanto inofensivas, eram acompanhadas de gestos significativos: de um volver de olhos, de um requebro de corpo, de um estalido de língua, de um giro sobre o calcanhar, o que dava maior expressão a frase e produzia mais efeito. O elemento africano aí estava; cada tribo se exibia, conforme seu estilo de dança e cantoria, sem esquecer o Angola, que de argolinha na orelha, e a ao som do berimbau, praticava proezas, jogando capoeira" (QUERINO, 1955, p. 155).

Em um efeito mais próprio ao do sentido, através da pesquisa documental, esse esforço ético-político de valorização, especialmente de elementos africanos e afro-brasileiros, pode ser notado por meio da sua alusão à portaria de 9 de dezembro de 1889, que proibia a lavagem do Bonfim a pedido da Igreja. O fim da festa teria encerrado uma importante tradição popular que reunia grupos heterogêneos. O governo da recém República via certas manifestações populares

– especialmente africanas e afro-brasileiras – como um ataque ao ideal civilizacional. Como efeito de presença, há a manifestação de sentimentos, de objetos, a menção cuidadosa do espaço, da fala, do silêncio, e mesmo da ausência:

De longa data vinha o clero opondo barreira à continuação da lavagem do Bonfim. De mãos dadas com o governo, que via em qualquer manifestação popular, por mais simples, um ataque a sua estabilidade, a portaria de 9 de dezembro de 1889, do Arcebispo d. Luís Antônio dos Santos deu golpe mortal, extinguindo-a. Em 17 de janeiro de 1890, apesar da proibição, o povo fez-se representar: mas, a *Guarda* Cívica, estacionada a ladeira do Bonfim, arrecadou vassouras, violas, vasos de barro, harmônicas, e algumas praças, com ordens severas, diziam, muito cheias de si: “Hoje, aqui, não há lavagem”. Em Itapagipe, nem sombra de modinhas, nada de divertimentos. Acabassem com o bacanal no interior do templo, mas permitissem as diversões externas: os descantes ao ar livre, as chulas improvisadas de momento, o samba, ao som do cavaquinho e do violão, e entrecortadas de tiranas entoadas pela voz dengosa das morenas cor de canela. O mais é matar as tradições desta terra, em que o povo sabe divertir e divertir-se (QUERINO, 1955, p. 156).

Nesta tematização de experiências de um passado popular e alegre, ainda que muitas vezes conflituoso, o santo-amarense trata das diversões comuns nos sábados após os trabalhos do dia, conhecidas como “o mocotó” (que dá nome a este verbete). Faz isso através da materialidade e da espacialidade, assinalando os lugares onde as pessoas se banhavam (abluções) antes das atividades responsáveis pelo seu entretenimento e os lugares onde iriam após isto. Apresenta elementos sensoriais e afetivos a partir da menção aos cantos, dos instrumentos, das músicas, dos poetas e poesias recitadas. O silêncio da noite dava lugar aos sons, à efervescência popular. Esta experiência também teria sido reprimida com a instituição da República, com medo de que daí pudesse resultar desordens e disputas entre os adeptos da antiga monarquia e da recente república.

Não é fácil tarefa a descrição do que se observava, nas noites de sábados, na Bahia, a bem dizer, a preocupação constante dos trovadores. Eram das mais movimentadas, especialmente



na freguesia da Sé e parte da de S. Pedro, para onde convergiam notívagos, vindos de outros pontos, atraídos pelos afamados *mocotós da meia noite*. Jornaleiros de todas as profissões, cantores de modinhas, tocadores de violão, caixeiros e outros amantes das diversões, depois de abluções gerais nas fontes – Nova, do Gravatá, do Gabriel, de Santo Antônio e Coqueiros da Piedade, começavam de afluir aos pontos conhecidos, como fossem o célebre Hotel Baiano, botequins e casas de pasto, do Coelho Branco, à Piedade, do Candinho Corcunda, do Maglioli, do Bico Doce, do João Gualberto, do Melânio, do Claudiano e da Aquilina. Quem estava habituado à tranquilidade e ao silêncio dos arrabaldes mais afastados e que de repente se achasse entre o Terreiro de Jesus, praça Castro Alves e largo da Piedade, havia de estranhar tão desusada movimentação, a horas mortas da noite, como se se entrasse de uma grande festa popular. [...] Essas noites conservaram-se sempre muito animadas, até a proclamação da República, quando um dos primeiros governadores entendeu de dissolver aqueles pacíficos ajuntamentos, com receio da reprodução das graves correrias que assinalaram os primeiros dias do novo regime (QUERINO, 1955, p. 202-203).

A poesia é de grande importância para a descrição (e provocação) de experiências sensoriais e afetivas, do mesmo modo que a música e os corpos afetados por elas são sempre enunciados. Como já explicitado, há um grande número de letras de canções e poesias transcritas, utilizadas como recursos para a presentificação do passado, especialmente em relação aos sentimentos e sensações daqueles sujeitos. Canções e poesias, os trabalhos de compositores e poetas são tão importantes para o autor quanto o uso de documentos de câmaras e paróquias. Ainda acerca dos *mocotós*, para presentificar este passado, ou ainda, “como recordação das alegrias dessa noite, reproduzimos abaixo a poesia de Edístio Martins, que melhor esboça o nosso pensamento” (QUERINO, 1955, p. 206):

“É sábado de noite. Postados nas esquinas/  
Pândegos de cacetes, mulheres e Messalinas./  
Dão largas à cachaça, e à voz do coração./  
E muita gente boa, que passa engravatada./  
De tem-se por um pouco pra ver a *fanfurrada* (sic) /  
Dos épicos cantores à voz do violão./ -Ola! Dono da casa!  
Diz um que pode e



manda,/ Entrando na bodega com o chapéu à banda./ Se tem o que beber, um pouco para mim!/ Não querem, meus senhores, é pura, é excelente!/ E serve-se dos tragos aquela boa gente/ que sábado de noite frequenta o botequim!/ No banco, um separado, que traz a camarada./ Só chupa do figueira, pondo-lhe figurada,/ Bebendo ao lado seu, ouvindo alguém cantar!/ O mocotó depois pra disfarçar a cena,/ Repleta o figurão – amigo da *pequena*,/ Que puxa muita prata disposto pra gastar!/ Os grupos que na rua se achavam exaltados/ Já cantam por demais; estão enfatiados/ Das goelas ressecadas, de tanto contender./ Então, fitando todos um folgazão contente,/ Segura no chapéu e grita de repente:/ Senhores! É preciso primeiro que beber!/ Já é de madrugada. Alguns cambaleando/ insultam os demais, que apenas vão entrando,/ Provocam a mulher daquele que comprou./ O próprio Satanás parece que tem medo/ Da *apuração final* que traz o tal brinquedo!/ Dos célebres *cantores* que a branca provocou!/ Arreda! grita um! arreda senão mato!/ Eu cá, quando prometo, quero cumprir o trato!/ Do dono da *bodega* ninguém deve ter dó!/ E dá-lhe com o cacete. Depois vem os soldados./ Há sangue, bofetadas, cabeças, pés quebrados,/ Por causa dos efeitos que traz o mocotó” (QUERINO, 1955, p. 206-207).

No verbete “O Gaz” (sic), trata da substituição da iluminação pública de óleo de peixe por gás, e das outras formas de como era feita a iluminação privada em algumas casas. Enquanto o óleo de peixe foi usado para esta função, Querino escreve que africanos livres eram pagos para mantê-los acesos. Como princípio ou orientação ético-política, há uma percepção de que esta transformação constituía progresso material, mas também acabava por provocar a decadência de tradições. Como aponta Koselleck, os conceitos de *progresso* e *decadência*, a partir da noção de que o progresso corrói tradições, era uma possibilidade recorrente no interior da experiência moderna de finais do século XIX e início do século XX (KOSELLECK, 2012, p. 95). Ainda que possamos debater os limites destes argumentos em espaços na América Latina, me parece que esta possibilidade se encontra na vivência de experiências como a narrada por Querino. Acerca da mudança da iluminação pública, que teria causado uma transformação na forma de se experienciar a noite, e de um progresso que decaía tradições, Querino destaca e transcreve a poesia de Augusto de Mendonça:



Efetivamente, foi grande progresso material a substituição do candeeiro de azeite de peixe, na iluminação pública, pela de gás carbônico, em 1862, produzindo este fato grande alvoroço popular. O notável acontecimento fora cantado, em prosa e verso, havendo tido grande aceitação as seguintes sextilhas do maravilhoso poeta baiano, Augusto de Mendonça: “Adeus, testemunhas certas/ Das populares canções,/ Entoadas por chibantes/ Menestréis e violões./ Adeus, para sempre, adeus./ Malfadados lampeões (sic)./ Ante a vossa luz mortíça/ Temperada por amor,/ Quantas Lílias acordaram/ ouvindo a voz do cantor,/ Todas as noites fugindo/ Da casa de seu senhor./ E foi-se o tempo querido/ Da velha iluminação;/ Traziam todos contentes/ A cabeça e o coração:/ Cacete em baixo do braço/ Noutra braço o violão./ Maldito seja o progresso,/ Que tantos males nos faz./ Vivia tudo tranquilo, de repente, tudo zás!/ Cai o cetro da torcida/ Sob o reinado do gás./ E, agora, triste do povo/ Outrora amante e feliz./ Modinhas d’amor às claras/ De certo ninguém as diz:/ Mataram toda a beleza/ Das noites do meu país./ Adeus, pois, amigos velhos./ Taciturnos lampeões (sic),/ Adeus, modinhas e chulas./ Adeus doces libações./ Adeus, para sempre, adeus,/ Cacetes e violões” (QUERINO, 1955, p. 211-212).

O *povo* está presente novamente, especialmente acerca das suas reações às transformações modernas, na vida cotidiana urbana. Poesias seguem sendo exploradas para apresentar e provocar sentimentos e percepções da população na época e em seu leitor. A estética poética é apresentada como algo característico da cultura popular em seu cotidiano. Através de transformações materiais aparentemente tão banais como a mudança na iluminação pública, o ensaísta indica um passado a partir de sua materialidade e certa atmosfera afetiva (o que Gumbrecht entende como uma *Stimmung*).

A narrativa histórica de Querino conta com a presença do trabalho de poetas afro-brasileiros como João Nepomuceno da Silva e Manuel Pessoa da Silva (os quais os dois capítulos ou verbetes finais de *A Bahia de Outrora* são dedicados a eles, intitulados com seus nomes), de compositores e músicos como Chico Spúlvida, Manoel Ricardo de Santana e Tobias Magalhães, a maior parte artistas negros e que não faziam parte da elite econômica e social. Novamente, estes

elementos artísticos são tão importantes quanto os documentos e as citações realizadas de escritores como Humboldt, Chateaubriand, Afonso Arinos, Oliveira Lima, Nabuco de Araujo e Cipriano José Barata d'Almeida.<sup>34</sup> Gumbrecht acredita que:

A poesia talvez seja o exemplo mais forte da simultaneidade dos efeitos de presença e dos efeitos de sentido – nem o domínio institucional mais opressivo da dimensão hermenêutica poderia reprimir totalmente os efeitos de presença da rima, da aliteração, do verso e da estrofe (GUMBRECHT, 2010, p. 38).

Estas e outras transformações violentas da cultura baiana popular, especialmente as africanas e afro-brasileiras, são assinaladas diversas vezes no livro de Querino. Trata-se de uma hostilidade perpetuada por parte da elite socioeconômica que procurou repelir a população negra e de classe baixa para as margens, buscando colonizar o centro urbano, especialmente nas reformas urbanas da cidade de Salvador no início do século XX.

A sua pergunta de fundo era o porquê desprezar as raízes culturais e sociais que pesaram sobremaneira na constituição da sociedade brasileira e tentar infiltrar valores europeus que destoavam do pulsar cultural da população. Entre tantos elementos

34 No corpo do livro *A Bahia de Ourora* são citados os textos de: João da Veiga Murici; J. G. Santos Reis; Olímpio Deodato Pitanga; Padre Maximiliano Xavier de Santana; João Crisóstomo de Queirós, Euclides Teles da Cruz, Eduardo de Abreu Contreiras; Joaquim Serra (poeta); Antônio Alves de Carvalho (poeta); Francisco Moniz Bareto (repentista, poeta); Luiz Álvares dos Santos (poeta), Antônio Joaquim Rodrigues da Costa (poeta); João Gualberto dos Passos (poeta), Cruz Cordeiro (poeta); Augusto de Mendonça (poeta); Manuel Pessoa da Silva (poeta); Bernardino Bolivar (poeta); Santos reis (poeta); Sinfrônio Olímpio (poeta); Laurindo Rebelo (poeta); Rosendo Muniz (poeta); Fortunato (poeta); João Freitas (poeta), escultor Miguel Ângelo; Strozzi, Oliveira Lima (ensaísta, historiador), Nabuco de Araujo (ensaísta, historiador), Chateaubriand (escritor), Prospero Diniz, João Nepomuceno, Manoel pessoa da Silva, Domingos Guedes Cabral, Landulfo Medrado (jornalista), José Álvares do Amaral (jornalista), Ladislau Titára (poeta), Francisco Libânio Colás (maestro); Chico Magalhães (compositor); Tomás Ribeiro (poeta); Eustáquio Muribeca (compositor); Cipriano José Barata d'Almeida (político, escritor); Rozendo Moniz (poeta), Macário José da Rocha (pintor), Aprígio de Menezes (poeta), José Bruno Correia (poeta), Domingos de Faria Machado; Tito Nicolau Capinam (pintor); Edístio Martins (poeta), Francisco Moniz Barreto, Chico Spúlvida (compositor), Manoel Ricardo de Santana (compositor), Tobias Magalhães (compositor), Adelmo Nascimento (compositor), Bruno Seabra (poeta), Afonso Arinos (historiador, ensaísta); José Álvares do Amaral; Odorico Odilon; Padre Antônio Vieira; Humboldt; Latino Coelho; Bento Rufino Capinam (pintor); Gregório de Matos (escritor); Nicolau Tolentino. É importante salientar a presença massiva de poetas, além de alguns pintores.



que destacou sob a ótica de quem viveu a força dos preconceitos, denunciou o quanto a cultura popular estava sendo rapidamente obscurecida pelas luzes da “civilização” e do “progresso”. Explicitou a sua inquietação ao compreender que tudo o que assistia e experimentava fazia parte de uma política que visava o “desmoronamento moral”, político e cultural da sociedade, cujos principais alvos eram os pobres, os negros, os artistas, a população trabalhadora. Demonstrou que, na sociedade baiana e brasileira, estavam presentes aqueles que trabalharam para a construção da riqueza da nação – os africanos e seus descendentes – e que começavam a ser expulsos do circuito urbano com a sua cor, os seus hábitos e costumes, suas tradições que, ironicamente, integravam a sociedade dos brancos. Nesse aspecto, procurou afirmar que independente da política, do discurso eugênico que se pretendia incorporar à ‘Bahia civilizada’, havia ‘elementos indestrutíveis’ presentes na alma da população, seja branca, negra ou mestiça (LEAL, 2016, p.158).

A narrativa de um passado que está se desfazendo, dos elementos materiais e imateriais da cultura, é parte de uma denúncia (ético-política) do autor quanto a uma República que, ao invés de incluir e dar oportunidades educacionais e socioeconômicas à população em geral, em particular a negra, acabou por rejeitá-la e abandoná-la. Querino, que foi abolicionista e republicano em sua carreira política, se decepcionou com os rumos intensamente excludentes que tomaram o novo regime.

No interior das mudanças históricas aceleradas descritas e narradas por Querino, Salvador vivia um processo de transformação urbana que culminou na reforma Seabra, de 1916. Esta, através de argumentos higienistas racialistas, instigados pelo trabalho de Nina Rodrigues (1862-1906), enxergava a população negra e pobre como um empecilho ao modelo civilizacional eurocêntrico moderno (ORLANDINI, 2012).<sup>35</sup> A população negra era entendida, por parte desta ideologia da antropologia física, como inferior, fisicamente débil e propensa ao crime.

35 Querino produziu uma sócio-história que valoriza a cultura afro-brasileira e tenta, diríamos hoje, empoderar a população negra, se colocando contra o racismo eurocêntrico baseado, por exemplo, na antropologia física de Nina Rodrigues. Este embate entre os dois foi representado na literatura de Jorge Amado, no romance *Tenda dos Milagres*. Isto é realizado através dos personagens Pedro Arcaño, inspirado (entre outros sujeitos) em Querino, enquanto Nina Rodrigues inspirou Nilo Argolo (ORLANDINI, 2012).



Essa ideia de ordem teve um caráter altamente racializado no pós-abolição baiano. Nesse sentido, é significativo que, a partir da década de 1890, os campos do sanitarismo e medicina legal, que foram centrais para o debate urbano acerca dessa ideia, foram profundamente influenciados pelos estudos das raças humanas de matriz evolucionista. Nina Rodrigues, que foi professor dessas duas cadeiras em momentos diferentes na Faculdade de Medicina da Bahia, foi central na popularização no país dos autores da Escola Italiana de Criminalística, que tomavam como possibilidade, a definição de caracteres físicos próprios à propensão para a delinquência. Esse sistema de crenças possibilitou o surgimento de uma percepção que associava a própria presença de negros na vida social brasileira ao passado colonial escravocrata, contrário à modernização. Desse modo, produziu-se uma série de ações institucionais que buscavam, em diversas escalas, redefinir os espaços públicos a serem ocupados pelas populações negras, impelindo-as a renegociar sua ocupação na cidade a partir de novos códigos de conduta, que incidiam sobre práticas sociais cotidianas ou sazonais como as festas populares, o batuque e a capoeira (PINHEIRO, 2017, p.79).

Com isto, houve um grande esforço para demolir muitas casas, edifícios, praças e até igrejas que, de algum modo, representavam o passado colonial. Além disso, procurou expulsar para as margens da cidade grande parte da população negra e pobre que vivia em muitos destes edifícios, já que haviam sido abandonados pela elite e transformados em cortiços. Somado a isso, tentou-se afastar a diversidade cultural afro-brasileira, também percebida pela ideologia de parte da elite como inferior e contrária ao ideal eurocêntrico, tentando, assim, dismantelar as capoeiras, os mocotós, a lavagem do Bomfim, os batuques, os sambas, a comemoração do “2 de julho” (que dava centralidade à Bahia no processo de Independência) e tantos outros elementos regionais e das culturas negras.

Assim, foi desmobilizada grande parcela do espaço urbano frequentado e habitado pela população negra e pobre, muitas vezes desconstruindo comunidades, sociabilidades, produzindo uma perda violenta de referenciais, de passados, de memórias, de histórias.

Podemos caracterizar esta atitude da ação intelectual de Querino como melancólica, ou seja, há um esforço em agir, mesmo que perceba a dureza da realidade a qual tenta questionar. Neste sentido, o historiador Bruno Pinheiro escreve:

Esse fatalismo, que pode ser visto como uma face de sua desilusão com o projeto republicano, pode ser entendido a partir da centralidade que as festas populares assumem no livro. Para pensar essa questão, me interessa num primeiro momento lembrar que no período das reformas de Seabra, foram demolidas diversas igrejas do período colonial, especialmente nas obras da construção da Avenida Sete de Setembro. Juntamente à destruição desses objetos que atuavam como importantes marcos visuais da paisagem urbana da cidade, foram redefinidas as práticas festivas que os utilizavam como eixo. [...] Querino associa uma perda de sentido de comunidade ao fim ou redefinição dessas práticas que tinham como palco a cidade, produzindo novas relações urbanas. Essas tomam forma em seu texto nas novas relações de anonimato decorrentes da falta de referencial simbólico, que ele trata em alguns dos seus textos como experiência social centralizadora do fatalismo presente no livro. Essa relação entre a dimensão física da cidade e seus possíveis usos podem ser entendidas a partir de seu caráter disciplinador, que agiu sobre diversas práticas culturais, cotidianas ou sazonais das populações negras locais, com a justificativa de que esse processo faria parte do caminho em direção à civilidade. Esse processo produzia descontinuidades em determinados usos do espaço urbano mediado pela memória, como os das diversas descrições de Querino de festas populares e ritos religiosos que hoje são desconhecidos (PINHEIRO, 2017, p. 84-85).

O texto do verbete “A Bahia e a campanha do Paraguai”, além de abordar o tema do seu título, também trata da reação do povo Baiano durante a Guerra do Paraguai. A representação histórica aqui é estruturada com base em vários documentos (decreto nº 337, de 7 de janeiro de 1865; discurso do imperador em 10 de julho de 1865; Ordem do Dia n. 212 de 14 de janeiro de 1869, periódico *A Bahia Illustrada* (sic); decreto de 7 de janeiro de 1865) e manifestações artísticas, principalmente muitos poemas e canções. Há poesias de Rozendo Moniz e Aprígio de Menezes, e as letras das canções *O proscrito* de José Bruno

Correia, a modinha *Gigante de Pedra* e *Canto do Veterano* de Ildefonso Lopes da Cunha e Manuel Tomé de Bittencourt Sá, *O Canto de Guerra dos Voluntários Baianos* de Domingos de Faria Machado; além de uma citação a Castro Alves e menções a pinturas de Tito Capinam. Das muitas passagens que produzem efeitos de presença nesta seção, destaco a partida dos voluntários para a guerra e a despedida e saudade dos familiares que ficavam pra trás, discorrendo mais uma vez através da descrição dos objetos, da espacialidade, dos sentimentos e, especialmente, das músicas e suas letras criadas naquele processo.

Enfeitavam-se as ruas de arcos triunfais e bandeiras nacionais erguiam-se em todos os pontos, como lembranças aos que partiam, em sua desafrota. Colchas ornavam as janelas, e, apesar de todos esses tons de alegria que se casavam às notas dos instrumentos marciais, divisava-se em todos os semblantes um sentimento de tristeza, nos que iam levar aos amigos ou parentes a última despedida, certos, embora, de que acima de tudo estava o desagravo da pátria. As bandeiras de música tocavam dobrados alegres, trechos escolhidos das melhores operas. O Arsenal da Marinha, ponto de embarque, apinhava-se de povo, que sorria com o coração chorando. Dir-se-ia que essa expansão de contentamento e de justa alegria confortava a ausência dos filhos, maridos, irmãos, amigos e pais, que se retiravam para o campo da luta, entre as saudades dos que deixavam, talvez para sempre, dominados pelo cumprimento de um dever cívico. Depois, a população entregava-se a uma prostração de melancolia; daí as modinhas sentimentais, que tanto abundavam, na época. José de Souza Aragão e Tito Lívio, de Cachoeira, com suas endechas levavam doce lenitivo à saudade dos que ficavam. José Bruno Correia tornou-se popular com a sua composição – *O proscrito*, cuja letra é a seguinte: “Tão longe da pátria, proscrito, exilado,/ Viver desgraçado, prefiro morrer!/ Mandou-me a desdita, tal é minha sorte,/ Só tenho por norte, penúria e sofrer./ Assim aviltado, assim constrangido,/ Votado ao olvido, vou mares transpor!/ Talvez que lá mesmo, do abismo no sio/ Se vá meu receio, se extinga essa dor./ Então se, na terra, lembrar-me algum dia,/ Daquela em que eu via risonho porvir!.../ Se ainda, coitada, tiver-me na mente/ Talvez, ah! bem crente que eu deva existir./ Que os mares procure, e ai suas queixas./ Em ternas endechas, confira a solidão;/ E as ondas gementes

dir-lhe-ão em segredo;/ Meu triste degredo, meus males de então” (QUERINO, 1955, p. 184-185).

Uma oscilação interessante entre efeitos de presença e sentido também pode ser encontrada nas páginas do verbete “Superstição”. Neste texto, se encontram fundamentos característicos dos efeitos de sentido (a hermenêutica, a citação ao argumento de autoridade de Chateaubriand, a explicação racionalista das crenças), mas também e especialmente próprios à presentificação das crenças (inclusive as que levaram a comportamentos violentos), das entidades sobrenaturais, dos rituais religiosos e dos mortos. Querino constrói um argumento de teor ético-político a partir do qual aponta que a existência de superstições na cultura dos povos não é um elemento que se opõe à ciência. Indicando um direcionamento oposto ao do *topos* do atraso nacional frente aos países europeus, Querino compreende e defende a tese de que as crenças “supersticiosas” não caracterizam um estágio civilizacional menos avançado, como muitas vezes é falsamente defendido por ideologias eurocêntricas.

Não há povo, por maior que seja o seu cultivo científico, que tenha escapado a participação de crenças supersticiosas. Não se pense que é um legado de povos ignorantes e atrasados, porque muito se enganará. Na culta França, em 1811, mille. Lorimier fora apedrejada, por estar copiando ou desenhando a vista da cidade de Saint-Flour. Em 1778, no mesmo país, foram quase mortos, a pedradas, como feiticeiros, os engenheiros que levantavam a planta da província. Na Inglaterra, em 1815, o tribunal julgou um processo, no qual o procurador da coroa acusava o dr. Fae-remman de ter promovido bruxarias para uma senhora se fazer amar por um rapaz. Os egípcios cultivavam as ciências, possuíam uma imensa biblioteca pública, e contudo adoravam os gatos. Chateaubriand, que chamou as crenças populares – *Harmonias da religião e da natureza*, explica-se nestes termos: “Grosseiro erro cometeríamos, se, querendo tudo submeter às regras da razão, condenássemos com rigor estas crenças, que ajudam o povo a suportar o fardo da vida, ensinando-lhes uma moral, que as melhores leis jamais saberão infundir-lhe. É bom, é belo, digam o que quiserem, que todas as nossas ações sejam cheias de Deus, e que, sem cessas, nos vejamos cercados dos seus milagres” (CHATEAUBRIAND Apud QUERINO, 1955, p. 92-93).



A superstição também pode se exteriorizar como violência e destruição, o que seria próprio a todos os povos, mesmo os considerados, em sua época, “avançados cientificamente”. Mas a superstição também pode ser parte da resistência popular constituída a partir e para a vivência de determinado cotidiano, em geral, excludente, árduo e violento, tornando possível, inclusive, a criação de valores morais, regras e formas específicas de agir. Nesse sentido, o próprio Chateaubriand, citado por Querino, assinala que é um erro condenar estas crenças no esforço de submeter tudo à razão, no que seria uma espécie de “desencantamento” da realidade, salientando a maravilha de se ver cercado da existência (e *presença*) de manifestações do sobrenatural. Quanto, por exemplo, ao *efeito de presença* a partir do sentimento do medo, associado às práticas religiosas e à sua materialidade macabra (vestimentas, indumentárias, objetos, sons), é interessante a passagem na qual Querino trata de uma procissão com aspecto extranatural.

Na Semana Santa efetuava-se o penoso ofício das almas que trazia as crianças e os espíritos timoratos, em pavoroso medo. Os rezadores, trajando *alva* (vestimenta comprida de pano branco) e empunhando matraca, percorriam as ruas, acorrentados, de modo a ser ouvido o som produzido pelo atrito das correntes no chão, fazendo *estações* em pontos determinados. Durante o percurso açoitavam-se com finas correias de couro, ouvindo-se a seguinte lamentação: “*Dos fiéis as almas,/ Divino Senhor,/ Convosco descansem/ Em paz e amor*”. Ninguém se animava a abrir porta ou janela para presenciar o estranho e pavoroso cortejo. Acreditava-se que, se algum dos *amortalhados* olha-se para trás seria tragado por espíritos maus, que os acompanhavam. A um momento dado a campainha vibrava, a matraca batia e a procissão desfilava, tétrica, medonha mesmo. Somente os homens podiam tomar parte nessa romaria. Do meio da multidão ouvia-se, de vez em quando, um som cavernoso, como que saído de um túmulo, exigindo um *Padre Nosso* e uma *Ave Maria* pelas almas dos presos da cadeia, pelas dos que se achavam nas ondas do mar. Onde vinha a estranha procissão? Onde se organizara? Quem a dirigia? É o que ninguém indagava (QUERINO, 1955, p. 96-97).



A partir disto que seria um esforço em direção à produção de presença, Querino indica, aponta para as experiências e percepções populares das assombrações e entidades folclóricas, casas assombradas, as almas ligadas às suas funções em vida, etc. Há, nesta perspectiva, a presença material e sensorial dos mortos e do mundo sobrenatural no cotidiano. Aqui descreve indumentárias, vestimentas, mais uma vez o movimento de corpos, os sons, os martírios, as lamentações, as falas, etc.

Mas também, em um rumo mais próprio à produção de sentido, apresenta explicações que tratariam de certa confusão possível entre os sons da noite e o que seriam algumas destas assombrações: um ou outro espírito mau fazendo travessuras poderia ser, na verdade, os sons de mulheres escravizadas oferecendo serviços de ama de leite na madrugada; jovens namorando confundidos com fantasmas; violeiros tocando tarde da noite entendidos como tomados por diabos. Na passagem a seguir, que trata do sobrenatural ou da confusão em ralação às pessoas comuns que foram entendidas como assombrações, mais uma vez destaca-se a presença do afro-brasileiro:

Com o fim de amedrontar as crianças, criaram a – *mula sem cabeça*, a *cabra cabriola*, a *caipora*, o *tatú gambeta*, o *lobisomem*, etc. Nas ruas da cidade avultavam as *casas mal assombradas*, com prejuízos dos proprietários, pois ninguém queria habitá-las. Diziam que as almas vinham a noite, cada uma exercer a função que tinha em vida. Ouviam-se cantos, batidas de sola, por sapateiros, lavadeiras esfregando roupa, quitandas mercado, batimentos de pratos, etc. As beatas perdiam-se das horas de ouvir missa, e então encontravam sempre com visagens, entre as quais os *fantasmas*, que eram os indivíduos vestidos de branco, que aumentavam de tamanho, e por isso denominados: *crece e mingua*. Eram os namorados que, por esse meio, iludiam a vigilância da família para se entregarem aos colóquios amorosos. Falava-se muito na aparição de espíritos maus, que faziam travessuras, à noite. A casa de família que necessitava de uma pessoa para amamentar uma criança despedia um escravo, à noite, gritando: *ama de leite, ama de leite*. Ouvindo-se tocar viola, alta noite, dizia-se logo: é o diabo (QUERINO, 1955, p. 93-94).



Em seu ensaio, a presença dá vida a uma possibilidade de presentificar parte da Bahia do século XIX através do cotidiano festivo, poético, musical, religioso, sobrenatural e afetivo de vários grupos sociais que ali habitavam e agiam, mas principalmente, o que ele entende como o *Povo* – singular coletivo daqueles que não se definiam como a elite econômica ou a aristocracia, a população urbana de trabalhadores livres e escravizados (escravizados que eram entendidos por Querino como sujeitos, e não como corpos passivos). O povo e suas tradições são os agentes da história que ele narra, com especial foco para a religiosidade e os elementos africanos e afro-brasileiros. É possível perceber aqui um ponto onde Querino se difere de Prado: o baiano narra as experiências de um passado contente e atuante, ainda que muitas vezes oprimido pelo poder administrativo, pela política (aquela compreendida por Rosanvallon como os sujeitos da máquina administrativa e burocrática) (ROSANVALLON, 2010).

Ao mesmo tempo, mas de forma bem menos acentuada que Prado, Querino realiza *efeitos de sentido*, onde cria interpretações e significados acerca do passado a partir do modelo sujeito e objeto, da hermenêutica, indicando perspectivas de ação e transformação através da compreensão de experiências passadas. Este caminho mais relacionado à *produção de sentido* pode ser acompanhado, por exemplo, no verbete “Primórdios da Independência”. Esta seção, do ensaio de Querino, possui uma compreensão interessante do processo que culminou na independência política do Brasil em relação a Portugal. Para o autor baiano, as motivações para o rompimento político não se encontraram apenas no impacto das transformações sócio-políticas francesa e estadunidense, que acredita terem sido de grande importância para pôr fogo na ebulição de ideias já existentes acerca da liberdade individual e da democracia. Querino assinala que este debate já se encontrava em diversos espaços da chamada América Latina.

O que colocou em curso a emancipação política teriam sido os sujeitos, a ação do *povo* contra atitudes governamentais opressivas.

A máquina administrativa colonial, para Querino, priorizava o enriquecimento da metrópole e da elite luso-brasileira, sem produzir ganhos materiais para a população. Trata-se da crítica aos governos despóticos que limitam a vida material e intelectual da população. Mais do que isto, Querino salienta a capacidade do poder político popular, mesmo tendo em vista tais dificuldades econômicas e de acesso a formação educacional.

A quem se remontar às causas, às origens ou princípios da independência política do Brasil, acudirá logo ao espírito dos fatos da revolução francesa e o sistema democrático dos americanos do norte. Não é inteiramente destituído de razão esse modo de pensar; mas, é certo que essas ideias de liberdade tiveram reflexo secundário na gênese de nossa emancipação política. O princípio capital fora, sem contestação, o sofrimento do povo oriundo do absolutismo ferrenho da metrópole. Portugal, por muito tempo, deixou o Brasil entregue ao capricho de governadores espoliadores, para cuidar, exclusivamente, de conquistas, sem resultado material. Baldo de recursos, voltou novamente as vistas para o tesouro que havia abandonado na América; e então, não se fez esperar a prática de abomináveis explorações de todo o gênero, as quais tiveram por epílogo a separação definitiva (QUERINO, 1955, p. 309).

O autor não acredita que havia uma divulgação e compreensão generalizada de ideias como a liberdade entre a população colonial, ao menos a noção de liberdade associada a Revolução Francesa. Para Querino, na verdade, a repressão aos ideais de inclusão se intensificava com a rejeição de grande parte da elite política, social e econômica às ideias de liberdade e democracia, especialmente ao instalar uma nova monarquia após a Independência. Teria sido, ao menos de maneira mais ampla, o próprio sofrimento do cotidiano, infligido pela administração, e a consequente revolta popular que teria derrubado este e tantos outros regimes. Trata-se de uma motivação de caráter mais material, relacionada ao plano da vida diária, e não a coerência de ideias e consciência de direitos. Em uma atitude quase que descolonizadora em relação às ideias e as motivações dos processos históricos no Brasil, Querino confere um protagonismo aos sujeitos que compõem a população que não se identifica com a elite.

O povo brasileiro não percebia bem os salutares efeitos da liberdade: rebelava-se contra o sofrimento. Se a metrópole lhe houvesse outorgado, no momento, um pouco de regalias, fora bem possível o fracasso de emancipação. Feita a independência, começaram as desconfianças. [...] Do exposto, não tenho a menor dúvida em acreditar que a emancipação política do Brasil foi vitória da resistência contra o sofrimento, e não o resultado de um povo cômico dos seus direitos. A indecisão dos espíritos sugeriu a desconfiança, alimentando a desordem. Daí, a anarquia com o seu cortejo de revoluções (QUERINO, 1955, p. 316-317).

Somou-se a isto uma estratégia deliberada da metrópole que, segundo o autor baiano, procurava enfraquecer o que seria o potencial crítico e de transformação próprios à atividade dos intelectuais na colônia, e isto buscando incorporá-los à burocracia estatal ou ao clero. Há, claro, algum idealismo salvacionista em relação a intelectualidade letrada, ainda que Querino pareça compreender o papel das convergências de interesses e projetos entre estes grupos e a classe política, da qual muitos faziam parte por decisão, conveniência, e não por cooptação ou coerção.

Notória era a vigilância exercida sobre os estudantes brasileiros, nos cursos de Coimbra, davam prova da capacidade intelectual e moral, pois os seus entusiasmos, as suas opiniões eram suficientes para despertar maiores cuidados do governo. Com esse intuito, à proporção que os moços brasileiros iam completando o curso eram logo despachados para o exercício de cargos públicos em Portugal, sendo que os nascidos em Portugal eram despachados para o Brasil. Aí estão, para não citar outros exemplos, as nomeações de Gregório de Matos, para Juiz do Crime e de Órfãos da cidade de Lisboa, por volta do ano de 1671, e de José Bonifácio de Andrada e Silva para lugar de lente de Coimbra. No governo do Marquês de Pombal, elevou-se muito a cotação dos brasileiros para os cargos públicos da metrópole, notadamente entre o Clero, em que era abundante o número de capacidades (QUERINO, 1955, p. 314-315).

Durante a construção dos seus argumentos neste verbete, em efeitos mais próprios a *produção de sentido*, Querino menciona diversos documentos e autores. Para tratar da opressão imposta pela administração, indica: a criação da lei *um prato de farinha por habitante*, que



foi constituída para a sustentação da guarnição militar de São Paulo durante a guerra de Pernambuco, mas que durou cento e vinte anos; o pedido na Câmara Municipal de São Paulo em 1734 para que fosse dispensada de pagar erário público para as despesas do casamento do príncipe do Brasil e das Astúrias, o que estava fazendo com que os moradores vendessem bens pessoais básicos; o protesto do Senado na Câmara da Bahia de 1671, contra o decreto metropolitano de que nenhum natural do Brasil poderia ocupar o cargo de Desembargador; a ordem metropolitana de vigilância em relação aos simpáticos às ideias políticas francesas; a carta de Padre Antônio Vieira de 20 de abril de 1657, denunciando ao monarca os abusos, injustiças e tiranias dos membros da administração metropolitana na colônia; o alvará de 20 de outubro de 1621 ordenando que nenhum negro, mulato ou indígena, ainda que forros, exercesse o trabalho de ourives; a Carta Régia de 23 de março de 1688, proibindo a manufatura de ferro; o decreto de 1690 proibindo consumo de sal que não fosse português, mesmo que se pudesse produzi-lo na colônia; a ordem de 1766, proibindo a produção de esculturas de ouro e prata no Brasil, fechando oficinas e confiscando materiais e ferramentas; a lei que criava imposto de quarenta anos para a colônia, a fim de arrecadar verba para a reconstrução de Lisboa por ocasião do grande terremoto (QUERINO, 1955, p. 309-312).

Também cita o texto *Elogio Histórico de José Bonifácio* (1887), de Latino Coelho (1825-1891) - o qual faz referência em nota à edição utilizada - salientando trechos que abordam uma administração cobiçosa e que impede as ações que poderiam produzir desenvolvimento material e intelectual (QUERINO, 1955, p. 312-313). Acerca das desconfianças e resistências às ideias de representatividade e liberdade na constituinte por parte das elites sociais, econômicas e políticas após a Independência, o autor trata de escritos de dois deputados da época, José d'Alencar e Xavier de Carvalho (QUERINO, 1955, p. 317).

Apesar do argumento acerca do esforço de enfraquecimento e cooptação da intelectualidade brasileira pela metrópole, Querino



acredita que muitos sujeitos destas comunidades letradas conseguiram se contrapor a estas determinações, se tornando agentes cruciais no processo de Independência. Para ele, inclusive, era importante destacar que grande parte destes intelectuais não eram parte da elite econômica. Esta passagem se encontra no verbete que trata da educação superior – “Os estudantes de Coimbra”:

Os principais fatores da nossa emancipação política, em sua maior parte, descenderam de honradas famílias deserdadas da fortuna. Esses homens estudaram na Universidade de Coimbra, com a simples mesada de dez mil réis. De vestiário faziam grande economia, auxiliados pelos costumes das batinas; pois a mais velha imprimia-lhe a característica de veteranos, salvo conduto dos frequentes apupos. Os rapazes de famílias abastadas não se preocupavam com estudos, desprezavam os dotes da educação aprimorada e preferiam os galanteios de toda ordem. Dedicavam-se à lavoura cujos proventos eram imediatos, sem custo, pelo esforço da escravidão. Até aquela época, ao menos, na Bahia, as famílias poderosas não contavam um só de seus membros versados em letras. Havia natural indisposição contra a subordinação que a ignorância rende ao saber (QUERINO, 1955, p. 135).

Em seu ensaio, é de grande importância o que estamos chamando de um princípio ético-político que denuncia a violência e a exploração do trabalho escravo pela elite econômica colonial e imperial, sustentando sua ociosidade, luxo e descaso no que tange ao desenvolvimento cultural e material para a sociedade como um todo. Nesse sentido trata, na seção “As Cavalhadas”, de festas marcadas pela ostentação do ócio, da fortuna e poderio, enquanto o trabalho era posto em cima dos ombros das negras e negros escravizados.

Nos tempos coloniais, quando a escravidão constituía o fator máximo da prosperidade pública e particular, os exploradores do fruto do trabalho alheio, sem sentir-lhe o peso, davam largas as ociosidades, por meio das diversões. Assim era que, além das festas do calendário, outras tantas havia, por ocasião de casamentos, aniversários e batizados, na família reinante, denominada *festas reais*, para as quais contribuía, por sua vez o erário público, além de outras dádivas (QUERINO, 1955, p. 166).



Mais uma vez, uma narrativa histórica organizada mais intensamente pelo que estamos chamando de *produção de sentido* é construída em “O Chafariz do Largo do Theatro”. Este texto trata de um debate a respeito da dúvida se o ornamento da fonte do largo do teatro representa Pedro Álvares de Cabral ou alguma outra figura histórica. Ao fim, conclui que nesta discussão é preciso indicar a importância a certo costume popular, que ressignificou e atribuiu seus próprios entendimentos à representação no chafariz: “Para terminar, a estátua representa Cabral, oficialmente sancionada pela tradição” (QUERINO, 1955, p. 293).

Neste verbete há o uso do argumento de autoridade através da citação de autores e a utilização de documentos na construção de um *efeito de sentido*. É mencionada a lei provincial n. 451, de 17 de janeiro de 1852, acerca da autorização para a contratação de dois bacharéis encarregados de fornecer água potável à cidade do Salvador por meio de chafarizes. Também são indicadas outras informações que aparentam terem sido retiradas de documentos administrativo-burocráticos, como a de que o início destas obras ocorreu em 1855 sob a direção do mecânico francês José Revault, ou de que um dos contratantes foi à Europa para efetuar a compra dos chafarizes (QUERINO, 1955, p. 292).

Para apresentar esta discussão acerca da figura no chafariz, Querino menciona também os textos de Afonso Arinos (1868-1916) no periódico *Jornal Paulistano* e de José Álvares do Amaral (1771-?) em “Resumo Cronológico e Noticioso da Província da Bahia”, este último com referência ao ano de publicação e a página. Em sua busca por documentos que poderiam apontar uma solução para a questão, também utiliza uma fonte oral:

À falta de documentos mais positivos, tomei a deliberação de ouvir ao venerado professor de geografia e história, dr. Odo-rico Odilon, cuja resposta é a seguinte: “Sempre ouvir dizer que a estátua que encimava o chafariz da praça Castro Alves representava Pedro Alvares Cabral, e é a opinião do dr. Francisco Vicente Viana, na sua Memória do Estado da Bahia;

mas, um detido exame do monumento deixou-me em dúvida entre o viajante citado e Cristovam Colombo” (ODILON Apud QUERINO, 1955, p. 293).

No ensaio *A Bahia de Outrora*, assim como em outras publicações de Querino, há um valor da narrativa histórica construída através da tradição oral que, para ele, dá vida ao passado, entendendo que há nestas experiências e percepções individuais algo como que fragmentos históricos, ou ruínas. É possível observar esta perspectiva, por exemplo, na seção chamada “A viagem do Imperador”: “Tratando da viagem do último imperador à Bahia, vou tentar, nestas linhas, o esboço de reminiscências, avivadas pela tradição oral de contemporâneos desse acontecimento” (QUERINO, 1955, p. 224). O seu trabalho busca produzir uma crítica que valide as informações contidas nestes relatos, a comparando com outras fontes, sejam orais ou escritas.

Hoje, após a expansão das possibilidades de fontes no interior da historiografia, há uma valorização das fontes orais, legitimadas através de métodos específicos e rigorosos. No interior da historicidade de Querino, esta possibilidade de valorização e utilização da oralidade como fonte era escassa, já que a oralidade era percebida como pouco útil para os ideais de objetividade (muitos deles positivistas) compartilhados por muitos intelectuais. É preciso lembrar: havia uma percepção evolucionista, racista e racialista de que povos que não possuíssem uma escrita semelhante aos moldes europeus (escrita que se originou de culturas do norte africano e do oriente médio), se encontravam em “estágios” inferiores de “civilização”.

Contudo, foi com o historicismo do século XIX, que visava uma reconstrução do passado tal como ele ocorrera, e com o ideal positivista da produção de um conhecimento objetivo – pretensamente neutro –, inclusive um conhecimento imparcial e total da história, que esse trato desdenhoso para com a memória – pelo menos com um certo tipo de memória – enquanto fonte para a produção historiográfica, em detrimento de outras – de preferência escritas e oficiais –, se intensificou. A memória, portanto, não serviria a esse projeto de uma história objetiva, pois

nos chega de forma fragmentária, lacunar, seletiva e carregada de subjetividades (REIS, 2008, p. 2).

O pesquisador baiano recebeu diversas críticas, especialmente em comparação com a suposta cientificidade (racialista e racista) de Nina Rodrigues. A historiadora Sabrina Gledhill faz uma descrição precisa do clima racialista que tomou parte da intelectualidade da Europa e das Américas, a qual Querino questionava:

Gobineau e Le Bon concordavam que a miscigenação resultava na decadência da humanidade, mas Lapouge achava que, muito pior, constituía um prejuízo à raça superior: uma vez que os “arianos” eram mais corajosos e guerreiros, a taxa de mortalidade entre eles seria maior porque lutavam e morriam nas guerras; sua religiosidade mais intensa também os levava a escolher o caminho do celibato, reduzindo assim sua taxa de natalidade. Lapouge acreditava que a maneira mais eficiente de exterminar os povos inferiores era encorajar seus vícios, principalmente a luxúria e a embriaguez. Uma vez que tanto Gobineau como Lapouge achavam que a mais decadente das raças era a africana, essa, para eles, parecia a solução perfeita para ‘o problema do negro’. Os dois franceses acreditavam que a eugenia através da seleção dos seres humanos mais aptos para reproduzir, em razão de suas qualidades físicas e morais, teria um resultado vitorioso para a “raça ariana” (GLEDHILL, 2015, p. 5).

A escolha destes relatos, para a própria produção de fontes na escrita da história de Querino, era necessária para tratar da história, das culturas e resistências africanas e afro-brasileiras, tendo em vista a falta de escritos, de documentos, e isto devido à exclusão da população negra da maior parte do sistema educacional, mesmo que muitos destes resistissem procurando acessar o letramento e a educação escolar da forma que podiam. No entanto, salienta-se que a produção de oralidades é um fenômeno de grande sofisticação e característica de várias culturas não centradas na escrita.

Querino como Heródoto, não despreza a capacidade da memória em serviço do seu discurso – como fizera Tucídides –, ao contrário se vale dela, através das lembranças de negros, escravos ou libertos, para “resgatar as obras” do africano no

Brasil. Querino recebeu muitas críticas por recorrer ao uso de memórias e da oralidade em suas pesquisas, pois estas eram entendidas como destituídas de um caráter científico. Críticas que contribuíram para um certo descrédito do seu trabalho e de seu papel na intelectualidade do período, sendo muitas vezes considerado como um intelectual menor, apenas um curioso dos assuntos do negro na Bahia (REIS, 2008, p. 2).

Querino encontrou na oralidade e na memória de negras e negros a possibilidade de estudo de uma população marginalizada, analfabeta, considerada inferior por muitas das perspectivas científicas objetivistas, racistas e racialistas. Assim, segundo o próprio Querino, ele colheu relatos de:

[...] velhos e respeitáveis e que nô-la (sic) deram sem reversas nem subterfúgios, porque em nós estas pessoas não viam mais do que um amigo de sua raça, ou quem, com sua sincera simpatia respeitou e soube fazer justiça à gente que o cativo aviltou, insultou e perseguiu, mas que não logrou jamais alterar-lhe as qualidades inatas, afetivas (QUERINO Apud REIS, 2008, p. 7).

De que outra forma seria possível amplificar e inserir suas vozes nos estudos históricos e sociais que de modo tão assimétrico valorizava quase que somente as fontes escritas construídas, em sua maioria, por uma elite branca, que usa a própria escrita como instrumento de dominação? Esta escolha era indispensável para suas abordagens ético-políticas que, de algum modo, procuraram reverter a nulificação dos sujeitos negros e suas culturas. Trata-se da procura por memórias que, associadas a suas próprias lembranças, suas pesquisas de textos, documentos, bibliografias, do uso de métodos, de recursos científicos, mas também recursos estéticos, de afetos, e sensorialidades, buscam compor sua escrita da história. É nesta direção que o historiador Carlos Antonio Reis nos informa:

Assim sendo, voltamos a Manuel Querino para afirmar que esse, ao escolher seu objeto (o negro) e seus métodos de pesquisa (memória + oralidade), estava profundamente imbuído de um interesse “político”, qual seja, resgatar e preservar as memórias dos africanos no Brasil em contrapartida aos processos



de inferiorização e de esquecimento/anulamento das mesmas, processo que Michael Pollak (1989:09) denominou “enquadramento da memória”. [...] Ao recorrer às memórias dos velhos negros das comunidades de candomblé e de casas de culto afro de Salvador – estas entendidas como “lugares de memória” de que fala Pierre Nora – Querino visava combater certas representações que historicamente se construíram dos negros e que naquele momento, marcadamente acentuado pela busca de uma nacionalidade brasileira, percebia como predominantes numa tendência de diminuição da importância do povo negro como critério para modernizar o país através de projetos “civilizatórios” e higienistas que (des)qualificavam e colocavam estas camadas da população à margem da sociedade republicana que se formava (REIS, 2008, p. 3-4).

Mais ainda, Querino compreendia a oralidade, juntamente com a linguagem corporal, como de grande importância para a cultura popular. Isto poderia ser observado especialmente a partir das figuras populares de renda baixa que manifestavam sua inteligência através da oratória, composta, também, pela linguagem corpórea, demonstrando que também aprenderam ouvindo e vendo as falas e gestos de outros oradores que faziam parte, por exemplo, do espaço da política. Se a cultura oral e corporal era de grande relevância na historicidade estudada, na cultura da população e da sua resistência no que diz respeito, por exemplo, à desigualdade própria à estrutura educacional excludente, nada mais legítimo que abordá-las em sua escrita da história.

Como parte do que chamamos aqui de *efeitos de presença*, a linguagem oral e corpórea pode ser encontrada em várias passagens do seu livro, mas destaco o verbete “Oradores do Povo”, onde Querino relata diversos sujeitos que são exemplos desta intelectualidade não letrada. Percebe-se aí, a inserção das vozes e dos corpos nas formas de comunicação e relação humana, questionando e reposicionando a suposta superioridade hierarquizante da cultura escrita.

A camada popular de tempos em tempos idos possuía em alta o gosto das letras e das boas-artes: o hábito da imitação dos bons exemplos, embora modestamente. Os debates do corpo

legislativo provincial constituíam a tenda de aprendizagem dos oradores do povo. Vocábulos e frases empregadas pelos deputados, e gesticulação, as figuras oratórias, a entonação de voz, tudo, enfim, procurava-se imitar. De modo que o indivíduo sem instrução desenvolvia-se praticamente, sem se encontrar ou cumprimentar uma personagem (QUERINO, 1955, p. 219).

De modo diferente, o verbete “Milícia, Ordenanças e G. Nacional” é bastante associado ao paradigma do *sentido*. Através de uma narrativa mais concatenada, linear, trata de parte da história militar no século XIX, na Bahia e no Brasil. Este texto se direciona especialmente ao surgimento de algumas instituições militares. O autor vai construindo sua narrativa através da menção de leis, resoluções, reclamações e alvarás, descrevendo como eram escolhidos os militares de baixa e alta patente.

Para isto, assinala: a lei de 1.º de setembro de 1800, determinando que o senado da câmara da capital e das câmaras municipais fossem responsáveis pela criação dos corpos militares; a reclamação de 17 de março de 1751, da Câmara Municipal de Cachoeira, acerca de quem deveria comandar o regimento; o alvará de 3 de setembro de 1809, proibindo oficiais de exército e milícias de servir em corpos de ordenanças; a resolução de 3 de março de 1910, tratando do alistamento apenas de homens casados; a lei de 10 de outubro de 1831 criando as guardas municipais; a lei de 18 de agosto de 1831, criando a guarda nacional; o alvará de 6 de dezembro de 1831 proibindo o uso de bigodes entre oficiais e praças e a revogação disto em 8 de julho de 1837; a lei de 19 de setembro de 1850, determinando a guarda nacional como reserva do exército (QUERINO, 1955, p. 81-83).

Querino entende, por exemplo, que havia certo traço democrático dentro da gestão da guarda nacional:

Os oficiais superiores, subalternos e inferiores eram escolhidos por eleição dos guardas alistados na paróquia, presidida pelo respectivo Juiz de Paz. O oficial eleito servia por quatro anos; findo o tempo, não sendo reeleito, voltava a servir como simples guarda. Era um arremedo democrático, na aristocracia do tempo (QUERINO, 1955, p. 83).



Apesar disto, em uma reflexão claramente organizada pela sua orientação ético-política – de crítica do Estado e tematização e evidência da cultura africana e afro-brasileira - Querino critica a possibilidade da escolha das patentes na guarda nacional através de motivos políticos e não pelas competências militares. Ao mesmo tempo, por meio de uma citação a Nabuco de Araújo (1764-1844), acredita haver a necessidade de certa multiplicidade de posicionamentos políticos no exército. Deste modo, poderiam ser evitadas, ao menos aparentemente, animosidades excessivas caso um posicionamento político tivesse mais adeptos no do que o outro no interior da guarda nacional. Para Querino, esta reflexão de Nabuco seria importante para ponderar acerca de conflitos relacionados ao Estado e à República.

As patentes dessa milícia foram equiparadas às do exército e da armada. Os espíritos interessados na boa organização da milícia, receando a perversão politiquêira, procuram amparar o pensamento do governo, conciliando a eficiência militar com o caráter da instituição. A respeito, assim se externava um grande espírito da época, o cons. Nabuco de Araujo: “Quanto à guarda nacional é preciso organizá-la, de modo que ela seja uma força pública e não uma força de partido. Repugna que uma parte dos brasileiros seja destinada para oficiais, e a outra só para soldados. Convêm, pois, contemplar as influências legítimas de ambos os lados, contato que tenham merecimento e não sejam hostis á ordem pública. O comandante superior pode ser a influência do outro lado; o chefe do estado maior pode ser a influência do outro lado; assim ficam equilibradas as influências e satisfeitos os ânimos; entretanto, que o governo, pela faculdade que tem de dispensar qualquer dessas patentes, neutraliza o mal que elas podem fazer. Aonde houver um só batalhão e influências reais, a mais forte, legítima, e que mais garantias oferecer de lealdade, dedicação e aptidão deve ser preferida”. Eis aí uma prova suficiente da boa orientação do patriotismo colocado acima dos interesses subalternos, e tão digna de ser imitada na hora presente (QUERINO, 1955, p. 84).

Em “A Irmandade de Santa Cecília”, o ensaísta baiano utiliza vários recursos mais lógico-formais, associados a um caráter ético-político, para mencionar a existência de certo compromisso



interpessoal existente no século XVII. Trata-se um contexto no qual Querino compreende que existiria uma ganância mais amena do que a que determinava a sua própria época. Mais uma vez, um ponto contrário ao que seria desenvolvido por Prado a respeito da cobiça na colônia. Como é apontado no verbete “Primórdios da Independência”, Querino entende que a “ganância” não se generalizou, não se moldou como o que podemos chamar junto a Prado de uma cultura afetiva, mas era uma característica dos agentes do governo metropolitano e de parte da elite econômica.

Também de grande importância, acerca de sua orientação ético-política, Querino destaca a capacidade de ação dos trabalhadores que realizavam diversas atividades, ou ofícios, procurando se organizar em associações ou irmandades, além de procurarem ser representados pelos juízes de ofício. É deste modo que teria surgido a irmandade de Santa Cecília, uma associação de músicos que foi tema em um dos seus capítulos/verbetes. Mais uma vez, é salientado o protagonismo da população de baixa renda, especialmente dos afro-brasileiros. Para o ensaísta baiano, a escolarização e a formação profissional eram apontadas como formas de transformação de vidas e da realidade social como um todo. Querino também destaca, aqui, a importância atribuída à religião como manifestação da psique humana.

Nos tempos coloniais, a cobiça era um tanto moderada; verdade é que se desconhecia a elasticidade contemporânea desse sentido. As coisas sérias tinham seu cunho de valor, na época em que o fio branco de cabelo arrancado à barba do cidadão exprimia o compromisso de uma letra assinada a prazo fixo. Cogitando nos meios de defesa dos seus interesses, por intermédio de representação própria, a classe operária conseguira fosse expedido um Alvará, criando o lugar de *juiz de ofício*, como um passo dado em seu favor, no século XVII. O benefício desse ato inspirou o maior respeito e acatamento às decisões imparciais do juiz eleito pelo voto da classe. [...] Foi essa prerrogativa concedida aos operários que despertou, nos artistas liberais, a ideia de associação, uma vez que não possuíam também o seu juiz de ofício, como os operários. A religião, influenciando como

síntese das manifestações psíquicas do homem, e, por sua importância capital, ultrapassando todas as outras manifestações, deu ensejo aos auxiliares do culto divino de se congregarem, e constituírem uma agremiação musical (QUERINO, 1955, p. 104).

A possibilidade de representação política e a inclusão através da educação e formação profissional buscada pelos trabalhadores e a população negra foi bastante cara ao intelectual, já que ele mesmo teve sua vida transformada através de oportunidades semelhantes. Como menciona Jaci Menezes, “[...] a importância de Manuel Querino vem de seu papel de elo de ligação entre os movimentos abolicionista, o republicano popular, o movimento operário e, por fim, de um movimento de resgate das raízes negras” (MENEZES, 2007, p. 32).

Querino foi professor do Liceu de Artes e Ofícios, do qual foi aluno fundador, onde era oferecida educação formal para parte da população, inclusive negra, de modo a se qualificar em algumas atividades manuais e artísticas. Do mesmo modo, participou da criação do Centro Operário da Bahia, que também foi utilizado pela população negra para resistir, se instruir e buscar melhores condições de vida. Em sua atividade profissional buscou produzir condições de inclusão cidadã da população negra, especialmente através da educação, da capacitação profissional e da representação política (MENEZES, 2007, p. 25-26). Este engajamento também foi realizado a partir da sua atividade jornalística.

Jornalista militante antes e depois da proclamação da República, Manuel Raimundo Querino criou e comandou dois jornais para defender a causa dos operários, *A província* (1887-1888) e *O trabalho* (1892), denunciando a corrupção como a maior causa dos abusos sofridos pela classe operária – para ele, sinônimo de “classe oprimida”. Identificando-se como trabalhador e artesão, e demonstrando uma “inclinação em direção ao socialismo”, Querino se preocupava com os direitos da classe operária ainda em tempos de escravidão, quando a população livre e assalariada estava em franca minoria. Naquela época o mercado de trabalho era controlado por arrematantes de obras que monopolizavam as construções e ditavam os salários (GLEDHILL, 2013, p.125).

Neste verbete, o autor apoia sua breve escrita da história da irmandade em documentos administrativo-burocráticos, mencionando onde se encontram as evidências que indica, citando e transcrevendo longos trechos destes manuscritos, ou ainda, apontando o que não foi achado.

Não é conhecida a data da instalação da Irmandade de Santa Cecília, ereta primitivamente na matriz de nossa Senhora da Conceição da Praia, onde começou a funcionar. O documento mais antigo referente ao assunto diz que, a 6 de julho de 1785, reunidas mesa e junta, organizaram o novo compromisso que devia regê-la, e criaram o livro de *Termo dos irmãos*; pois até aquela data, os seus nomes figuravam, apenas, em listas anuais de recebimento das joias da festa. O artigo primeiro do compromisso assim rezava: “Toda a pessoa que quiser exercer a profissão de músico, ou seja cantor ou instrumentista, será obrigada a entrar nesta Confraria, e para ser admitida por confrade, representará à mesa, declarando a qualidade do seu estado, a sua naturalidade, o instrumento que tocava ou a voz que cantava, para que a mesa pudesse admiti-la ou excluí-la, sendo notoriamente inábil ou publicamente escandalosa por seu mau comportamento”. Esse compromisso obteve aprovação régia, por alvará de 20 de dezembro de 1785; sendo que a parte complementar fora confirmada em 9 de outubro de 1816, por D. João VI (QUERINO, 1955, p. 103-104).

Para discorrer acerca da criação desta irmandade, Querino explicita a consulta a um determinado corpo documental: posse de 16 de dezembro de 1626, do juiz dos alfaiates André Cavallo de Carvalho e do juiz dos alfaiates Antônio da Fonseca; posse de 29 de abril de 1626, do juiz dos pedreiros Antônio Cardoso; termo dos irmãos da irmandade de Santa Cecília de 16 de Julho de 1785, listas anuais de recebimento das joias das festas da irmandade; alvará de 20 de dezembro de 1785 e alvará de 9 de outubro de 1816, acerca da aprovação régia da irmandade; carta patente da irmandade, que autorizava a participação na mesma; solicitação de um juiz privativo à autoridade diocesana e ao imperador, de 1830; carta da lei de 22 de setembro de 1828; fotografia de D. Manuel Joaquim da Silveira, Conde de São Salvador, ao lado da efígie de Santa Cecília, de 1869. Vários trechos destes documentos

são transcritos, inclusive o que se encontrava escrito atrás do quadro que emoldurava a efigie da santa que dá nome a irmandade.

O esquecimento (na tradição, memória e historiografia) também é algo importante em seu texto, como o que seria o ocultamento das experiências da Independência da Bahia (1822-1823) no processo da Independência, narrado no verbete “A noite Primeira de Julho”.

Não fora dado prever, aos nossos maiores, que o esforço despendido com tanta abnegação e desprendimento, na conjuração do absolutismo político da metrópole, tão cedo seria esquecido, com desamor e com menosprezo tratadas as tradições características do entranhado patriotismo que nos legaram. Desde os tempos coloniais vem o povo baiano justificando as prerrogativas de seu valor, nas armas, nas letras e nas artes (QUERINO, 1955, p. 44).

Isto seria um ato de silenciamento político, de “pacificação”, uma forma de despotencializar a ação no presente republicano através de narrativas históricas (historiográficas ou não) em disputa. De acordo com a sua orientação ético-política, há uma decepção com um projeto republicano que não incluiu pobres, operários e a população negra, tanto a abolida quanto a que já se encontrava livre anteriormente. Ao contrário, o novo regime teria perseguido muitos destes sujeitos e os mantidos distantes de uma cidadania plena através da manutenção do analfabetismo, da exclusão da formação escolar e da capacitação para os ofícios. Percebe-se mais uma vez, aqui, o protagonismo do povo na narrativa histórica de Querino. Em sua escrita da história não há a ideia de que os membros da elite econômica e política são os principais condutores e responsáveis pela sociedade, pelos próprios acontecimentos ou fenômenos sociais. Em grande parte, são os membros das classes populares, suas escolhas e culturas que põem em movimento as experiências no tempo e espaço:

Através do testemunho de Querino, revestido de lembranças e conteúdos político-sociais, foram reveladas vivências de outros sujeitos e autores que fizeram a história, em detrimento dos grandes feitos e heróis que hegemonizavam a escrita

historiográfica, particularmente aquela produzida no interior dos Institutos Históricos no Brasil (LEAL, 2016, p. 150).

Há a denúncia da ganância que seria própria à elite (mas não de uma cultura generalizante da cobiça, como escreveu Prado), de um descaso no que tange ao próprio progresso material para todos e de uma continuação da corrupção política na Bahia no regime republicano.

Nenhuma região do país tem suportado o peso do despotismo republicano, como a Bahia; talvez estejam castigando-lhe a altivez de outrora, com as maiores provações. Desprestigiaram-lhe o valor, deturparam-lhe o merecimento, fizeram-lhe representar o humilde papel de comparsa, em farrancho político, conservando-se estacionária e abatida, por ingratidão de seus filhos. Sucedem-se os empréstimos e a cantilena é sempre a mesma: o prurido enganoso do progresso material que não chega: ideias e programas políticos desapareceram; pululam as personagens que as circunstâncias do momento bafejam. A preocupação desordenada de subir, a sede de fortuna rápida, a ganância do ouro sem amor ao trabalho, tem deslumbrado a uns tantos espíritos fracos ou pusilames (sic), que se dizem oportunistas, quando a verdade é que eles depois de calejados no emprego do incenso podre da bajulação, que tudo vence, agarram-se as botas dos que pisam o Olímpio poder (QUERINO, 1955, p. 60).

Segundo Querino, é produzido um esquecimento do protagonismo da Bahia, especialmente de sua população negra, nos processos históricos, negligência realizada até mesmo por historiadores. Isto é apontado ao tratar da Guerra do Paraguai, no texto “A Bahia e a campanha do Paraguai”:

O objetivo desta palestra é recordar a memória patriótica da estremecida terra de nossos verdes anos, pois que, até o presente, tem sido, talvez, criminosamente esquecida pelos historiadores que mais largamente referiram os gloriosos feitos, o valor, o heroísmo na desafronta dos bríos nacionais, humilhados pela audaciosa insolência de um ousado tirano (QUERINO, 1955, p. 181).

Encontramos algo semelhante - em relação ao esquecimento - no texto “Episódio da Independência II”, acerca de uma memória



perene sobre o general Labatut. Querino destaca que, apesar de se tratar de uma figura controversa, criminosa e violenta, Labatut é constantemente lembrado, enquanto que outros sujeitos daquele processo não seriam lembrados: “A tradição oral não registra um fato arbitrário praticado por oficiais brasileiros, ainda mesmo na posição de comandante em chefe; ao passo que inúmeros são os atribuídos a Labatut” (QUERINO, 1955, p. 307).

Para Querino, o estudo do passado produz reflexões sócio-políticas na direção de uma relação, de uma reorganização ou recondução da identidade nacional (patriótica, para ele) que potencializaria ações conjuntas.<sup>36</sup> Além da presença do povo, como agente dos processos históricos, também temos os escolhidos pela população (não somente os políticos profissionais, eleitos) como os seus “heróis”, que auxiliariam na (re)condução das experiências. Parece que, para o ensaísta, esta perspectiva não recebe a atenção necessária no seu contexto republicano:

A geração atual não tem sabido aquilatar a soma de benefícios que lhe outorgaram os nossos ancestrais. Sem heroísmo e sem amor pela liberdade, bem cedo esqueceu a consagração devida aos seus heróis. E por isso sem o culto ao passado, não temos nem sintoma de patriotismo porque este não conhece dificuldades, não esmorece na presença dos maiores obstáculos (QUERINO, 1955, p. 303).

Querino, que era um abolicionista e republicano, não deixava de abster-se de críticas ao novo regime. Nesta compreensão não linear dos processos históricos, ou seja, de que não há direções históricas que necessariamente se realizam (metanarrativas ou filosofias da história), há uma tensa relação entre civilização, progresso material, decadência das tradições, da moralidade, da intelectualidade e da afetividade. Talvez, para um homem negro, negligenciado, alguém que não era parte da elite

36 É preciso um estudo mais detido acerca da noção de *patriotismo* para Querino, no entanto, me parece que esta ideia, em seu trabalho, é compreendida como a atitude individual engajada (do espaço do político e da política) com os anseios e necessidades gerais da população e a sua rememoração. Aparentemente, através de narrativas que valorizem e mantenham estas ações na memória popular, ou na cultura histórica, seria possível instigar e potencializar o movimento dos sujeitos.

branca, social, econômica ou intelectual, seria difícil crer em filosofias da história, especialmente em metanarrativas (ideológicas, que possuem estruturas de dominação epistemicidas e etnocidas) que acreditavam na realização inevitável de um progresso civilizacional universalizante. A citação a seguir se encontra no verbete “Oradores do Povo”:

Incontestavelmente, o novo regime rasgou novos horizontes, aumentou a riqueza, o território, liquidou pendências seculares; mas, em compensação, deu-nos uma ilustração pedantesca, extorquiu-nos a segurança individual, abateu-nos o caráter, elevou a intolerância a um princípio, e, o que é mais, destruiu a estabilidade das convicções, com o desrespeito a tudo (QUERINO, 1955, p. 222).

Em mais uma passagem onde observamos a percepção de um progresso não linear, ou melhor, uma concepção contrária à filosofia da história, Querino produz uma crítica dura à ideia de *civilização*. Esta passagem é parte do verbete “A Imprensa”, onde trata das violências sofridas e realizadas pelos profissionais do jornalismo durante o império. Para ele, tais agressões estariam longe de serem resolvidas durante o período republicano:

Isso, porém, não admira; pois voltamos à barbaria antiga, aos processos violentos, aos ataques a mão armada. E nos dizemos civilizados: civilização de palavras, unida a uma democracia que se tem distinguido pelos empréstimos, bombardeios, bailes e desfalques, sem ideal decente, sem escrúpulos e balda de patriotismo. O homem de hoje constitui-se senhor absoluto nas aplicações da lei e do dever, desrespeitando a tudo e a todos. No entanto, fez escravo do dinheiro e das ações ruins. O veterano da independência, Ladislau Titára, saudando o *Dois de Julho*, disse: “nunca mais o despotismo/Regerá nossas ações;/ Com tiranos não combinam/ Brasileiros corações”. Que decepção amarga não sentiria o patriota se presenciasse o que testemunhamos hoje, com indignação e tristeza?” (QUERINO, 1955, p. 101).

Como podemos observar, no ensaio *A Bahia de Outrora* há a menção e citação a diversos documentos, livros, poesias, canções, autores e diversas oralidades, porém, há pouquíssimas referências

completas aos textos indicados. Ainda assim, é possível perceber o conhecimento e uso da estrutura narrativa que procura evidenciar hipóteses através da indicação de documentos e outros textos, que vai ao encontro de um método mais lógico-formal e científico ou erudito da história. Trata-se de recursos que acentuam, principalmente, os elementos dos *efeitos de sentido*. Muitas das narrativas que abordam elementos populares, religiosos e militares são compostas através do apontamento do corpo documental empregado por Querino.

Já para grande parte dos *efeitos de presença*, além, claro, da utilização de documentos paroquiais, militares, legislativos e das câmaras, são mobilizados poemas, textos em prosa, peças de teatro, operetas, canções, a musicalidade dos instrumentos e das vozes, de quadras e repentes populares, de peças e outros recursos que indicam e provocam os sentidos e os afetos mais direta e imediatamente.<sup>37</sup>

37 Em um levantamento no interior do ensaio de Querino foi possível registrar que o autor menciona poemas, canções, peças teatrais, operetas, bailes pastoris, ternos, patrimônios da cidade (o prédio da câmara, largo da Lapinha, Campo Grande, as ruas Maciel de Baixo, Praça da Piedade, fonte de Santo Antônio, Praça de Palácio, terreiro de Jesus, largo do Teatro, Teatro S. João, bairro da Sé, São Pedro, Santo Inácio, da Saúde, ladeira de São Francisco, S. Miguel e portas do Carmo, Igreja da Misericórdia, Igreja de Nossa Senhora da Ajuda, Igreja da Venerável ordem 3.<sup>a</sup> de S. Francisco, charutaria Progressista, Rua do Palácio, Livraria Catilina, Hospital da Misericórdia, Terreiro de Jesus), vestimentas, esculturas (*O caboclo*; *A cabocla*; estátua d' A Noite de Miguel Ângelo), edital do ano de 1875, petições; ofícios; legislação (Carta de lei de 22 de setembro de 1828; lei de 26 de agosto de 1830, acerca da admissão nos cursos de medicina e ciências jurídicas; portaria de 9 de dezembro de 1889, proibindo a lavagem do Bonfim a pedido da igreja; decreto n.º 337, de 1 de janeiro de 1885; lei provincial n. 451 de 17 de janeiro de 1852, autorizando o contrato de bacheiros para o fornecimento de água; decreto de 5 de fevereiro de 1829, mandando retirar o general Labatut de sua função no exército brasileiro; lei primeiro de setembro de 1800); ensaios (como o *Aspectos da literatura Colonial* de Oliveira Lima); documentos administrativos, ordens régias, documentos das câmaras municipais da Bahia e São Paulo; alvarás; resoluções; processos de julgamentos, gazetas, pasquins (periódicos como *Marcos Mandinga*, *Guaicuru*, *Bahia Illustrada*, *Alabama*, *Jornal Paulistano*, *A Buzina*, *A Marmota*, *O Cascavel*, *O Sargento*); epístolas; panfleto (Landolfo Medrado, *Os cortejões e a viagem do imperador*); alvará (16 de dezembro e 29 de abril de 1626, respectivamente do juiz dos alfaiates André Cavallo de Carvalho e juiz dos pedreiros Antônio Cardoso); Termo dos irmãos (16 de Julho de 1785); alvará régio (20 de dezembro de 1785, sobre a aprovação da confraria acerca da profissão de músico e outro complementar sobre este assunto de 9 de outubro de 1816); *Carta Patente* da irmandade de Santa Cecília; solicitação (de 1830, em relação a Irmandade de Santa Cecília); fotografia (de D. Manuel Joaquim da Silveira, Conde de São Salvador, ao lado da efígie de Santa Cecília, de 1869); documentos militares (ordens do dia); Carta Régia de 9 de julho de 1822.



Em muitos destes momentos de atribuição de sentido, Querino continua organizando seu texto a partir de determinadas orientações e objetivos ético-políticos, indicando possibilidades de ação no presente e futuro através da tematização de determinados passados. É nesta direção que durante toda a obra de Querino é possível perceber a valorização das culturas africanas e afro-brasileiras, das negras e negros como sujeitos da história.

Há uma forte presença da religião e dos modos característicos na Bahia de expressão da religiosidade no passado, especialmente através de aspectos artísticos e elementos africanos e afro-brasileiros. As artes (especialmente as poesias e canções), e outras manifestações populares indicam sempre comportamentos e sentimentos de indivíduos e grupos no dia-a-dia. Já a religiosidade e a presença do sobrenatural, aparecem como uma forma legítima e interessante que constitui a vivência e resistência popular cotidiana. Todos estes elementos vão em direção ao protagonismo dado ao que ele entende como *povo* no interior dos fenômenos históricos.

Apesar de não haver menção direta ao que chamamos hoje de “aceleração da história”, quando trata de tradições que foram desgastadas e da decadência associada ao progresso material, é possível perceber a sensação de um clima de aceleração do tempo, da transformação das experiências e tradições que fazem com que o presente de Querino se diferencie rapidamente das experiências passadas. Há um fascínio por este passado, uma ideia de um “brilhantismo antigo” que não se encontra mais. Mas também há a presentificação da crueldade humana, da corrupção política, da opressão governamental, da ganância – aspectos que, geralmente, são apontados a partir de sua posição ético-política republicana, crítica e em defesa do popular e das culturas africanas e afro-brasileiras.

No ensaio de Querino, o passado é narrado através das manifestações do *povo*, dos seus festejos, dos seus corpos e das materialidades que os circulavam, das suas expressões religiosas e artísticas e

dos elementos diversos das diferentes culturas étnicas que compunham estas experiências. O passado, que se difere do presente de Querino, é apresentado como algo fascinante – tal fascínio é central para a presentificação da história e para *efeitos de sentido*, segundo Gumbrecht.

Em *A Bahia de Outrora*, a importância da história se encontra, assim: 1) na reflexão dos processos políticos e sociais em disputa no passado e no presente, especialmente aqueles associados aos africanos e afro-brasileiros; 2) na construção de identidades para potencializar a ação conjunta; 3) para, simplesmente, habitar passados que se foram, mas que possuem “brilho”, que são interessantes e fascinantes de se (re)experimentar.

Na maioria dos capítulos/verbetes deste ensaio, o que encontramos é a descrição e evocação da realidade material, do cotidiano da população em determinados espaços próprios à cidade (como o largo do Teatro; Teatro S. João, o bairro da Sé, São Pedro, Santo Inácio e da Saúde; a ladeira de São Francisco, S. Miguel e portas do Carmo; a Igreja da Misericórdia e Igreja de Nossa Senhora da Ajuda; Charutaria Progressista; Livraria Catilina; o Terreiro de Jesus), das esculturas, das roupas e indumentárias, dos alimentos e sabores, dos movimentos dos corpos e sentimentos através da musicalidade, das letras das músicas, dos instrumentos, das vozes, ritmos, danças e poesias. De forma geral, os textos que compõem seu ensaio são construídos a partir da provocação de simultaneidades entre processos e fenômenos históricos mais ou menos distantes e diversos e em espaços também variados.

Também encontramos, em algumas passagens, conceitos como o de *civilização e progresso*. Eles aludem a algum movimento histórico que dispõem todos os sujeitos a partir de algum singular coletivo, com alguma possibilidade de se dirigir tanto ao que seriam entendidos como desenvolvimentos materiais quanto à decadência moral. Querino indica acreditar no potencial da ideia de progresso, mas não em sua realização a despeito da ação dos sujeitos (como uma filosofia da história) ou em algo que necessariamente englobe todos os grupos

e etnias. Na verdade, fica evidente que para ele o progresso civilizacional é um projeto elitista e excludente, mas que pode e deve ser apropriado, ocupado, ressignificado e ampliado por aqueles excluídos, especialmente a população pobre, africana e afro-brasileira.

Não parece haver a compreensão da existência de filosofias da história, da realização inevitável de metanarrativas que independem das ações do sujeito. Para Querino, os sujeitos podem ou não escolher agir coletivamente com base em determinados interesses comuns e disputas, e isto no interior de especificidades temporais e espaciais. Em seu ensaio, os processos e fenômenos históricos se realizam com base numa tensão heterogênea entre a capacidade de ação do *povo* e de seus representantes (as vezes apresentados como “heróis”) populares ou políticos, as classes dominantes, a máquina burocrática, enfim: tradições, transformações, possibilidades, disputas, interesses, ou seja, as próprias incoerências constitutivas das realidades humanas.

# 3

## **A OBRA DE QUERINO EM QUESTÃO:**

o ensaio, os periódicos,  
as narrativas  
e os debates (1916-1939)

## O INTELLECTUAL NEGRO E A CIÊNCIA RACIALISTA NA IMPRENSA

Abordaremos as narrativas publicadas em periódicos no início do século XX acerca do ensaio *A Bahia de Ourora* (1916), de outras de suas publicações e da própria figura de Querino. Isto será feito com o intuito de indicar alguns aspectos da historicidade no interior da qual este livro foi escrito, publicado, lido e debatido em impressos.

Neste sentido, ensaios e periódicos (que muitas vezes também utilizam o gênero ensaio) se encontraram em determinadas constituições do passado e são, ambos, importantes aspectos para a compreensão de parte de determinada historicidade. Não se pretende realizar aqui uma história da recepção do livro *A Bahia de Ourora*. Partindo de um esforço mais modesto, este texto busca discorrer a respeito de como alguns integrantes das comunidades letradas no início do século XX brasileiro debateram, no interior de seus limites, alguns tópicos, questões, argumentos e enunciados tratados no ensaio de Querino (o que posteriormente também realizaremos por meio do ensaio de Prado). E ainda, busca-se tratar como estes escritores, no interior dos periódicos, produziram suas próprias leituras, narrativas e conteúdos sobre os processos históricos que foram e estavam sendo vivenciados e tematizados.

Se compreendermos os ensaístas como intelectuais, pressupondo intelectual como “[...] uma categoria sócio-profissional de contornos pouco rígidos, ou seja, como produtores e mediadores de interpretação da realidade social que possuem grande valor político”, também entendemos deste modo aqueles que escreveram para tais periódicos, exercendo simultaneamente as mais diversas atividades (polígrafos) (GOMES, 2009, p. 26). Enquadram-se, na mesma categoria, aqueles

que produziam trabalhos em outros gêneros, mídias, outras áreas de conhecimento e saberes diversos, das artes, militâncias, etc.<sup>38</sup>

O espaço público, portanto, é entendido também como aquele onde se realiza a política a partir, dentre outras possibilidades, da imprensa e dos impressos (HABERMAS, 1984, p. 51).<sup>39</sup> Como aponta Elías Palti, a respeito do novo léxico político que surge na América Latina por meio da intensificação e ampliação da imprensa no início do século XX:

O jornalismo aparecerá, ao mesmo tempo, como uma maneira de discutir e fazer política. E isso também infunde uma nova consciência sobre a performatividade da palavra no sentido de sua “criatividade”: a imprensa periódica não só buscava “representar” a opinião pública, mas tinha a missão de constituí-la como tal (PALTI, 2007, p. 197).<sup>40</sup>

Como parte deste momento histórico, muitos intelectuais se preocuparam, assim como Querino e Prado, em refletir mediante perspectivas ético-políticas, partilhando um clima *melancólico*. Deste modo, o campo intelectual se encontra conectado à ação política.<sup>41</sup> Dito de outro modo,

- 38 Destaco que, com exceção de Cecília de Lara, no ano de 1977, os autores dos textos os quais trataram o ensaio em questão são homens. Mesmo a entrevista com a poetisa Gilka Machado é assinada por Godin da Fonseca. Dito isto, é preciso frisar a existência de um grande número destas intelectuais que, resistindo às constituições machistas violentas de sua historicidade, escreveram ricos e diversos trabalhos. As referências dos textos de muitas destas autoras podem ser encontradas nos três volumes do livro *Escritoras Brasileiras do Séc. XIX*, organizados por Zahidé Lupinacci Muzart e no livro *Ensaístas brasileiras: mulheres que escreveram sobre literatura e artes de 1860 a 1991*.
- 39 Segundo Habermas, o surgimento das ideias de “causas públicas” e “interesse público” tornaram-se parte de uma linguagem política apenas quando diversos processos históricos constituíram o confronto entre “Estado” e “sociedade” na modernidade ocidental. “Esse pano de fundo histórico forma também o contexto para o interesse específico em uma esfera pública que somente é capaz de assumir funções políticas na medida em que possibilita aos cidadãos da economia, na qualidade de cidadãos do Estado, estabelecer compromissos ou universalizar seus interesses e torna-os tão efetivos a ponto de o poder do Estado se transformar no *medium* fluido de uma auto-organização da sociedade” (HABERMAS, 1984, p. 51).
- 40 “El periodismo aparecerá así como al mismo tiempo un modo de *discutir* y *hacer* política. Y esto infunde también una nueva conciencia a respecto de la performatividad de la palabra en el sentido de su ‘creatividad’: la prensa periódica no sólo buscaba ‘representar’ la opinión pública, sino que tenía la misión de constituirla como tal” (PALTI, 2007, p. 197).
- 41 Apesar da grande importância de tratarmos das filiações políticas e principais perspectivas dos editoriais destes periódicos e dos seus autores, nosso foco aqui serão os textos, as concepções semânticas acerca de determinados passados e especialmente de sua contemporaneidade a partir de explicações a respeito do ensaio de Prado.

[...] uma das premissas da reflexão é que, no Brasil de fim do século XIX e das primeiras décadas do XX, não é consistente (empírica e teoricamente) assumir uma separação entre campo intelectual e político, embora seja possível reconhecer uma relativa e crescente autonomia na dinâmica de cada um deles (GOMES, 2009, p. 26).

Encontramos uma quantidade considerável de textos mencionando Querino e várias de suas publicações, ainda que verificamos um número de ocorrências bastante reduzido em relação ao que foi rastreado a respeito de Prado e de seu ensaio *Retrato do Brasil*. Infelizmente encontramos apenas dois textos em periódicos que abordam exclusivamente o ensaio *A Bahia de Outrora*. O primeiro é o artigo da coluna *Actualidades Literarias e Históricas*, de João de Assis, na revista *Bahia Ilustrada* (ASSIS, 1921, p. 36). O segundo é o texto de Xavier Pinheiro, na coluna *Belletrismo* da revista *O Malho* (PINHEIRO, 1924, p. 44). Mesmo assim, este livro e outros componentes da obra de Querino aparecem citados em muitas das vezes onde são tematizadas as culturas africanas e afro-brasileiras, as artes e a história baiana na imprensa da primeira metade do século XX.

Ainda que seja necessário um estudo mais pormenorizado para avaliar os motivos da escassez de críticas e debates sobre a obra de Querino em periódicos da época, é preciso considerar que parte disto se deve aos racismos e aos racialismos profundamente enraizados na cultura brasileira e, em especial neste caso, na primeira metade do século XX. As teorias racialistas se encontravam, inclusive, amplamente difundidas em parte dos estudos etnológicos e antropológicos como parte da (pseudo)ciência eurocêntrica da época (SCHWARCZ, 1993).

Este recorte temporal não era nada propício a um intelectual negro, com seu trabalho dedicado ao estudo e valorização da cultura africana e afro-brasileira no Brasil. Mais do que isso, talvez a obra de Querino tenha sido recebida com certa hostilidade, já conferia foco especial a população de baixa renda e negra como sujeitos, protagonistas da história brasileira, o que pode ser visualizado em vários dos



seus trabalhos, como *A Bahia de Outrora* (1916), *A raça africana e os seus costumes na Bahia* (1916), *O colono preto como fator da civilização brasileira* (1916), *Candomblé do caboclo* (1919) e *Homens de cor preta na história* (1923). Nesta temporalidade, havia a grande difusão da ideia de que quem direcionava os rumos históricos eram os membros (masculinos) das elites socioeconômicas e intelectuais brancas, acreditando na ficção eugênica da superioridade branca.

No início do século XX brasileiro também havia certa hegemonia do trabalho de Nina Rodrigues entre a elite branca (o que pode ser evidenciado nos periódicos da época), a qual reafirmava que negras e negros e suas culturas seriam inferiores e subalternos em relação à caucasiana. É relevante mencionar que no início do ensaio *A raça africana e seus costumes na Bahia* (1916), apesar de indicar alguma importância ao trabalho de Rodrigues – que, segundo ele, teria iniciado os estudos da temática afro-brasileira –, Querino o critica, caracterizando-o como o “malgrado professor Nina Rodrigues” (REIS, 2009, p.127). Carlos Reis aponta que Vivaldo da Costa Lima acredita que a ideia de “logro”, aqui, seria a de um lamento ao fato de que Rodrigues, pela sua morte precoce, teria apenas iniciado sua contribuição a respeito da temática afro-brasileira (REIS, 2009, p.128). No entanto, me parece bem mais provável a conclusão da historiadora Maria das Graças de Andrade Leal, que produziu uma rigorosa e belíssima biografia sócio-histórica de Querino. Para a pesquisadora, o adjetivo “malgrado”, ao qual Querino atribui a Rodrigues, estaria relacionado às teorias racialistas e racistas do médico legista.

Ao se referir a Nina Rodrigues na condição de malgrado, certamente, quis contestar a teoria racial que havia defendido em todo o seu teor ortodoxo. Foi o momento em que enfrentou o pensamento vigente e divulgou suas ideias de forma a afirmar e confirmar o valor do africano em detrimento do branco português (LEAL, 2009, p. 192).

A esta hegemonia de Rodrigues, soma-se certo engessamento da ideia equivocada de uma convivência quase harmoniosa entre



povos originários, africanos e afro-brasileiros e europeus no Brasil (posteriormente conhecido como mito da “democracia racial”), estabelecido através de muitos autores, especialmente de Gilberto Freyre. Em autores como Freyre há, por exemplo, uma assimetria na apresentação dos sujeitos negros e culturas africanas e afro-brasileiras, indicando o elemento branco como superior, em alguma medida, minimizando os problemas dos conflitos raciais através de uma noção aglutinadora da família. Querino apontou para estes confrontos e as resistências negras, indicando sempre as contribuições africanas e afro-brasileiras na formação social, econômica e cultural do Brasil. Em sua obra, através da escrita da história, seria possível constituir uma reflexão ético-política, apontando alguma perspectiva de inclusão e protagonismo, de questionamento do *status quo* e de potencialização de afro-brasileiros no interior da marginalização imposta a eles. Segundo Niyi Afolabi, importante pesquisador da temática afro-brasileira:

Ao contrário dos teóricos da cultura que se destacaram após sua morte (como os brasileiros Gilberto Freyre e o cubano Fernando Ortiz), Manuel Querino procurou preservar essências culturais africanas, consciências, práticas e sensibilidades, documentando sistematicamente o modo de vida afro-brasileiro em um contexto bastante rebaixador, racializado e hostil. Enquanto Freyre e Ortiz procuravam explicar a insignificância da raça no contexto mais amplo da identidade nacional, criando assim mais ambiguidades do que resolvendo problemas sociais, Querino engajou pragmaticamente em questões de polaridades e desigualdades raciais, enquanto expunha as contribuições africanas para apelar à necessidade de inclusão e confronto de um dilema em direção a soluções concretas nas relações raciais. Querino procurou empoderar os descendentes que, até hoje, foram submetidos aos horrores da escravidão e das suas consequências, insistindo em direitos dos trabalhadores, como acesso a oportunidades educacionais, acesso a participação política, organização e representação através do prisma dos valores derivados da África para desafiar a hegemonia branca e o *status quo*. Querino via na África uma possibilidade concreta de conceituar poder e orgulho como base para recuperar

a sensação perdida do *eu* e do passado histórico dos afro-brasileiros (AFOLABI, 2013, p. 262, tradução nossa).<sup>42</sup>

Associada ao problema do racismo e da ciência racialista, outra questão pode ter contribuído para o pequeno número de textos analisando o ensaio de Querino. Seria o fato de que, segundo a seção de respostas às perguntas dos leitores da revista *O Malho*, não era possível encontrar o livro *A Bahia de Outrora* no Rio de Janeiro, ao menos em 1924: “Conforme o prometido averiguamos o que deseja: O livro “Bahia de Outr`ora” de Manuel Querino não existe no Rio, porém, pode dirigir-se ao editor Romualdo dos Santos – Livraria Catilina, Bahia” (DE TUDO..., 1924, p. 6).

É necessário ter em vista que a maior parte das editoras e gráficas responsáveis pela publicação de livros e de periódicos se encontravam sediadas no Rio de Janeiro. Além, claro, de que muitos daqueles que consumiam estes livros residiam na então capital do Brasil. No entanto, o ensaio se encontrava disponível para encomenda em algumas livrarias, e é preciso lembrar que este livro possuiu algum sucesso editorial, já que foi publicado em três edições ainda na primeira metade do século XX: 1916, 1922 e 1946 - reimpresso em 1955 (QUERINO, 1955, p. 7-8).

A partir da plataforma hemeroteca disponibilizada na web, da Biblioteca Nacional, foram viabilizados para consulta oitocentos e noventa

42 “Unlike cultural theorists who came to prominence after his death (such as Brazilian Gilberto Freyre and Cuban Fernando Ortiz), Manuel Querino sought to preserve African cultural essences, consciousness, practices, and sensibilities by systematically documenting the Afro-Brazilian way of life within a rather denigrating, racialized, and hostile context. While Freyre and Ortiz sought to explicate the insignificance of race in the larger context of national identity, hence creating more ambiguities than solving social problems, Querino pragmatically engaged issues of racial polarities and inequalities while exposing African contributions in order to appeal to a need for inclusion and confrontation of a dilemma towards concrete solutions in racial relations. Querino sought to empower descendants who to date, have been subjected to the horrors of enslavement and the aftermath by insisting on workers’ rights such as access to educational opportunities, access to political participation, organization, and representation through the prism of African derived values geared towards challenging the white hegemony and status quo. Querino saw in Africa a concrete possibility to conceptualize power and pride as the basis to recuperate lost sense of Afro-Brazilian self and historic past” (AFOLABI, 2013, p. 262).

e dois acervos de vinte e oito localidades no Brasil. A plataforma permite recortes temporais no formato de décadas, deste modo, a pesquisa foi realizada entre as décadas de 1910-1919, 1920-1929 e 1930-1939. Utilizamos as categorias “Manuel Querino” e “A Bahia de Outr`ora” (grafia do título da primeira edição). A primeira categoria rendeu treze resultados entre as décadas de 1910-1919, onze entre 1920-1929 e trinta entre 1930-1939. Já a segunda categoria, “A Bahia de Outr`ora”, produziu vinte e seis resultados entre 1910-1919, dezenove na década de 1920-1929 e vinte e três no período de 1930-1939.

Apesar destes números, percebemos que a maioria das menções não se referia ao ensaio em questão ou ao escritor baiano Manuel Querino. Ao fim, havia trinta e nove referências diretas ao autor, onze mencionando *A Bahia de Outrora* e duas analisando o livro. Além disso, também há alguns poucos anúncios de editoras acerca do lançamento de algum livro do autor e a sua disponibilidade para a compra. Para conferir variações e erros de grafia nos periódicos, também consultamos as categorias “Manoel Querino”, “Manoel Quirino”, “Manuel Quirino”, “Bahia de Outrora” e “A Bahia de Outrora”, mas os resultados relevantes coincidiram com aqueles disponibilizados a partir da busca por “Manuel Querino” e “A Bahia de Outr`ora”.

Ainda que a maior parte das publicações tenham sido realizadas no Rio de Janeiro, há certa variedade no que tange à origem dos periódicos que mencionaram Querino e seu ensaio: *A República* (Florianópolis; uma ocorrência), *Bahia Illustrada* (Rio de Janeiro; cinco ocorrências), *O Malho*, (Rio de Janeiro; duas ocorrências), *A União* (Rio de Janeiro; uma ocorrência), *Jornal do Brasil* (Rio de Janeiro; cinco ocorrências), *Ilustração Brasileira* (Rio de Janeiro; uma ocorrência), *O Paiz* (Rio de Janeiro; uma ocorrência), *Diário da Manhã*: órgão do partido constructor (Vitória; uma ocorrência), *O Estado de Florianópolis* (Florianópolis; uma ocorrência), *Boletim de Ariel* (Rio de Janeiro; dez ocorrências) *Diario de Pernambuco* (Recife; duas ocorrências), *Correio Paulistano* (São Paulo; três ocorrências), *A Voz do Mar* (São Paulo; uma

ocorrência), *Correio da Manhã* (Rio de Janeiro; uma ocorrência), *A Manhã* (Rio de Janeiro; uma ocorrência), *Para Todos* (Rio de Janeiro; uma ocorrência), *Revista do Arquivo Municipal* (São Paulo; uma ocorrência) e *Anuario Brasileiro de Literatura* (Rio de Janeiro; uma ocorrência). Infelizmente não foi possível identificar nenhum destes periódicos como parte da Imprensa Negra (ROSA, 2014).<sup>43</sup>

## A BAHIA DE OUTRORA, SEU AUTOR E OUTRAS DE SUAS PUBLICAÇÕES DISCUTIDAS EM PERIÓDICOS

João de Assis, em uma crítica publicada em 1921, considera que o ensaio de Querino de 1916: “é uma obra, simultaneamente literária e histórica, a que se não deve ter senão em grande estima e apreço, publicada em sugestiva edição pelo professor Manuel Querino, ‘A Bahia de Outrora’” (ASSIS, 1921, p. 36).<sup>44</sup> O elemento literário não é percebido como aspecto de ficção ou incapacidade de uma representação histórica rigorosa. Ele é compreendido como componente estético e afetivo para a realização de um estudo histórico apaixonado (ético-politicamente empenhado, poderíamos dizer), de um passado que não é apresentado de forma morta, mas de modo vívido e pujante.

A partir de certa presentificação do passado indica que, através do texto de Querino, costumes e tradições próprias à Bahia (características “prazerosas” das experiências passadas) são “reconstituídos” através de seu texto. Salienta que os fatos de grande importância da história baiana são descritos de um modo natural e com uma observação acurada. Neste sentido, Assis vai ao encontro de Querino quanto à importância da vida cotidiana da população (e não somente

43 Acerca da Imprensa Negra, conferir o trabalho “Imprensa Negra: descobertas para o Jornalismo brasileiro”, de Isabel Cristina Clavelin da Rosa (ROSA, 2014).

44 Não foi possível localizar a data de nascimento e falecimento do autor (ASSIS, 1921, p. 36).

de personagens considerados “ilustres”) para a escrita da história, com destaque para as festas populares.

O autor deste valioso trabalho, que na sua adiantada idade conhece profundamente o passado de nossa terra, tem o indiscutível mérito de revelar uma paixão sincera pelos estudos dessa natureza. Através de suas páginas de agora, refulge a Bahia de muitos anos, vívidos em plena pujança e plena glória. Aqueles costumes deliciosos, que são hoje tradições aprazíveis, estão reconstituídos com admirável naturalidade e um raro poder de observação. Fatos capitais da história baiana, as festas populares, as evidenciações mais características da vida pública, proeminam em suas descrições, com relevos surpreendentes (ASSIS, 1921, p. 36).

Assis ainda lamenta que o livro não seja divulgado em todo o Brasil:

Quiséramos que, para a propagação do próprio renome da Bahia, esse grande e inestimável livro fosse divulgado em todo o país, tanto pelo que muito honra em tradição a alma heroica da nossa terra, como pela probidade do ilustre mestre, que nos dá um exemplo tão frisante de amor a própria pátria (ASSIS, 1921, p. 36).

Esta divulgação menos efetiva de *A Bahia de Outrora*, ao menos em sua primeira edição de 1916, pode estar conectada ao fato de que, somente algum tempo após à publicação da segunda edição, de 1922, é que o livro foi vendido no Rio de Janeiro. Aparentemente, este problema era enfrentado por diversos escritores do norte e nordeste. Apesar disto, Xavier Pinheiro assinala que o ensaio de Querino fez um imenso sucesso entre os intelectuais conterrâneos. Para ele, o escritor baiano era um “propagandista dedicadíssimo do abolicionismo na ex-província da Bahia” e “um fino observador das nossas coisas”.<sup>45</sup>

Há dois anos, o apreciado escritor e jornalista deu a publicidade, na Bahia, um volume de mais de 300 páginas, que fez um louco sucesso no meio intelectual onde tem os seus penates e só agora é que temos notícia do aparecimento do seu livro.

45 Tudo indica que Pinheiro, neste artigo de 1924, não tinha notícia do falecimento de Querino em 1923. Não foi possível localizar a data de nascimento e falecimento de Xavier Pinheiro (PINHEIRO, 1924, p. 44).

A *Bahia de Outrora* não foi divulgada entre nós, porque as livrarias desta capital não expuseram nas suas montras tão interessante obra. Mas como nunca é tarde para se fazer justiça a quem verdadeiramente tem merecimento, pois, somente agora, através da Livraria Editora Leite Ribeiro, que se incumbiu de estabelecer o intercâmbio literário entre o nosso meio e o dos Estados do Norte e do Sul, é que se está conhecendo o movimento intelectual dos nossos compatriotas (PINHEIRO, 1924, p. 44).

Em sua crítica, Pinheiro destaca que o livro rememora os principais fatos da história baiana, introduzindo, junto a estes, os elementos populares, através de um sentimento de alegria, de bom humor, produzindo empolgação no leitor.

O seu livro *A Bahia de Outrora* tem páginas empolgantes, notadamente sobre o Natal, Noite de Reis, a festa do Espírito Santo, A procissão de cinzas, A romaria dos jangadeiros, Os oradores de sobremesas, A guerra das pedras, O episódio da independência, a Bahia e a campanha do Paraguai, A viagem do Imperador, O cantor de modinhas, A lavagem do Bomfim, enfim, um estudo e crítica de hábitos, costumes, vultos e occurdencias (sic). Essas narrações, escritas em estilo leve, em linguagem clara, despreocupada, despertam atenção, convidam a ler todas as suas trezentas páginas. São cinquenta e nove trabalhos faiscantes de graça, de sinceridade histórica, de descrições históricas e chistosas sobre tipos que viveram e de fatos que se deram, de coisas que aconteceram, que precisavam ficar registradas e ser rememoradas (PINHEIRO, 1924, p. 44).

Pinheiro caracteriza *A Bahia de Outrora* como um estudo histórico crítico devido à sua sinceridade e comprometimento no que tange à representação da história, produzindo descrições do passado através de tipos humanos, de fatos, de costumes, hábitos e “vultos” populares. Para ele, são escolhas de objetos que precisam de registro para uma escrita da história comprometida com o passado e para criar a possibilidade de rememorar experiências, de se (re)aproximar delas. Nisto, entende que há certo ineditismo especialmente no que diz respeito às escolhas de certos passados cotidianos a serem narrados neste ensaio.



Foi, por intermédio desta nossa melhor livraria [Editora Leite Ribeiro], que recebemos o magnífico livro do Sr. Manuel Querino – *A Bahia de Otrora*, bastante curioso e empolgante, no qual estão rememorados os principais fatos e os vultos mais populares que passaram e se deram na heroica terra, tão cheia de tradições e de glórias imarcescíveis (sic). E como bem disse Eduardo Prado que “toda ação, todo esforço de natureza a estimular o estudo do passado será um ato civilizador”, o Sr. Manuel Querino deu-nos um livro atraente, que se lê de uma sentada, sem cansaço, com infinito prazer. Há uma infinidade de coisas inéditas, que nunca foram narradas com tão bom humor, com tanta graça, com tanta verdade, como o fez o talentoso escritor Sr. Manuel Querino (PRADO Apud PINHEIRO, 1924, p. 44).

Citando o tio de Paulo Prado, Pinheiro faz alusão ao estudo do passado como um esforço civilizador. No entanto, é preciso ter em mente que este conceito de civilização está associado a diversas violências etnocidas na modernidade. Ainda assim, o autor parece sublinhar o que seria uma atividade ou valor ético-político da história, de um estudo do passado que oferece reflexões e sentimentos adequados à ação no presente e futuro.

O estilo leve e atraente, que faz com que a leitura seja fluida, também é um elemento importante à representação histórica de Querino, segundo o autor da coluna. Este estilo parece associado a uma capacidade de representar a história como verossímil (efeito de verdade), presentificada, e isto sem uma artificialidade que produziria estranhamento. Assim como Gumbrecht aponta, trata-se de uma linguagem que produz ou provoca certa aproximação em relação a certos passados, presentificando-os.

Mario de Andrade (1893-1945) também menciona o trabalho de Querino em um curto estudo histórico de dois objetos, o *berimbau* e a *calunga*, cada um em artigos diferentes. Em relação ao Berimbau, Andrade tenta reconstituir as origens do instrumento. No entanto, aparentemente, Andrade está se referindo a instrumentos diversos, de culturas e países diferentes, mas com o mesmo nome, acreditando que se tratava do mesmo objeto.



Como encontrou descrições variadas e dessemelhantes acerca do que é o berimbau durante seu estudo (entre eles, nos trabalhos de Antonio Torres, Felipe Stern e Theodoro Sampaio, este último, também um historiador negro), o poeta parece chegar a resultado inconclusivo quanto as origens do instrumento. Em sua pesquisa, ao se deparar com o estudo de Querino acerca do berimbau entre os capoeiristas baianos, Andrade diz ficar ainda mais confuso em relação às caracterizações anteriores que encontrou a respeito do instrumento. A heterogeneidade de descrições de objetos com o mesmo nome, para ele, acabou por soterrar ainda mais sua compreensão histórica a respeito do berimbau. Após mencionar algumas definições do berimbau como um instrumento que usa a boca como caixa de ressonância (e não uma cabaça), ainda que também se utilize um arco com uma corda, o autor de *Macunaíma* continua:

Não é novidade e tem sido muito descrito já entre nós por viajantes e estudiosos brasileiros. Wetherell (*Brazil Stray Notes from Bahia*, 106) o descreve sem nomeá-lo. A mesmíssima coisa faz Schlichthorst pro Rio de Janeiro, dando a diferenciação de sons como proveniente da maior ou menor curvatura que o instrumentista imprime ao arco. Mello Moraes Filho (*Factos e Memórias*) descreve o mesmo instrumento e o denomina *urucungo*, porém o desenho não o conta como apoiado ao ombro e executado com qualquer colaboração da boca, mas afinado na barriga do instrumentista e provido duma cabaça, idêntica às usadas nas marimbas, e com a mesma finalidade da de caixa de ressonância. E pra desesperante atrapalhada final, Manuel Querino, que era preto e a vida inteira dedicou ao estudo e explicação dos pretos, nos descreve esse mesmo instrumento (*A Bahia de Outrora*, 63) e diz que se chama *berimbau*, entre os capoeiras baianos! Diante disso não concluo nada. Só fico pensando (sic) é que a gente pega numa coisinha de nada, num mesquinho berimbau, “pensa que berimbau é gaita”, quer estudá-lo, trambuca (sic), queima as pestanas pra só acabar patinando numa ipueira de hipóteses e escurecido em suas verdades (ANDRADE, 1932, p. 10).

Quanto ao estudo da categoria *calunga* (de origem Bantu ou afro-brasileira, segundo Andrade), o escritor paulista aponta que ela possui

diversos significados segundo os usos diferentes em várias localidades do país. Para realizar tal afirmação, se baseia no dicionário Figueiredo e em vários autores como o Visconde de Taunay, Silvio Romero e Dias de Carvalho. Andrade considera que a definição de *calunga*, como uma boneca utilizada nos Maracatús, é uma reminiscência do que considera um “fetichismo afro-americano” (ANDRADE, 1932, p. 68).

É preciso mencionar que esta ideia acerca do “fetichismo”, amplamente propagada no início do século XX, é carregada de discriminação em relação às religiões africanas e dos povos originários das Américas, por considerá-las como inferiores, ou até mesmo ilegítimas, especialmente em relação ao cristianismo. Esta ideia, etnocêntrica e equivocada, compreende que existem estágios evolutivos lineares e hierárquicos nos sistemas de crenças e organizações das religiões, de modo que os “fetichismos” estariam em nível de sofisticação muito abaixo do modelo cristão (PIRES, 2011). É importante dizer que nem mesmo Querino escapou ao uso desta categoria, amplamente apregoada como uma compreensão científica à sua época (QUERINO, 2014, p. 98).

Apesar de não indicar a referência da citação, foi possível verificar que Mario de Andrade menciona, no trecho a seguir, parte do texto do verbete “A vida no Lar”, do ensaio *A Bahia de Outrora*. Nesse caso, Manuel Querino é mencionado para tratar de um dos significados possíveis de *calunga*, o de “rapariguinha”, menina. Isto é feito a partir da transcrição de uma canção afro-brasileira que se encontra no texto de Querino.

O frei Canecatim, corroborado aqui pelo próprio Chatelain, como se verá mais para adiante, nos diz que no quimbundo, uma rapariguinha é designada pela voz *calumba*. Esta palavra também passou para este lado do Atlântico. Figueiredo consigna *calumba-do-brasil*, no mesmo sentido de planta rustácea (*simaba calumba*) que já dera para *calunga*. Manuel Querino se aproximando mais do sentido de frei Canecatim, fixou a voz *caiumbá* (sic), que está como refrão, numa espécie de cantiga de *mucamas*, da bahia: “Vamos atrás da sé/ na casa de sinhá Tété,/ - Caiumba -/ Ver a mulatinha/ Da cara queimada./ Quem foi que a queimou?/ A senhora dela,/ - Caiumba.-” (Etc.) (ANDRADE, 1935, p. 69).



Em ambos os casos, o ensaio de Querino é inserido por Mario de Andrade para debater elementos da cultura afro-brasileira, entendendo o baiano como uma referência no assunto. O mesmo interesse na temática afro-brasileira também aparece no trabalho do etnólogo Edison Carneiro (1912-1972) acerca de um estudo sobre o samba na Bahia a partir de um viés marxista, onde faz referência à Querino. É necessário salientar que Carneiro, também intelectual negro, foi um importantíssimo pesquisador da temática afro-brasileira durante o século XX. Tanto ele quanto Querino vivenciaram as dificuldades de introdução e ascensão em uma comunidade letrada composta, em sua maioria, por brancos e membros da elite socioeconômica:

Ambos, entretanto, tiveram dificuldades para negociar a sua inserção e o seu reconhecimento como intelectuais no *establishment* branco. Nunca foram reconhecidos, por exemplo, como “homens de ciência” ou “cientistas”, mas apenas como autodidatas, curiosos ou jornalistas. Estes eram os lugares possíveis para intelectuais negros, até os anos 1940, sendo necessário muito “jogo de cintura” para obter tal inserção sem subalternidade ou apadrinhamento excessivo. O lugar de onde podiam falar com autoridade, os seus espaços de consagração, eram os Institutos Históricos e os Congressos Afro-Brasileiros. A sua legitimidade baseava-se quase exclusivamente no acesso privilegiado que tinham às fontes e às pessoas sobre as quais escreviam (artesãos, festeiros populares, africanos, pais e mães-de-santo). Em grande parte, o reconhecimento social desses intelectuais negros deve-se ao trabalho de outros intelectuais de maior prestígio, quase sempre brancos, que, entre 1930 e 1950, mudam o foco de suas preocupações da cultura europeia e lusitana para a cultura africana, ou mestiça popular, principalmente para a religiosidade e a culinária afro-brasileira. Gilberto Freyre, Mário de Andrade, Arthur Ramos, Jorge Amado são apenas alguns desses intelectuais (GUIMARÃES, 2014, p. 9).

A análise de Carneiro, em seu artigo de 1936, é realizada especialmente através das letras dos sambas como evidência da luta de classes entre a “casa-grande” e os escravizados. Carneiro apenas menciona *A Bahia de Outrora* pontualmente, onde há um estudo do gênero musical como elemento cultural e de resistência negra. A referência completa ao ensaio de Querino se encontra em nota do artigo no jornal.

Na Bahia, parece que o samba já há muitos anos que se conhece. Manuel Querino nos fala dele, a propósito da Segunda-feira do Bomfim de antigamente, e eu mesmo, desde garoto que o conheço, da Ribeira da Conceição da Praia, do Largo da Piedade (CARNEIRO, 1936b, p. 1 e 3).

Em outro periódico, em texto intitulado “A Rainha do Mar”, Carneiro menciona Querino mais uma vez em um rápido estudo acerca de lemanjá no Brasil. Primeiramente, ao elencar os variados objetos ofertados a lemanjá, como leques, sabonetes e anéis, nos diz que “Manuel Querino dá ainda, como comum nos presentes á mãe-d’água, favas brancas” (CARNEIRO, 1936<sup>a</sup>, p. 178). Em um segundo momento, no qual, assim como Andrade, Carneiro caracteriza como fetichista a adoração a lemanjá, o trabalho de Querino é apontado como equivocado ao indicar quais seriam os sincretismos que apareceriam entre as religiões afro-brasileiras e o catolicismo. Como é possível perceber, o colunista se refere a um estudo de Querino publicado em 1916, sem explicitar a referência completa. Sendo assim, o trabalho citado pode se tratar tanto de *A Bahia de Outrora* como de *A Raça Africana e seus Costumes na Bahia*, ambos publicados em 1916. Segundo consta ao final do artigo, este texto de Carneiro, de 1936, é parte de um livro que ainda se encontrava no prelo (CARNEIRO, 1936a, p. 179).

A obra do sincretismo não podia deixar de atingir o culto de lemanjá, que hoje está mais ou menos identificada com a Senhora da Piedade. Pesquisadores mais velhos, como Manuel Querino, dão-na como equivalente à senhora do Rosário. Todos sabem do caráter fetichista da devoção à Senhora do Rosário, cujas irmandades sempre foram constituídas, quase que exclusivamente, por negros. Mas, aqui, há a notar o fato interessante da transposição do objeto do culto. O estudo de Manuel Querino é de 1916... O mesmo acontece com Ôxum, que se aproximaria, segundo ele, da Senhora da Conceição (da praia?), quando, na verdade, Ôxum vale hoje como a Senhora das Candeias, objeto de culto semi-fetichista entre os negros baianos. E eram de forte conteúdo fetichista as festas da Senhora da Piedade (20 de outubro), no Largo do mesmo nome, pelo menos até 1930, antes da sua aristocratização, na administração do prefeito Pimenta da Cunha... Seguindo as pegadas de Manuel Querino,

Arthur Ramos pôs-se a repetir esta inverdade. Já observei que a única explicação razoável para esse fato (excluída a hipótese de erro por parte de Manuel Querino) era serem as senhoras da Piedade e das Candeias de maior devoção entre o povo da Bahia, como fiz notar o fato de, assim, terem os negros *dividido* em duas a Virgem-Maria (CARNEIRO, 1936a, p. 179).

Carneiro, apesar de conferir importância ao trabalho de Querino em sua pesquisa, possui uma dura crítica ao ensaísta baiano. Os principais autores, entre os poucos que tratam da temática afro-brasileira, são avaliados em um dos seus textos, sugestivamente e inteligentemente intitulado *Explor. Ação do Negro*, publicado em 1935 no jornal *A Manhã*. Para ele, haveria alguma falsidade (ou impropriedade, artificialidade) no interesse da literatura e da psicologia em relação a tematização dos negros e suas culturas. Isto porque carneiro não percebia nestas publicações uma preocupação autêntica em relação aos africanos e afro-brasileiros, tendo em vista que não havia nestes textos a abordagem da condição vulnerável dos negros na sociedade, de suas necessidades mais básicas, da rejeição e marginalização. Mais ainda, Carneiro compreende que em muitas publicações da literatura e da psicologia há, na verdade, uma vontade velada em explorar os negros, de tratá-los como objetos, ainda que perceba que alguns poucos autores possuam interesse em estudar o tema buscando alguma justiça social. Segundo o historiador Luiz Rossi:

Embora estudado e pesquisado, para Édison, o “irmão negro” continuava a ser apenas um “motivo de retórica”: alvo de um discurso vazado por toda sorte de preconceitos, ideologias e “pruridos” classistas que o reduzia quase exclusiva a condição de “matéria-prima” científica ou literária, e nunca como parte de um grupo portador de direitos e interesses particulares (ROSSI, 2011, p.184).

Para Carneiro, Querino não teria trabalhado o tema com a seriedade e afetividade necessária.

Para os negros, no Brasil, ainda não acabou a escravidão... Nem a exploração, tampouco. Agora mesmo, os negros estão



sofrendo a mais desenfreada das explorações. Exploração inconsciente, talvez, mas, ainda assim, exploração. O interesse pelo irmão negro degenera em falsidade patente à sua psique e em exibicionismo literário ao gosto dos “blasés” das ruas elegantes... Nada mais louvável – naturalmente! – do que o interesse pelo negro. Ele demonstra a ânsia de justiça que avassala as novas gerações brasileiras, no sentido de dar ao negro o lugar que lhe compete na nossa formação social. Na verdade, porém, quais os homens que levaram “a sério” o problema do negro no Brasil? Nina Rodrigues, Arthur Ramos... E só. Não podemos esquecer outros pesquisadores, tais como Manuel Querino, Gilberto Freyre e, mesmo, Roquete-Pinto e o dr. Sá de Oliveira. Mas, somente Nina Rodrigues e Arthur Ramos fizeram, do estudo do negro, senão o único, pelo menos o objeto principal de sua vida (CARNEIRO, 1935, p. 3).

Em uma denúncia importante acerca da objetificação dos negros pelos pesquisadores, Carneiro critica o estudo da temática africana e afro-brasileira que não possua uma empatia e solidariedade (afetividade) com a condição desigual e de outras violências impostas à população negra. Toda pesquisa acerca desta temática precisaria estar comprometida com uma ação efetiva para apoiá-los na saída desta situação. Também se trata, assim, de uma posição claramente ético-politicamente orientada. Neste sentido, ainda que apresente críticas contundentes aos trabalhos de Arthur Ramos (1903-1949) e Nina Rodrigues, atribui mérito a eles por, ao menos, ter feito do sujeito negro a principal preocupação de estudo em suas carreiras. Isto seria algo que ele não encontrou no trabalho de Querino.

Eles [Rodrigues e Ramos] entraram em contato com o mundo espiritual da raça, procuraram compreender e resolver honestamente os seus problemas, se irmanaram com o negro. E tiveram, mais do que tudo, a simpatia fraternal pela grande raça oprimida, simpatia que vale por todos os compêndios científicos, porque é uma verdade irrefutável que, para compreender, é necessário amar (CARNEIRO, 1935, p. 3).

Perigosamente, tendo em vista o racismo e o racialismo próprios aos textos de Nina Rodrigues, Carneiro anota que “não importa que Nina Rodrigues tivesse seguido a escola antropológica e repetido as

tolices de Lombroso e Ferri” (CARNEIRO, 1935, p. 3). Mesmo assim, ainda que Carneiro acredite que Ramos e Rodrigues possuíam simpatia pela população negra, salienta que as publicações destes dois autores são marcadas pelo viés paternalista que pretendia continuar a oprimir, dominar, e caracterizar os africanos e afro-brasileiros como inferiores. Ao fim, Carneiro conclui que a simpatia não é suficiente se não houver senso de justiça social associada à pesquisa.

O mesmo problema se encontraria em *Casa Grande & Senzala* (1933) de Gilberto Freyre (1900-1987) que, segundo Carneiro, possui certa saudade sádica da escravidão. O autor de *Religiões Negras* (1936) compreende que esta “saudade sádica” teria sua origem em certa determinação psicológica social hereditária do escravagismo (um problema mais generalizado nos diversos setores da sociedade), a qual Freyre não teria plena consciência.

Nos novos, é, principalmente, em Gilberto Freyre que essa exploração do negro aparece com mais força. No seu grande livro sobre a formação da família brasileira, sob o regime da economia patriarcal (*Casa Grande & Senzala*), todas as vezes em que se trata do negro, há sempre um pouco de sadismo (do sadismo do senhor de escravos, que ele mesmo definiu tão bem), de prazer pelo sofrimento anônimo da raça, de nostalgia mal disfarçada pela escravidão... Naturalmente, são pruridos hereditários, que não chegam a consciência do escritor, mas que, apesar disso, lhe marcam toda a obra (CARNEIRO, 1935, p. 3).

É importante apontar que esta crítica à Freyre é bastante pertinente no que diz respeito a parte dos estudos mais contemporâneos do ensaio *Casa Grande & Senzala*. Muitas destas pesquisas recentes apontam esta publicação de Freyre como crucial para a construção e intensificação do mito da “democracia racial”, que reduz e dissimula as violências e desigualdades sofridas pelas comunidades negras. O grande crítico literário e educador negro, Henry Louis Gates, faz a seguinte avaliação desta contenda acerca do prestígio construído em torno de Freyre em relação à temática afro-brasileira enquanto a obra de Querino sofria subutilização e desvalorização (ou mesmo desdém):

Para ele [Freyre], esse cruzamento racial estava no cerne da identidade brasileira. Tal como Querino, Freyre insistia que o Brasil não era Brasil sem os africanos e sua cultura. No entanto, não há em sua obra nenhuma solidariedade ou compreensão reais do que realmente significa ser um brasileiro de origem africana. Dei-me conta, então, de que Gilberto Freyre, em muitos sentidos, ocupara o lugar de Manuel Querino na história do Brasil. Credita-se a ele a primeira tese sobre o Brasil como uma nação que deveria orgulhar-se de sua herança mestiça. Mas porventura Freyre articulou alguma coisa além de uma visão essencialmente primitiva ou romântica das relações raciais durante a escravidão? (GATES JR, 2014, p. 38).

Luiz Rossi nos informa que é possível que esta crítica dirigida ao autor de *Casa Grande & Senzala*, no artigo *Exploração do Negro*, tenha produzido certa contenda entre Freyre e Carneiro. Freyre rotulava a defesa solidária de Carneiro em relação à africanos e afro-brasileiros (associada a crítica da exploração intelectual e objetificação dos negros) como “apologia política” e demagogia.

O artigo, de título forte e direto, *Exploração do negro*, lança muitas pistas sobre as motivações que levaram Gilberto Freyre a acusar Carneiro, na condição de organizador do Segundo Congresso Afro-Brasileiro, de resvalar na “apologia política” e “demagógica” da “gente de cor”. Mas também, o artigo nos ajuda a tornar ainda mais nítidas a prática intelectual e as representações de Edison sobre sua posição no conjunto dos estudiosos e estudos afro-brasileiros (ROSSI, 2011, p.184).

Quanto a Querino, mesmo sendo um intelectual negro, Carneiro o identifica como alguém que teria se aliado à burguesia exploradora e abordado o tema – cultura e história africanas e afro-brasileiras – através da objetificação do negro, para criar uma retórica vazia em sua escrita. Portanto, conclui mais uma vez que a simpatia pelos africanos e afro-brasileiros não é suficiente no momento do estudo destas temáticas. Neste caso de insuficiência, reavalia sua posição quanto a Nina Rodrigues, entendendo que, ao invés de tratar o tema através da perspectiva das disparidades sociais, usa

elementos hierarquizantes e discriminatórios da antropologia física para inferiorizar os negros em uma classificação fantasiosa.

Já no caso de Arthur Ramos, a simpatia inicial se perderia na objetificação, ou seja, transformando-os exclusivamente em objetos de pesquisa, sem um princípio de afetividade, solidariedade e senso de justiça em relação aos sujeitos envolvidos com o tema estudado. Carneiro indica que a pesquisa em relação aos africanos e afro-brasileiros não pode buscar ser uma ciência neutra e desinteressada, pois necessita do que estamos chamando aqui de orientação ético-política para tratar das opressões, desigualdades e outras violências vivenciadas pela população negra.

Mas isso não basta. Mesmo ao observador pouco profundo, não passará despercebido o jeitão paternal com que Nina Rodrigues, Arthur Ramos e todos os demais pesquisadores da psique do negro tratam o problema. Isso é particularmente visível no velho Nina, supondo-se ingenuamente “superior” ao negro, Nina Rodrigues ensina métodos para domesticá-lo... métodos suaves, talvez, mas, de qualquer modo, métodos a por em prática, visando a dominação do negro por parte do branco. Quando ele trata das relações entre as raças oprimidas e a raça opressora (As raças humanas e a responsabilidade penal no Brasil), em vez de o fazer dando-lhe o verdadeiro lugar que lhe cabe na evolução da sociedade sob o domínio social da burguesia, Nina procura enquadrá-las no âmbito estreito das medidas craneométricas (sic), falando do mal da mestiçagem e em outros males maiores e menores e propondo – como se alguém lhe fosse mesmo atender! – a diminuição das penas para negros e índios... Já em Arthur Ramos, o negro, a bem dizer, se despersonaliza, vale apenas como objeto de estudo. Cadê o irmão negro? O mesmo se nota em Manuel Querino, para quem o negro é motivo de retórica – e da retórica mais insuportável. Nada de admirar, aliás. Manuel Querino era um negro que aderiu ideologicamente à burguesia (CARNEIRO, 1935, p. 3).

Ao fim, Carneiro salienta mais uma vez a necessidade de um princípio ético-político para estudar a temática afro-brasileira, uma disposição afetiva que, diríamos hoje, estaria próxima a uma ideia de alteridade, ou melhor, solidariedade. Seria algo como que tentar se colocar

no lugar do outro, daquele diverso, que sofre, que é discriminado, que não possui os mesmos privilégios socioeconômicos. Dito isto, Carneiro julga que a soma entre solidariedade e justiça social não são uma marca na obra de Querino.

Na verdade, a crítica de Carneiro em relação ao autor de *A Bahia de Outrora* é ainda mais dura: ele acredita que Querino teria como que se despersonalizado de sua condição de homem negro ao, supostamente, se aproximar da elite burguesa e objetificar os africanos e afro-brasileiros em seus estudos. Ao fim, indica a expectativa de que no futuro um grande intelectual negro, em sua condição de sujeito negro, que sabe, sente e experimenta cotidianamente em sua pele o que é ser negro em um país desigual e racista como o Brasil (em seu lugar de fala, diríamos hoje), talvez possa convergir as necessidades sociais e afetivas necessárias para a pesquisa do tema (RIBEIRO, 2017).<sup>46</sup>

A pergunta se repete: Cadê o irmão negro? A verdade nua e crua é que todos esses escritores não tem a capacidade de se porem na **pele** de um negro...todos eles sentem como brancos, como indivíduos alheios a raça. Mesmo Manuel Querino, negro autentico, dos princípios do século XX, de barbicha e guarda-chuva. E o que é necessário é exatamente isto – sentir **como** um negro! Aqui, a exploração do negro. Não podemos sentir **como** negros, eles o utilizam – animados das melhores intenções do mundo, reconheço, - apenas como matéria prima. Ora, era nessa mesma qualidade que os escravagistas o iam caçar nas florestas da África... Sentir **como** um negro! A tarefa é difícil e, parece, nenhum dos atuais pesquisadores a realizará na prática. Fica, apenas a esperança de que, futuramente, a própria raça negra forneça o grande intelectual que lhe interprete as aspirações à auto-determinação, à liberdade. Esperemos por ele (CARNEIRO, 1935, p. 3, grifo da autora).

É de grande importância a acurada avaliação de Carneiro quanto à objetificação e exploração do negro. Sua crítica denuncia a falta de uma afetividade aliada ao senso de justiça social necessários para

46 Acerca do conceito de “lugar de fala”, consultar o livro *O que é lugar de fala?*, de Djamilia Ribeiro (RIBEIRO, 2017).

estudar a temática afro-brasileira. Elas vão ao encontro a uma alternância do que chamamos de *sentido e presença*, ambos sob uma orientação ético-política, como uma possibilidade (entre outras) para a constituição da escrita da história no início do século XX brasileiro e, claro, também para nossas reflexões contemporâneas.

A relevância da denúncia de Carneiro se torna ainda mais saliente quando nos deparamos com muitos textos acerca da temática afro-brasileira no início do século XX, como é o caso de *Assuntos Africanos* na *Revista Ariel*, de 1936, escrito pelo renomado escritor português José Osório de Oliveira (1900-1964). Neste artigo, Oliveira menciona seus estudos que para ele buscavam, através de alguma simpatia, estudar o tema afro-brasileiro, procurando apontar os preconceitos arianistas. No entanto, neste mesmo texto também há certa perspectiva violenta etnocêntrica no que entende como certa inferioridade cultural, comunicativa e psicológica que atribui às culturas negras as quais não se encontram em contato com a dos brancos. Além disso, Oliveira tenta suavizar o preconceito racial existente em Portugal e entre os portugueses colonizadores da África. Me parece relevante salientar que temáticas como a do racismo, racialismo e arianismo eram amplamente debatidas na imprensa dos anos trinta, especialmente devido à ascensão do nazifascismo europeu.

Apesar da abordagem discriminatória de Oliveira, Manuel Querino é citado por ele como referência preciosa para o estudo da temática africana e afro-brasileira, ao lado de Nina Rodrigues, Gilberto Freyre e Arthur Ramos.

Nas Colônias de África apesar de nós sermos, dos povos colonizadores, o que tem menos preconceitos de raça, existe uma grande separação entre o negro e o homem branco. Além disso, o negro africano, por insuficiente contato com o branco, não possui ainda os meios de comunicação psicológica de que dispõe o negro americano. Do Brasil, de Manuel Querino ou de Nina Rodrigues, de Gilberto Freyre ou de Arthur Ramos, podem-nos vir, por conseguinte, indicações preciosas para o melhor conhecimento dos indígenas da Guiné, de Angola ou



de Moçambique. Por meu lado, tenho feito o possível por chamar a atenção dos portugueses para esse aspecto da atividade mental do Brasil. Numa revista oficial, *O Mundo Português*, publiquei duas notas com esta intenção: *O Negro, Contribuição brasileira para o seu estudo*, e *Literatura Negrophila*, além de ao caso do Brasil me ter referido numa outra nota publicada na mesma revista sobre *A mestiçagem, Esboço duma opinião favorável*. Um professor de antropologia, que tem o preconceito arianista num país que da miscigenação fez um processo colonizador, protestou oficialmente contra essa defesa da mestiçagem, servindo-se do alto cargo político que exercia, como se se tratasse de uma questão de Estado. Felizmente, são poucos em Portugal os homens públicos que, por uma falsa ideia científica, negam o espírito que presidiu nossa ação colonizadora, e o professor racista encontrou quem oficialmente lhe respondesse (OLIVEIRA, 1936, p. 318).

A despeito de tantas ressalvas, Arthur Ramos é considerado por Carneiro um nome importante para o estudo da temática afro-brasileira, junto a Nina Rodrigues. Ramos reuniu e reordenou partes do trabalho de Querino para a publicação do livro *Costumes Africanos no Brasil*, em 1938. Enquanto se encontrava no prelo, a revista *Boletim de Ariel* publicou o prefácio escrito por Ramos. Ali, escreveu que:

Neste movimento de atual interesse pelo problema do Negro, no Brasil, não pode ser esquecida a contribuição de Manuel Querino. Depois do longo período de silêncio que desabou sobre a obra de Nina Rodrigues – quase dois decênios! – a única voz que se levantou, cheia de entusiasmo e de emoção, em defesa do Negro brasileiro, foi a de Manuel Querino, falando na Bahia, da contribuição do africano à civilização brasileira (RAMOS, 1938, p. 134).

Ramos encontra uma valorização do africano e afro-brasileiro no trabalho de Querino. No entanto, as características que conferem a um trabalho a alcunha de ciência, para Ramos, não eram uma marca saliente nas pesquisas do escritor baiano. Já na obra de Nina Rodrigues, acredita que há ali um mérito metodológico e científico. Niyi Afolabi afirma que, o menos para uma percepção contemporânea de critérios que poderíamos considerar como científicos na obra de Querino:

Como etnógrafo e pesquisador cultural, Querino era metódico e sistemático. Uma análise superficial de seu *corpus* acadêmico revela um padrão no qual seus trabalhos seminais começaram como reflexões sobre um determinado assunto; seguido de uma apresentação em uma direção acadêmica; seguido por uma publicação enxuta; que finalmente é expandida para uma publicação em formato de livro (AFOLABI, 2013, p. 260, tradução nossa).<sup>47</sup>

O historiador Russel-Wood entendia que as supostas associações “científicas” de Rodrigues a partir dos seus equívocos racistas e racialistas acabaram por desgastar sua obra, enquanto que a de Querino, mesmo no interior de seus limites, possui diversas contribuições a diferentes áreas do saber, inclusive, para a escrita da história. Seu trabalho foi o primeiro impulsionado pelo esforço em contrapor a ideia falaciosa de que os africanos e afro-brasileiros escravizados não teriam contribuído para a formação social e cultural do Brasil. Muitos acreditavam que a condição de mão-de-obra escravizada e o contato com a cultura do colonizador, enganosamente considerada como superior, tornava a população negra passiva frente aos fenômenos históricos. Querino, ao se posicionar contrário a este argumento racista, motivou outras pesquisas acerca da contribuição dos africanos e afro-brasileiros no Brasil e em outros espaços das Américas. Segundo Russell-Wood.

Limitadas em sua abordagem conceitual, as obras de Manuel Querino suportaram melhor as provas do tempo que os estudos mais “científicos” de Nina Rodrigues, e os estudos de Querino sobre a arte, os artistas, os artesãos e a cultura popular (especialmente em seus aspectos culinários) ainda são valiosos para os especialistas. Tanto Nina Rodrigues quanto Manuel Querino foram bastante respeitados, mas só na década de 1930 os estudos sobre os africanos no Brasil ganharam ímpeto. Quanto a isso, os estudiosos brasileiros reagiram a estímulos também experimentados por seus colegas de outros

47 “As an ethnographer and cultural researcher, Querino was meticulous and systematic. A cursory look at his scholarly corpus reveals a pattern in which his seminal works started out as reflections on a given subject matter; followed by a presentation at a scholarly meeting; then followed by a lean publication; which is finally expanded into a booklength publication” (AFOLABI, 2013, p. 260, tradução nossa).

pontos das Américas. O impulso geral desta pesquisa acadêmica foi o exame crítico da crença a muito sustentada de que os negros tinham sido trazidos da África e mergulhados na ordem no Novo Mundo mas não conseguiram exercer influência sobre a formação social dos povos que os incorporaram nem contribuir para ela (RUSSELL-WOOD, 2005, p.27).

Arthur Ramos acredita que, ao menos, as publicações de Querino teriam criado documentos de qualidade para os estudos afro-brasileiros, devido a seu olhar acurado e sua sensibilidade, o que para ele conferia alguma solidez na obra do autor de *A Bahia de Outora*. Para Ramos, Querino não possuía formação para tratar do tema através desta perspectiva mais científica, mas admite em seu trabalho algumas características relacionadas ao que também estamos chamando de *produção de presença*. Entende, portanto, que o trabalho de Querino detém grande capacidade sensível em tratar da temática afro-brasileira a partir do contato íntimo que possuía com os sujeitos e as culturas negras. E isso por Querino também fazer parte da comunidade negra. Algo próximo àquilo que Carneiro apontou como necessário para o estudo das culturas afro-brasileiras, apesar de não acreditar serem estas características da obra de Querino: a afetividade solidária e a simpatia.

Sem o rigor metodológico e a erudição científica de Nina Rodrigues, foi, contudo, Manuel Querino um pesquisador honesto, um trabalhador incansável, impulsionado por aquele interesse insuspeito que provinha das suas próprias origens africanas. A sua memória sobre *A raça africana e seus costumes na Bahia*, apresentada ao 5º Congresso Brasileiro de Geografia, é um dos “mais consideráveis que temos sobre a raça africana no Brasil”, como o julgou João Ribeiro. E com razão. Porque, apesar das falhas, e algumas de certa gravidade, que tiram a esse trabalho o cunho rigorosamente científico, ele permanece como um dos marcos mais sólidos de documentação honesta sobre o Negro no Brasil. Muita coisa mesmo que tinha passado despercebida ao próprio Nina Rodrigues, não passou ao olhar investigador do modesto professor que nos desvãos ignorados do candomblé do Gantois ou diretamente em sua residência no Matatú Grande, se rodeava de velhos africanos, pais e mães de santo, que o fizeram senhor dos mistérios das suas práticas religiosas

e mágicas, das tradições do continente negro aqui diluídas, ou dos segredos desta culinária esquisita que impressionou a infância, o paladar brasileiro. Manuel Querino ouvia-os com uma imensa simpatia humana, a mesma simpatia que o congregou na campanha da abolição, ou nos movimentos de defesa dos fracos e dos humildes, na velha capital baiana. Amou profundamente o passado e as tradições (RAMOS, 1938, p. 134).

Apesar desta aproximação assimétrica entre Nina Rodrigues e Querino, que pouco valoriza o trabalho do ensaísta baiano a despeito de uma suposta cientificidade de Rodrigues, Ramos compreende que, desta observação sensível de Querino, disto que chamaríamos de *produção de presença*, de presentificação, surge uma “compreensão humana”. Devido a isto, a essa possibilidade de uma compreensão sensível, humana, mesmo com diversas “imprecisões científicas”, Ramos indica que a obra de Querino merece, ao fim, ser publicada sem acréscimos.

Muito haveria que discutir e retocar nestes ensaios de Manuel Querino. Os estudos de africanologia tomaram em nossos dias um rumo vertiginoso. Os métodos se aperfeiçoaram e há a preocupação dos herdeiros da Escola de Nina Rodrigues em manter rígidas tradições da escola, no setor dos estudos negros-brasileiros. Manuel Querino, autodidata, trabalhando com independência metodológica, sem ligações diretas com as tradições da Escola Baiana, deixou-se resvalar em falhas e senões que de certo modo tiram a alguns de seus trabalhos, o rígido sabor científico. Estas falhas convertem em mérito, porém, se atentarmos nas condições deficitárias em que trabalhou e pesquisou, sem quaisquer meios de ajuda, sem estímulos do ambiente, isolados com os seus segredos e as suas decepções. Fugiu para o estudo dos de sua raça, como evasão. No recôndito dos candomblés, auscultando os velhos pais de terreiro dos Gantois, ele voltava as costas a um mundo que lhe fora quase hostil. E daí a imensa onda de compreensão humana que ressalta das páginas de sua obra. Ela deve, por isso, ser republicada sem acréscimos e sem retoques (RAMOS, 1938, p. 135-136).

Grande capacidade de análise, de um olhar assertivo e uma afetividade sensível para o tema, segundo Ramos, estes elementos seriam evidentes no interior do ensaio *A Bahia de Outora*.



O seu livro *A Bahia de Outrora*, escrito sem preocupações de sociólogo, é um magnífico repositório de observações de todo passado da vida social baiana. Muita coisa terá o estudioso a colher nesta interessante documentação: sobrevivências africanas, autos populares, vida social no século passado, múltiplas questões sociológicas a que apenas teria que dar uma nomenclatura científica: mobilidade social, distâncias sociais, problemas de casta e de classe, *color line*, assimilação, aculturação... que sei mais? O que outros fizeram com relação a diferentes setores da civilização brasileira, fê-lo Manuel Querino, na Bahia, modestamente, sem alardes, sem exibição científica, mas com os mesmos propósitos de análise das relações de raça e de cultura, principalmente entre o africano e o luso-brasileiro, na nova sociedade em formação. Por isso tudo, *A Bahia de Outrora* deve constituir um dos livros clássicos, para o conhecimento dos problemas de origem e formação da vida social e familiar, no Brasil (RAMOS, 1938, p. 134).

João Ribeiro (1860-1934), no texto citado por Ramos (sem indicar a referência) em sua coluna *Chronica Literária*, no *Jornal do Brasil* de outubro de 1927, analisa o ensaio *A raça africana e seus costumes na Bahia*, escrito por Querino. Este texto de Ribeiro está mais propriamente preocupado com as possibilidades em compreender quais foram os primeiros grupos étnicos traficados violentamente do continente africano, abordando alguns dos seus elementos culturais que estão amalgamados na cultura brasileira ou que teriam, supostamente, desaparecido. Em relação ao estudo da temática afro-brasileira, Ribeiro escreve que “o trabalho de Manuel Querino é ainda o que melhor sistematiza alguns dos aspectos do influxo africano. Não diz tudo, mas sublinha o que pareceu essencial e está, pois, reclamando outros continuadores capazes” (RIBEIRO, 1927a, p. 7).

Conforme outro texto que publicou (no mesmo ano e jornal, no mês de dezembro), a obra de Querino também é avaliada como um importante estudo de base para outros pesquisadores interessados na temática, juntamente, segundo ele, com as publicações de Nina Rodrigues. Neste artigo, da coluna *Dia sim, Dia não*, intitulado *A Raça Negra*, Ribeiro aponta para a carência de trabalhos que tenham estudado as

etnias e as culturas negras que se encontram no Brasil (GLEDHILL, 2010, p. 341). Mencionando o trabalho de Braz do Amaral (1861-1949) como a nova contribuição para o tema na época, acredita que “temos pouca coisa digna de nota nos estudos da raça africana: os trabalhos diretos de Nina Rodrigues, Manuel Querino e indiretamente, tudo quanto resume na literatura” (RIBEIRO, 1927b, p. 5).

Acerca de um balanço sobre a produção literária do Brasil em 1939, tanto a ficcional como a não-ficção, Nelson Werneck Sodré (1911-1999) diagnostica que, entre as publicações novas e as escolhidas para serem reeditadas, há uma tendência por maior objetividade, especialmente para a compreensão das motivações no percurso histórico nacional.

Tanto mais que a fase que vamos atravessando, na transformação da nossa mentalidade, caracterizada por uma maior busca da objetividade e por um regresso aos motivos nacionais, vem se processando já a algum tempo e tomou formas definidas, assumiu características nítidas, marcou os seus contornos (SODRÉ, 1939, p. 6).

Entre as diversas publicações e seus respectivos temas no interior deste percurso nacional, Sodré sublinha um livro de Edson Carneiro e a reedição de livros de Nina Rodrigues e Manuel Querino para o estudo das temáticas afro-brasileiras: “Os estudos sobre o negro continuaram a merecer a demorada atenção dos que se dedicam ao assunto. Edson Carneiro escreveu sobre os ‘Negros Bantus’. Reeditou-se Nina Rodrigues e Manuel Querino” (SODRÉ, 1939, p. 6).

Sodré leva em consideração, como parte da sua análise, o cerceamento imposto a Querino devido às discriminações sociais enraizadas no Brasil, especialmente as racistas: “Podemos avaliar o esforço surpreendente de Manuel Querino para destacar-se no meio em que vivia. Pobre, preto, sem família, – aproveitava as horas de descanso no trabalho que lhe dava a subsistência para o estudo” (SODRÉ, 1939, p. 9). Em sua crítica acerca do livro *Costumes Africanos no Brasil* (1938),

coletânea de textos de Querino organizada por Arthur Ramos, o historiador carioca não ignora o fato de que Querino, durante sua carreira política, por ser negro e devido a sua condição social humilde:

Foi esquecido sempre. Foi preterido sempre. Foi amesquinhado sempre. Era o sinistro revide contra o negro, contra o humilde pintor que subira à custa dum esforço enorme, era a vingança dos ineptos colocados contra o apto que chegara até eles, que os confundia com sua presença, que os chocava com o exemplo de força, de energia e de altivez que não podiam suportar (SODRÉ, 1939, p. 9).

Quanto aos trechos dos ensaios *A arte culinária na Bahia* (1928) e *A Bahia de Outrora* (1916), que em parte se encontram na publicação organizada por Ramos, Sodré observa uma riqueza folclórica e de tradições de várias etnias, mas especialmente as contribuições africanas e afro-brasileiras que tornam possíveis sincretismos variados: “Nestes dois últimos trabalhos, há realmente muita coisa de tradições e sobrevivências folclóricas, ameríndias e branco-europeias, peninsulares, mas com o “apport” negro em quase tudo” (SODRÉ, 1939, p. 9).

Percebe-se que, em nenhum momento, Sodré entende que há perda de objetividade ou capacidade de análise por parte de Querino devido a sua condição de homem negro solidário e apaixonado pela temática africana e afro-brasileira. Para ele, seus limites estariam na sua formação autodidata e nas condições impostas pela discriminação racial.

Ainda que repita, mais uma vez, o paralelo e a importância de Querino sempre ao lado de Nina Rodrigues, de forma inteligente e sensível, Sodré sublinha os enganos racialistas e racistas de Rodrigues. Conforme Sodré frisa, as concepções do autor de *As raças humanas e a responsabilidade penal no Brasil* (1894) buscavam legitimar, equivocadamente, através de artifícios lógico-formais e científicos, a falácia da superioridade ariana e a inferioridade de outras “raças”, em especial dos africanos, afro-brasileiros e das etnias dos povos originários nas Américas. De forma diferente, Querino trabalhava com compreensões que

questionavam e mesmo deslegitimavam perspectivas hierarquizantes, apontando-as como irrealis e perversas.

Sodré aponta que Querino teria destacado a beleza e força na cultura profundamente afetiva das comunidades negras. Isto a partir de sentimentos como os da revolta contra a tirania, ao mesmo tempo em que acentuou a grande capacidade de amabilidade e ação solidária entre os afro-brasileiros. Ou seja, Querino teria realizado o que apontamos como sendo certa oscilação entre *efeitos de sentido* e de *presença* a partir de um esforço ético-político.

Mais uma vez, é preciso lembrar que o artigo de Sodré, de 1938, foi publicado em plena Segunda Guerra Mundial, durante a ascensão de discursos fascistas e racistas, o que confere maior importância ético-política à reflexão de Sodré em relação aos problemas dos textos de Rodrigues e às virtudes políticas, éticas e solidárias da obra de Querino.

*É preciso não esquecer que, quando Nina Rodrigues, em que pese o seu admirável esforço em favor dos estudos sobre o negro, acreditava na lenda do arianismo e na superioridade ou inferioridade de raças, já Manuel Querino levantava-se para divulgar uma opinião firme, independente e segura, de que os negros nada deviam aos brancos, recusando-se a aceitar-se uma condição de inferioridade que lhe parecia monstruosa e destituída de realidade. Encontrava ele mais beleza e mais poesia nos ímpetos bravios de revolta de gente de sua raça do que mesmo nos seus dotes de coração, de sentimento e de ternura. Achava épica a página dos quilombos. Apreciava a frase de Oliveira Martins a respeito de Palmares. Divulgava o trecho de Affonso Arinos em que o escritor mineiro contava a história daquela tribo que fora toda escravizada e que conseguira, com o próprio trabalho, a alforria, primeiro do seu rei e, depois, de cada um dos súditos. Que encanto não devia ter, aos seus olhos, a narrativa de Arinos! Ela lhe dizia, ao paria, ao soldado humílimo, ao pintor, ao órfão e tutelado, ao desamparado na existência, - tudo o que podia haver de sereno, de digno e de profundo na solidariedade humana, na comunhão de sentimentos, na identidade de sorte (SODRÉ, 1938, p. 9).*

Mais ainda, Sodré conclui que o esforço ético-político de Querino, realizando uma obra em razão da defesa de negras e negros e suas culturas, seria um dos motivos do escritor ter sido desprezado por seus pares na política, por não ter galgado uma carreira mais longa.

Nesse esforço tremendo, ou naquela “página mais bela do heroísmo africano e do grande amor da independência que a raça deixou na América”, que foi Palmares, conforme observou um homem difícil de ir ao exagero, Rocha Pombo, nesses trechos de tenacidade e de rebeldia, Manuel Querino encontrava a razão e o fundamento dos motivos que o levavam a bater-se pela redenção dos seus companheiros, fazendo-se defensor de todos os desamparados, perdendo, por eles, posição e simpatias (POMBO Apud SODRÉ, 1938, p. 9).

Somada à temática afro-brasileira, o trabalho de Querino também foi citado por aqueles que valorizaram sua obra no começo do século XX como uma referência para o estudo da história da arte baiana, negra e brasileira em geral. Entre eles, mencionamos Edison Carneiro e Mario de Andrade em seus estudos sobre cultura musical.

Querino publicou vários textos no jornal *Diário de Notícias* que resultaram no livro *As artes na Bahia* (1909). Também publicou os artigos *Os Artistas Baianos* (1906), *Contribuição para a História das Artes na Bahia* (1908), *Teatros da Bahia* (1909) e *A Litografia e a Gravura* (1914) na *Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia* (QUERINO, 1955, p. 7-8).

Luiz Gonzaga Cabral (1866-1939), na seção comemorativa da independência, em 1918, em discurso que realiza um balanço acerca da escrita da história do Brasil, aponta a obra de Querino como trabalho fundamentado em documentação, constituindo textos importantes para a história da arte brasileira. Além disso, os estudos de Querino teriam se organizado com base no que chamamos aqui de princípio ético-político, também buscando divulgar e angariar recursos para financiar a arte brasileira (especialmente de origem africana e afro-brasileira). Saliento que esta preocupação, em agir

como mecenas das artes, foi algo compartilhado entre Querino e Prado, cada um à sua maneira e a partir dos recursos disponíveis.

O vosso distinto consócio, Sr. Manuel Querino, enriqueceu a História da Arte com documentadas e criteriosas monografias; e em geral nos vários ramos artísticos fora para desejar que os recursos da nossa raça encontrassem solícitos cronistas e generosos Mecenas (CABRAL, 1918, p. 139).

A respeito da complexa beleza artística no interior da Igreja de S. Francisco, na Bahia, Coelho Neto (1864-1934) escreveu o artigo *O Apóstolo da Beleza*. Neste texto, o livro *Artistas Bahianos*, de Querino, é apontado como referência historiográfica para ampliar a compreensão acerca da constituição artística e construção deste templo: “E para tornar mais valiosa a fábrica soberba aí está a obra de Manuel Querino *Artistas Baianos* provando que muitos patrícios nossos concorreram não só para a construção do edifício como para o seu embelezamento artístico” (NETO, 1927, p. 5).

O também escritor baiano, Acácio França, que estudou as artes de sua região de origem no livro *A pintura na Bahia* (1944), tinha a obra de Querino como de grande importância e única referência no assunto em sua época.

Para tratar de história das artes na Bahia, outra fonte não temos que a obra de Manuel Querino. Ao traçar estas ligeiras notas, fiquem aqui as minhas homenagens à memória do ilustre conterrâneo. Nome que jamais esqueceremos. Individualidade que se há de impor ao respeito dos pósteros, como soube bem merecer a estima dos que o conheceram em pessoa. É um dos a quem podemos chamar de autodidatas, por isso que mais se educou e ilustrou nos livros e com a observação própria que com professores em escolas. Humilde de origem venceu todos os preconceitos e obstáculos, trilhando fito a estrada dos seus ideais alcançados com vitória. [...] Obedecendo a naturais inclinações para a escrita, publicou obras, que o recomendarão aos vindouros curiosos do nosso passado artístico e dos costumes baianos. Quem melhor que Manuel Querino sabia desse rico patrimônio de pinturas e esculturas espalhado pelas nossas igrejas? [...] *Bahia de Outrora* revela-o conhecedor minucioso

de fatos interessantes do nosso viver antigo á Vieira Fazenda. Outros trabalhos de não menor utilidade hão de honrar lhe o nome de incansável realizador: *As Artes na Bahia, Colono Preto como Fator de Civilização Brasileira* e vários outros. Juntem-se a tudo isso grandes qualidades de coração e caráter, eis o que foi Manuel Querino. Faleceu nesta cidade em Fevereiro do corrente ano. É, pois, *Artistas Baianos* o único registro de arte que possuímos. Não é livro de estilista nem de crítico, mas de subido valor histórico (FRANÇA, 1923, p. 21).<sup>48</sup>

Para Acácio França, a Bahia teria sido o berço, o local de surgimento das artes no Brasil. França aponta que a pesquisa de Querino acerca da história da arte não é um trabalho de crítica ou de estética, mas uma publicação de grande importância para a escrita da história, assim como *A Bahia de Outrora*.

## CONVERGÊNCIAS E OUTROS PRISMAS A PARTIR DA OBRA DE QUERINO

Mesmo que Querino tenha sido mencionado algumas vezes a partir do seu trabalho sobre história da arte, tanto em sua contemporaneidade como hoje, sua contribuição tem obtido pouca atenção. A historiadora Eliana Nunes escreve que:

A contemporaneidade valoriza Querino a partir de sua vinculação com a negritude, posto que foi ele um dos primeiros a inventariar a cultura material da comunidade de ascendência africana de Salvador e realizar estudos que ressaltavam a positividade do negro na formação socioeconômica brasileira, mas sua obra como historiador da arte não recebeu ainda a devida atenção, eclipsada pelas denúncias de imprecisões e uso indevido de fontes (NUNES, 2007, p. 237).

Os estudos de Querino em relação à história da arte viabilizam certa percepção dos sujeitos e das sociabilidades na produção artística

48 Não foi possível localizar a data de nascimento e falecimento do autor (FRANÇA, 1923, p. 21).

do século XIX e início do século XX baiano. Através disto, ele criou um registro e proporcionou certa visibilidade para artistas anônimos e oriundos das classes populares, muitos deles negros. Com isto, produzia uma história da arte com um forte apelo ético-político, tratando daqueles que não eram creditados como artistas com base nos critérios racistas, elitistas e eurocêntricos, inclusive após o novo regime republicano.

Querino inaugurou uma forma de registro articulado à memória e às pesquisas documental e oral, inserindo social e politicamente o tema da arte e do trabalho nas discussões que transitavam em torno da montagem de uma república disfarçada de democracia e que tratava com indiferença as suas tradições coloniais e imperiais representadas pelo “povo trabalhador.” Ou seja, pela mão de obra negra, mestiça, que remetia ao passado escravista. Ressaltou a existência de artistas que deixaram valiosas obras e denunciou as condições de abandono, de miséria, de esquecimento em que viviam. Certamente foi quem iniciou uma discussão a respeito da preservação do patrimônio e do resgate das matrizes culturais, somente aberta nos anos de 1930. No trabalho de resgate das atividades de artistas, autores de obras que ornamentavam igrejas, edifícios públicos e privados, fossem eles laureados ou não, Querino procurou recuperar talentos despercebidos na história da Bahia e do Brasil. Elaborou, desta forma, uma história social da arte vinculada à história do trabalho, ao relacionar aspectos da produção artística à situação social de seus autores, na condição de trabalhadores que viviam da sua arte (LEAL, 2016, p. 151-152).

O seu trabalho também torna possível conhecer alguns elementos estéticos das artes na Bahia, além de como eles eram avaliados à época. Suas perspectivas estão associadas à sua formação artística com base nas instituições nas quais se formou e atuou como professor.

Querino nos permite conhecer o juízo estético do seu tempo, conhecimento raro na documentação da época. Ele deixa claro nos seus comentários que o critério de avaliação da produção artística pautava-se na cultura da verossimilhança, quer e queria dos artistas que eles fossem o mais preciso possível na representação da realidade e que conhecessem as regras, os cânones clássicos. Quando analisa a escultura do Senhor Morto da

Ordem Terceira do Carmo elogia a “naturalidade dos ferimentos da cabeça... e os cabelos em madeixas empastam-se, ensanguentados, sobre os olhos já fechados”. Nesse sentido, Querino expõe a sua formação escolar iniciada no Liceu de Artes e Ofícios e acadêmica, adquirida na Academia de Belas Artes da Bahia (atual Escola de Belas Artes), quando utiliza-se de termos científicos de anatomia para identificar os músculos e ossos da face, das mãos da escultura de São Pedro de Alcântara, ressaltando a similitude com o natural (FREIRE, 2010, p. 534).

No interior dos periódicos estudados é possível verificar que há, nas primeiras décadas do século XX, alguma menção à importância de Manuel Querino para a temática afro-brasileira, quase sempre em um paralelo a Nina Rodrigues. Na década de trinta somam-se, a estes dois nomes, Arthur Ramos, Edson Carneiro e Gilberto Freyre. Ainda após os anos trinta, o nome de Querino é citado, quase sempre, ao lado de Nina Rodrigues. Isto pode aparentar que os dois foram, em geral, compreendidos como referências primordiais e equivalentes para o tema. No entanto, em uma busca pelo nome de Nina Rodrigues nos periódicos da época, percebe-se que ele foi massivamente citado como a única referência no assunto por muitos escritores e por um longo período, caracterizando, assim, uma ausência e invisibilidade significativa da obra de Querino.

Na maioria das situações nas quais encontramos o seu nome, como nos textos de Edson Carneiro, João Ribeiro e Arthur Ramos, seu trabalho é comparado com o de Rodrigues. Nestas ocasiões, é salientado um suposto domínio da linguagem e métodos científicos por parte de Rodrigues e uma defasagem em relação a esses princípios no trabalho de Querino. Muitos dos elementos considerados científicos, deste momento, estavam em constante debate e disputa e foram denunciados por alguns autores (entre eles Carneiro, Werneck Sodré, Manoel Bomfim e o próprio Querino) como ideologias preconceituosas e hierarquizantes que tentavam se legitimar através de falácias científicas. Seria este o caso das teorias racialistas da antropologia física que procuravam justificar a exploração e dominação neocolonial

e os fascismos ao categorizar e classificar raças, além de condenar miscigenações. Vários destes posicionamentos foram frequentemente apresentados e defendidos no trabalho de Nina Rodrigues.

O estudo da temática afro-brasileira não foi assunto de grande expressão no início do século XX, a não ser quando tratada como um elemento subordinado à cultura branca no interior da falácia de que haveria uma convivência harmoniosa entre afro-brasileiros, povos originários do Brasil e brancos. Dentro desta noção errônea, aquilo que é associado ao homem branco é violenta e falsamente considerado superior e “civilizador”, produzindo (até hoje) diversos etnocídios e epistemicídios.

Seria preciso abordar os estudos acerca de como foi tratada a temática africana, afro-brasileira, das etnias indígenas e da noção de “mestiçagem” neste recorte. No entanto, podemos dizer que houve certo interesse no tema na imprensa brasileira a partir e em razão de ideologias racistas e fascistas que se tornaram cada vez mais comuns no Ocidente – tanto para endossá-las como para argumentar contra elas. Assim, essas equivocadas ideias racialistas acabaram sendo fundamentais à constituição de uma imagem e mesmo de um sentimento cultural e histórico de inferioridade no que diz respeito aos países mestiços latino-americanos.

Mesmo assim, e exatamente nesse contexto, a obra de Querino é percebida por alguns como resultado de um olhar acurado, de sensibilidade, de competência estética, de capacidade afetiva e solidária em sua narrativa e presentificação histórica, ao menos em análises como as de João de Assis, Xavier Pinheiro, Werneck Sodré e Arthur Ramos. Eles sublinharam a importância das obras de Querino, especialmente no sentido da defesa dos afro-brasileiros e de sua cultura, daquilo que caracterizamos como um princípio ético-político. Tanto nos artigos de Assis como em Pinheiro, há o destaque de uma escrita da história que dá protagonismo ao cotidiano, à vida popular, realizando uma narrativa histórica viva, ativa.

Nos escassos textos nos quais o trabalho de Querino é abordado (tanto *A Bahia de Outrora* como suas outras publicações), sua obra é, na maioria das vezes, considerada como referência para a história baiana, brasileira, da arte e da temática africana e afro-brasileira. Em um ambiente hostil a um autor negro que pesquisa acerca destes temas, para os poucos que valorizaram seus estudos, suas publicações foram consideradas contribuições importantes para a história brasileira a partir de outro olhar, muitas vezes mais sensível e solidário e não somente racionalista.

# 4

**PRODUÇÃO DE SENTIDO  
E PRESENÇA NA ESCRITA  
DE PRADO**

## OS PASSADOS PINTADOS POR PRADO

O texto de *Retrato do Brasil*, tentando liberar novas perspectivas acerca das experiências passadas, ao mesmo tempo em que se esforça por romper com outras, se alterna entre argumentos do que entendemos como do sentido e da presença.<sup>49</sup> Ou seja, oscila entre

- 49 Principalmente como parte de efeitos de sentido (como parte da cientificidade histórica daquela e de nossa época), o ensaio de Prado menciona documentos e a produção de crítica documental, se utiliza do recurso de notas, citações e referências, ainda que muitas destas estejam incompletas, ao menos para o padrão contemporâneo. Para a escrita de seu ensaio, Prado consultou livros, diários e relatos de viajantes, poesias, cartas, crônicas, tratados, roteiros, relatórios, memoriais, notas, jornais, revistas e listas de mercados. Deste modo, cita ou menciona textos de Capistrano de Abreu (historiador), Cristóvão Colombo (crônicas; cartas; documentos administrativos), Américo Vespucci (crônicas; cartas; documentos administrativos), Marco Polo (crônicas; cartas; documentos administrativos), Mandeville (filósofo), Nietzsche (filósofo), Francisco Adolfo de Varnhagen (historiador), Frei Vicente do Salvador (historiador; franciscano), Pedro Martyr d' Anghiera (historiador), Hernán Cortez (crônicas; cartas; documentos administrativos), Pedro Martir (frade dominicano, cronista), Pero Vaz de Caminha (crônicas; cartas; documentos administrativos), Pero de Magalhães Gandavo (historiador; cronista), Henry Morton Stanley (jornalista), Alexander von Humboldt (geógrafo; naturalista; cronista), Martim Afonso (crônicas; cartas; documentos administrativos), Pero Lopes (crônicas; cartas; documentos administrativos), Tomé de Souza (crônicas; cartas; documentos administrativos), Fernão Cardim (jesuíta, cronista), Frei Claude d' Abbeville (cronista; entomólogo), Antonio Pigafeta (geógrafo, cronista), Yves d' Evreux (entomólogo, cronista), Gabriel Soares (cronista, historiador), Jean de Lery (missionário; cronista), João Francisco Lisboa (historiador; jornalista), Manoel da Nobrega (jesuíta; cronista), Antonio Ruiz de Montoya (jesuíta; dicionarista), Simão de Vasconcelos (jesuíta; cronista), Pyrard de Laval (cronista), Francisco ou François Correal (cronista), Alfredo de Carvalho (historiador), Frei Manoel Calado (cronista), Padre Anchieta (jesuíta; poeta; dramaturgo), Jean Mocoquet (cronista), Gonçalves Dias (poeta; jornalista), Camões (poeta), Oliveira Martins (historiador), Southey (historiador), Diogo Nunez (cartas), Pandiá Calógeras (historiador), Carl von Martius (médico, botânico, historiador), Diogo de Menezes (cartas; documentos oficiais), Walter Hermann Bucher (geólogo, paleontólogo), Oliveira Lima (historiador), Rocha Pitta (historiador; poeta), André João Antonil (cronista, botânico), Elisée Reclus (geógrafo), Alexandre Herculano (poeta; historiador; jornalista), Moritz Wagner (naturalista), Henry Thomas Buckle (historiador), John Luccock (cronista), Henry Koster (cronista), Russeau (filósofo), Voltaire (filósofo), Brissot (ensaísta), Raynal (jesuíta; filósofo), Silvío Romero (historiador; jornalista; crítico literário), Vitor Hugo (romancista), Pierre Vigni (missionário; cronista), Alphonse de Lamartine (poeta), Hughes Lamennais (filósofo), Gonçalves de Magalhães (poeta; ensaísta), Tobias Barreto (filósofo; poeta), Castro Alves (poeta), Frei Francisco do Rosário (cronista), Jorge de Albuquerque (crônicas; cartas; documentos administrativos), Bento Teixeira Pinto (poeta), Byron (poeta), Alfred de Musset (poeta; dramaturgo), José de Espronceda (poeta), George Sand (pseudônimo da romancista Amandine Aurore Lucile Dupin), Alvares de Azevedo (dramaturgo; poeta; ensaísta), Aureliano Lessa (poeta), Bernardo de Magalhães (médico), Michelet (filósofo; historiador; ensaísta), Edgar Quinet (historiador), Jules Vallés (jornalista), Joseph Joubert (ensaísta), José Veríssimo (educador; jornalista), Goethe (romancista), Ernest Renan (filósofo; teólogo; historiador), Madison Grant (escritor racialista), Gobineau (escritor racialista), Baptist von Spix (naturalista; cronista), Saint-Hilaire (naturalista; cronista), Maximilian zu Wied-Neuwied (naturalista; cronista), John Mawe (naturalista), Antônio Ferreira Vianna (jornalista), Joaquim Nabuco (historiador; jornalista).

estratégias de ordem mais racional, lógico formal (efeitos de sentido) e uma linguagem mais imagética, metafórica, analógica, descrevendo (paisagens, clima, vegetação, cores, afetos) e provocando sentimentos e sensações físicas, corpóreas, indicando e tornando possível certa experiência de sons, imagens, texturas, sabores, etc. (efeitos de presença). Os capítulos do ensaio estão divididos a partir de sentimentos centrais aos argumentos de Prado: *A Luxúria*, *A Cobiça*, *A Tristeza*, além do capítulo *O Romantismo* e sua última seção, o *Post-escriptum* (WALDMAN, 2013, p. 223).<sup>50</sup>

O capítulo inicial tematiza os portugueses que chegaram ao continente no século XVI e os primeiros anos da colonização europeia. Para ele, os contatos iniciais teriam produzido uma impressão edênica, já então mencionando a nudez como parte da cultura dos povos ali estabelecidos – “Depois dos longos dias continentes da travessia, o mundo novo, com essas aparições gentis, devia ser certamente o paraíso” (PRADO, 1928, p. 32).

Prado acredita que “o clima, o homem livre na solidão, o índio sensual encorajavam e multiplicavam as uniões de pura animalidade” (PRADO, 1928, p. 31). Muitos destes colonizadores teriam uma possibilidade inventiva mais efetiva por estarem menos sujeitos as instituições europeias seculares e às suas pressões muitas vezes exacerbadas. No entanto, os excessos de uma vida individual focada na perpetuação das “paixões” e a falta justamente de uma existência institucional moderadora – que não seria necessariamente a europeia - teriam dado

50 Segundo a Waldman, “*Retrato do Brasil* é publicado pela primeira vez em novembro de 1928, pela Duprat-Mayença, e tem sua venda impulsionada e mais duas tiragens no ano seguinte, pela mesma editora. Há então uma mudança na imagem de Prado, que se torna ‘o homem do dia, discutido, comentado, elogiado e criticado’. René Thiollier é quem o incentiva a editar *Retrato do Brasil*, além de se oferecer para levar os originais para a gráfica, orientar o tipógrafo, acompanhar a feitura o livro e fazer a revisão. A segunda revisão é feita no Rio de Janeiro pelo historiador Eugênio de Castro (1882-1947), discípulo de Capistrano de Abreu. Desse modo, ao estreitar como ensaísta, com a ajuda dos colegas modernistas, Paulo Prado não abandona seu vínculo com a história e com seu ‘mestre’, Capistrano, de quem se aproxima por intermédio do tio, Eduardo, que é também quem irá lhe apresentar, na mesma época, Graça Aranha, que o colocará, anos depois, em contato com os jovens modernistas que ele havia acabado de conhecer” (WALDMAN, 2013, p. 223).

início a uma sociedade exageradamente direcionada a saciar os desejos sexuais (PRADO, 1928, p. 33-34).<sup>51</sup>

A impressão edênica que assaltava a imaginação dos recém-chegados exaltava-se pelo encanto da nudez total das mulheres indígenas. A própria carta de Caminha diz bem à surpresa que causou aos navegadores o aspecto inesperado das graciosas figuras que animavam a paisagem (PRADO, 1928, p. 31).

Estas primeiras experiências são constantemente descritas como reunidas através da “ambição”, do poderio, do saber, do gozo, da vida material (PRADO, 1928, p. 8-9).

À sedução da terra aliava-se no aventureiro a afoiteza da adolescência. Para homens que vinham da Europa policiada, o ardor dos temperamentos, a amoralidade dos costumes, a ausência do pudor civilizado - e toda a contínua tumescência voluptuosa da natureza virgem - eram um convite à vida solta e infrene em que tudo era permitido [...] (PRADO, 1928, p. 33).

O homem moderno europeu teria se desfeito de parte da pressão moral da sociedade europeia e deu lugar à busca, a maior parte das vezes excessiva, por exercer livremente seus desejos, inclusive a sexualidade, tornando-se, portanto, “insubmissos às peias sociais”.

[...] não se cansavam das linhas harmoniosas dos corpos nus que a civilização não aviltara. Era esse certamente o paraíso bíblico, que Colombo entrevira nas maravilhas do Orinoco. Ou não estaria longe, como afirmava Vespucci. Paraíso ou realidade, nele se soltara, exaltado pela ardência do clima, o sensualismo dos aventureiros e conquistadores. Aí vinham esgotar a exuberância de mocidade e força e satisfazer os apetites de homens a quem já incomodava e repelia a organização da sociedade europeia (PRADO, 1928, p. 23).

51 Prado recrimina a sexualidade que ele acredita ser comum entre as etnias indígenas e, apoiado nas impressões eurocêntricas de relatos de viajantes, parece acreditar que tal liberdade sexual teria cooptado os europeus que aqui se estabeleciam: “Voltava-se à simples lei da natureza, e à fantasia sexual dos aventureiros, moços e ardentes, em plena força, prestava-se o gentio. Um dos mais sagazes observadores do século, Gabriel Soares de Sousa, escrevia referindo-se aos tupinambás: São ‘tão luxuriosos que não ha pecado de luxúria que não cometiam; os quais sendo de muito pouca idade tem conta com mulheres, e bem mulheres; porque as velhas já desestimadas dos que são homens, granjeiam estes meninos, fazendo-lhes mimos e regalos, e ensinam-lhes a lazer o que eles não sabem, e não os deixam de dia nem de noite” (PRADO, 1928, p. 33-34).



Prado argumenta que o interesse mercantil passou a ser o principal motivo dos esforços iniciais da colonização. Houve uma procura desenfreada por novos produtos e redes de comercialização. Para o paulista, não foram produzidos ideais mais propriamente comunitários e socializantes. Segundo Prado, o ordenamento social centrado no comércio, por não estar aliado a outras motivações éticas e afetivas, resultou no egoísmo generalizado e na dificuldade de realização disto que entende como “progresso”. Trata-se de certo temor a respeito do que Pocock chamou de “humanismo comercial”, que seria a compreensão de que o liberalismo mercantil, ao invés de promover a virtude individual e a coesão social, acabaria por corromper o homem, acentuando as paixões egoístas e desarticulando a sociedade (POCOCK, 1975).

É importante apontar que o autor de *Retrato do Brasil* parece entender o “progresso” como diretamente conectado ao balanceamento entre os diversos elementos que compõe as relações humanas e sua ordenação em sociedade. Tais elementos seriam, entre outros, a expressão da individualidade e a conexão com a comunidade ou sociedade; o ímpeto pela ação livre e a ação coercitiva do Estado; a insubmissão à autoridade tirana (Estatal, local, religiosa, etc.) e a obediência; o trabalho e o ímpeto aventureiro; etc. Aparentemente compreendidos a partir de um ponto de vista dual, caso se excedam, ou seja, não estejam equilibrados pela sua contraparte, produzem ou reforçam momentos de intensa insociabilidade ou autoritarismo.

No intuito de dar alguma tangibilidade ao passado colonial ao qual quer se referir, para evocá-lo (para posteriormente, nesse caso, distanciá-lo pela aversão), Prado escreve a partir de uma linguagem descritiva, tentando produzir a sensação de determinadas cenas, contextos, que teriam sido marcados por sentimentos negativos como o egoísmo, a cobiça e a luxúria. Através de cartas e de manuscritos, o autor destaca e descreve sentimentos dos sujeitos aos quais se refere.

Mesmo quando Prado quer produzir distanciamento em relação a passados e atitudes ou sentimentos específicos, isto ocorre



especialmente através do que caracterizamos aqui como presença. O seu ensaio procura conferir materialidade ao descrever os elementos do espaço de uma determinada experiência temporal em relação à qual quer se afastar, causar repúdio no seu leitor. Portanto, os efeitos sensoriais e afetivos (presença), em relação a determinadas experiências, não são produzidos somente quando o autor busca se aproximar de determinados passados considerados possíveis potencializadores de sua contemporaneidade.

Sua escrita menciona situações específicas, como se estivessem acontecendo no momento que retrata, dizendo, por exemplo, que naquele instante, alguém “falou” ou “gritou” algo. Ao acentuar sentimentos, especialmente aqueles que se encontravam como que livres de “amarras”, usa palavras como “deslumbramento”, “paixão frenética”, “fascinação”, “maníaco”, “encantamento” e, para tornar tais paixões disponíveis e mesmo experienciáveis para o seu leitor, utiliza termos associados ao prazer sexual como “penetrar”, “umidade”, “calor”, “sufocar”, “asfixiar” e “sedução”. Nesse sentido, seu texto também é profundamente sexual, erótico. Em busca de conferir maior materialidade, concretude, proximidade em relação a este passado, aponta entes como os animais, a vegetação, os frutos:

Colombo, no seu Diário, no dia 21 de outubro, registra a impressão de deslumbramento diante do esplendor tropical, do cantar dos pássaros, dos bandos de papagaios, “que escureciam o sol”, das árvores de mil espécies, dos frutos desconhecidos (PRADO, 1928, p. 15).

Também é dada atenção às formas naturais, às texturas e às cores das matas, onde “o chão é um tapete de flores caídas, de todos os tons, desde o amarelo escuro, do vermelho rubro, da cor-de-rosa, até o lilás, o azul celeste e o branco alvíssimo” (PRADO, 1928, p. 15-18). Há um esforço por tentar tornar palpável o que poderia ter sido a primeira visão da expedição de Cabral a respeito daquele espaço. Ali “percebe-se o encantamento do maravilhoso achado que surgia diante dos navegantes depois da longa e incerta travessia (PRADO, 1928, p. 14):

Em frente a serraria azul do litoral, a expedição teve a visão de uma vida paradisíaca, com a verdura do país tropical e a pujança pululante da terra virgem. A carta de Caminha, na sua idílica ingenuidade, é o primeiro hino consagrado ao esplendor, a força e ao mistério da natureza brasileira. Nas suas tintas vivas e frescas de painel primitivo (PRADO, 1928, p. 14).

Neste momento do texto, um trecho da ata de Caminha que descreve as características naturais do território é salientado:

Toda está vestida de mui alto e espeço arvoredo, regadas com as águas de muitas e mui preciosas ribeiras de que abundantemente participa toda a terra, onde permanece sempre a verdura com aquela temperança da primavera que cá nos oferece Abril e Maio (PRADO, 1928, p. 14-15).

O português, ao aportar no território, teria experimentado uma sensação de um espaço belo, porém opressivo: “É o mesmo emaranhado hostil de lianas, trepadeiras e orquídeas, mas na submata, as urticáceas (sic), espinhos, samambaias tolhem ainda mais o andar do homem” (PRADO, 1928, p. 18). Este ambiente conferia uma sensação de pequenez, de finitude e de isolamento ou solidão: “notara na floresta tropical a enormidade, a falta de proporção em relação visível com a humanidade, que caracteriza estas solidões misteriosamente habitadas” (PRADO, 1928, p. 16). Usa palavras como “beber”, “delícia” e “respirar”, tentando despertar uma experiência sensorial: “[...] todos sofriam a sedução dos trópicos, vivendo intensamente uma vida animal e bebendo com delícia um ar como que até então irrespirado” (sic) (PRADO, 1928, p. 21).

A historiadora Eliana Dutra salienta que Buckle, e especialmente Graça Aranha, no que tange o seu livro *A estética da vida* (1920), foram importantes referências acerca do argumento que associa natureza e civilização para Prado (DUTRA, 2000, p. 247). Buckle compreendia que a natureza, grandiosa e intimidante, acaba por repelir a civilização. Aranha associou a integração entre civilização e natureza como de grande importância para a construção de uma nação, mesmo que, segundo seu argumento, tal natureza precise ser subjugada.



A partir disto, “vencer a natureza, para Graça Aranha como para Paulo Prado, significava ultrapassar os vários tipos de obstáculos do mundo natural: físicos, pulsionais, biológicos e psicológicos” (DUTRA, 2000, p. 243). Seria preciso uma adequação orgânica entre os sujeitos e o ambiente natural, para que, tanto suas ações coletivas quanto a existência individual, pudessem coexistir de forma minimamente equilibrada para o desenvolvimento social. No entanto, é sempre necessário lembrar que este ideal se encontrava no interior de uma ideologia civilizacional, do progresso e do Estado-Nação a qual buscava deslegitimar e colonizar outras, destruindo cosmologias, cosmogonias, epistemes, etnias, meios ambientes e outras formas de compreender, se organizar e se relacionar entre os sujeitos e a realidade material no início da modernidade. Estas violências eurocentradas são parte também de uma ideologia de um universalismo que, por definição, é colonizador de espaços e ideias. Como aponta Edgar Morin:

[...] uma certa ideia moderna de nação passa a ser implementada: integração de etnias diferentes através da educação, laicidade, meios de comunicação, desenvolvimento de estradas e ferrovias, mas também, não se pode esquecer, de guerras. As guerras integram, pelo ódio comum contra o inimigo, as etnias mais diversas numa comunidade patriótica (MORIN, 2009, p.27-28).

Dito isto, para Graça Aranha, a partir da possibilidade entre sujeitos *versus* natureza, era possível, por exemplo, que uma sociedade produzisse e sedimentasse um sentimento de unidade nacional.

Sem a afirmação da nacionalidade portanto, a integração ao cosmo, ou seja, a integração brasileira ao universal não estaria assegurada. Para garanti-la, Graça Aranha prescreve alguns trabalhos morais ao homem brasileiro. A perfeita integração do homem ao cosmo, segundo ele, só se concretizaria através de três trabalhos fundamentais: O primeiro trabalho do homem é o da resignação à fatalidade do universo, o segundo o da incorporação à terra, o terceiro o da ligação à sociedade. [...] Para chegar à realização dessa unidade, o homem brasileiro terá que vencer os obstáculos que impedem a serenidade da sua vida estética (DUTRA, 2000, p. 242).

Nos argumentos de Aranha, o referencial estético (e com ele a própria possibilidade de uma relação sensorial e afetiva com determinados passados) é de grande importância para a constituição de uma cultura sentimental compartilhada pelos sujeitos na construção de uma nação. Dutra afirma que:

Graça Aranha se indaga sobre a função da arte e da cultura, e seu papel na relação do homem brasileiro com o universo cósmico. Nessa indagação, a estética da vida proposta pelo autor reside justamente na integração do eu - a alma brasileira, a nacionalidade - na realidade cósmica, e na sua tradução estética. Sua realização, seja na intuição estética da realidade, do todo, seja na integração do eu no cosmo, só poderia se realizar através do sentimento, da afetividade, da atividade do espírito da exaltação espiritual. Ou seja, na arte, no amor, na filosofia, na religião. Aqui é interessante lembrar do quanto Paulo Prado se ressentia, no seu Retrato do Brasil, da ausência de uma finalidade estética ou moral ou religiosa nos empreendedores da empresa colonizadora no Brasil, e no povo que, em decorrência, daí se formou (DUTRA, 2000, p. 242).

De forma semelhante, Prado encontra nesta perspectiva sensorial/afetiva a viabilidade do funcionamento mais coeso do corpo social, de uma cultura histórica sentimental a qual pode ser disponibilizada a partir da escrita e reescrita da história. No caso de *Retrato do Brasil*, esta possibilidade está na abordagem a qual transita entre o que chamamos aqui de *presença* e o *sentido*.

Berriel interpreta que Paulo Prado aproxima o método histórico dos “recursos sistemáticos advindos da liberdade do artista” no interior do impressionismo, o que, para o autor de *Tietê*, *Tejo*, *Sena*, acaba por transmutar a narrativa em uma “arbitrariedade de historiador” (BERRIEL, 1994, p. 162). Para ele:

A arte é um reflexo antropomorfizador do mundo, enquanto a historiografia é (ou deveria ser) um reflexo desantropomorfizador deste mesmo mundo. Mas Prado embaralha as fronteiras, dando-se a liberdade de ação volitiva e subjetivadora na reconstituição do passado histórico; mas não se satisfaz com esta liberdade:

deseja extrair de sua análise um julgamento objetivo, deseja que o seu retrato do Brasil assuma foros de verossimilhança objetiva, do qual se possa derivar para uma possível política concreta. Todo o processo fica assim arbitrário (BERRIEL, 1994, p. 169).

Berriel parece analisar o ensaio de Prado por meio de certa expectativa teórico e metodológica, que compreende como antagônicas a dualidade objetividade/subjetividade. A objetividade estaria associada (é preciso dizer que anacronicamente) a uma perspectiva científica da historiografia, enquanto os aspectos estéticos e subjetivos, apenas a arbitrariedades do sujeito. A oposição entre ensaio e ciência seria, para Berriel, outra característica que afastaria Prado da produção de uma narrativa histórica mais precisa. Esta imprecisão ou incapacidade científica já estaria atestada no livro de Prado ao criticar a “ciência conjectural a alemã”, dos princípios de Martius para a escrita da história (BERRIEL, 1994, p. 174-175). Independente dos aspectos históricos precisos ou não no interior da narrativa histórica de Prado (e o que é precisão também é historicamente decidido), torna-se necessário, mais uma vez, apontar para as possibilidades acerca das experiências sensoriais e afetivas para a presentificação do passado na linguagem.

Mesmo acreditando que a aproximação da escrita da história com uma abordagem estética acaba por distanciar a representação de supostas objetividades, Berriel indica uma excelente descrição das características sensoriais e afetivas no interior da estética impressionista, através do historiador da arte Giulio Carlo Argan. Ainda que Berriel recorra a esta descrição estética para concluir que, “entretanto, Argan estabeleceu estas premissas para a arte, e não para a história” (reforçando mais uma vez que para ele a escrita da história deveria repelir tais aspectos), ao transgredirmos este argumento, podemos facilmente reconhecer aqui elementos importantes para uma abordagem da escrita da história por meio da *presença* (BERRIEL, 1994, p. 169).

Reivindicando para o artista o objetivo de traduzir na obra de arte a sensação visual imediata, independentemente, e mesmo em oposição, de toda a noção convencional da estrutura do

espaço e da forma dos objetos, o impressionismo afirmara o valor da sensação como fato absoluto e autônomo: o artista realiza na sensação uma condição de plena autenticidade do ser, atinge na renúncia a qualquer noção habitual um estado de liberdade total, fornece o exemplo daquela que deve ser a figura ideal do homem moderno, livre de preconceitos e pronto para a experiência direta do real (BERRIEL, 1994, p. 169).

Esta passagem diz respeito ao argumento de Berriel de que, a abordagem impressionista de Prado, acaba somente imprimindo uma percepção pessoal na narrativa histórica. Esta questão, devemos mencionar, diz respeito à condição epistemológica de qualquer representação, mesmo as que se fundam no rigor metodológico e teórico dos modelos acadêmicos. É preciso acrescentar: ainda que uma representação sobre a realidade se encontre profundamente conectada às perspectivas insuficientes daquele indivíduo que a produz, segundo uma abordagem fenomenológica, os sujeitos se encontram conectados com algum grau de intimidade aos elementos que constituem a materialidade do real, ainda que de forma muito limitada.

Portanto, mesmo que a narrativa de Prado (e de Querino também) possua preconceções, imprecisões históricas, anacronismos, problemas de método e teoria para o olhar contemporâneo, contribui imensamente como uma determinada possibilidade de representação do passado (episteme) a qual se encontra profundamente associada ao que chamamos, hoje, de presença (PRADO, 1928, p. 119-120).<sup>52</sup> Gaio nos atenta para a questão de que Prado buscava produzir nos ensaios “antes uma manifestação essencial

52 Destaco mais uma vez: Prado julga equivocadamente e genericamente a moralidade indígena como voltada à exacerbação sexual, e por isso, acreditava que as culturas das etnias indígenas estimulavam os colonos à luxúria. Ainda mais, para o autor “mais tarde só escaparam a degenerescência de além-mar os grupos étnicos segregados e apurados por uma mestiçagem apropriada. Foi o caso de Piratininga em que o Caminho do Mar preparou e facilitou para a formação do mamaluco esse ‘centro de isolamento’, da teoria de Moritz Wagner”. A saber, Moritz Wagner desenvolveu a teoria evolutiva de que o isolamento geográfico propicia a especialização. Saliento que em *Retrato do Brasil* os indígenas são tematizados de forma quase sempre negativa, muitas vezes através de uma abordagem que os entende de forma homogênea e generalizada (desconsiderando a pluralidade étnica), como um “elemento” do passado (como se não estivessem presentes na sua contemporaneidade) (PRADO, 1928, p. 119-120).

da brasilidade que um discorrer rígido e pouco relevante dos fatos históricos que marcaram o passado do país” (GAIO, 2008, p. 14).

Como se encontra no trecho acima, a sensação, a percepção afetiva e sensorial e a materialidade espacial da realidade cotidiana daquele que narra é de grande importância para a abordagem estética do impressionismo e, mais ainda, para a narrativa de Prado e suas compreensões acerca do passado. Ambas as práticas, a da presença e a do sentido, não são somente meios pelos quais se quer presentificar, descrever e compreender aspectos do passado. Os dois movimentos convergem para a capacidade de reflexão acerca do presente para o qual escreve. Elas intensificam a distância em relação a determinadas experiências históricas consideradas contraproducentes. Do mesmo modo, procuram reduzir a distância a respeito daquelas consideradas potencializadoras do presente, mesmo a experiências históricas de algumas outras sociedades espacialmente diversas (KOSELLECK, 2006, p. 314 – 316).<sup>53</sup>

Na passagem que se segue, as perspectivas descritas aqui como as do *sentido* e da *presença* positivam características dos colonos ingleses na América do Norte. Este seria um exemplo onde as instituições realizaram, para Prado, maior unidade orgânica e socializadora junto aos impulsos individualistas que seriam característicos de sua historicidade. No entanto, trata-se de uma questão que me parece não se limitar à interpretação de Gilson Gil, para quem Prado teria compreendido que “os puritanos realizaram uma verdadeira higiene moral religiosa ao manterem firmes os propósitos de sua religião” (GIL, 1994, p. 213). Me parece que, para Prado, os colonos americanos teriam constituído ou tornado possível uma individualidade a qual permitiria se revoltar contra uma autoridade tirana. Também, teriam constituído

53 Com a intensificação ou esforço de diminuição da distância em relação a experiências históricas me refiro ao afastamento entre espaço de experiência e horizonte de expectativas descritas por Koselleck como uma das características fundamentais para que a modernidade ocidental seja concebida (KOSELLECK, 2006, p. 314 – 316).

a capacidade de controlar os impulsos excessivamente egoístas para a produção de uma maior coesão social (PRADO, 1928, p. 189-190).<sup>54</sup>

Essa gente [colonos ingleses na América do Norte] trazia para o Novo Mundo o princípio de liberdade e rebeldia que os fizera deixar a mãe-pátria: eram representantes do pensamento radical da Inglaterra no começo do século XVII, em revolta contra a autoridade espiritual e temporal, que emanasse do Rei ou da Igreja. No futuro pioneiro, no fundo de sua alma rude, viria frutificar a semente idealista dos povoadores primitivos da Virgínia e dos peregrinos do “Mayflower”, reunida a uma formidável “vontade de poder” [categoria nietzschiana] que os puritanos souberam tão bem aliar ao utilitarismo. Na terra adotiva desenvolveram as qualidades de homens de ação em luta cotidiana com um clima duro e um solo ingrato, que a neve cobria durante o inverno e no verão só produzia cereais. Quase todos eram lavradores, donos de suas pequenas fazendas, e ajudados pelos filhos lavravam a terra com as próprias mãos (PRADO, 1928, p. 63).

Neste outro momento, o ensaísta escreve acerca da colonização portuguesa nas Américas. Como aponta Andrade, “o colonizador, para Paulo Prado, era portador de graves defeitos, como individualistas e devasso. [...] O objetivo desses aventureiros não era a formação de um país, mas somente amealhar riqueza fácil para gozá-la na corte portuguesa” (ANDRADE, 2008, p. 44). Muitos destes colonizadores teriam reforçado disposições excessivamente individualistas, as quais também poderiam ser libertadoras nesta historicidade, caso os impulsos egocêntricos fossem administrados de forma mediada. Esta cultura, centrada no indivíduo, teria surgido como uma

54 Apesar de conceber (enganosamente) centralidade ao “elemento humano branco”, Prado indica em seu “*Post-scriptum*” e em vários outros momentos do seu ensaio o que ele considera ser a participação das comunidades indígenas e negras para a formação do Brasil. É importante mencionar que, infelizmente, certos apontamentos do autor vão ao encontro do silenciamento das resistências de negros e indígenas frente às violências imputadas a eles a partir da ideia de que houve uma menor segregação entre estes indivíduos em território brasileiro do que nos EUA. Este entendimento diz respeito ao que foi sendo configurado como o mito da “democracia racial”, de uma existência harmoniosa entre as diversidades étnicas. Também é indispensável lembrar que, no interior desta historicidade, há muitas perspectivas que não soam preconceituosas somente para nossa contemporaneidade, mas para muitos intelectuais das mídias da época, por exemplo, aqueles compreendidos hoje como a Imprensa Negra (PRADO, 1928, p. 189-190).

possibilidade mais intensa a partir de fenômenos como a Renascença, a Reforma e as Grandes Navegações.

Diante dos esplendores da conquista do Oriente, na metrópole ninguém pensava na terra dos bugios, saguis, papagaios, araras e pau-de-tinta. [...] Pelos desertos do litoral mercadejava em escravos, madeiras e animais, o colono isolado, vivendo, no seu sonho de pioneiro, da caça, das frutas e mantimentos da terra. Foi, já o dissemos, a época dos degredados, dos criminosos, dos náufragos, dos grumetes rebelados (PRADO, 1928, p. 35).

Prado retrata as primeiras imagens da natureza do Brasil para os europeus como uma experiência mais propriamente estética, como uma pintura que produz a sensação de deslumbramento, de encantamento e, em seguida, a partir de sua grandiosidade e hostilidade, de sufocamento e pequenez. Neste espaço, “a vegetação eleva-se por andares, atingindo 40 a 60 metros de altura, enlaçando-se aos troncos os cipós e parasitas, em luta pela vida, como num espaço demasiadamente povoado” (PRADO, 1928, p. 16). Ao fim, o território:

Oferecia um obstáculo formidável para quem a queria penetrar e atravessar, como que exprimindo a opressiva tirania da natureza a que dificilmente se foge no envolvimento flexível e resistente das lianas. Compacta, sombria, silenciosa, monótona na umidade pesada, abafa, sufoca e asfixia o invasor que se perde no claro-escuro esverdeado de suas profundezas (PRADO, 1928, p. 15).

No capítulo *A Cobiça*, Prado tematiza o sentimento individualista – um individualismo excessivo - o qual impelia à busca constante pelo enriquecimento que considerava impróprio à coesão social. O passado descrito aqui, enfatizando a lógica do sentido, é evocado procurando provocar reações de rejeição, de distanciamento dos seus leitores em relação a estas experiências:

Individualismo infrene, anárquico pela “volatilização dos instintos sociais”, cada qual tendo no peito a mais formidável ambição que nenhuma lei ou nenhum homem limitava, e entregue ao encanto da novidade e da surpresa. Como exclusiva preocupação, viver livre e dominar; como único alento, a miragem que então incendiava a imaginação do mundo de não estar

muito longe, mas sempre inatingível, o maravilhoso Dorado (PRADO, 1928, p. 59, grifo do autor).

Presentificando, flutuando entre a lógica do sentido e da presença, Prado descreve e apresenta um passado conflituoso. Aponta para guerras, conquistas, armas, contratos e tratados comerciais, negociações de mercadores e os produtos comercializados. Refere-se a expedições, exploração de florestas, montes, rios e outros espaços geográficos, conferindo uma sensação espacial. Também escreve acerca do que entende como a hostilidade da natureza e também dos “indígenas”, “dura realidade em que o colono se via ‘abafado pela mata virgem, picado por insetos, envenenado por ofídios, exposto as feras, ameaçado pelos índios, indefeso contra os piratas’” (PRADO, 1928, p. 64, grifo do autor). Há, aqui, a busca por provocar no leitor a percepção de um determinado ambiente adverso para o europeu o qual, apesar disto, coloca os indivíduos em movimento, em ação, especialmente devido à cobiça.

Como é possível perceber, a cobiça é entendida como um sentimento danoso, assim como o individualismo e a luxúria, porém, somente quando exacerbados e generalizados, sem haver nenhuma mediação institucional, social ou de outros sentimentos que produzam algum balanceamento. A tradição e moralidade intensa e coercitiva (e excessivas, de acordo com Prado) das instituições europeias (Igreja, Estado, família, trabalho, etc.) passariam a repelir muitos destes indivíduos para as Américas. Mas eles, ao se estabelecerem nas colônias, teriam apreciado de forma excessiva sua liberdade, individualidade, sexualidade e ganância pela ausência de instituições semelhantes às europeias. Também, segundo Prado, este espaço já se encontrava caracterizado por outras construções sociais, próprias às etnias indígenas, que estimulavam os excessos dos europeus.

Através deste sentimento de cobiça, são detalhadas as lendas sobre cidades onde havia ouro e tematiza-se este imaginário por meio de um escopo sensorial, indicando a cor, a textura e o brilho dos

metais preciosos. Isto é realizado através de textos de gazetas e diários de viajantes da época, novamente buscando conferir conteúdo material e certa concretude documental a estas experiências, somando o lógico-formal ao estético-afetivo. O passado é presentificado ao longo da provocação de uma experiência sensorial que descreve com cuidado e intensidade o modo de viver, a mentalidade e a crença de que o enriquecimento poderia estar próximo. Sua escrita convoca a sentir, a ver e a tocar os metais preciosos.

Pelos desertos do litoral mercadejava em escravos, madeiras e animais, o colono isolado, vivendo, no seu sonho de pioneiro, da caça, das frutas e mantimentos da terra. [...] Tornava-se realidade palpável o país encantado em que, diziam, “pisan las bestias oro y es pan cuanto se toca com las manos”. Por toda a América se apregoava a nova dos tesouros fabulosos levantados da terra pela espada sanguinolenta dos Cortezes, dos Pizarros, dos Valdivias. Açulava ainda mais esse frenesi o dogma geográfico de que sempre no Oriente mais ouro e prata escondia a *natureza*. O Oriente é mais nobre que o Ocidente e, portanto, o Brasil mais opulento que o Peru”, dizia o autor do “Diálogo das grandezas do Brasil”. [...] A Gazeta Alemã, de 1514, tão discutida, já se refere a um povo das serras, “rico de armaduras feitas de chapas de ouro, muito delgadas, que os combatentes levam sobre o peito e na testa” (PRADO, 1928, p. 60-61).

No capítulo *A Tristeza*, há, inicialmente, um grande investimento na exposição sobre a experiência colonial norte-americana para, então, traçar um rápido paralelo com a colônia portuguesa nas Américas. Isto ocorre porque Prado acredita que a motivação que deu início à colonização inglesa nas Américas, teria evitado isto que entende como um individualismo exagerado. Prado compreende que, muito devido às perseguições religiosas que sofriam, os colonos ingleses procuravam constituir novas comunidades, ao invés de priorizar motivos estritamente econômicos individuais. Ao aproveitar a potencialidade da busca pela liberdade e a valorização – “adequada” - do indivíduo, aliados ao desenvolvimento de instituições as quais produziam certa coesão social, a colonização inglesa teria realizado uma maior sociabilidade.

No momento onde apresenta esta narrativa, Prado demonstra uma sensação de desamparo que teria sido experimentada pelos primeiros colonos ingleses, além das motivações e coordenações mais adequadas de suas ações no direcionamento de uma coesão social significativa. Do mesmo modo, como na representação realizada sobre os primeiros colonos europeus do que viria a ser o Brasil, os norte-americanos são apresentados como aqueles que se estabeleceram em um ambiente hostil, o qual exigia o investimento de grande energia humana.

Em novembro de 1620, cento e dois peregrinos ingleses, vindos de Southampton, avistaram do pequeno navio Mayflower as costas arenosas do que é hoje o Estado de New-Jersey. Procurando melhor abrigo, velejaram mais ao Sul até o porto depois chamado de Plymouth, em Massachusetts, onde desembarcaram a 22 de dezembro, data que a tradição nacional consagra à comemoração dos antepassados. O frio era intenso nesse sombrio inverno de país do Norte. Em meio de tempestades de chuva e neve, receando o ataque dos indígenas escondidos nas matas vizinhas, os peregrinos acenderam na praia um fogo que os alumiu e aqueceu durante a noite inclemente. No dia seguinte, como era sábado, interromperam para o repouso dominical os trabalhos de instalação: somente os cânticos religiosos perturbaram então o silêncio da terra misteriosa. Em seguida, começou a luta terrível do imigrante. Cada homem teve de construir a própria casa, arrostando as mais duras intempéries, que apenas permitiam o trabalho duas ou três vezes por semana. Nessas condições, em quatro meses, quase metade da pequena expedição tinha sucumbido à doença e ao frio; o resto teve de se fortificar às pressas contra os assaltos do gentio. Estava, porém, criada uma das células iniciais da nação americana (PRADO, 1928, p. 109-110).

Ao se referir aos momentos iniciais da colonização norte-americana, o autor descreve experiências que nos remetem à introspecção, tais quais a falta de abrigo, o frio, o inverno sombrio, tempestades de chuva e neve, o silêncio. Neste momento, o ensaio parece tentar descrever a experiência de vulnerabilidade destes sujeitos, ao mesmo tempo indicando que, apesar deste desamparo, orientaram suas ações de modo a produzir uma sociabilidade mais apropriada.



São apresentados, como traços dos colonos do norte das américas, a revolta contra a autoridade opressiva, o pioneirismo, o idealismo, o utilitarismo moderado, a disciplina religiosa, a vida comunitária e uma relação mais adequada com suas experiências passadas. Portanto, o estabelecimento de uma história, tradição e memória que os integrava, segundo Prado. Em seu entendimento, suas escolhas adequadas e equilibradas conferiram sucesso ao futuro estadunidense. Em contraste, à luxúria e à cobiça exacerbadas, características da colonização do Brasil, foram parte da cultura afetiva ou sentimental a qual teria resultado na produção de uma tristeza generalizada.

No último capítulo, *O Romantismo*, ao procurar presentificar certas experiências passadas próprias ao século XIX, Prado procura evidenciar perspectivas sensoriais por meio da evocação daquilo que compreendia como a vida cotidiana dos Românticos do século XIX. O “hedonismo”, o “fatalismo”, a vida contemplativa, ou o que entende como os “impulsos irracionais” dos Românticos, compreenderiam as características que acentuaram a “tristeza” e a “inércia”, segundo o ensaísta paulista (PRADO, 1928, p. 172-173).<sup>55</sup>

Byron era o deus desse culto, que se celebrava – como dizia um verso do tempo – num ambiente exaltado de “Mistério, Noite, Amor, Infâmia e Pranto.” Em 1845, fundava-se em São Paulo a “Sociedade Epicurea”. “Eram diversos os pontos em que nos reuníamos: ora nos ingleses, ora nalgum outro arrabalde da cidade, narra um dos membros da associação. Uma vez estivemos encerrados quinze dias, em companhia deperdidias, cometendo ao

55 Prado, a partir da referência de “Dr. Pires de Almeida. A escola byroniana no Brasil. Jornal do Comércio, 1904-1905”, narra um caso o qual seria, para ele, exemplo de tais impulsos: “Um destes ficou assinalado nos anais acadêmicos. Fora organizado por uns trinta rapazes sobre as pedras tumulares da Consolação e ao clarão de uma lua romântica embaciada de garoa. Esquentados pelo conhaque, resolveram aclamar uma Rainha dos Mortos. Violaram uma sepultura recente para dela retirarem um caixão levado à cidade em procissão ao som de um cantochão de defuntos e à procura de alguma pobre coitada que se prestasse à macabra comédia. Trouxeram-na à força, fechada no caixão ainda sujo de terra e molambos de carne; desceram-no entre cantos e recitativos até o fundo da cova e aí ia realizar-se o ajuntamento simbólico, quando se verificou que a desgraçada tinha realmente sucumbido no pavor de tão fúnebre encenação. ‘Osculei um cadáver’ rugiu entre horrorizado e triunfante o ‘noivo do sepulcro’, soltando a demoníaca gargalhada da época” (PRADO, 1928, p. 172-173).

clarão de candeeiros, por isso que todas as janelas eram perfeitamente fechadas desde que entrávamos até sair, toda a sorte de desvarios que se podem conceber”. [...] Levavam a loucura aos mais incríveis extremos. Ceavam e embriagavam-se com morféticos acampados nas imediações da cidade. Um poeta apanhou a terrível moléstia nessas saturnais do byronismo. Outros se perderam no alcoolismo barato, que sempre foi de moda na velha academia paulistana, ou devorados pela sífilis das cafuzas e sararás, que pululavam à noite nas ruas escuras da Paulicéia, comparsas repugnantes nos “punchs” das vendas ou nos “banquetes negros” dos cemitérios (PRADO, 1928, p. 170-172).

Os dois últimos capítulos, intitulados *A Tristeza* e *O Romantismo*, possuem um caráter mais narrativo e, portanto, diferente da maior oscilação entre efeitos de presença e de sentido dos capítulos anteriores. Aqui, já há uma preocupação maior em conferir sentidos, mesmo que ainda produzindo efeitos de presença. O que Paulo Prado salienta nestes momentos mais lógico-formais é sua tese de que a “luxúria”, a “cobiça” e a consequente estagnação própria à “tristeza” determinam algumas perspectivas do presente, pressionando-o. No último capítulo, mais preocupado com a produção de sentido, com um tom mais explicativo, procura citar aqueles que seriam os principais autores, eventos e aspectos filosóficos do Romantismo. Isto é realizado em um tom crítico, a partir da lógica que é a da aproximação – reprovação - afastamento. Ainda que compartilhe ideias Românticas (aparentemente, sem ter conhecimento disto), Prado parece chegar à conclusão de que os ideais Românticos acabaram por catalisar o sentimento de “tristeza”, legado pela cultura afetiva do passado.

O mal [romântico] ia, porém, invadir o país de uma maneira mais intensa e mais estranha. O meio era-lhe propício. O desequilíbrio das inteligências representava as incertezas sociais e políticas do movimento histórico (PRADO, 1928, p. 163-164).

O romantismo teria promovido a expansão de um comportamento de inanição, uma estagnação comunitária e, assim, uma insociabilidade.

Nesse ambiente de sensualidade e ignorância deparava-se de vez em quando uma individualidade culta, a quem aperfeiçoara

o curso em Coimbra ou a auto-didaxia desenvolvida pela inteligência espontânea da raça, - núcleo de seleção em que se preparou e se realizou o movimento de independência, arrastando a indolência e o indiferentismo das massas. Formou-se, assim, o grupo escolhido e de incontestável valor moral e intelectual, a quem coube a princípio a direção dos negócios públicos e em seguida os principais papéis na comédia parlamentar que veio a ser, em grande parte, a história política do Império. Presa fácil para o romantismo, que com as galas de moda francesa atravessava os mares, de 1820 a 1830, sob a inspiração de Hugo, Vigny, Lamartine e depois de Lamennais (PRADO, 1928, p. 165-166).

Até o segundo capítulo (*A Luxúria, A Cobiça*), Prado se dedica com maior intensidade ao que podemos chamar de uma reconstituição de determinados contextos, conjunturas e à consequente “produção de presença”. Nestas duas seções de seu ensaio, há um enfoque ou uso mais significativo de metáforas, analogias, apontando e provocando o sensorial e o afetivo. Dito isto, o que podemos perceber quando analisamos seu texto de uma perspectiva geral, é que Prado se movimenta no interior de uma estratégia: a tensão entre o que foi descrito como *sentido* e *presença*. A motivação para investir nesta dicotomia parece tratar-se de uma necessidade de evocar e apontar os diversos matizes próprios ao passado que estariam em jogo, pressionando o seu presente.

Na *produção de sentido*, empregando uma linguagem mais lógico-formal, fundada em uma argumentação mais linear e causal, o autor dispõe de compreensões mais comuns, atestadas e prestigiadas nos estudos mais facilmente disponíveis. Já no interior da *produção de presença*, é possível constituir experiências estéticas, sensoriais e afetivas, presentificando o quanto possível o passado, produzindo uma relação de intimidade, de maior proximidade. A *presença* também possibilitaria, aqui, reprovar e rejeitar experiências consideradas danosas para o presente. Ou melhor, através das perspectivas estéticas, sensoriais e afetivas também é possível tentar afastar passados que legam perspectivas que seriam consideradas contraproducentes para

Prado, e que estariam exercendo certa pressão no presente devido a alguma relação de proximidade anteriormente constituída.

A *produção de presença*, no texto de *Retrato do Brasil*, parece disponibilizar mais rápida, diretamente e com eficiência significativa, aproximações e distanciamentos em relação a determinados passados. Com isto, é fundamental ressaltar que Prado também se dedicava à tematização de passados que ele gostaria que fossem (definitivamente) exorcizados. Este esforço quer recuperar vivências históricas consideradas potencializadoras do presente. Mas, também, acessar aquelas consideradas negativas, em um esforço de afastá-las de sua contemporaneidade, de rejeitá-las, para então disponibilizar algum norteamento no presente. No texto do paulista, as experiências a serem valorizadas, e especialmente aquelas que de alguma forma produzem afetos e comportamentos improdutivos, precisam ser (re)experimentadas: a primeira como potencialidade histórica a ser evidenciada e intensificada, e a segunda como aquela a ser negada e distanciada.

## EXPERIÊNCIAS LATENTES E PASSADOS REJEITADOS NO *RETRATO DO BRASIL*

Em *Retrato do Brasil*, o passado é apresentado de duas formas diversas e, portanto, sua relação com as experiências históricas e as possibilidades de orientação através destas, apontam para duas perspectivas. A primeira seria a ideia de que processos históricos se sedimentam e possuem impacto no presente, sendo compartilhados afetivamente por uma vasta comunidade sob a ideia da nação. Sendo assim, este passado, ao se referir a toda uma identidade em constituição através do *topos* da Nação, reificava, neste caso, a “tristeza” e o desânimo constituído na sociedade. A outra possibilidade de tematização do passado seria a de que, através das perspectivas de reflexão, ação e reordenação das relações com tais experiências

históricas, seria necessário e possível potencializar as capacidades de ação no presente. Através da oscilação entre o que entendemos como *presença* e *sentido* em sua linguagem pragmática, Prado procura evidenciar experiências passadas às quais pensa que poderiam oferecer algum tipo de ânimo e reorientação.

Há, nesta comparação do ensaísta, uma provocação acerca da necessidade de reorganização da sociedade brasileira com o intuito de atingir uma maior “modernização” e “progresso”. Do mesmo modo, alerta para o perigo de reificar problemas historicamente constituídos como o da insociabilidade, exemplificada a partir dos Estados Unidos, onde os antagonismos e outras violências geradas pelo preconceito étnico, segundo a visão de Prado, seriam ainda mais intensos naquele país. Este passado surge como uma possibilidade latente de se reorientar no presente. Surge, também, para demonstrar consequências históricas em sociedades distintas, nas quais houveram investimentos considerados adequados ou não em relação aos componentes políticos e sociais.

A presença deste passado, no ensaio, tenta inscrever o leitor em uma estrutura construída historicamente, a qual parece não querer passar. Nestes momentos, a passagem do tempo não é “vivenciada como produtora de uma distância *vis-à-vis* com o passado” e, portanto, “a evocação de um passado em sua materialidade nos parecerá menos duvidosa; encontrará menos resistência e ceticismo do que a cultura histórica moderna nos ensinou a produzir” (GUMBRECHT, 2009, p.17). Esta evocação possui contornos anacrônicos por aproximar estas experiências como se fossem situações similares, unindo-as. Com base nesta espécie de estratégia sensorial, descrita aqui atravessadamente às perspectivas de Gumbrecht, Prado tenta intensificar outras possibilidades de experiências em seu presente.

O autor parece compreender que o progresso está diretamente ligado a certo equilíbrio nos diversos elementos das relações humanas em sociedade e sua organização. A saber, estes elementos

são a “rebeldia”, o “mercado” (economia), a “insubmissão à tirania”, a “liberdade” e a “individualidade” de um lado e, do outro, a “coletividade”, a “moderação”, a “organização administrativa”, o “poder justo do Estado”, o “trabalho” e a “moralidade”. Em um gesto característico da experiência moderna, nota-se que são dicotômicos e, portanto, seria necessário evitar os radicalismos polarizadores para não ir ao encontro do “egoísmo” (sociedade centrada de forma extrema no indivíduo) ou da tirania (sociedade focada no controle máximo através do Estado). Para o ensaísta, a decadência do Estado português estaria associada a vários destes excessos.

A nação portuguesa, corrompida pelo luxo e pela desmoralização dos costumes, perdia, pouco a pouco, a sua primitiva vitalidade. Os governos, despóticos e incapazes, só conservavam a antiga energia para sustentar a Inquisição (PRADO, 1928, p. 115-116).

Mais uma vez, percebe-se que Prado entende que o progresso, enquanto possibilidade de equilíbrio entre indivíduo e sociedade, não se concretiza de forma linear, a despeito das ações humanas, como uma filosofia da história. No caso brasileiro, o que ocorreu, para o paulista, foi a intensificação da “individualidade”, a “indiferença”, a “indolência” e a “tristeza”, pois não houve o desenvolvimento dos outros elementos os quais promoveriam uma sociabilidade orgânica em nossas experiências históricas.

Prado descreve o colonizador como o homem da Renascença o qual buscou na própria história o referencial para as suas novas ambições. Substituíram a obediência ao individualismo, já que “neste anseio os povos da época se sentiam abafados e peados na vida estreita da Europa”. A partir desta novidade, transformaram - quando não negaram - alguns valores do cristianismo ao compreender que “era preciso alterar - na terminologia nietzschiana - o sinal negativo que o cristianismo inscrevera diante do que exprimia fortaleza e audácia” (PRADO, 1928, p. 10). A busca constante por estabilidade, segurança (fortaleza), resignação que repele o “espírito aventureiro” e a “audácia”, são heranças negativas do cristianismo as quais se tornaram inadequadas para estes

homens renascentistas. Os “descobrimentos” se converteram em sinônimo de libertação e experimentação da vida material:

É assim que o retorno ao ideal antigo teve como melhor resultado o alargamento, para assim dizer, das ambições humanas de poderio, de saber e de gozo. [...] Abrir as portas da prisão ocidental. Substituir a Obediência a Vontade individualista. Dissipar as constantes e aterrorizantes preocupações da Morte e do Inferno – medo de Deus e medo do Diabo – que tanto torturavam os espíritos cristãos. A era dos descobrimentos foi resultado desse movimento de libertação. Dilatava o mundo de que dois terços ainda não eram conhecidos e exaltava a vida física, como mais tarde a Revolução Francesa foi a exaltação da vida intelectual, arrogante e independente (PRADO, 1928, p. 10-11).

Novamente, aqui, Prado tematiza alguns sentimentos e figuras, entre eles: “Obediência”, “Vontade”, “Morte”, “Inferno”, “Deus” e “Diabo”, apontando-as, desta forma, também como protagonistas de fenômenos históricos próprios à modernidade e à história do Brasil. Prado parece apostar numa certa dinamicidade entre elementos quase opostos, a favor da retenção da tensão entre individualidade, liberdade e revolta e outros componentes que os moderem. Isto, sem suprimi-los, para que façam com que eles resultem em algo socialmente produtivo. Caso sejam manifestados de forma excessiva podem trazer, como consequência, o egoísmo e a insociabilidade. De forma semelhante, se os sujeitos não podem exercer sua liberdade, não se rebelam nem realizam sua existência individual, as instituições se tornam tiranas, injustas e esterilizam a capacidade criativa e transformadora. Mais ainda, colocam em risco o próprio desenvolvimento social.

Gumbrecht também descreve algo a respeito de uma nova forma no que tange ao agir deste homem ocidental no início da modernidade, o qual deixa de se orientar a partir da compreensão de que há uma unidade harmônica entre ele e o mundo. O homem destas primeiras experiências da modernidade se entende como uma consciência (sujeito) que compreende e experimenta o mundo como objeto, ou seja, como algo que não se relaciona com ele de modo mais propriamente

consonante. Sendo assim, sua inquietude é constante e seus limites se expandem: o par *transformação* e *diferenciação*, e não mais a *manutenção* e a *preservação*, tornam-se o elemento de ordem.

Em vez de ser uma parte do mundo, o sujeito moderno vê a si mesmo como excêntrico a ele, e, em vez de se definir como uma unidade de espírito e corpo, o sujeito – ao menos o sujeito como observador excêntrico e como produtor de saber – pretende ser puramente espiritual e do gênero neutro. Esse eixo sujeito/objeto (horizontal), o confronto o entre sujeito espiritual e um mundo de objetos (que inclui o corpo do sujeito), é a primeira precondição estrutural do Início da Modernidade. Sua segunda precondição está na ideia de um movimento – vertical – mediante o qual o sujeito lê ou interpreta o mundo dos objetos (GUMBRECHT, 1998, p. 12).

Para Prado, diferentemente da experiência brasileira, o que explicaria o maior sucesso em ralação ao ideal de progresso dos Estados Unidos seria uma colonização baseada no trabalho e na tensão “saudável”, adequada, entre individualidade e comunidade, entre ímpeto e sobriedade. Com isto, acredita que foi possível criar “estimulantes afetivos de ordem moral e os de atividade mental” (PRADO, 1928, p. 104-105). Sem este equilíbrio, o que seria legado ao futuro seria a “tristeza” e a indeterminação. Importante notar que, para o ensaísta, há traços destes “estimulantes” no passado do que hoje é o Brasil, mas eles foram esquecidos: “Nos primeiros tempos produzimos os mais magníficos exemplares de bruta força humana, mas não conseguimos preparar a argamassa que liga os grandes povos idealistas” (PRADO, 1928, p. 196).

Sendo assim, acredito que, para o autor, é viável a possibilidade de superação de situações sedimentadas a partir da reexperimentação e articulação de determinados passados. Isto ocorreria através do investimento naquilo que seria capaz de desatar a política, a ética e a sociedade, já que muitos destes elementos poderiam ser observados no próprio passado brasileiro. Ou melhor, tais características potencializadoras também pertenciam, de alguma forma, à história do Brasil, de modo que

precisariam ser recuperadas, evidenciadas através de investigações historiográficas. Por conseguinte, estas experiências deveriam ser intensificadas em nome do que Prado entende como “progresso” – equilíbrio entre individual, social e desenvolvimento técnico e institucional.

Penso que para este autor e para parte de sua contemporaneidade, a relação com o passado poderia e deveria ser reconstituída por meio de uma intenção pragmática. Claro, mais propriamente fundada na ordem – na oscilação – entre o que estamos chamando de *produção de sentido* e *produção de presença*. Trata-se de um investimento ético-político no que podemos chamar de “presença” para, após este esforço, abrir a possibilidade à produção de sentidos que seriam complexos e pertinentes. Neste último movimento, o passado adquire significado através da interpretação, a qual é, porém, cuidadosamente elaborada a partir do âmbito que é o do estético, da sensibilidade.

Como algo característico à sua historicidade, há uma atitude constituída na modernidade a qual muitas vezes privilegia o sentido em detrimento da presença. No entanto, no texto de Prado, o sentido é parte de outra estratégia, onde a experiência estética (presença), ético-politicamente orientada, é tão central quanto a produção de sentido. Em seu ensaio, o sentido é produzido apoiado em um esforço de sensibilização contundente.

Para além da necessidade de uma síntese historiográfica e científica do passado, legitimada pelos historiadores “eruditos” ou profissionais, as compreensões sobre o passado estariam em disputa e, assim, disponíveis aos mais diversos sujeitos devido à importância da tematização da história. Não como uma compreensão distante e estranha do que foi, mais aquilo que, de alguma forma, constitui parte do presente e diz respeito a todos que o compartilham.

Como argumenta Henrique Gaio, o modernismo brasileiro, do qual Paulo Prado participou ativamente, não se constituiu de um ideal de que o passado deveria ser apenas negado e superado como modelo do

que não deveria ser seguido (GAIO, 2008, p. 29-30). Tratou-se de uma questão mais complexa, marcada por um rico antagonismo a respeito do passado onde as “permanências que impossibilitam um desenvolvimento político, cultural e, sobretudo, espiritual do Brasil” deveriam ser superadas, porém sempre havia a marca da “valorização do passado como forma de empreender a modernização nacional” (GAIO, 2008, p. 29-30).

Há sim um tom de angústia e pessimismo na escrita de Prado, porém não uma total descrença, um niilismo a respeito da sociedade. Trata-se do que compreendemos como *melancolia*, definida por Rangel como a busca pelo enfrentamento das dificuldades socioculturais de seu momento histórico, mesmo compreendendo que superá-las é uma tarefa extremamente difícil ou mesmo impossível (RANGEL, 2005, p. 22-23).

Ao se instalarem no que consideraram suas colônias sul-americanas, os europeus teriam deturpado a sua capacidade de perpetuar os “ganhos civilizacionais”, os quais seriam a aptidão de agir de forma ordenada nas instâncias da vida individual, social e natural (controle da natureza). É preciso sublinhar que a história a qual o ensaísta quer tematizar é muitas vezes a do europeu (não apenas do português) como uma possível extensão da brasileira. Mais do que isso, trata-se de uma compreensão da história brasileira como um *continuum*, como parte de uma história da humanidade – e isto como um singular coletivo, um entendimento que se torna possível na experiência moderna (uma compreensão etnocida e epistemicida, pois tenta deslegitimar outras formas de compreender e se organizar no mundo). O passado evidenciado, muitas vezes se trata também do que seria o advento da modernidade quando, por exemplo, aponta que da “renascença surgira um homem novo com um novo modo de pensar e sentir. A sua história será a própria história da conquista da liberdade consciente do espírito humano” (PRADO, 1928, p. 9).

Por isso mesmo, o passado a ser valorizado como experiência orientadora, em muitos momentos, é o que poderíamos encarar como sendo o “do outro” (europeu ou estadunidense), de outra “nação” ou



sociedade, ou do “progresso” entendido a partir de um singular coletivo que pretende reunir todas as histórias humanas. Dentro das concepções universalizantes, próprias à historicidade no interior da qual se movia o autor, há, portanto, certo esforço em reproduzir e apontar os possíveis avanços e insucessos da humanidade.

O colonizador, no entanto, e justo porque possuía poucos limites institucionais e sociais, teria se entregado à luxúria e à cobiça. Como já apontamos, Prado entende que a falta de um Estado organizado ou outro tipo de normatividade mais imediata, resultou em uma fragmentação da totalidade da vida comunitária. É preciso levantarmos este ponto mais uma vez para indicar que o autor de *Retrato do Brasil* acredita que os colonizadores, apesar de possuírem atributos quanto às características sociais e políticas da liberdade e da individualidade, não adquiriram nenhuma outra contrapartida capaz de constituir certo equilíbrio e, assim, não foi possível usar estes elementos de forma socialmente benéfica, já que:

Por outro lado, nenhum obstáculo encontravam para a satisfação dos vícios e desmandos que na Europa reprimiam uma lei mais severa, uma moral mais estrita e um poder mais forte. Entregavam-se com a violência dos tempos à saciedade das paixões de suas almas rudes (PRADO, 1928, p. 52).

Portanto, o paulistano acredita que, a despeito dos fundamentos que, caso não se manifestem de forma exacerbada, são necessários ao desenvolvimento social, “os agrupamentos étnicos da colônia – os mais variados, de Norte a Sul – não tiveram outro incentivo idealista”. Ao fim, não possuíam nenhum ideal que produzisse uma solidariedade orgânica para a fundamentação de uma sociedade mais coesa (PRADO, 1928, p. 88).

Para este indivíduo, representado pela figura do “aventureiro”, dos colonos e seus descendentes, poucas preocupações eram atribuídas ao passado e ao futuro, e, sendo assim, vivia-se em uma



espécie de presente constante.<sup>56</sup> Aparentemente, seria como se a falta de um “espaço de experiências” terminasse por comprometer a própria existência de um “horizonte de expectativa”. O retrato conclui que a pouca tradição referencial e o pouco futuro a ser planejado, somados à falta de organização coletiva, levaram à desordem, ao individualismo, ao egoísmo, em resumo, à pouca capacidade administrativa, a um “liberalismo para poucos” e à “deficiência moral”. Do mesmo modo, os problemas da formação nacional teriam sido reificados com o sistema escravista e, no século XIX, com a ideologia do Romantismo, de modo que acentuaram o desânimo e a “tristeza”. Sem passados referenciais e sem expectativas futuras, também não era possível constituir sociabilidades duradouras.

Também por isto, Paulo Prado utiliza a valorização de outras experiências no tempo, em um esforço para indicar a possibilidade de reordenar este peso do passado no presente. Este ponto é apresentado em seu argumento comparativo entre a colonização brasileira e a estadunidense. Do mesmo modo, há perspectivas históricas a serem analisadas e evitadas na própria história estadunidense, como a especificidade de seu preconceito étnico que Prado acredita ter gerado problemas políticos, afetivos e antagonismos sociais ainda mais intensos que no Brasil.

O fator cristão, no território colonizado pelos portugueses, também teve especificidades consideradas importantes nos fenômenos sócio-históricos. Como mencionado anteriormente, entre os argumentos do ensaio, estaria a ideia de que a religiosidade puritana dos Estados Unidos teria levado a um processo oposto ao brasileiro, onde a vida comunitária, a ética religiosa e os princípios normativos do colono norte-americano conduziram a um funcionamento ordenado, a certa organicidade e à integração da colônia (PRADO, 1928, p. 188). Para ele, tudo teria sido obtido pelo trabalho que, juntamente com a ética

56 O que mais tarde também foi um argumento importante para Sérgio Buarque de Holanda em seu primeiro capítulo de *Raízes do Brasil*.



e princípios religiosos, possibilitaram o esforço social, a coletividade. Há, novamente aqui, um elemento do passado a ser (re)valorizado. A colonização americana “trazia para o novo mundo o princípio de liberdade e rebeldia que os fizera deixar a mãe pátria” (PRADO, 1928, p. 111). Ou seja, o paulista compreende que os colonos ingleses valorizavam, do mesmo modo, a liberdade, a rebeldia, a “revolta contra a autoridade” do rei e da Igreja (PRADO, 1928, p. 111). A dinamicidade e plasticidade dos colonos no Brasil teriam sido desvirtuadas devido ao investimento intensivo nos “vícios” - especialmente a cobiça e a luxúria:

*Post coitum animal triste, nisi gallus qui cantat* [todo animal fica triste depois do coito, salvo o galo, que canta], afirmava o velho adágio da medicina: é o “colapso”, dos médicos, depressão física e moral, passageiras em certas condições normais, continua nos casos de excessos repetidos. No Brasil a tristeza sucedeu à intensa vida sexual do colono, desviada para as perversões eróticas, e de um fundo acentuadamente atávico. Por sua vez a cobiça é uma entidade mórbida, uma doença do espírito, com seus sintomas, suas causas e evolução. Pode absorver toda a energia psíquica, sem remédios para o seu desenvolvimento, sem cura para os seus males. Entre nós, por séculos foi paixão insatisfeita, convertida em ideia fixa pela própria decepção que a seguia. Absorveu toda a atividade dinâmica do colono aventureiro, sem que nunca lhe desse a saciedade da riqueza ou a simples tranquilidade da meta atingida. No anseio da procura afanosa, na desilusão do ouro, esse sentimento é também melancólico, pela inutilidade do esforço e pelo ressaiço da desilusão (PRADO, 1928, p. 123-124).

Também já foi destacado que, para o ensaísta, esta misantropia foi acentuada pelo “culto à dor” do Romantismo, o qual acabou por generalizar a “tristeza” e solidificar a propensão à inércia. Deste modo, houve um desinteresse pela busca por valores que produzissem maior coesão e estabilidade social nos mais diversos grupos que a compõem. Não houve, ou não teria havido, enfim, um estímulo ao desenvolvimento das capacidades solidárias e sociais.

O romantismo foi de fato um criador de tristeza pela preocupação absorvente da miséria humana, da contingência das coisas,



e sobre tudo o que Joubert chamava o insuportável desejo de procurar a felicidade no mundo imaginário. Entre nós o círculo vicioso se fechou numa mútua correspondência de influências: versos tristes, homens tristes; melancolia do povo, melancolia dos poetas. A nossa primeira geração romântica já fora triste, porque religiosa e moralizante, observou José Veríssimo; na segunda a tendência se acentuou pelo ceticismo e desalento dos chefes da escola. Perseguia-os a ideia continua da morte próxima, e como a uma mulher desejada, lhe faziam versos amorosos. Quase todos os poetas desse tempo morreram moços e tiveram o pressentimento desta fatalidade. Morte e amor. Os dois refrãos da poesia brasileira. O desejo de morrer vinha-lhes da desorganização da vontade e da melancolia desiludida dos que sonham com o romanesco na vida de cada dia. E fisicamente fracos pelo gasto da máquina nervosa, numa reação instintiva de vitalidade, procuravam a sobrevivência num erotismo alucinante, quase feminino (PRADO, 1928, p. 177-178).

Prado conclui que o “utilitarismo” dos E.U.A. teria se aliado à “vontade de poder” (PRADO, 1928, p.111),<sup>57</sup> ou seja, suas escolhas “moderadas” estimularam o desenvolvimento da colônia. Da mesma forma que no Brasil, nos E.U.A. a natureza também propiciou grandes desafios que “desenvolveram as qualidades de homens de ação” (PRADO, 1928, p. 112). Os trabalhos do lavrador e do pecuarista foram mais adequados ao estabelecimento da colônia. Intensificaram também a individualidade, mas no sentido que é o da valorização da própria liberdade, mediada pelas instituições em direção a coexistência social. Para Prado, após os primeiros assentamentos das colônias norte-americanas, a administração, tanto da colônia quanto da coroa, soube escolher os colonos e, assim, evitar a “bandidagem” e a “má índole” que no Brasil teria, de acordo com o autor, se instalado. Também houve nos EUA todo tipo de “criminoso” e de “decadente”, no entanto, acima disto, os elementos diversos da colonização “equilibraram”, em geral, as faculdades sociais e políticas.

57 Ao citar o conceito “vontade de poder” de Nietzsche, Prado não faz a devida referência ao filósofo. (PRADO, 1928, p.111).

Na mescla, porém, de todos os elementos que compunham a psicologia do colono, em dosagem variável mais constante, foi sem dúvida a forte disciplina religiosa dos primeiros agrupamentos congregacionistas (sic) o que fixou o tipo moral predominante na história do país. Foi essa poderosa unidade de espírito social, ajudada por um rigoroso espírito cooperativo, que promoveu e realizou a independência dos Estados Unidos. Nesse processo evolutivo a religião, estabelecida em condições favoráveis de higiene moral, preparou a atmosfera saudável em que pôde prosperar a nação (PRADO, 1928, p. 112-113).

A crítica comparativa aponta novamente para a urgência em se afastar da herança histórica considerada depreciativa, já que a relação com o passado pode ser reconstituída e, ao mesmo tempo, é possível resistir a algumas determinações históricas e fazer despontar novas formas de sentir e de agir. Isto é evidenciado em sua valorização da vida e da obra de Aleijadinho, por exemplo. Prado entende que, mesmo vivendo no cerne dos problemas que constituíam a herança viciosa, Aleijadinho teria conseguido produzir uma estética autenticamente brasileira, livre de modelos pré-estabelecidos e, por isso, rompendo com diversos padrões. Mesmo que de maneira singular (quase isolada), Prado acredita que o artista Aleijadinho seria um sujeito exemplar da capacidade de ação transformadora dos indivíduos, ainda que intensamente limitados e constrangidos pelas adversidades, falta de oportunidades, os ambientes viciosos e outras determinações historicamente constituídas. O ensaísta aposta que este tipo de ação, retratada, dramatizada e explicitada através da escrita da história, poderia ser uma perspectiva adequada à potencialização e reorganização – no sentido do “progresso” - do presente do Brasil.

Deste lado do mar, após tanto deslumbramento e tanto bulício afanoso de ambição e loucura – e como para atestar a peregrinação do espírito criador libertado dos interesses e acidentes humanos – de todo este passado apenas resta uma quase ruína que é uma obra de arte, a obra de Aleijadinho, escultor e arquiteto. [...] Não lhe perturbava o gênio inculto nenhum ensinamento de academias ou de mestres; a sua obra surgiu e viveu na espontaneidade da imaginação criadora, sem nenhuma deformação (PRADO, 1928, p. 101-102).



Novamente destaco aquilo que o autor aponta como o que deve ser valorizado no passado: a capacidade de uma sociedade exercer sua coletividade de forma orgânica e acentuada, ao mesmo tempo, de não sufocar a individualidade criativa e a potencialidade dos sujeitos. Seu texto indica que tanto excessos coercitivos da coletividade, como a burocracia, quanto os exageros do individualismo, podem levar à insociabilidade e gerar a decadência social e civilizacional. Entre tantos outros, o seguinte argumento pode ser tomado como exemplar: “a essa verdadeira pandemia” de cobiça pelo ouro, escaparam “os parasitas sedentários da burocracia metropolitana [...] pela estupidez vegetativa dos governos coloniais, capitães-mores, fidalgotes, desembargadores, ouvidores, bispos, toda a complicada máquina administrativa que já começara a sugar a energia do velho Portugal” (PRADO, 1928, p. 77).

O autor de *Retrato do Brasil* julga que, apesar disto, as ações dos jesuítas teriam inserido alguns elementos os quais poderiam equilibrar o “excesso” de liberdade e individualidade, provocando algo como a coletividade, moderação, organização administrativa, trabalho, ética e “moralidade”. Nos impulsos libertários da Renascença, “contra essa tendência revoltada se formou a Companhia de Jesus, tendo como uma das suas bases fundamentais a Obediência. É o que explica a longa luta dos colonos no Brasil contra os jesuítas” (PRADO, 1928, p. 123).<sup>58</sup> Porém, não tiveram capacidade suficiente para moldar a sociedade, já que os seus valores não foram eficientes para combater a “luxúria” e a “cobiça” que intensificavam o “egoísmo”:

Aqueles, pelo derivativo da fé missionária, em que no desenfreamento das paixões do Novo Mundo o jesuíta representou o poder moderador, o elemento de cultura moral, de exaltado misticismo com que aqui chegaram os primitivos missionários de Coimbra e Évora. [...] Passados os tempos primitivos e apostólicos em que desembarcaram com Thomé de Sousa os primeiros padres, a ação da Companhia, amoldando-se à forma da sociedade, à rebeldia dos insubmissos, foi sempre

58 Trata-se da primeira nota de seu livro (PRADO, 1928, p. 123).



ativa, direta, constante, exercendo-se em cada família, em cada indivíduo para ser eficaz sobre a coletividade. O que foi a luta contra os interesses, as ambições, a devassidão da sociedade, a cobiça dos colonos, indica-o perfeitamente a crônica das dissensões entre piratininguanos (sic), maranhenses e os padres, quando as incursões [destes três últimos] a pretexto da defesa do índio e de catequese, se transformaram em expedições escravocratas procurando o gentio como objeto de comércio (PRADO, 1928, p. 77-78).

Do mesmo modo, a valorização da capacidade de não se submeter a estruturas corrompidas e de não perder de vista a possibilidade de transformação e adaptação, ou melhor, a plasticidade, “emerge como indivíduo que valoriza uma intervenção, individual ou coletiva, onde possa ser deslumbrada uma ação juvenil e contestadora” (GAIO, 2008, p.85). Aqui também surge a importância da rebeldia, da liberdade, da individualidade e da “insubmissão à tirania” como nas páginas nas quais analisou a colonização dos Estados Unidos e seu aparente sucesso social e político. A valorização dos elementos deste passado pode ser percebida em diversos momentos de seu ensaio. A partir de relatos de Thomé de Souza, o autor se refere aos filhos do Português João Ramalho com mulheres de etnias indígenas. Estes, para Prado, se tornaram chefes de expedições e eram exemplos eminentes do que ele chama de “linhagem mestiça” (PRADO, 1928, p. 107-109).<sup>59</sup>

O terceiro, tronco de grande linhagem mestiça, foi João Ramalho, patriarca dos campos de serra-acima na capitania de São Vicente. Dele escreveu Tomé de Sousa ao rei de Portugal: “tem tantos filhos e netos bisnetos e descendentes délies ho nom (sic) ousou dizer a V. A. nã tem cãa (sic) na cabeça nem no rosto e anda nove leguas a pé antes de yantar (sic). Foi o ascendente por excelência dos mamelucos paulistas que viriam a exercer tão grande influência na história do Brasil; foi o antepassado típico, como o descreve o primeiro governador, do antigo piratiningano (sic), fisicamente forte, saudável, longevo, desabusado

59 Prado compreende haver igualdade de capacidade entre o que era entendido como “raças”. Mas é necessário apontar certos matizes: sobre o indivíduo mestiço entre o indígena e o branco, Prado acredita que existem grandes qualidades, apesar de “certa fraqueza física” após muitas gerações. Também pensa que “a mestiçagem do branco e do africano ainda não está definitivamente estudada. É uma incógnita” (PRADO, 1928, p. 107-109).

e independente, resumindo as qualidades com que dotou gerações e gerações de descendentes (PRADO, 1928, p. 28).

O próprio português, anteriormente ao encontro com o ambiente “propício aos excessos”, possuía características fundamentais às novas experiências modernas:

O português heroico do século XV ‘fragueiro, abstinente, de imaginação ardente, propenso ao misticismo’, que criou o tipo perfeito de homem - aventureiro, audacioso e sonhador, livre, sem rebuços nem eufemismos de linguagem, como imaginamos os que pintou Nuno Gonçalves no retábulo de São Vicente.

Ainda sobre a valorização de elementos que compõem um dos dois polos da tensão sentimental necessária ao homem em sociedade, Prado discorre que os bandeirantes, de muitas vezes idealizados e heroicizados pelo autor (já que produziram violências brutais contra os povos originários), teriam uma “fortaleza física apurada pela endogamia e seleção num meio propício”, onde [...] no anseio do enriquecimento cometeram todos os crimes que os homens dessa época praticavam para a satisfação de suas paixões”, mas “representam, porém, uma força de heroísmo anônimo e individualista, decisiva na integração do território (PRADO, 1928, p. 78-79). Suas aptidões “conservavam, como desde os tempos piratininganos, os traços característicos da sua formação: Interesse, Dinamismo, Energia, Curiosidade, Ambição”, o que nos traz, mais uma vez, características entendidas como substantivas e protagonistas, compondo uma espécie de economia sentimental (PRADO, 1928, p. 105). É preciso pontuar: no interior deste fenômeno do Estado-Nação, que quer aglutinar e homogeneizar identidades e etnias em um determinado território, a busca por heróis nacionais, pela mitificação de passados e sujeitos, era uma preocupação de primeira ordem, a qual queria motivar outros sujeitos a emular algum determinado comportamento considerado interessante para a identidade nacional unívoca.

A respeito de um bandeirante específico, Antônio Raposo Tavares, escreve que “os seus crimes, que [Padre Antônio] Vieira assinala, não deslustravam o valor da façanha, ‘uma das mais notáveis

que até hoje se tem feito no mundo” (PRADO, 1928, p. 85). E insiste um pouco mais: “heróis de uma heroicidade instintiva, cotidiana e desordenada, farejando os sertões para que outros se aproveitassem da caça”, de modo que “ao bandeirante em geral bastavam a sua resistência física e a teimosia insistente e impulsiva que o empurrava sempre para mais longe” (PRADO, 1928, p. 86-87).

Acerca dos “mamelucos”, e também sobre esta determinação que é a do ímpeto, da aventura, discorre que “na independência do caráter, na repugnância pela adulação ao branco, mostravam a nobreza pela ascendência livre dos dois lados” e “o índio domesticado [ideia eurocêntrica, sinônimo para o autor de ‘não selvagem’ ou ‘civilizado’] era em geral, com as suas virtudes conhecidas, o sertanejo, corajoso, sincero, generoso, hospitaleiro – o tipo clássico da caatinga do nordeste”.<sup>60</sup> Citando Capistrano de Abreu, Prado avalia que havia na sociedade, em geral, “manifestações coletivas sempre passageiras” devido à falta da solidariedade e da “cooperação tão própria do antepassado indígena; disseminadas pelos sertões, de Norte a sul, as virtudes ancestrais: simplicidade lenta na coragem, resignação na humildade, homens sóbrios e desinteressados, doçura das mulheres” (PRADO, 1928, p. 150). Nota-se que, no moralismo de Prado, os valores que escolhe como ideais nos sujeitos, especialmente nos povos originários, são cristãos e conservadores, portanto, mais uma vez, etnocêntricos.

E, novamente, a respeito da miscigenação, escreve que (PRADO, 1928, p. 192-193)<sup>61</sup>: “o mestiço brasileiro tem fornecido indubitavelmente à comunidade exemplares notáveis de inteligência, de cultura, de valor moral” (PRADO, 1928, p. 192). Mesmo que imbuído de

60 Utilizava categorias como: “selvagem”, “silvícola”, “incivilizado”, “bravio”, “indomesticado”, termos etnocêntricos, preconceituosos e discriminatórios.

61 De modo nada incomum a esta historicidade e segundo à cientificidade da época, para Prado há alguma dúvida se a miscigenação provocaria alguma debilidade física: “por outro lado, as populações oferecem tal fraqueza física, organismos tão indefesos contra as doenças e vícios, que é uma interrogação natural indagar se esse estado de coisas não provém do intenso cruzamento das raças e sub-raças.” É interessante notar que Manoel Bomfim apontava desde seu ensaio de 1905 que a “fraqueza” dos indivíduos não estava associada a explicações racialistas, mas ao descaso do Estado no que tange às necessidades sociais, especialmente à educação. Querino manifestou a mesma ideia (PRADO, 1928, p. 192-193).



diversos preconceitos e reproduzindo ideias racialistas, a princípio, o autor não consegue se convencer do que seriam incapacidades étnicas tão próprias às teorias racialistas, desenvolvidas pelos europeus no final do século XIX e início do século XX, mas sim uma série de problemas éticos e afetivos constituídos a partir dos costumes e da consequente cultura afetiva da cobiça, luxúria e posterior tristeza. Estes foram causados pela falta de equilíbrio entre os atributos sociais e políticos, ou seja, problemas constituídos histórico-socialmente. Para ele, a escravização também debilitou, por gerações, a possibilidade das mulheres e homens negros exercerem suas potencialidades.

Criou-se um ambiente propício ao abuso dos “vícios”, da luxúria e da cobiça intensificados, segundo o ensaísta, pelo Romantismo. Em seu entendimento, este movimento viria a enfatizar este ambiente de exacerbação individualista. Sobre o que compreende como abusos Românticos “caracterizaram-na [a ‘infecção’ do romantismo] dois princípios patológicos: a hipertrofia da imaginação e a exaltação da sensibilidade” (PRADO, 1928, p. 97). Apesar destas duras críticas, para o autor, a expressão *Romantismo* possui uma dualidade que o define como o “do sentimento” e “o da inteligência”: “um é o sinônimo de lirismo e de pessimismo, o segundo, ao contrário, é uma afirmação de generosidade, de ardor, de fé no inesgotável poder do espírito humano” (PRADO, 1928, p. 156-157). Logo, parece, ao menos nesta passagem, acreditar haver algo de prestigioso neste movimento intelectual. No entanto, com exceção deste breve momento, Prado acaba direcionando avaliações duras ao *Romantismo*.

Uns o contrapõe ao classicismo, representativo dos sentimentos da ordem, da lógica, do homogêneo, do abstrato, da razão, da clareza em oposição às tendências concretas de fato e de vida, de tradição e de movimento que caracterizam, para assim dizer, a estrutura básica do pensamento e sensibilidades românticas. Para outros, o romantismo é simplesmente uma atitude ou um modo de ser de uma época turva e revoltada reagindo contra as antigas disciplinas que insistiam sem resultado em abafar a ânsia de independência, tão peculiar as multidões libertadas do fim do século XVIII (PRADO, 1928, p. 156).



Suas ironias a respeito da oposição dos *Românticos* aos elementos do classicismo demonstram, para o ensaísta, como “ao começar o século da independência, manifestou-se, como uma doença, o mal romântico” (PRADO, 1928, p. 88).<sup>62</sup> Outro ponto importante nessa direção é a ideia de que o trabalho de Rousseau foi o centro do ideal “Romântico”.

A fórmula é conhecida: tudo no romantismo vem de Rousseau, em Rousseau tudo é romântico. Dele vem em literatura o egocentrismo sentimental e exibicionista, o sonhar inútil e solitário, o orgulho e o espírito de revolta que deram um cunho tão peculiar às gerações atraídas pela sedução do cidadão de Genebra. Não é menor, porém, a sua influência na história política do mundo. Da sua grandiloquência nasceram os lugares-comuns que deram à Revolução francesa a sua empolada fraseologia. [...] Inventou-se a retórica política. O mundo ia embriagar-se com palavras. Quarenta anos depois irrompia a Revolução e antes a América já tinha iniciado a sua libertação (PRADO, 1928, p. 157-158).

Prado critica a obra de Rousseau e dos *Românticos* como propagadores de uma espécie de sofisma da eloquência que inflamou e intensificou os excessos da “liberdade” no século XVIII e XIX, excessos que de algum modo já marcariam a colonização do Brasil. Segundo o paulistano, Rousseau era lembrado como aquele que, através de suas reflexões sobre a liberdade, teria induzido os territórios colonizados aos processos de independência, tão necessários ao desenvolvimento da “civilização”. No entanto, Prado acredita que tais movimentos já estavam em curso muito antes dos trabalhos de Rousseau serem publicados. E frequentemente insiste que o “pessimismo” romântico seria o elemento catalisador, a característica que teria ressaltado a “indolência”, a “fatalidade”, a “passividade”, o “hedonismo”, a “descrença”, a “tristeza”:

[...] as ilusões poéticas, o mau gosto artístico e literário, a divinização da Palavra, todo o divórcio entre a realidade e o artifício, que é, em suma, a própria essência do mal romântico.” [...]

62 Mais do que uma característica a ser valorizada no Romantismo, este elemento “da inteligência” surge no texto de Prado como uma exacerbação da “ânsia de independência” própria ao século XVIII (PRADO, 1928, p. 88).

No Brasil, do desvario de nossos poetas e da altiloquência dos nossos oradores, restou-nos o desequilíbrio que separa o lirismo da positividade da vida moderna e das forças vivas e inteligentes que constituem a realidade social. Hipertrofia da imaginação e da sensibilidade, e pela lei das reações em que todo excesso se paga, misantropia e pessimismo. São dois característicos do mal do século. O romântico adora a própria dor. É a fonte mais abundante da sua inspiração (PRADO, 1928, p. 97-99).

Também há aqui um argumento de ordem freudiana, que acredita que os excessos desequilibram e debilitam os organismos sociais, e encontram a “misanthropia e o pessimismo” como resultado da insaciabilidade dos vícios.

Os fenômenos de esgotamento não se limitam as funções sensoriais e vegetativas; estendem-se até o domínio da inteligência e dos sentimentos. Produzem no organismo perturbações somáticas e físicas, acompanhadas de uma profunda fadiga, que facilmente toma aspectos patológicos, indo do nojo até o ódio (PRADO, 1928, p. 121).

É a partir destes argumentos do autor que caracterizamos a atitude *melancólica* de Paulo Prado: a necessidade de agir mesmo frente a tribulações consideradas quase ou mesmo impossíveis de solucionar. Apesar da constatação das dificuldades aparentemente intransponíveis e constantes, intensificadas pelo que chamamos de aceleração temporal, há uma tensão, uma necessidade em criar uma estratégia pragmática.

Novamente, esta estratégia oscila no que tratamos aqui como efeitos de sentido e de presença, no esforço para chamar atenção do leitor à necessidade da ação e de certo movimento em direção à certa transformação ou reorganização. Deste modo, podemos afirmar que Prado é um tipo *melancólico*, mas também, e por ser *melancólico*, é crítico do pessimismo, da passividade e das consequências que sua intensificação poderia continuar a instigar. Ou melhor, esta cultura afetiva pessimista permaneceria a sustentar a misantropia e a estagnação frente a uma sociedade e a uma política que necessitariam de uma

reorganização urgente, e isto a partir do que entendia ser eticamente adequado. Na constatação de seus argumentos, seu ensaio parece querer inquietar, polemizar, evidenciar urgências.

Na luta entre estes apetites – sem outro ideal, nem religioso, nem estético, sem nenhuma preocupação política, intelectual ou artística – criava-se pelo decurso dos séculos uma raça triste. A melancolia dos abusos venéreos e a melancolia dos que vivem na ideia fixa do enriquecimento – no absorto sem finalidade destas paixões insaciáveis – são vincos fundos na nossa psique racial, paixões que não conhecem exceções no limitado viver instintivo do homem, mas aqui se desenvolveram de uma origem patogênica provocada sem dúvida pela ausência de sentimentos afetivos de ordem superior. Foi na exaltação desses instintos que se formou a atmosfera especial em que nasceu, viveu e proliferou o habitante da colônia. Do enfraquecimento da energia física, da ausência ou diminuição da atividade mental um dos resultados característicos nos homens e nas coletividades é sem dúvida a propensão melancólica (PRADO, 1928, p. 123).

Em suma, uma das teses principais de Prado é a de que a história acaba sendo fundamental no que diz respeito à constituição moderna de um “povo”, de uma “nação” de um Estado, legando as populações as quais se refere possibilidades psicológicas, comportamentais e de ações. Como conclusão de sua tese de perspectiva freudiana, a tristeza é resultante de dois vícios: “Luxúria, cobiça: melancolia. Nos povos, como nos indivíduos, é a seqüência de um quadro de psicopatia: abatimento físico e moral, fadiga, insensibilidade, abulia, tristeza” (PRADO, 1928, p. 124-125). Quando não há uma combinação minimamente adequada entre elementos dicotômicos como liberdade, individualidade, insurgência contra excessos da autoridade e, por outro lado, governo, administração, instituição - religião, Estado, trabalho - (PRADO, 1928, p. 101), coletividade, obediência, o resultado muito provavelmente será, para o paulista, a “insociabilidade”, o baixo nível de desenvolvimento da sociedade e/ou a “tirania”. Para Prado, é preciso compreender esta relação através da história, e tentar intervir em seus efeitos considerados despotencializadores, também através da escrita reflexiva e afetiva da história.



Em seu ensaio, no percurso das narrativas dos processos históricos de constituição do Brasil, os poucos elementos administrativos convenientes (representados pelos jesuítas) e as características potentes dos indivíduos e grupos que constituíam a população (indígenas, africanos, europeus, “mestiços” e seus descendentes) não foram suficientes para suprimir o individualismo e a liberdade “exacerbada”. Esta exacerbação também foi gerada pela luxúria e pela cobiça, posteriormente destacadas e intensificadas pelo Romantismo. Lembramos que, para o autor, os bandeirantes (em geral, homens miscigenados) possuíam muitas qualidades semelhantes àquelas que caracterizaram os primeiros colonos dos Estados Unidos, porém, o que está em questão aqui é justamente a falta dos atributos de governança que os levaram ao “egoísmo” e à “insociabilidade”. Com isto, o autor de *Paulística* entende que generalizou-se a misantropia e, simultaneamente, a letargia, ou seja, a abstenção da ação e o desânimo.

Em seu *post-scriptum* fica clara a atitude *melancólica* do autor a partir da qual, mesmo diante de tamanhos obstáculos, é preciso apontar para alguma possibilidade de transformação da realidade, da história do Brasil. Haveria, de acordo com Prado, duas alternativas radicais que pareciam próximas ao seu mundo – a guerra ou a revolução - e que, se fossem levadas a cabo, produziriam mais aceleração e instabilidade, mas em seguida, poderia haver alguma probabilidade de uma reordenação positiva da sociedade.

Prado acredita que estas duas resoluções talvez pudessem criar formas de superar parte da experiência negativa do passado brasileiro e, em seguida, reorganizar as formas mentais e do agir de uma sociedade. Para isto seria necessário, antes de tudo, uma reestruturação mínima no sentido do “progresso”, de alguma reorganização da tensão entre a individualidade e a coletividade. É importante reafirmar que o ensaísta caracteriza estas alternativas - a “guerra” e ou a “revolução” - como formas extremas de violência, e, portanto, não se coloca em defesa delas, mas se posiciona em direção a uma saída a partir

da investigação, explicitação e intensificação de determinadas dimensões históricas que produzam certo ordenamento segundo seu norte ético-afetivo. Mais uma vez, através de suas estratégias de produção de presença e de sentido, ambas, ético-políticas, trata sensorial (imagética) e descritivamente destas duas possibilidades:

A Guerra, em toda a história, tem sido a terrível reveladora de capacidades que a rotina, a inveja, o egoísmo e a defesa natural dos açambarcadores de posições de mando, encobrem, afastam, anulam. Os novos, os pobres, os esquecidos, os oprimidos surgem quando se ateia nas cidades e nos campos o fogo devastador das invasões; é quando se abre o período das falências governamentais. O herói providencial é uma criatura das vicissitudes da guerra. Vem muitas vezes das camadas profundas do povo onde o vão encontrar as necessidades da salvação pública. [...] A Revolução virá de mais longe e de mais fundo. Será a afirmação inexorável de que quando tudo está errado, o melhor corretivo é o apagamento de tudo o que foi mal feito. A humanidade, acordando do falso sossego da ante-guerra (sic), encaminha-se aos poucos para modificações radicais que lhe transformarão não só o aparelho político e financeiro como também a própria essência mental. Procede-se nesta grande crise – a maior certamente de que se tem conhecimento a memória dos homens – à revisão dos antigos valores materiais e espirituais, até hoje consagrados, e pelos quais se bateram durante séculos Ocidente e Oriente. Entram em luta de vida ou morte os mais variados “ismos” com que nunca sonhou a filosofia humana (PRADO, 1928, p. 119-120).

Para o autor, o desatar da imobilidade é um elemento necessário à própria história, é a “ânsia de renovação que é a própria pulsação vital da história” (PRADO, 1928, p. 120). Porém, é importante compreender a conclusão de seu esforço estético-afetivo de caráter ético-político, onde Prado, através dos “horrores” das possibilidades da guerra, da revolução e dos vícios da insociabilidade e individualidade que teriam sido legados pelo nosso passado, tenta provocar no leitor a incontestável, desesperada e urgente necessidade de investir nos cuidados necessários ao enfrentamento dos problemas da sociedade e da política (talvez antes da “guerra” ou da “revolução”).

Fica estabelecido que, para ele, a guerra ou a revolução podem irromper apenas se não houver o cuidado devido.

Apontar as faltas éticas, o egoísmo, a insociabilidade e outras insuficiências formativas no passado e no presente, e ainda a possibilidade de o mesmo ocorrer no futuro, diz respeito a esta disposição *melancólica* e crítica de Paulo Prado. Torna-se evidente que em *Retrato do Brasil*, o conhecimento acerca do passado, a sua manutenção como referencial, é de suma importância para a reflexão e ação ética e politicamente orientada. Ainda mais frente a adversidades talvez intransponíveis e, portanto, no interior e a partir de um clima do que foi definido aqui como *melancólico*. Para a intensificação ou redução da distância entre perspectivas passadas, se torna central uma argumentação mais lógico-formal, mas também a presentificação do passado. Ou ainda, há aqui a centralidade do esforço em produzir no leitor uma experiência sensorial e afetiva a respeito de determinados passados a serem recusados ou reabilitados.

5

**ASPECTOS  
DA HISTORICIDADE:**

*O Retrato do Brasil*  
tematizado em periódicos

## CAMINHOS E ESCOLHAS NO ESTUDO DOS PERIÓDICOS QUE ABORDARAM O *RETRATO DO BRASIL*

Longe de uma história da recepção, iremos refletir a respeito das possibilidades da historicidade própria à escrita e leitura do ensaio de Paulo Prado a partir dos periódicos (jornais, revistas, almanaques, etc.) que abordaram muitas das suas questões. Os periódicos aqui estudados foram consultados na web, no interior da plataforma da Biblioteca Nacional. Buscamos na hemeroteca as ocorrências das categorias “Retrato do Brasil” e “Paulo Prado Retrato do Brasil”, utilizando os recortes de 1920-1929 e 1930-1939. Estes recortes foram escolhidos devido à forma como a plataforma disponibiliza automaticamente em sua busca, sempre a partir de grupos de décadas (1910-1919; 1920-1929; 1930-1939; etc.). A hemeroteca da Biblioteca Nacional também permite escolher o local e periódico específico no qual o pesquisador quer rastrear suas categorias. Nestas seções procuramos por todas as localidades e periódicos disponíveis a partir dos recortes escolhidos no banco de dados.

Na busca a partir do recorte 1920-1929, foram disponibilizados vinte e sete localidades e quatrocentos e setenta e seis acervos de jornais, revistas e almanaques específicos para a pesquisa, cada um com muitos periódicos importantes para nosso estudo. Obtivemos cento e vinte e um resultados através da categoria “Retrato do Brasil” e dezesseis ocorrências com “Paulo Prado Retrato do Brasil”. A busca entre 1930-1939 resultou em vinte e sete localidades e trezentos e noventa e oito títulos. A partir disto encontramos trezentos e trinta e três ocorrências da categoria “Retrato do Brasil” e quatorze na busca por “Paulo Prado Retrato do Brasil”. Deste modo, o recorte foi traçado entre 1928 (ano da publicação da primeira edição do *Retrato do Brasil*) e 1939.

No interior da pesquisa, pudemos vislumbrar os mais diferentes periódicos e certa variedade de lugares (a maioria dos jornais sediados no Rio de Janeiro), onde se realizaram debates, reflexões, leituras e representações do ensaio e suas temáticas ou onde ele foi, ao menos, mencionado. São eles: *Movimento Brasileiro: Revista de Crítica e Informação* (Rio de Janeiro; uma ocorrência); *Jornal do Brasil* (Rio de Janeiro; sete ocorrências); *Correio da Manhã* (Rio de Janeiro; dezenove ocorrências); *Gazeta de Notícias* (Rio de Janeiro, três ocorrências); *O Jornal* (Rio de Janeiro; dezessete ocorrências); *Jornal do Commercio* (Rio de Janeiro; oito ocorrências); *O Campo* (Rio de Janeiro, uma ocorrência); *Movimento: Revista de Crítica e Cultura* (Rio de Janeiro; três ocorrências); *A.B.C.: Política, Actualidades, Questões Sociais, Lettras e Artes* (Rio de Janeiro; seis ocorrências); *Diário Carioca* (Rio de Janeiro; cinco ocorrências); *O Paiz* (Rio de Janeiro; cinco ocorrências); *O Imparcial* (Rio de Janeiro; uma ocorrência); *Boletim de Eugenia* (Rio de Janeiro, uma ocorrência); *A Ordem* (Rio de Janeiro; quatro ocorrências); *Crítica* (Rio de Janeiro; uma ocorrência); *A Cigarra* (Rio de Janeiro; duas ocorrências); *A Manhã* (Rio de Janeiro; cinco ocorrências); *Fon Fon: Semanario Slegre, Político, Crítico e Espusiante* (Rio de Janeiro; duas ocorrências); *A Noite* (Rio de Janeiro; três ocorrências); *Publicações do Archivo Público Nacional* (Rio de Janeiro; uma ocorrência); *Diário de Notícias* (Rio de Janeiro; quatro ocorrências); *Diário da Noite* (Rio de Janeiro; duas ocorrências); *Hierarchia*, (Rio de Janeiro; uma ocorrência); *Vamos lêr!* (Rio de Janeiro, três ocorrências); *Brazileia* (Rio de Janeiro; uma ocorrência); *O Malho* (Rio de Janeiro; uma ocorrência); *Diretrizes: Política, Economia, Cultura* (Rio de Janeiro; três ocorrências); *Revista O Que Há* (Rio de Janeiro; uma ocorrência); *Jornal Pequeno* (Recife; uma ocorrência); *Diário de Pernambuco* (Recife; nove ocorrências); *A Província* (Recife; uma ocorrência); *Alagoas: Mensário Ilustrado* (Alagoas; duas ocorrências); *O Matto-Grosso* (Cuiabá; uma ocorrência); *A República* (Curitiba; uma ocorrência); *Diário da Tarde* (Curitiba; uma ocorrência); *A Federação* (Porto Alegre; uma ocorrência); *O Estado* (Florianópolis; uma ocorrência); *Vida Capichaba* (Vitória, uma ocorrência); *Verde: revista de arte e cultura* (Cataguases; uma

ocorrência); *O Triângulo* (Araguari; uma ocorrência); *Notícias* (São Luís do Maranhão; uma ocorrência); *Correio Paulistano* (São Paulo; quatorze ocorrências); *Diário Nacional: a democracia em marcha* (São Paulo; oito ocorrências); *Ilustração brasileira* (São Paulo; uma ocorrência); *O Clarim* (São Paulo; uma ocorrência); *Moscone: Operazioni di Credito Commerciale Agricolo e Popolare* (São Paulo; uma ocorrência); *Correio de São Paulo* (São Paulo; uma ocorrência).

Selecionamos cento e sessenta e dois periódicos, onde cento e quarenta e nove contemplam nosso recorte. Entre eles, verificamos a relevância do conteúdo de cada uma das ocorrências, de modo que nos dedicaremos a algumas das que foram consideradas mais adequadas e interessantes para este trabalho.

## OLHARES SOBRE O RETRATO: DISCUSSÕES E NARRATIVAS ACERCA DO TEXTO DE PRADO

Para Oswald de Andrade (1890-1954), o impacto causado por *Retrato do Brasil* acabou por abalar certa letargia, “acordou muita gente”. Oswald escreve que quase foi linchado por dizer que Prado era o melhor escritor brasileiro vivo, se referindo somente à geração de Prado, não querendo, com isso, “tirar a tranquilidade de Mario” como o maior escritor do Brasil (ANDRADE, 1929, p. 2). O “Retrato do Brasil” seria, inclusive, como que um “glossário histórico de Macunaíma”, livro de Mário de Andrade dedicado a Prado e lançado no mesmo ano, 1928 (ANDRADE, 1929, p. 2).

Andrade salienta que a documentação recolhida por Prado o auxilia na constituição de argumentos, no entanto, a análise do Brasil a partir de certas compreensões morais nos dois primeiros capítulos seria um erro: “nota-se que o ‘Retrato do Brasil’ nesse capítulo é a repetição

de todas as monstruosidades de julgamento do mundo ocidental sobre a América descoberta” (ANDRADE, 1929, p. 2). Prado se basearia em certo pensamento missionário, numa moralidade cristã, a qual julgaria outros fenômenos históricos e culturais de forma autocentrada, juízo que, segundo Oswald, teria perdido sua validade na contemporaneidade. Tais perspectivas de Prado seriam aquelas que orientaram sua crítica intensa à “luxúria”. Nomeando o ensaio como “pré-freudiano”, Oswald critica o argumento de que a liberdade sexual intensa acarreta determinadas patologias sociais. Menciona, inclusive, que a perspectiva da autonomia moral e do intelecto seriam marcas da própria trajetória pessoal de Prado e, portanto, o moralismo do seu livro é incoerente:

Atribuo à preguiça aristocrática do autor de ‘Paulística’ as conclusões opostas à alta liberdade moral e intelectual professada a vida toda por ele. Há mesmo violentos choques entre a verdade documentada e o julgo emitido”. “Estou convencido de que a orientação de ‘Retrato do Brasil’ é em parte uma homenagem ao nosso ‘meio culto’ representado com certeza por Capistrano de Abreu. Creio mesmo, que o respeito ao grande historiador pátrio foi que prendeu Paulo Prado de um modo tão violentamente sentimental à tese francamente missionária e catequista em que ele se aventura (ANDRADE, 1929, p. 2).

Ao indicar os aspectos estéticos do ensaio, o escritor e dramaturgo critica o *Romantismo*, tal como Prado. No entanto, afirma que o próprio autor de *Retrato do Brasil* incorreria em equívocos românticos. Oswald aponta este movimento intelectual como uma perspectiva que “manchou” o que ele entende como “essa poesia bem nossa, bem antropofágica que hoje vitoriosamente invade todos os grupos humanos [...]”. Poética antropofágica na qual, inclusive – e de alguma forma - o *Retrato do Brasil* se enquadraria (ANDRADE, 1929, p. 2). Ainda sobre o movimento mais dedicado ao que chamamos de uma produção de presença no ensaio de Prado, Oswald a retrata como uma composição que, em seu esforço descritivo, possui grande vitalidade ao tornar presente a natureza, os ambientes, as cores, os quadros históricos e os corpos humanos aos quais se refere. E isto também através de um suporte documental, ou ainda, no interior também de sua preocupação com o que seria certa verossimilhança (no campo do que chamamos de sentido):

O “Retrato do Brasil” tem passagens lindas. As descrições das matas do Norte nos transportam para elas e para os momentos integrais da nossa natureza bruta e sensual. Os quadros da vida de luxo de senhores, escravos negros e índios, os séquitos, as procissões, os corpos nus sob a cambraia caseira, tudo isso bem documentado, bem pintado, bem vivido, é um hino que fura qualquer invólucro de falso pessimismo e agente sente em cada página assim colorida o arrimo histórico de “Macunaíma” (ANDRADE, 1929, p. 2).

Oswald de Andrade também parece acreditar que as adversidades enfrentadas no período colonial proporcionariam um peso histórico no presente. O crítico lamenta que a imagem positivada do português em certos momentos como um povo virtuoso (mesmo que anteriormente à colonização), seja a forma como Prado descreve os colonizadores, especialmente no início do seu livro. Para ele, o verdadeiro “mal do Brasil” estaria na colonização portuguesa, ou citando uma passagem do próprio Prado, acredita que os problemas teriam surgido quando “veio-nos em seguida o português da governança e da fradaria”. No interior da provocação de Oswald, a colonização portuguesa seria um processo desastroso em si, sem quaisquer elementos a serem positivados.

É interessante mencionar que, já nesta data de 1929, Oswald de Andrade e Mario de Andrade haviam erodido a amizade que possuíam. Segundo Leandro Garcia, isto aconteceu em parte devido às duras críticas que Oswald de Andrade fez ao trabalho de Prado, que foi um grande financiador e articulador de eventos (como a semana de 1922) e publicações associadas ao movimento modernista. Além disso, Garcia menciona que Oswald de Andrade, em publicações nos periódicos da época, também criticou duramente a obra de Mario de Andrade e, pejorativamente, insinuou constantemente acerca da homoafetividade do autor de *Macunaíma* (1928) (RODRIGUES, 2010).

Em *O turista aprendiz*, Mario de Andrade (1893-1945) escreve através de descrições, metáforas, analogias e epifanias, produzindo um texto mais propriamente inclinado a isto que seria o que chamamos de *produção de presença*. Deste modo, inicia dizendo que anda

“misturando” tanto as coisas, que “[...] deixei de ser um indivíduo compreensivo para me tornar essencialmente, unicamente mesmo, sensitivo” (ANDRADE, 1929, p. 8). O poeta parece querer insinuar que Prado, mesmo sendo um homem mais prático em seu cotidiano, teria tido uma atitude sensitiva similar na escrita de seu ensaio.

Esta história de raciocinar durante a sensação dá no caso daquele que não quero nomear mas, tomando outro dia Whisky, com água de coco, bebidinha santa! –me falou:

-Paulo Prado não tem razão não! Então o Brasil não há de ser grande como uma bebida dessas!...

É uma burrada esplêndida. Tenho, aliás, achado muita graça na reação patrioteira que o livro de Paulo Prado causou. O ‘Retrato do Brasil’ está sendo lido e relido por todos. E comentado. Comentado pra atacar. Inda não topei com ninguém que concordasse com o livro. Isso me diverte porque toda a gente ataca a letra deste trabalho tão sutil e acaba concordando, com o espírito dele. Acham que o livro é ruim, o Brasil não é só aquilo, a sensualidade não entristece ninguém, o brasileiro não é triste, mas com palavras diferentes o que todos acham mesmo é que “o Brasil vai mal” (ANDRADE, 1929, p. 8).

Mario de Andrade afirma que há uma grande ironia no aparente compromisso patriótico daqueles que detratam o livro de Prado, já que estes mesmos acreditam que o país “não anda bem” (ANDRADE, 1929, p. 8). Tal ataque e descompromisso parecem estar alheios às perspectivas pragmáticas de ordem ético-políticas, as quais sustentam a compreensão do ensaísta acerca da tristeza brasileira. Dito de outro modo, o autor de *Macunaíma* aponta que as compreensões históricas de Prado, e suas conclusões soturnas, são provocações que querem chamar a atenção para problemas e limites próprios ao seu tempo, especialmente ao Brasil. Mario de Andrade sublinha que, mesmo que próximas de um pessimismo, as críticas e posições de Prado pretendem provocar à ação.

Paulo Prado é uma inteligência fazendeira prática. Fazendeiro sai na porta da casa, olha o céu, pensa: vai chover. Chama o administrador e fala:

-Vai chover. Ponha os oleados no café.

Pouco importa que o céu esteja puro, fazendeiro sentiu que ia chover. Pouco importa que chova ou não (e no geral chove mesmo) o importante é que se chover o café esteja coberto. Foi o que Paulo Prado fez. A moral do “Retrato do Brasil” é bem unicamente essa:

- “Vai chover” (ANDRADE, 1929, p. 8).

Mesmo que esteja equivocado em alguns momentos ou em parte das suas conclusões tão polêmicas acerca de uma “tristeza” generalizada ou da própria proximidade da “guerra” e da “revolução”, o *Retrato do Brasil* seria, de acordo com Mário, um alerta para incomodar, refletir, tentando evitar tais consequências, ao menos as mais extremas e violentas. Para Mário de Andrade, pouco importa se as conclusões de Prado eram acertadas, o importante era escrever algo que inquietasse, tentando produzir e sentir o clima daquele presente por intermédio do passado. Com isto, estaria se atentando para a necessidade da ação no que diz respeito a certos problemas historicamente constituídos: um descompasso em relação ao “progresso” e que poderia intensificar mais insociabilidades. Em sua preocupação em fundamentar e produzir interpretações a respeito do passado, também foi central realizar uma reflexão sobre o presente mediante a tematização da história.

É melhor agente afirmar, apesar de todos os desenganos que Santo Amaro é o chovedouro (sic) de S. Paulo do que ler nos jornais as profecias e conselhos do Observatório. Está chovendo pro lado de Santo Amaro: saio de capa. Franqueza: está ridícula a reação contra o ‘Retrato do Brasil’. Toda a gente vai reagindo contra a credice prática dos chovedouros (sic) populares, reconhece que vai chover mais sai sem capa por causa das teorias. E inda acham que Paulo Prado é que tem tese!... Têm tese são esses! Ao passo que pra Paulo Prado que conheço, prático e com quem comentei o ‘Retrato do Brasil’, pouco importa que chova ou não. O importante era sentir, afirmar e prevenir: “vai chover” (ANDRADE, 1929, p. 8).

Mário de Andrade cria um aforismo, aproximando os avisos de um possível futuro catastrófico feitos no ensaio de Prado com a tentativa popular de prever uma chuva que pode gerar prejuízos. Para o autor de



*Macunaíma*, ainda que estejam disponíveis análises científicas e objetivas acerca do comportamento das chuvas, onde muitos podem “ler nos jornais as profecias e conselhos do Observatório”, as “crendices populares” possuem uma importância na percepção sensorial do cotidiano social para identificar mudanças climáticas na atmosfera. A importância conferida a interpretações sensíveis do cotidiano da população (um *efeito de presença*) vai ao encontro da percepção de Prado descrita por Mario de Andrade. Ainda que não “chova”, Mario reitera que Prado teria se preocupado em tentar “sentir, afirmar e prevenir” quando compreendeu que as experiências talvez indicassem um horizonte acinzentado.

O escritor e também modernista, Tasso da Silveira (1895-1968), em sua crônica *Olhando o Retrato do Brasil*, sublinha do mesmo modo este esforço pragmático indicado por Mário de Andrade. O cronista em questão acredita na necessidade de que o intelectual possua uma atitude engajada, ou seja, adquira perspectivas de ação comprometidas com a realidade a partir de sua atuação literária. Para ele, o intelectual o qual se ocupa com a reflexão histórica deveria, a seu modo, compreender possibilidades lentamente cristalizadas no interior de determinados processos, ou seja, tentar entender certos sentidos através dos percursos históricos os quais acredita que devem ser intensificados ou suprimidos. Associada a esta noção, Tasso da Silveira insere certo argumento elitista em sua ideia de que há “inteligências dominantes” que devem guiar o clima e o movimento do povo.

Diante deste sombrio “Retrato do Brasil” do sr. Paulo Prado, voltei a meditar, mais uma vez, sobre o problema da atitude que devem manter os homens de inteligência e de cultura em face do estado atual do espírito de povo. Porque a verdade é que este estado é o de uma transição melindrosa. De uma lenta e difícil cristalização de energias, cujo sentido dinâmico profundo incumbe-nos interpretar devidamente, e que, no entanto, podem ser perturbadas e desviadas de possível finalidade superior pelo influxo de uma ação espiritual mal aplicada da parte das inteligências dominantes. Não creio na eficiência das ilusões de qualquer ordem, e sempre repeli o pensamento de que possa existir alguma ilusão necessária, como é, por exemplo, para os

filósofos pragmatistas, o sentimento religioso. Só a verdade é fecunda, não sendo aceitável, mesmo do ponto de vista do materialismo, que a natureza, absolutamente lógica em todos os seus processos e seus fins, empregue como elemento de construção uma mentira, um engano, que por si só mesmo acabará revelando a sua íntima esterilidade. Assim, relativamente ao nosso caso, não defenderia jamais a tese de que uma atitude de otimismo impenitente pudesse ser a mais favorável à condensação de nossas energias interiores, por criar-lhes uma atmosfera de desafogo e confiança. Mas, do outro lado, acho absolutamente pernicioso a crença de que só o agulhão do pessimismo conseguirá mover-nos num sentido de reação contra as fatalidades que nos tolhem o passo e despertar-nos para uma consciência mais lúcida de nossas necessidades (SILVEIRA, 1929, p. 2 e 9).

Silveira, no entanto, parece ir em direção diferente a do *topos* do atraso e da falta de vocação nacional para o progresso que ele encontra em *Retrato do Brasil*. Em primeiro lugar, compreende que a característica generalizante do ceticismo de Prado confere a ele conclusões falaciosas. Em um segundo ponto, entende que é necessário que se produza certa confiança coletiva para a realização das perspectivas históricas positivas possíveis naquela realidade. A partir desta percepção, para Tasso da Silveira, Prado seria demasiado pessimista. Ainda assim, ele não defende um otimismo intenso, considerando isto também como ilusório e igualmente falso.

O autor de *Definição do Modernismo Brasileiro* (1932) acredita que as advertências de Prado, caracterizadas por ele como pessimistas, oferecem uma ilusão ou distorção do entendimento da realidade, assim como alguns conceitos religiosos, que desorientariam a realização no presente de potencialidades construídas historicamente. O seu parecer é fundado numa ideia de objetividade forte e, a partir desta, produz sua crítica a Prado.

O primeiro [otimismo] traria como consequência o relaxamento de uma tensão espiritual de que temos absoluta necessidade, para manter viva a energia de cristalização dessas tendências ainda por demais indefinidas e, portanto, sujeitas a se dissolverem antes de haver atingido à plenitude. O segundo [pessimismo]



transformaria esta tensão em desespero estéril, obscurecendo-nos ainda mais a consciência e roubando-nos esse “quantum” de alegria íntima indispensável a qualquer realização. Nesta matéria, como em tudo, a atitude justa e eficiente seria a que refletisse a verdade dos fatos, apresentando-nos a nossa realidade como ela é – como ela é, porém, na sua essência, no seu sentido íntimo, e não no seu aspecto exterior, de linhas enganosas. Quer dizer, trabalho para inteligências de penetração invulgar, capazes de ultrapassar a aparência ilusória e perceber o jogo das forças ocultas que preparam o futuro. Karl Marx, que cito por espírito de paradoxo, escreveu certa vez uma verdade: “assim como não podemos conhecer um indivíduo pelo que ele pensa de si mesmo, não podemos conhecer uma época de transformação pela consciência que ela tem de si própria”. Isto porque ela é inconsciente, justamente, das energias profundas que no seu seio elaboram um novo estado de coisas, e que são, aos olhos do pensador, a única realidade essencial (SILVEIRA, 1929, p. 2 e 9).

Para Silveira, assim como para Prado, as possibilidades históricas mais sedimentadas, ou as “tendências ainda por demais indefinidas”, não se realizam necessariamente, a despeito dos indivíduos, mas dependem diretamente das ações dos membros de uma sociedade (SILVEIRA, 1929, p. 2). Novamente, entende que para a realização destas possibilidades é necessário algum tipo de atuação pragmática mais otimista que seja compartilhada pelos sujeitos. Para isso, seria ainda preciso a compreensão da realidade histórica e do presente.

Em um movimento interessante, a partir de uma citação de Marx, Tasso da Silveira explicita a ideia de que os indivíduos possuem dificuldade em tornarem-se conscientes do próprio tempo em que vivem. Ou melhor, as tensões e as possibilidades históricas que podem ou não se realizar, são complexas e de difícil (senão quase impossível) acesso para aqueles sujeitos implicados nas mesmas. A visão pessimista de Prado dificultaria ainda mais esse movimento de compreensão do presente a partir do passado, pondo em risco a própria ação em nome da reorganização do futuro.



De forma bastante sofisticada, para Silveira, o *Retrato do Brasil* diz mais acerca do presente de onde escreve e do seu autor do que analisa e reflete quanto ao passado o qual quer interpretar – não que, para ele, isto se configure necessariamente em um problema. O que está em questão é que Prado não teria sido capaz de evidenciar estes passados, especialmente porque teria se dedicado a um texto mais preocupado com isso que chamamos de uma produção de presença do que com o sentido. Ou melhor, para o poeta curitibano, Prado se preocupou excessivamente em produzir um texto com uma abordagem estética, prejudicando a objetividade da sua análise histórica. Ainda mais, o poeta entende que o autor de *Retrato do Brasil* não teria descoberto possibilidades mais potencializadoras que estariam se “cristalizando” no passado e poderiam se realizar no presente ou futuro.

O ensaio do paulista seria excessivamente subjetivo, constituído por emoções e sentimentos próprios ao autor. Prado teria partido, por exemplo, da sua própria tristeza individual para descrever as dificuldades nacionais. A este respeito, Silveira escreve: “Sinto, nas páginas do ‘Retrato’, uma transposição de emoções subjetivas do autor nas linhas de nossa realidade espiritual...” (SILVEIRA, 1929, p. 2 e 9). Segundo Silveira, tais escolhas acabariam provocando equívocos significativos, quer no campo epistemológico quer no ético-político, dificultando a possibilidade de orientação no presente.

O sr. Paulo Prado, no seu livro por vezes de tão profundo interesse do ponto de vista puramente literário, se afasta desta atitude de analista atento à realidade interior, para ater-se a superfície das coisas. O “Retrato do Brasil” reflete, antes, “a consciência que a época tem de si mesma” do que o sentido íntimo que, como pesquisador do nosso destino, lhe incumbiria procurar. Quer dizer que é um quadro desorientador e esterilizante, obra de emoção pessoal e não de pensamento objetivo, de influxo deletério sobre nossas correntes espirituais já de si mesmas tão desorientadas (SILVEIRA, 1929, p. 2 e 9).

Tasso da Silveira entende que a hipótese da tristeza não seria passível de comprovação sendo, desde o início, marcada por uma



dificuldade de significação e definição da própria ideia de “tristeza”. Ao observar e analisar características de um indivíduo ou a um grupo específico, e isto a partir de certa descrição fisiológica ou cultural, não seria possível concluir uma tristeza geral, marcante, definidora. Ao fim, conclui que “isto de saber, pela expressão fisionômica e outros dados exteriores, se alguém é alegre ou triste, é coisa quase impossível” (SILVEIRA, 1929, p. 2 e 9). A premissa da tristeza generalizada do Brasil e dos brasileiros não poderia ser verificada, seria algo próximo a um psicologismo. Antes mesmo, seria de difícil comprovação devida à grande complexidade dos mais diferentes espaços e características culturais de cada região do país.

Mais do que isso, para o poeta, tal tristeza é, em muitos casos, causada por patologias parasitárias que poderiam ser remediadas, o que, inclusive, o aproxima de argumento semelhante na obra de Monteiro Lobato. A própria ideia da tristeza enquanto um elemento da identidade brasileira, a qual atravancaria o progresso, seria insustentável ao observar que aquelas nações tidas para muitos como modelos civilizacionais (inglesa, francesa, norte-americana), teriam, elas mesmas, fortes marcas de tristeza em sua caracterização.

Penso que antes de demonstrar que a “tristeza brasileira” provém da luxúria e da cobiça que, com os primeiros desbravadores, banhou as terras virgens desta parte da América, devia o sr. Paulo Prado demonstrar que de fato existe, como realidade caracteristicamente nossa, essa tristeza incurável. O povo brasileiro triste? Não sei bem o que se deva entender por isto. Do que conheço de nossa realidade, sei, em primeiro lugar, que ela é de uma complexidade perturbante. Sei que o homem brasileiro se apresenta diverso em cada região mais definida do país, que passa ainda por um processo de caldeamento complicadíssimo e que, a não ser entre as populações batidas de ancilostomíase do interior (de cuja inação a causa removível é patente), o seu desejo de viver se manifesta por todas as maneiras possíveis. [...] não vejo onde caracterizar-se essa peculiar tristeza que seria o signo de nossa impotência e da nossa predestinação para a derrota. O sr. Paulo Prado acha que o paulista é casmurro e que essa casmurrice é, nele, uma expressão da tristeza coletiva.

Que diríamos do inglês aplanético (sic)? Aliás não me consta que os franceses andem aos beijos pelos bondes, nem que as classes pobres de Nova York considerem uma festa o seu duro labor cotidiano (SILVEIRA, 1929, p. 2 e 9).

Ainda assim, Tasso da Silveira parece matizar seu princípio racionalista ao afirmar que uma orientação mais estética, mais preocupada com o que temos chamado de produção de presença, não invalidaria, impreterivelmente, a investigação, análise e compreensão de uma realidade histórica. Aparentemente, pode tornar a narrativa viva, mais própria à experimentação daquilo que é retratado.

O próprio crítico, ao descrever a noção de alegria, constrói uma passagem com fortes elementos estéticos, salientando de forma elogiosa, ao menos nesse momento, a vivacidade da representação do passado no ensaio de Prado. Na composição de seu argumento, é apresentada uma analogia poética, da pintura com cores fortes e claras que possuem vitalidade. Percebe-se, portanto, que Silveira também vai ao encontro de Prado no que diz respeito a uma alternância positiva entre produção de presença e sentido naquilo que se refere à tematização da história e das realidades próprias ao Brasil. E isto, com um objetivo ético-político que é o da reorganização de possibilidades do presente no decurso das tematizações de passados.

Alegria é simples disposição, que pode coexistir com a gravidade do pensamento. Que pode vibrar intensa sob uma expressão fisionômica severa. Que pode cantar como um sino na alma de quem vai recolhido e silencioso, sem procurar comunicações afetivas com o ambiente. Deve-se dizer, aliás, que o quadro histórico que o sr. Paulo Prado traçou de nossas origens é simplesmente animador. Tudo o que ele nos diz ali já nos era conhecido. Mas o escritor paulista recompõe a realidade passada ao jeito dos impressionistas, em tintas fortes e claras, de maneira que nos faz sentir com uma intensidade nova (SILVEIRA, 1929, p. 2 e 9).

Mesmo após alguma valorização do gesto estético de Prado, posteriormente reitera que o retrato pintado por Prado não representa de fato a realidade geral a qual se refere, deturpando a mesma, sendo



como uma fotografia que não capta o movimento daquilo que registra, e: “Em registrar, por imagens estáticas esse movimento, é que está toda a grandeza da obra de arte” (SILVEIRA, 1929, p. 2 e 9). Diferentemente do ensaio de Prado, as grandes obras de arte teriam, em seu entendimento, a capacidade de apresentar a dinâmica e alguma profundidade disto que seria, segundo Silveira, a “essência” da realidade: “O seu ‘retrato’ saiu uma fotografia. E a fotografia, como lembra Rodin, se não me engano, deturpa a realidade, porque a priva do movimento, que é a sua vida e o segredo da sua vida” (SILVEIRA, 1929, p. 2 e 9). Ainda que perpassada por uma perspectiva essencialista, parece haver, aqui, a compreensão de que a história pode e mesmo precisa ser constituída por meio de uma preocupação estética. No entanto, Para Tasso da Silveira a escrita da história deve, antes de tudo, ser fundada principalmente em elementos racionais sistemáticos.

Esta caracterização de Prado como pessimista é, em parte, compartilhada por outros críticos. Na coluna *Chronica Literária*, João Ribeiro (1860-1934) publica uma pequena análise do ensaio de Prado e também dos livros *Brasil Amado* (1928), de Bento Carqueja e *Problemas de Governo* (1928), de Pandiá Calógeras, afirmando que o autor de *Retrato do Brasil* é um “[...] filósofo pessimista, mas grande amigo de sua terra” (RIBEIRO, 1928, p. 6). Em seu texto, entende que nenhum dos três livros podem ser orientações completas para a necessária reflexão sobre o passado e as adversidades do presente, mas são colaborações importantes para tal objetivo. Ou seja, “[...] de nenhum modo *orient de se trouver ensemble*, e antes ajudam a compreensão imparcial das nossas coisas” (RIBEIRO, 1928, p. 6).

O escritor de *História do Brasil* (1901) aponta que o ensaio de Prado contribui para o entendimento de alguns aspectos da história brasileira e o peso destas experiências para o presente. No entanto, acrescenta que o livro é parcial, limitado e possui certa pretensão heurística equivocada em sua conclusão acerca da “tristeza” provocada pela “cobiça” e “luxúria”:

As vezes é o título de um livro que predispõe a crítica a restrições excessivas. O – *Retrato do Brasil* – tem o defeito de não ser um retrato; é apenas um dos aspectos verdadeiros mas incompletos por só contemplar, por assim dizer, uma das dimensões do grande corpo. Pinta-nos o artista um pouco tendenciosamente a nossa tristeza que me parece problemática. A terra dos feriados, do *amanhã* – do tenha paciência – da oratória – do carnaval – não pode ser o *habitat* da melancolia. É talvez a terra da preguiça, da irresolução, da palavra sem factos, da vida contemplativa (RIBEIRO, 1928, p. 6).

Os motivos apresentados para que se culminasse na tristeza seriam “vagos ou contraproducentes”, já que a “luxúria” e a “cobiça” são, para Ribeiro, antes causas para “a vida alegre e as longas esperanças de riqueza e de otimismo” (RIBEIRO, 1928, p. 6). Ribeiro acredita que, antes de Prado, o próprio Romantismo, tão criticado em *Retrato do Brasil*, já denunciava uma espécie de tristeza literária brasileira. A argumentação do paulista estaria “bem arquitetada”, mas suas conclusões acerca da tristeza seriam equivocadas e fantasiosas, ou ainda, “a sua indução é razoável, mas a sua dedução é fantástica” (RIBEIRO, 1928, p. 6). O ensaio em questão é entendido por Ribeiro como insuficiente em suas compreensões e generalizações acerca do peso e da pressão realizada pelas experiências históricas no presente.

Ainda assim, apesar de sua ironia, parece entender que o livro possui boas reflexões e aspectos representativos de determinadas experiências passadas: “[...] é uma pintura magnífica em que não reconhecemos o original, mas admiramos os efeitos de luz e a modelação e distribuição das massas, retrato de avô longínquo que faria excelente figura numa galeria de antepassados” (RIBEIRO, 1928, p. 6). O autor do artigo insinua que a associação de elementos afetivos às compreensões históricas de Prado o levou a acreditar haver uma atraso nacional, negligenciando as transformações aceleradas e positivas realizadas no transcurso do tempo. Com isto, e de forma complexa, Ribeiro produz certa denúncia em relação a repetição perniciosa do *topos* do atraso nacional.

Demais, Paulo Prado, como todos que amam o passado e a história das origens têm os olhos fechados para esses últimos trinta anos em que o progresso do Brasil, apesar de todas as perturbações da sua mesquinha política, tem realizado grandes coisas e aceleração (sic) o adiantamento material e moral que vemos. É verdade que esse progresso não é acompanhado com igual paralelismo pela política das oligarquias cuja flexibilidade exige maior dilatação para se transformar pela ausência de outros estímulos (RIBEIRO, 1928, p. 6).

Ribeiro entende que personalidades e generalizações são indissociáveis ao historiador e não seriam, necessariamente, problemas no interior da escrita histórica. O problema estaria no excesso, na falta do que podemos chamar rapidamente de uma preocupação mais metódica. Seriam exageros que produziram compreensões duvidosas, percepção que Ribeiro constrói por um paralelo a crítica de Taine a respeito de Michelet. Apesar disto, a escrita da história realizada por Prado é caracterizada como uma “narrativa empolgante”, onde se “evocam” e “ressurgem” aspectos destas experiências passadas.

Neste sentido, Ribeiro salienta algumas imagens apresentadas por Prado a partir disto que entendemos como uma estratégia de produção de presença: “realmente, há muitas das feições primitivas do Brasil, a saudade dos fugitivos, dos expatriados, a dor das distâncias da pátria, desmaiadas em um cenário novo e mais propício” (RIBEIRO, 1928, p. 6). As capacidades imaginativas e interpretativas, associadas à afetividade, são concebidas pelo historiador sergipano como aspectos importantes, mas podem comprometer parte das conclusões do historiador, caso não sejam mediadas.

Os documentos para os pequenos historiadores sem ideias são um manancial de verdades, mas para um homem de imaginação e espírito como Paulo Prado, constituem matéria para sínteses e generalizações muito contestáveis. Evocam, ressurgem, mas pode-se dizer como de Michelet dizia de Taine: *se doute*. Sucedeu a Paulo Prado o mesmo que sucederia a Capistrano se tentasse uma síntese. Ninguém como ele teria o amplo domínio do material escrito, mas nem por isto poderia libertar-se de seus *apriorismos*, ou seja, preconceitos de generalização (RIBEIRO, 1928, p. 6).



Ao salientar a proximidade entre Prado e Capistrano de Abreu, percebe-se que, para Ribeiro, a pesquisa e a escrita da história também não se limitam à análise da documentação, como se ela pudessem oferecer o conhecimento verdadeiro e inquestionável do passado. Pesquisa e escrita estariam sujeitas não somente às determinações do presente e da individualidade do historiador, mas aos documentos escolhidos (arbitrariamente ou não) e disponíveis. Prado, portanto, é considerado por Ribeiro como um historiador. No entanto, entende que era preciso atenção no exagero hermenêutico e nas perspectivas generalistas na composição do *Retrato do Brasil*.

Que ele é um historiador no melhor sentido em que podemos classificá-lo, não há a menor dúvida. Conhece minuciosamente os fatos, tem uma larga documentação, e poucos como eles poderiam gabar-se da erudição que adquiriu do nosso passado. Mas, como o seu mestre amado Capistrano de Abreu ele colocou nossas origens acima de tudo e tomou a arqueologia brasileira como a expressão da atualidade. E isso, sem ser uma falsificação que não é, é uma imperfeição. [...] Com outros documentos numerosos (e os documentos como os *clássicos* provam o que se deseja) teríamos palheta e pincel para cores mais risonhas e agradáveis (RIBEIRO, 1928, p. 6).

No interior desta perspectiva, menciona em seu texto que “essas conclusões não se compadecem com a eloquência do livro que, afinal, deixa uma impressão indelével de otimismo”. Ou melhor, Prado teria realizado um trabalho digno de algum elogio, onde tentaria provocar em seus leitores reações mais comprometidas com o presente: “vê-se que ele queria melhor, o que é um modo empático de querer bem”. Ainda que João Ribeiro aponte Prado como um pessimista, entende que seu ensaio produza, ao fim, algum otimismo.

O jornalista Humberto de Campos (1886-1934), dando início à sua crônica sobre o ensaio *Retrato do Brasil*, no jornal *Correio da Manhã*, aponta que havia escrito em um estudo de 1920, reeditado em 1923 no seu livro *Carvalhos e Roseiras*, algumas ideias com o objetivo de “[...] procurar, e fixar as origens do erotismo brasileiro” (CAMPOS,

1928, p. 2).<sup>63</sup> O jornalista transcreve trechos deste texto onde menciona o que acredita terem sido muitas das principais preocupações dos portugueses ao entrarem em contato com os nativos americanos: a busca por saciar a luxúria (CAMPOS, 1928, p. 2).<sup>64</sup> Nota-se que, ao menos nas passagens transcritas por ele, Campos possui e pretende se aproximar de certo caráter estético acentuado em sua escrita, tal como Prado: “Forçado as longas navegações solitárias, o marinheiro luso ansiava, ao longo das travessias perigosas, pela satisfação amável, ou brutal, dos reclamos indomáveis da carne” (CAMPOS, 1928, p. 2).

Assim como no ensaio de Prado, tal sentimento luxurioso teria sido herdado pelas próximas gerações, tamanha fora a sua incidência. Para Campos, o comportamento libidinoso passou a compor a mentalidade de um novo tipo étnico no Brasil, “apresentando como expoente desse sentimento o Barão, no Império e, na República, os coronéis sertanejos, arrastados muitas vezes até o crime pela mais desregrada concupiscência” (CAMPOS, 1928, p. 2). O jornalista aponta o quanto a temática da luxúria no contato entre portugueses e indígenas teria sido central em diversos livros, mencionando o *Caramuru*, de Santa Rita Durão; *O Uruguai*, de José Basílio da Gama; *Vila Velha*, de Claudio Manoel da Costa e os poemas *Potira* e *Cristã Nova* de Machado de Assis. Aponta, assim, a importância desta questão como definidora de certo caráter nacional.

63 Esta crônica de Humberto de Campos foi encontrada em duas edições do jornal *Correio da Manhã* na coluna “Vida Literária”, nos dias treze de dezembro de 1928 e em primeiro de maio de 1929. Também é interessante mencionar um pequeno artigo no jornal *A Noite*, de vinte e oito de junho de 1933, sem a assinatura de seu autor, que faz publicidade do livro *Crítica*, de Humberto de Campos, onde o autor escreveu suas impressões sobre diversos livros brasileiros de sua época, inclusive o *Retrato do Brasil* de Prado e *O Brasil na América* (1929) de Manoel Bomfim (CAMPOS, 1928, p. 2).

64 Campos escreve a partir uma imagem da mulher indígena historicamente equivocada, e isto por meio de um imaginário que atribui às etnias indígenas uma desacertada característica selvagem e incivilizada frente a um eurocentrismo: “A Índia tornou-se, então, o centro de todos os choques. Combatia-se em torno da fêmea bruta, sem higiene e sem beleza, como se combatera, dois séculos antes, sob as ameias dos castelos medievais, pelo vago perfume de uma flor de crepúsculo”. Outra passagem acentua este imaginário equivocado: “[Prado] acentuou aquele lineamento, aprofundou-o, desenvolveu-o, associando ao reinol, como fator deste pecado que nos dá uma das originalidades do caráter, o próprio indígena, cuja vida lasciva, corrupta, depravada, obscena, foi um dos motivos de escândalo dos primeiros catequistas” (CAMPOS, 1928, p. 2).

Já a cobiça, antes mesmo da luxúria, teria lançado ao mar os povos europeus. Segundo o cronista, contudo, Prado teria errado ao interpretar que o brasileiro é um povo caracterizado pela tristeza, especialmente a partir da ideia de que a luxúria e a cobiça exacerbada resultam em tristeza generalizada. Na verdade, compreende que os próprios elementos étnicos dos portugueses e dos indígenas, definidos por sua alegria, teriam dado origem a um novo tipo étnico que possuía este mesmo traço de felicidade. Para ele, ao fim, a geografia é a responsável pela possibilidade ou não de efetivação do que considerava avanço civilizacional.<sup>65</sup>

As duas parcelas gerais alinhadas pelo historiador e sociólogo paulista [cobiça e luxúria] acham-se rigorosamente certas. Mas o sr. Paulo Prado enganou-se na operação. A sua fórmula é esta: Luxúria + Cobiça = Tristeza. Mas onde se confirma esta soma? O brasileiro não é, absolutamente, um povo triste, nem tem de onde lhe venha esse mal. O português é jovial, festeiro, comunicativo. O saudosismo de que falam seus historiadores é mais literário do que popular. [...] E o nosso índio não o era menos. As suas festas eram barulhentas, tumultuosas e duravam dias, às vezes semanas. Os cronistas dos séculos XVI e XVII são unânimes em proclamar a sua brejeirice, o seu amor à galhofa, às pilherias, ao riso franco, às grandes folganças ruidosas, quando reunidos, como se pode ver, para citar um exemplo, em Leri, naquela visita à aldeia de Euramiri, em que os antropófagos passaram a noite em gritaria e trejeitos, com o exclusivo propósito de alegrar o estrangeiro. O nosso indígena, isoladamente, era, de fato, taciturno. Mas, ser taciturno não é ser triste. [...] O brasileiro, como acima se disse, pode ser taciturno, mas não é triste. Predominam na sua formação moral as qualidades fundamentais do seu antepassado americano, cuja contribuição, para a constituição da sua psique, foi muito maior do que se tem proclamado. A sub-raça brasileira, já definida desde o século XVIII, deve ter, pelo menos, 50% de sangue indígena (CAMPOS, 1928, p. 2).

65 Há, de forma sutil no texto de Campos, as ideias que já iam formatando o equivocadíssimo topos de uma “democracia racial” fundada a partir de europeus, etnias indígenas e africanas. Nota-se também que os indígenas os quais menciona sempre são os de um passado remoto, como se não houvessem etnias em sua contemporaneidade, o que é bastante comum entre os letrados do período.

Partindo desta crítica às conclusões de Prado, Campos realiza certo exercício antropológico interessante, assinalando que o conceito de alegria é produzido historicamente e culturalmente em cada espaço e sociedade. Se cada sociedade produz historicamente sua compreensão de alegria, ela constantemente parece estranha para o olhar do outro, daquele que não é parte daquele grupo.

Prado teria se equivocado em sua conclusão a respeito de uma tristeza brasileira, e isto devido a sua erudição (como de tantos outros intelectuais) estar fundada em estudos e conceitos europeus e norte-americanos. Inclusive, Prado teria tomado as ideias de alegria e tristeza como referência, possivelmente, dos intelectuais franceses ou estadunidenses, algo incompatível para a análise da forma singular de como estes sentimentos foram estabelecidos na história brasileira. Deste modo, Campos percebe que Prado não conseguiria reconhecer outra experiência semântica de tristeza ou alegria vinculada a outro povo, mesmo da sua própria nacionalidade. Isto porque o paulista empreende o conceito de felicidade francês ou estadunidense de forma generalizante. Ou seja, Prado entenderia o conceito de tristeza elaborado pela intelectualidade de parte da Europa ou norte-americana como algo comum a toda cultura no tempo e espaço.

Para o cronista, este seria um traço comum dos homens de letras do Brasil em sua formação. De forma sofisticada, Campos argumenta que grande parcela da intelectualidade brasileira estaria sempre focada em outras culturas como padrão deste ideal civilizacional (e de progresso linear a ser alcançado), os quais acreditam que outros países e povos marginalizados deveriam emular.

A interpretação dos dois traços capitais do semblante do Brasil, que nos é dado pelo sr. Paulo Prado tem, entretanto, uma explicação. É que o autor possui um padrão para a alegria, talvez o padrão francês, talvez o americano do norte. Mas a alegria é como a felicidade: assim como todo o indivíduo tem seu modo de ser feliz, cada povo tem a sua maneira de usar da alegria. Diante de um francês, principalmente de um parisiense, um inglês dará a impressão de uma criatura com ideias

de suicídio. E no entanto, os anglo saxônicos são um povo alegre; alegre a sua maneira, mas alegre. [...] Será por tristeza, então, que centenas de milhares de pessoas se deslocam dos seus bairros, nas capitais brasileiras, para gritar, berrar, cantar, pular e serem pisadas, e empurradas, nos dias de carnaval? Serão expressão de tristeza as bandas de música que sonorizam as mais remotas aldeias sertanejas, e as festas de arraial que são por toda a parte o complemento profano de todas as solenidades católicas? Absolutamente, não. Nós, homens de letras brasileiros, é que, formando a nossa cultura á europeia, deixando-nos absorver pelo espirito europeu, julgamos que o nosso povo está fora do nosso caminho quando nós é que nos desviamos do nosso e nos tornamos estrangeiros ao lado dos nossos irmãos (CAMPOS, 1928, p. 2).

Nesta passagem, Humberto de Campos aponta que deste mesmo padrão europeu ou norte-americano, no qual se formam os letrados brasileiros, derivam suas noções de modelo civilizacional. A partir destas comparações, Prado cria uma expectativa e uma sensação de atraso frente a este arquétipo, mesmo vivendo no interior de uma experiência que possui uma outra dinâmica, acelerada e em constante transformação. Seriam os próprios intelectuais, como Prado, que estariam se afastando da compreensão da experiência civilizacional singular que estaria em processo de elaboração no Brasil. Campos acrescenta que, a experiência estadunidense um modelo civilizacional para Prado, o ensaísta não teria se atentado, por exemplo, à própria especificidade histórica da formação dos Estados Unidos.

Para o cronista, a composição étnica não possui importância central nas habilidades e aptidões de um povo para o progresso. O que de fato seria relevante é a capacidade de adaptação de um grupo étnico e cultural a um novo espaço, a novas propriedades geográficas. Acredito que este argumento se trata de uma resignificação (ao modo antropofágico de Andrade) de uma perspectiva darwinista, o que é compartilhado por autores como Manoel Bomfim. Deste modo, o norte das Américas seria mais especialmente adequado em suas

características topográficas para os europeus que ali se instalaram.<sup>66</sup> A adaptação de europeus em espaços diferentes do seu clima anterior, associados aos elementos étnicos e culturais dos outros grupos que se encontravam aqui e daqueles que foram escravizados na África, comporiam um novo tipo humano, físico e mental. Para Campos, este novo tipo, constituído de grande variedade étnica e derivada de espaços geográficos tão diversos, se encontra em processo de formação de um novo perfil civilizacional e de novas formas de progredir.

O padrão da civilização perfeita, segundo se conclui do paralelo que estabelece na terceira parte da obra, é norte-americano. E este confronto é estranhável em um estudioso de leituras tão complexas como o sr. Paulo Prado. Esquece o ilustre escritor que o caso dos Estados Unidos é único na história da civilização, na idade moderna. Os americanos não devem a harmonia da sua formação a nenhum fator histórico, ou étnico, mas, preliminarmente, ao fator geográfico. O povoamento do Mundo Novo só podia ser feito pelo europeu. Para estabelecer-se nos Estados Unidos, este não se deslocou do seu clima, da zona a que a raça branca se adaptou desde a definição do seu tipo. [...] Para fixar-se na América do Sul, e especialmente no Brasil, entre 5º 10' lat. Norte e 33º 46, 10' lat. Sul, ele sofre um deslocamento de tal maneira profundo que tem que modificar o seu tipo e o seu gênio, para poder adaptar-se. É essa adaptação que estamos sofrendo. Com ou sem os fatores étnicos, nós temos que posuir a nossa raça, e como toda a família humana que se caracteriza, a nossa forma de civilização. Dos confrontos indevidos é que saem as conclusões erradas (CAMPOS, 1928, p. 2).

Portanto, existem diversas formatações civilizacionais, possibilidades outras, diferentes dos arquétipos europeus e norte-americanos. Seria preciso reconhecer esta perspectiva para compreender que outros percursos históricos encaminhariam e constituiriam outras formas de organização e desenvolvimento. Estas reflexões de Humberto de Campos apresentam um entendimento complexo da história como processos diversos em espaços e culturas diferentes, não como percurso linear que generaliza todos os grupos humanos em uma direção

66 Campos não menciona que a maior parte da população no interior do território onde hoje são os Estados Unidos eram nativos americanos, população africana escravizada, entre outros.

(em uma filosofia da história). Talvez, poderíamos caracterizar parte de seus argumentos como um esforço ético-político de descolonização, especialmente do campo das ideias e conceitos.

Novamente há uma crítica interessante direcionada ao padrão de civilização (e ao conceito de felicidade) europeu e estadunidense de Prado, que o teria impossibilitado de reconhecer como um tipo diferente de civilização a própria sociedade da qual faz parte. O exemplo japonês é apresentado como dessemelhante do europeu, o qual, no entanto, não pode deixar de ser reconhecido como uma civilização.

Nós temos realizado, como povo, com os elementos negativos que o Destino nos deu ao fazer a distribuição do planeta, um dos maiores milagres da civilização contemporânea. O sr. Paulo Prado não o reconhece por ter estabelecido, com a sua cultura multiforme, o “standard” da felicidade humana. A civilização japonesa parecer-se-á, acaso, com a europeia ou a americana? E não será, no entanto, uma civilização? Pois, assim nos sucederá a nós: nós teremos um tipo brasileiro, uma civilização brasileira, e, com esse tipo, uma alegria brasileira. O tipo e a alegria já existem: o homem é raquítico, pequeno, mas resistente; e a alegria nada se parece com a de qualquer outro povo, mas é alegria. Quanto a civilização, ela será a soma de todos os nossos defeitos, de nossos vícios, das nossas qualidades, dos nossos sentimentos, daquilo que nós carecermos e tivermos conseguido, independente das necessidades e dos exemplos alheios (CAMPOS, 1928, p. 2).

No entanto, na continuidade de sua reflexão, diferente das compreensões até então apresentadas, Campos caminha para uma ideia problemática, para uma perspectiva centrada nos padrões europeus que tanto criticou em *Retrato do Brasil*. Para ele, existe um processo de adaptação das populações resultantes da miscigenação a partir da geografia das regiões tropicais, uma região que, segundo Campos, não é propensa à civilização. Nesta passagem, a partir de seu próprio padrão civilizacional europeizado, escreve que não haveriam civilizações nos trópicos – uma ideia de oposição entre natureza e civilização muito semelhante à de Buckle. Mesmo reconhecendo e refletindo

a partir da possibilidade de uma civilização diferente do modelo europeu, como a japonesa, esta compreensão ainda se encontram bastante análoga ao ideal europeu o qual, em geral, exclui outras organizações étnicas como civilização: “O Brasil está, quase todo, dentro do anel geográfico que compreende, em torno do planeta, o Congo, a África Portuguesa, Madagascar, a Zimbésia, e, na Oceania, a Polinésia, Sumatra, Java, Bornéu, a Nova Guiné e o Norte da Austrália”, e conclui: “E que civilizações existem nessa latitude?” (CAMPOS, 1928, p. 2).

Ao final desta crítica, o autor da crônica reprova o que entende como as soluções drásticas e provocativas de Prado para as adversidades no Brasil – guerra ou revolução. Portanto, em sua leitura, Campos entende que estas duas opções são resoluções ou propostas apresentadas por Prado, e não consequências drásticas que poderiam estar em curso e que poderiam ser evitadas. Aqui, assinala que já ouviu proposta semelhante em uma conversa com Olavo Bilac e os militares Gregório da Fonseca e Genserico de Vasconcelos.

Terminado o mais feio dos retratos que o Brasil podia esperar de um filho seu, o sr. Paulo Prado só vê, para salvar da morte o original, dois medicamentos: a Guerra ou a Revolução. Citando-os aqui, eu confesso que não foi a primeira vez que os vi indicados como medicina providencial. Em 1915 ou 1916, na antiga Sociedade Brasileira de Homens de Letras, conversávamos, Olavo Bilac, Gregório da Fonseca e Genserico de Vasconcelos, - estes, oficiais do Exército, - e eu, a propósito do sorteio militar, de que era pioneiro o poeta maravilhoso, quando este exclamou, de repente, e com profunda tristeza:

-Qual! O único remédio para este país é a guerra!

-Que? - inqueri, admirado.

-Sim; a guerra; e guerra para apanhar.

Abri os olhos, no meu espanto. E o poeta insistiu:

-Guerra para apanhar, sim. A guerra vitoriosa agravaria os nossos males, a nossa desgraça. A oligarquia que se acha no poder continuaria nele, a esmagar o povo, a empobrecer a nação, que a guerra teria sangrado. Ao passo que, derrotados, com o estrangeiro dentro de casa, seriam apeados todos esses reguletes (sic) que vem explorando a República, transformada em

fazenda. E então, surgiriam novos homens, novos valores, e mudaríamos, pelo menos, o ritmo do nosso destino.

E com desânimo:

-É o recurso que eu ainda vejo... (CAMPOS, 1928, p. 2).

Humberto de Campos não acredita que alguma reordenação social rumo ao progresso poderia surgir de tais situações catastróficas, de uma aceleração ainda mais radical da instabilidade propiciada pela guerra ou a revolução. Para ele, os governos republicanos, mesmo morosos, lentos e oligárquicos, ainda são funcionais de algum modo, são a melhor opção disponível. Sua proposta para um caminho adequado ao ideal civilizacional, ou de progresso, estaria na educação, na formação técnica e no trabalho. O cronista conclui que é possível garantir, através de projetos educacionais, a formação necessária para que o sujeito adquirisse certa posse material a qual confere “liberdade de pensamento, de voto e de ação” (CAMPOS, 1928, p. 2). Do mesmo modo, entende que a formação escolar e técnica somada ao sucesso econômico individual produzem, ao mesmo tempo, uma insatisfação orgânica e natural quando algum Estado ameace a propriedade privada e a liberdade de ideias de sujeitos autônomos. Ainda, Campos acredita que os governos seriam, de certo modo, reflexo do ambiente público geral de uma determinada sociedade.

Político embora, eu não sou, todavia, um Pangloss (sic), que proclame, ou suponha, que os homens públicos tem feito, no Brasil, o seu dever. O caminho tem sido penoso, ouriçado de obstáculos, mas mentiria a sua própria consciência aquele que não atribuisse a lentidão da marcha à negligência dos generais. Os governos são, porém, na sua generalidade, a expressão do espírito público. Preparemos, pois, primeiramente, uma consciência nacional. E esta não se forma unicamente na escola, mas na oficina: não pela leitura, mas pelo trabalho; não, apenas, para a defesa do solo, mas para defesa de um patrimônio material. A bandeira de um país só constitui um símbolo, e o mau governo um perigo, aos olhos daquele que tem, na terra coberta por essa bandeira, e dominada por esse governo, um lar, uma casa, uma benfeitoria, alguma coisa, enfim, de corpóreo, de palpável, de concreto, conquistado com o suor, que é o sangue do homem pacífico. Essa é a Revolução a se fazer, e que se fará.

Conquiste cada um à sua independência econômica para que possa ter liberdade de pensamento, de voto e de ação. Somos um punhado de formigas a empurrar um penedo. Mas preferamos, em todo o caso, a lentidão aos recursos cruentos. Um movimento armado, triunfante, não modificará a mentalidade popular. A obra a realizar deve consistir, pois, e principalmente, em aumentar, pelo preparo técnico, o número dos homens autônomos (CAMPOS, 1928, p. 2).

A respeito de uma compreensão sobre a escrita da história em *Retrato do Brasil*, o jornalista maranhense aponta a importância do fundamento documental confiável e apropriado para a argumentação, além de estilo narrativo. “A documentação é segura, oportuna e abundante. O estilo é discreto, límpido, e maçolo, como o assunto requeria. As conclusões, apenas, é que são amargas demais” (CAMPOS, 1928, p. 2).

No momento onde aponta que um estudioso de nossa história, como Prado, não poderia omitir a luxúria como traço de uma psicologia brasileira em nossa formação histórica, escreve que o paulista traça esta compreensão “meditando as crônicas da nossa vida colonial, manuseando os códices que constituem a história autêntica da nossa formação [...]” (CAMPOS, 1928, p. 2). Para Campos, é possível perceber a presença de Capistrano de Abreu no ensaio. O traço pessimista da obra teria origem no pensamento misantropo do mestre, sendo como uma difusão direta das ideias de Capistrano. Neste raciocínio, finaliza sua crônica escrevendo que o *Retrato do Brasil* é como um livro escrito pelo próprio historiador cearense.

Nota-se, nelas [as conclusões pessimistas], a influência de Capistrano de Abreu. Capistrano foi o Nazareno da História da nossa formação. Como o Filho de Deus, ele, que era portador da mais alta sabedoria, pouco mais fez do que escrever na areia, para apagar depois. Como Jesus, porém, ele possuía seus discípulos, e está tendo, agora, os seus evangelistas, divulgadores da sua palavra. Capistrano de Abreu era, todavia, um misantropo. A sua visão era turbada pelo mais espesso pessimismo. E é esse pessimismo que se reflete no senhor Paulo Prado, que é, no caso, o João de Pathmos desse novo evangelho. “Retrato do Brasil”, é em suma, o livro que Capistrano não escreveu (CAMPOS, 1928, p. 2).

Para Campos, a documentação apresentada por Prado é de grande importância para a compreensão e escrita da história. De mesma relevância é a interpretação e a reflexão sobre os temas históricos investigados, entendendo que a hermenêutica não deslegitima o esforço historiográfico. E isto, mesmo que determinados entendimentos possam, para ele, estar equivocados ou em desacordo com outras perspectivas fundamentais.

A inserção do presente do sujeito que pensa sobre o passado é tema primordial do próximo texto abordado. Em artigo intitulado “Anacronismos”, escrito para o *Correio da Manhã*, em 1929, Candido Jucá Filho escreve: “Uma das tarefas mais penosas a que nos podemos oferecer é a de imaginar o Passado desvestindo-o completamente de quantos “presentismos” nos dominam o espírito” (JUCÁ FILHO, 1929, p. 1). Dando ao passado característica imperativa, entende que aquele que investiga algo sobre o Passado sofre grande dificuldade em realizá-lo sem estar trajado com suas perspectivas contemporâneas, as características históricas daquele que pensa sobre o passado.

Ocorre-me essa reflexão a propósito desta bela e nascente literatura no Brasil, que visa engrandecer a nossa história anedótica. Alguns escritores, dotados de intuição maravilhosa, tem de fato conseguido interpretações exatas de fatos e costumes passados. Outros, porém, desajudados de talento crítico, falham redondamente na sua intenção, e do nosso pretérito não apresentam senão belas fantasias literárias, que examinadas com atenção enxameiam de anacronismos (JUCÁ FILHO, 1929, p. 1).

Ao utilizar do neologismo *presentismo*, Candido Jucá entende a categoria como: as características inerentes a um determinado presente, a um momento histórico (historicidade), na mentalidade dos sujeitos que vivem nele. No entanto, o linguista acredita ser possível produzir “interpretações exatas de fatos e costumes passados” através de uma hermenêutica a qual parte de certa reflexão lógica e formal, ou do desenvolvimento de um “talento crítico”, somado a uma percepção

sensível, ou “intuição maravilhosa” (JUCÁ FILHO, 1929, p. 1).<sup>67</sup> Mas, para ele este não seria exatamente o caso de Prado.

Apesar de não eliminar completamente a credibilidade do ensaio como representação de certas experiências passadas, para Jucá Filho, os anacronismos de Prado sujeitariam o seu livro a certa invalidade. Assim como também apontou Oswald de Andrade, o linguista escreve que, no interior do *Retrato do Brasil*, há um julgamento da moralidade colonial a partir de aspectos comuns à historicidade do início do século XX, e não àqueles próprios ao recorte analisado. Tal anacronismo seria ainda mais problemático pelo fato de que Prado tenta comprovar seus julgamentos por meio de um uso equivocado de algumas fontes, os relatos de viajantes, como se estes estivessem em acordo com os julgamentos do paulista, como se fossem ao encontro das interpretações de um paulista do início do século XX.

Não basta aprofundado conhecimento da história episódica para bem julgar os homens de outros tempos. A crítica psicológica é de importância capital. Em cada era, a civilização e a cultura criam sentimentos e paixões que nos cumpre conhecer, se não queremos julgar injustamente que mais que as considerações econômicas, definem as épocas, e são a alma dos acontecimentos. Para descrever uma revolução ou um homem, importa penetrar-lhes as condições psicológicas. Se não é razoável estudar a história do Egito, segundo o materialismo histórico, ou pretender descobrir patriotismo em Julio Cesar, - também é insensato fazer um gentio amar com todas as veras do romantismo, ou de qualquer maneira querer situar em dias de antanho os fenômenos que vinculam a sociedade de hoje (JUCÁ FILHO, 1929, p. 1).

67 Seria um anacronismo de minha parte ter a expectativa de que Candido Jucá pudesse reconhecer a multiplicidade de organizações sociais as mais diferentes, complexas e sofisticadas próprias a grupos humanos e etnias também as mais variadas. Mesmo assim, é interessante reparar que Jucá Filho denuncia anacronismos no esforço de representação do passado, mas atribui às etnias indígenas e outros povos contemporâneos o rótulo de atrasados, como se houvesse um percurso histórico linear (criticado por ele) no qual se insere todas as organizações sociais humanas: “Outra sorte de anacronismos se verifica quando atribuímos a povos contemporâneos, atrasados, contudo, de varias idades, sentimentos e juízos que caracterizam o homem civilizado. Apontarei um caso: o nativismo de Alencar. Pery o que é? Um cavalheiro dos mais polidos e requintados, com princípios de nobreza europeia, dentro da pele bronzeada de um bugre americano, habitando as florestas fluminenses. Um índio de carnaval...” (JUCÁ FILHO, 1929, p. 1).



Jucá Filho se atenta para um problema antropológico de forma relativamente semelhante a parte dos argumentos de Humberto de Campos. O estranhamento do comportamento moral não ocorre somente a partir da diferença entre as experiências temporais, mas também entre as diferenças espaciais. Ou melhor, cada agrupamento humano, no interior de suas identidades, possui sua cultura, a qual muitas vezes, no contato com outros, produz certo estranhamento e incompreensões das perspectivas singulares de cada um, gerando antagonismos. Seria, para ele, de certo modo natural que nos relatos de viajantes encontrássemos tais embates e recriminações em relação aos comportamentos observados e experimentados.

O colunista julga ser de grande importância para a compreensão histórica entender princípios da historicidade do episódio analisado, ou ainda, da psicologia “em cada era, civilização e cultura”, onde se sedimentam determinados “sentimentos e paixões” (JUCÁ FILHO, 1929, p. 1). Para ele, esta abordagem possibilita um melhor entendimento dos fenômenos históricos, sendo ainda mais importante do que, por exemplo, os aspectos da história econômica. Estudar a “psicologia” de um processo histórico tornaria possível evitar um pouco mais os *presentismos* nos quais o historiador (ou qualquer indivíduo que imagina o passado) está imerso. Assim como para Tasso da Silveira, Jucá Filho entende que Prado teria reproduzido, em seu ensaio, muitos dos aspectos da sua temporalidade, mais do que teria alcançado uma escrita da história de qualidade.

Medeiros e Albuquerque (1867-1934), de forma um tanto quanto similar a Jucá Filho, vai em direção a ideia de que houve a formação de uma cultura comportamental, uma mentalidade generalizada em torno da cobiça e da luxúria. No entanto, enquanto elabora suas críticas e divergências, simultaneamente Albuquerque enaltece o ensaio de Prado. Para ele, “o ano literário de 1928 acaba, graças ao livro de Paulo Prado, como só se poderia dizer com uma frase francesa, que eu confesso não saber traduzir: *acaba en beauté*. Porque esse livro é simplesmente

magnífico” (ALBUQUERQUE, 1929, p. 3). O autor do texto do *Hino da Proclamação da República* (1890) acredita que, com o *Retrato do Brasil*:

Ele (Prado) ficará em uma galeria de poucos e raros na nossa literatura, entre meia dúzia (talvez nem tanto!) de dândis literários, tão cuidadosos de sua elegância moral e intelectual, galeria em que estaria o seu próprio irmão, Eduardo Prado, estaria Affonso Arinos e não sei mais quem (ALBUQUERQUE, 1929, p. 3).

Assim como para Humberto de Campos, sua compreensão vai ao encontro do argumento acerca da luxúria e a cobiça como “preocupações que enchiam todos os espíritos” no processo da colonização, e que se tornaram dois sentimentos (comportamentos) que comporiam certo perfil nacional (ALBUQUERQUE, 1929, p. 3). Concorda, ainda, com alguma generalidade da tristeza, mas discorda da premissa desta como resultado da luxúria e da cobiça, e também diverge da ideia de que a tristeza teria se intensificado pelo Romantismo, já que interpreta que “o romantismo triste foi uma moda transitória”<sup>68</sup>. Para ele, assim como argumentou João Ribeiro, “A luxúria cria, anima, faz crescer as nações. Não foi daí que veio a tristeza de nosso povo” (ALBUQUERQUE, 1929, p. 3).

Diferente do que expunham outros autores até aqui, entende que esta libertinagem teria sido perpassada às etnias indígenas pelos europeus, e não seria um comportamento característico, próprio aos povos originários. A libido excessiva estaria bastante associada aos portugueses, marca comportamental lusitana presente desde a carta de Pero Vaz ao rei: “Note-se que não se tratava de uma carta para um amigo da mesma classe, sócio e companheiro de devassidão” (ALBUQUERQUE, 1929, p. 3). Com isto, conclui que a exacerbação da libido só poderia ser um elemento português evidente, já que compunha

68 Albuquerque descreve de forma bastante depreciada o movimento intelectual do Romantismo: “O que caracteriza o romantismo é o desprezo pela realidade. Ou ele se atira pelo passado, a procurar inspiração, ou exagera certas qualidades das coisas, e pessoas. O romantismo, só o que não sabe é ver as coisas com as suas justas proporções. [...] Depois, ele tem tomado outros aspectos, mas continua vivo e florescente”. (ALBUQUERQUE, 1929, p. 3).

a carta de um chefe da armada, direcionada para o Rei, lida para o comandante (Cabral) antes de ser enviada.

Outro equívoco da colonização se encontraria na forma como a presença portuguesa se efetuou, permitindo a imigração de criminosos os quais teriam suas faltas perdoadas caso habitassem a colônia, crimes associados, inclusive, à concupiscência. O problema não estaria na luxúria em si, mas como ela torna-se usual.

Foi, todavia, nesse grave e solene papel que Pero Vaz de Caminha entrou na descrição da anatomia das caboclas e a comparou até com a das portuguesas, em detrimento destas. Bons professores tiveram, portanto, os índios! Valeu depois à colonização. Que colonização! Um alvará real declarava que no Brasil se podiam homiziar os criminosos que pudesse, para aqui, fugir. O que em Portugal seria punido até com a pena de morte, aqui ficava livre e solto. E na lista dos crimes previstos estava, segundo a lei, “a bestialidade, a malícia, a alcovitice, o adivinhar lançando sortes, o usar de feitiçaria para querer bem ou mal... Não se admira, portanto, que a luxúria se espraiasse (ALBUQUERQUE, 1929, p. 3).

A luxúria estaria, antes, na ordem dos motivos mais relacionados à alegria. Porém, Medeiros e Albuquerque admite que a forma como a libido é compreendida está associada a determinado espaço cultural, ou mesmo se constitui de modo circunstancial. Ela pode, neste sentido, ser motivação de sentimentos alegres ou tristes:

Não consta que seja triste. O que os moralistas (sobretudo os que já tiverem passado dos 60 anos) chamarão, indignados, antros de depravação, são lugares essencialmente alegres. A luxúria pôde, portanto, colorir-se de tristeza ou de alegria. A semelhança dos nomes de dois lugares de franca luxúria estão trazendo à minha memória um ponto de luxúria alegre e outro de luxúria triste: o Balle Tabarin, em Paris, e o cabaret Ta-ba-rya, em Buenos Aires. No primeiro é uma alegria permanente: todos dançam, gritam, brincam... No segundo, os pares deslizam agarrados, ao som lúgubre de tangos, que mais parecem marchas fúnebres (ALBUQUERQUE, 1929, p. 3).



Os navegantes portugueses teriam topado com este território (do futuro Brasil) ocasionalmente, e não organizado a colonização através de um propósito convicto, de uma busca direcionada. Não seria, portanto, do modo como os “patriotas” procuram narrar, de forma forçada e abusiva, ou ainda, como “Patriotas patriotadas tem patrioticamente procurado fazer crer que não houve acaso; houve, ao contrário, um propósito muito firme” (ALBUQUERQUE, 1929, p. 3). Desde então, muitos daqueles que se deslocavam da Europa para cá vinham de forma descuidada, pouco informada, lançando sua sorte ao mar – “Os que vinham para aqui, vinham também imprudentemente. Não havia boas informações. Pouco se sabia” (ALBUQUERQUE, 1929, p. 3).

O impulso, o qual pôs em movimentos muitos sujeitos envolvidos com a colonização portuguesa, seria o da negligência, contando com as possibilidades da fortuna: “Atirar-se pelo mar afora em uma viagem arriscadíssima, só pelo vago e aventureiro sonho de achar alguma mina de ouro ou prata, era de gente imprevidente. Tudo lotérico” (ALBUQUERQUE, 1929, p. 3). A cobiça não produziria, infalivelmente, uma cultura da tristeza, mas teria conduzido a uma generalidade da imprudência, do comportamento o qual o indivíduo lança seu destino à sorte, também constituinte daquela conduta histórica portuguesa das navegações, herdada a posteriori. Se para Prado a libidinagem, somada a cobiça, culminavam na tristeza, para Albuquerque, é a inconsequência que provoca a infelicidade, pois lança os indivíduos em busca indefinida de bens materiais, muitas das vezes tendo que abandonar seus familiares.

Na nossa poesia popular, os termos mais frequentes são a partida, a viagem, a saudade, o ciúme. Terra de nômades. O essencial não era, pois, a cobiça: eram os meios de satisfazê-la. Se dizem a alguém que, tomando-se um automóvel, pode-se ir a um Banco buscar algumas centenas de contos, porque tristezas? Ao contrário. Mas, se me dizem que eu acharei uma mina riquíssima de ouro, de platina, de brilhantes, precisando, porém, para tal fim embrenhar-me em uma floresta imensa, ariscando a vida, não sabendo se ao voltar encontrarei as pessoas queridas que deixei, é impossível não ficar triste. As duas grandes características do povo brasileiro são a sensualidade

e a imprevidência: a mulher e o bilhete de loteria. Cortem o Brasil de estradas, façam com que tudo esteja perto de tudo e a tristeza desaparecerá (ALBUQUERQUE, 1929, p. 3).

Ao fim, compreende que a solução para tal sentimento soturno no interior da identidade nacional seria o aumento da possibilidade de comunicação entre os espaços distantes através de estradas, encurtando o acesso e o tempo entre longas distâncias. Albuquerque entende, portanto, que o sentimento de tristeza é resultado do afastamento das famílias e comunidades na busca por enriquecimento. Mas a luxúria e a cobiça, sendo características nacionais, não teriam produzido, em si, a tristeza e outros problemas herdados no futuro. O que gerou adversidades foi a forma como os processos históricos foram conduzidos por sujeitos despreparados e a partir de suas possibilidades historicamente determinadas.

Já Hermes Lima, de modo irônico, aponta que é possível que a ficção *Macunaíma* represente aspectos da realidade de forma mais adequada do que o esforço de escrita da história do ensaio de Prado. Para o político e jornalista, é preciso pensar e representar os processos históricos, tendo em mente a metanarrativa do ideal civilizacional - definido para ele como o grau de domínio da natureza pelas comunidades humanas. Etnocentricamente, ao menos neste texto, Lima entende que era preciso escrever a história de um grupo humano descrevendo-a no interior da ideia de que toda sociedade se desenrola linearmente, rumo à ordenação de uma civilização orientada pelos progressos modernos semelhantes aos europeus. Este princípio, para ele, comporia de forma estrutural o livro de Mario de Andrade.

Aliando razão e estética em uma narrativa, Hermes Lima parece acreditar que experiências humanas, ordenadas por meio da perspectiva civilizacional podem, diríamos aqui, presentificar o passado, dando àqueles sujeitos uma vivacidade humana. No entanto, em seus argumentos há prevalência de uma visão racionalista, especialmente em certa negação da inconstância e a incoerência com parte característica e pujante de cada sujeito.

“Macunaíma”, do sr. Mario de Andrade, afigura-se-me (sic), por isso, um retrato do Brasil mais exato e mais profundo que o do sr. Paulo Prado, no sentido de que neste poema cíclico o “herói sem nenhum caráter” é, na verdade, uma figura viva, humana e verdadeira, inconstante, mas capaz de dominar a natureza” (LIMA, 1929, p. 2).

Como destacado, Lima considera que os processos históricos são direcionados com base no domínio da natureza pelos homens. Portanto, é a inteligência dos sujeitos, a mente e a razão dos indivíduos em relação ao meio ambiente, que é central na dominação da natureza, na compreensão histórica e na composição de suas representações. A partir disto, considera como equivocadas as teorias que entendiam o ambiente natural como limitante das atividades e possibilidades humanas. Mais ainda: que esta percepção, além de desacertada, já estaria em desgaste frente ao princípio da razão humana sobre o espaço.

Para ele, Buckle, figura preponderante do argumento da determinação do espaço geográfico sobre as comunidades humanas, teria retificado e repensado suas teses acerca do determinismo geográfico ao mencionar que o progresso inglês está fundado, na verdade, na ordem da razão humana. Ou seja, Lima interpreta que o desenvolvimento inglês teria como cerne a produção de saber e de verdades as quais poderiam ser generalizadas para o desenvolvimento da técnica e para a ação dos sujeitos (de qualquer espaço, cultura, sociedade, etc.) sobre a natureza – claro, não tendo em vista as trocas e circularidades de ideias, aprendizados e técnicas entre os mais diferentes povos, algo central, inclusive, para o sucesso inglês.

Sem dúvida, de modo eurocêntrico, Hermes Lima se apoia numa estratégia fortemente lógico-formal. No entanto, não despreza a importância do sentimental, do afetivo. Nesta direção, acrescenta que a partir do esforço de dominação da natureza, “partindo-se dele a co-biça, a luxúria, o romantismo fornecerão depois a cor nacional do tipo” (LIMA, 1929, p. 2). Mas deve-se acentuar que, para ele, a capacidade do ser humano em agir racionalmente é preponderante, e é partindo do

“progresso civilizacional” como finalidade histórica (metanarrativa) que Hermes Lima acredita ser possível analisar as experiências humanas. Percebe-se aqui a diferença de sua abordagem ao compará-la com a de Jucá Filho, por exemplo, o qual estabelece a identidade psicológica característica de um grupo como primordial ao entendimento dos processos históricos próprios àquela sociedade.

Num sentido geral, civilização significa domínio da natureza. É por isso que as teorias que procuravam atribuir ao mundo exterior uma influência decisiva nas realizações humanas tiveram que ser mitigadas e corrigidas. De certo modo, o meio físico influi e pesa sobre a atividade humana, social de um país. Mas, o próprio Buckle reconhecia na sua “História da Civilização na Inglaterra”, com a qual ele abriu um caminho decisivo nos estudos históricos, que se a medida da civilização é o triunfo do espírito sobre os agentes exteriores, fica patente que nas duas classes de leis que regem o progresso da humanidade, os fatores psicológicos são mais importantes que os físicos. E chegou mesmo a ajuntar que “o progresso da civilização europeia é devido somente ao progresso do saber e que o progresso do saber depende do número de verdades que a inteligência humana descobre e da sua conseqüente generalização” (LIMA, 1929, p. 2).

Esta compreensão racionalista é fundamental à crítica de Hermes Lima ao livro de Prado. O autor de *Retrato do Brasil* não teria dado devida importância à ação humana, a qual Lima julga como razoavelmente efetiva, alcançado certo sucesso, ao menos frente à natureza robusta do território sul-americano. Para Lima, Prado teria privilegiado aspectos que não seriam fundamentais ou cruciais:

Na base destas verdades claras é que outro dia, comentando o “Retrato do Brasil”, de Paulo Prado, notei que a medida para se aquilatar o valor do brasileiro não deve ser outra senão a obra civilizadora que ele até aqui já conseguiu realizar na vasta extensão desses oito milhões e meio de quilômetros quadrados. Ser triste, ser sensual, ser romântico, não figuram entre os elementos primários para a aquisição de um juízo sobre a capacidade de trabalho, de iniciativa, de domínio da natureza do homem brasileiro. No seu processo peculiar de desenvolvimento, de atividade humana, o brasileiro possui, com certeza,

característicos próprios. Entre estas, a do individualismo, tão forte e tão pronunciado em toda a nossa história e que parece nos destinar à situação de povo sempre à mercê dos “homens providenciais”. Entretanto, todo o juízo sobre o brasileiro deve inspirar-se no mais profundo pragmatismo. Deve partir do já realizado, do já dominado na natureza. Porque nem a cobiça, nem a luxúria, nem o romantismo, sem a consideração desta obra já conseguida, poderão nos dar a imagem do homem, observado como valor econômico e social (LIMA, 1929, p. 2).

Não priorizar a civilização, como filosofia da história, seria a grande falta do ensaio de Prado. Mais ainda, o “progresso civilizacional” realizado no passado deveria ser rememorado, validado no interior da identidade nacional no presente, funcionando, aparentemente, como uma perspectiva pragmática (lógico-formal, estruturada pelo sentido) a qual estimularia a ação. Mesmo porque, Lima indica que esta estratégia era necessária para fazer frente a uma das características da formação histórica brasileira, o individualismo. Esta dificuldade, em agir coletivamente devido ao egoísmo, colocaria os indivíduos sob o capricho de poderes locais, como coronéis e fazendeiros.

Nesse sentido, a tematização de determinados passados considerados potencializadores e uma reprovação do individualismo exacerbado me parecem convergir Lima e Prado, ainda que a interpretação de Lima acerca do *Retrato do Brasil* seja discordante desta aproximação compreendida aqui.

O também ensaísta e literato Agripino Grieco (1888-1973), escrevendo a respeito de Prado, diz que:

Seu volume de estreia, “Paulística”, representa uma série de ensaios vivos e incisivos, sem vaidade de erudição, mas indo lepidamente ao fim visado, que é o de dizer algo novo sobre um assunto em que se encarregaram dezenas de outros garimpeiros das bibliotecas. No introito do volume, uma página de primeira ordem, confessa o sr. Paulo Prado, lealmente, haver longo tempo esquecido o Brasil, seduzido pela Europa, suas pompas e suas obras. [...] Veio-lhe o gosto do sertão e do sertanejo, a admiração dos nossos pioneiros, pelos nossos faiscadores de

ouro, pelos nossos pescadores de diamantes. E ei-lo, afinal, restituído à sua terra. Ei-lo remexendo em nossos arquivos, sem medo de sujar as roupas caras; ei-lo viajando na máquina de explorar o passado. Isso, aliás, sem perpetrar pesadas monografias, sem incidir na prosa tabeliões dos simples arrotadores de fatos. Sua obra é de um impressionista das letras, é palpitante de vida, é pitoresca e é cheia de cor (GRIECO, 1928, p. 2).

Segundo ele, Prado “viajou muito e como que viveu expatriado mesmo no Brasil”, ou seja, Prado passou muito tempo fora do Brasil e, mesmo quando estava aqui, passou muito tempo interessado na Europa e desinteressado de seu país de origem. No entanto, o gosto, a atração pelo passado brasileiro, o envolvimento com a história do Brasil o teria reinserido em sua identidade, em sua nacionalidade (GRIECO, 1928, p. 2). Assim como outros cronistas e críticos, Grieco ressalta a mesma vivacidade no estilo da escrita de Prado. Ainda, enxerga em seu texto uma ausência elogiável de eruditismos e de factuais pontuais a partir dos quais colocaria em risco o que entende como seu objetivo principal: a constituição de uma narrativa cativante aos sentidos, viva e colorida. Ou ainda, entende que, de modo assertivo, o *Retrato do Brasil* gera certo fascínio estético o qual absorve o leitor no interior de suas narrativas a respeito do passado.

Grieco aponta como um esforço importante, para a representação histórica, a elaboração de narrativas com elementos estéticos, poéticos e aspectos ficcionais da realidade cotidiana como, por exemplo, as lendas. Representações que não possuem estas abordagens seriam marcadas por uma sequidão cansativa, ordinária e desinteressante. Sua analogia acerca da técnica para o ressurgimento de textos em pergaminhos medievais ilustra, de forma curiosa, uma espécie de reanimação, de sobrevida do passado que seria possível por meio da estética e a narrativa. E isto, mesmo que não conseguisse inserir seu leitor de forma tão afetiva, efetiva e intuitiva em seu texto, especialmente se comparado, por exemplo, com os romances históricos.

Investigador patente, quer o sr. Paulo Prado separar a fantasia da realidade, embora sinta que a história não deva prescindir de

um pouco de lenda e que os séculos extintos, sem um pouco de idealização poética, são altamente prosaicos e maçadores. Nunca é demais um bocado desses entusiasmos que anima os papéis velhos, tal qual os ácidos que fazem reaparecer os caracteres apagados dos antigos palimpsestos. Sem ir ao extremo de aplaudir os que se relacionam com os reis de França percorrendo os Romances de Dumas pai, ele bem compreende que, faltando-lhes um bocado de epopeia, dez páginas de história são a maior estopada do mundo (GRIECO, 1928, p. 2).

O autor da crônica acredita que o *Retrato do Brasil* possui um valor como forma, como estética, mas pouco contribui como representação e reflexão acerca do passado e do seu presente. Mais uma vez, não parece haver nesta compreensão nenhuma negatificação do esforço de escrita da história de Prado tendo em vista seus aspectos estéticos, mas somente que estes últimos teriam se sobressaído em relação a uma representação mais “rigorosa” do passado.

Em páginas que valem mais, a meu ver, como obra de arte que de pensamento, mais como visão estética do passado que propriamente como síntese histórica, o autor da “Paulística”, mostra-se, ainda uma vez da estirpe intelectual de Eduardo Prado, mostra que foi em tudo digno de assistir, como assistiu aos serões da casa do Eça em Neuilly. Num estilo em que se sente o homem bem vestido, numa linguagem que sugere a mais impecável elegância de espírito, não vão mesmo sem trair certo diletantismo em que não há, aliás, nenhum rastaqueirismo (GRIECO, 1928, p. 2).

De forma parecida a Humberto de Campos e Jucá Filho, Grieco entende que no ensaio de Prado, as causas viciosas da nossa melancolia, “o ouro e a carne”, caracterizariam os portugueses desde antes da colonização. Portanto, a luxúria não seria um traço cultural dos grupos étnicos do sul das Américas e da África que teria, posteriormente, sido transferido aos europeus. Os portugueses seriam “herdeiros da Renascença, através do luxo, mesmo estando estes fora do Mediterrâneo, nossos colonizadores trouxeram para aqui o calor do sexo e o apetite de moeda próprios dos gozadores das cortes europeias” (GRIECO, 1928, p. 2).

Grieco acredita que Prado acertou ao indicar a ambição pelo enriquecimento como parte importante do processo de colonização. Esta interpretação conectaria o ensaísta paulista diretamente às compreensões do seu mestre, Capistrano de Abreu. Apesar disto, pensa que Prado não realizou inovações em relação ao que já fora apresentado pelo autor de *Capítulos de História Colonial* (1907):

Na parte relativa à ambição de metal, o sr. Prado patenteia que bom discípulo de Capistrano, sabe o assunto como poucos, embora quase nada acrescente ao que ele mesmo já disse na sua magnífica digressão anterior sobre os bandeirantes (GRIECO, 1928, p. 2).

Em sua publicação, Grieco salienta o argumento de Prado acerca da cobiça através de uma poética, ou estratégia mais própria ao que estamos chamando de produção de presença. Do mesmo modo, vai em direção a uma narrativa histórica que descreve de forma a tocar, provocar e atrair os sentidos e absorver o leitor em seu texto, como que tentando presentificar as experiências apontadas. Também, nota-se aqui um interessante uso livre acerca da ideia de “homens de ação” na obra de Nietzsche (assim como fez Prado), onde aqueles sujeitos que desbravavam e colonizavam espaços considerados ermos são entendidos como exemplares do tipo humano descrito pelo filósofo alemão – mais uma vez, algo conectado ao ideal civilizacional eurocêntrico, etnocida e epistemicida.

Foram estes uma gente impetuosa e amiga do perigo, aventureiros fora da lei, além do bem e do mal, plantas humanas que dilatavam indiferentemente o néctar e o veneno, bons discípulos – sem sabê-lo – de Cesar Borgia e – sabendo-o muito menos – nietzschianos em ação antes das teorias de Nietzsche. Achavam a aventura mais necessária que a vida. Não temiam sequer a Coroa e a Inquisição. [...] Faziam da selva um serralho verde, atirando-se gulosamente à carne dourada das índias. A terra do Pau-Brasil, dos macacos e dos papagaios, o como do Brasil litorâneo ia tornar-se terra selvática, no selvagem Brasil do ouro e dos diamantes. O interior a todos fascinava como aquela montanha de íman do poema dantesco. Era o fascínio das minas, a marcha quase sonambúlica ao “país encantado dos dourados e das Itaberaba de cristais e esmeraldas” (GRIECO, 1928, p. 2).

As qualidades estéticas da narrativa e o fundamento documental de Prado não teriam, apesar disto, convencido o crítico literário da hipótese de que a tristeza brasileira generalizada (admitida pelo cronista) seria causa direta da liberdade sexual excessiva e da busca frenética pelo enriquecimento. Ainda assim, Grieco acredita que estas duas características – luxúria e cobiça - são marcantes nos processos históricos do que é compreendido no século XX como o Brasil.

O texto de Prado possibilitaria o vislumbre dos panoramas negativos da luxúria e da cobiça, como que ilustrando e iluminando em imagens acerca do que pode ser contraproducente nestes comportamentos. No entanto, sua hipótese (luxúria + cobiça = tristeza) não passaria de uma conjectura que não consegue se sustentar. Isto, porque Grieco adverte que outros povos, tão libidinosos e cobiçosos quanto o brasileiro, não teriam (re)produzido tal tristeza. Grieco aproxima Prado e Bilac, percebendo a mesma fórmula resultante da tristeza na obra dos dois, e conclui que este argumento é equivocado em ambos, tanto nas perspectivas da psique do primeiro, como na enganosa ideia racialista do segundo (GRIECO, 1928, p. 2).<sup>69</sup>

Neste volume do “Retrato do Brasil”, sente-se ainda melhor o civilizado, o fino epicurista das letras que há no sr. Paulo Prado, na arte, na sutileza, na entonação perfeita da parte em que o ilustre patricio, coordenando uma documentação até hoje esparsa, fala da luxúria dos avoengos, forasteiros e autóctones, cultores de todos os pecados, de todos os vícios, pondo

69 No argumento acerca da formação do brasileiro a partir de três grupos étnicos, Grieco menciona que o português não é mais tristonho que os povos de outras “nações”. Do mesmo modo, entende que os africanos são considerados alegres, e que sua tristeza teria surgido no exílio e na violência sofrida em razão da escravização. Lembra, ainda, que o indígena representado por Anchieta – lugar comum e equivocado da memória do indígena como elemento do passado, nunca presente – era capaz de rir-se intensamente, tendo sua tristeza originada dos maus tratos portugueses: “Bem considerado, não será o português mais fúnebre que o espanhol, o francês e o italiano. [...] Quanto ao africano, que Bilac enxergava outro antepassado da nossa tristeza, convém verificar se ele veio a tornar-se amargo aqui, no exílio e na tortura do eito e do tronco, ou se já o era na África. De certo modo, a segunda hipótese é afastada pelos romances de Haggard e outros africanistas, que o dão como um tipo muito alegre e muito despreocupado em seus domínios. Passando-se ao terceiro avoengo, o índio, pode afirmar-se que a sua melancolia ou simples taciturnidade só se avolumou com os maus tratos que lhe infligiram os portugueses, mas que um Anchieta, divertindo-o com suas representações teatrais, verificou que ele sabia rir de um riso claro e cantado” (GRIECO, 1928, p. 2).



haréns em cada ninho de folhagem, abrindo aqui, por todos os cantos, sucursais de Lesbos, Sodoma e Paphos, comprazendo-se, em mil “sujidades”, como dizia um cronista austero. Todavia, a distinção, a polidez de frases com que tudo isto nos é contado pelo retratista do Brasil, não nos força a concluir que a sua nova teoria, o seu binômio, sensualidade e ganância – sejam incombatiível. A rigor, será apenas uma hipótese a mais, e sempre com detalhes saborosos, numa pintura de “manchista” (sic) feliz, apto a fazer ver como faróis os espetos macabros do dinheiro e da lascívia. Uma hipótese como tantas outras que a precederam, tal a do lírico Bilac, que nos dava como tristes por sermos o produto de três raças lúgubres. [...] “Sexualidade + ambição = tristeza. Mas em Roma, onde as bacanais alternavam com a feroz exploração dos escravos e dos filhos das possessões distantes? E na Grécia, onde a astúcia de aventureiros à Ulysses e Jason alternava com os vícios do homossexualismo, onde o amor, justamente chamado de grego, era quase uma instituição oficial? O próprio sr. Prado reconhece que o inglês é otimista e o alemão é galhofeiro. Entretanto – acrescentaremos nós – são cobiçosos e libidinosos, tanto quanto a lei e a Bíblia o consentem (GRIECO, 1928, p. 2).

As causas de uma tristeza marcante na mentalidade brasileira estaria, para Grieco, nos problemas sociais e econômicos. No entanto, de forma racalista, aponta que a própria mestiçagem étnica poderia ser parte deste resultado. Ainda assim, reitera mais uma, imediatamente a seguir deste argumento, que os problemas nacionais, inclusive a tristeza, seriam de origem socioeconômica. É nesta direção que indica e critica a falta de higiene e saúde, a pobreza, a alimentação de baixa qualidade, a incapacidade técnica e escassez da instrução. Ao fim, denuncia a precariedade da vida urbana e rural como causadoras dos problemas do país, assim como fazem Manoel Bomfim e Manuel Querino, e em parte do trabalho de Euclides da Cunha. Mesmo assim, Grieco adverte que suas reflexões podem ser somente teorias contestáveis, já que toda esta miséria econômica e social não leva necessariamente a uma cultura da tristeza, como, por exemplo, no caso do Paraguai que teria, para ele, uma população alegre.



Não, essa teoria do sr. Paulo Prado não me satisfaz. A causa da nossa tristeza deve ser outra. A causa deve ser aquela que em outra passagem do seu livro entrevê, e eu já entrevira há três anos, criticando um crítico gaúcho. Deve resultar do fato de sermos vítimas da verminose, do impaludismo, da sífilis, da pobreza, da falta de instrução, dos defeitos da mestiçagem, que produzem abulia e frouxidão do caráter do clima acalentador (?). Sim, somos tristes lascivos porque doentes, porque fracos, porque despojados de tudo em nossa própria terra. Aliás, esta minha interpretação também oferece seus pontos vulneráveis. Digo eu que somos azedos, não por motivo racial, mas social e econômico, por nos sentirmos fracos, não só na cidade, onde não conseguimos fazer foco à invasão estrangeira, aos capitais cosmopolitas, ao prestígio das civilizações muito mais avançadas, como também no interior, onde sofremos por fazer parte do mais desprotegido dos proletariados, o proprietário rural, e vivemos – se isso é viver – às voltas com as endemias, a má alimentação e a ausência de organização técnica no trabalho. Mas, se a consciência da nossa miséria é que nos entristece, porque é que o Paraguai, apesar de arruinado economicamente, é alegre, sendo que uma das poucas canções melancólicas que lhe são atribuídas é da autoria de um argentino, o poeta Guido y Spano? Teorias, teorias, teorias... (GRIECO, 1928, p. 2).

Após salientar suas discordâncias quanto às causas da tristeza supostamente disseminada no Brasil, escreve que “no livro não há só dessas abstrações” (GRIECO, 1928, p. 2). Em sua conclusão, antes de aplicar sua última crítica, retoma a valorização da escrita sensorial de Prado, ainda que através de certo moralismo: “Há também admiráveis painéis como a descrição do Rio do começo do século XIX, luso-africano, pitoresco e sórdido, colorido e execrável, encanto dos artistas e indignação dos moralistas” (GRIECO, 1928, p. 2). Tal movimento seria como um desenho, uma ilustração da imagem (painel) de um espaço vivo que encanta uns enquanto provoca outros - o que também seria parte do que descrevemos como efeito de presença.

E outros trechos interessantes pululam, notando-se apenas, no conjunto, certo pessimismo, talvez procurando, de quem, retratando o Brasil, o fez um tanto indignado com o modelo, nuns ares meio oposicionistas ou derrotistas, mostrando-se em seu tríptico

os piores aspectos desse complicado cidadão americano: o sr. Brasil devasso e ganancioso na infância; adolescente mestiço, poeta e beberão romântico, o velho covarde e burro...”<sup>70</sup>

Grieco julga que, apesar desta vivacidade estética, o ensaio em questão estaria perpassado por um pessimismo, possivelmente devido a uma insatisfação pessoal que turvou as compreensões de Prado. Tal indignação, provavelmente surgiu na comparação entre o Brasil e os modelos civilizacionais europeus e norte-americano de Prado. Como já mencionado, segundo ele, talvez Prado tenha passado tanto tempo em outros países que ficou como que expatriado. Neste argumento que, de certo modo, se assemelha ao de Humberto de Campos, Grieco põe em evidência a ideia de “modelo civilizacional” como um problema para o entendimento da história nacional. Isto, porque Prado possuiria a expectativa de que o percurso histórico brasileiro se encaminhasse para certo padrão de progresso e ideal “civilizacional” europeu ou estadunidense.

Ao fim, em sua crítica final mordaz, Grieco sugere que o *Retrato do Brasil* é resultado da comparação incompatível entre países e percursos históricos diferentes, entre o brasileiro e o estadunidense ou entre o brasileiro e os dos países europeus. Mais do que isso, Prado pode ter escrito seu ensaio através do sentimento de alguém que se entende como parte de um espaço, uma cultura e sociedade sobrepujada, produzindo uma atitude derrotista como resultado. Esta conclusão de Grieco também se apoia no fato de Prado salientar que luxúria, cobiça e tristeza seriam o que há de mais negativo no país do qual faz parte, repercutindo assim, de certo modo, um argumento francamente católico ou protestante, logo, europeu e norte-americano. A afetividade e o percurso pessoal de Prado teriam se tornado um grande obstáculo para a construção de uma investigação e uma narrativa de qualidade acerca do passado e do presente.

70 Partes deste periódico se encontra quase ou mesmo ilegível; devido a isto, não é possível ter certeza se de fato a última palavra é “acalentador” (GRIECO, 1928, p. 2).

REALIDADES COMPARTILHADAS:  
DEBATES E CONTRAPONOTOS  
TRATADOS NOS PERIÓDICOS

As diversas abordagens destes intelectuais nestes periódicos demonstram ricas possibilidades no interior das temáticas do ensaio de Prado e das compreensões e narrativas particulares nos textos de seus críticos. A partir de suas noções e pareceres, refutam, endossam ou complexificam a tese da luxúria e da cobiça como causadoras de uma tristeza generalizada, posteriormente intensificada pelo Romantismo. No conjunto das especificidades e divergências de cada um, é importante perceber que todos eles apontam para a necessidade de uma escrita da história (e mesmo da literatura ficcional) comprometida com o presente. Ou melhor, advertem para a necessidade de uma reflexão histórica que tente provocar à ação, individual e conjunta, que norteie para um envolvimento ético-político quer a partir de um caminho mais estético quer de um mais lógico-formal. Isto, claro, a partir das definições de ética e política dispostas.

Constantemente, o clima de *melancolia* se mostrou parte da elaboração dos discursos acerca da necessidade de comprometimento do saber histórico e literário frente às adversidades do presente. Como discurremos anteriormente, tal *melancolia* se define pela atitude de enfrentamento, de engajamento do saber produzido em relação aos problemas do presente, mesmo que eles pareçam intransponíveis. Ao menos nos periódicos estudados neste texto, há um certo clima desta necessidade de comprometimento com o estímulo à reflexão, à ação, sempre destacando que existem desafios colossais a serem enfrentados.

No interior destes textos são tematizados uma série de problemas de grande relevância para a escrita da história: possibilidade da reorganização da distância histórica, atenção ao anacronismo, viabilidade de representação do passado, características fragmentárias do passado, etc. Saliento aqui a presença de debates acerca

da necessidade de uma escrita da história por meio de documentos, de aparatos teóricos, de um modo crítico e metodológico, mas também alguma expectativa quanto a utilização simultânea de recursos estéticos. Podemos vislumbrar que, a maioria dos autores dos textos em periódicos que abordamos, entendem que é possível (e mesmo necessário) utilizar elementos sensoriais e afetivos sem prejuízo da capacidade representativa, contanto que seja dada a devida atenção a certo rigor nos critérios para se investigar, interpretar e escrever determinada narrativa. A exceção aqui seria Hermes Lima.

Também parece haver certa noção da importância da capacidade hermenêutica do intelectual, desde que não seja exacerbada, que não acabe sendo arbitrária e não estejam excessivamente centradas nas personalidades do autor. Entre estes intelectuais há argumentos, os mais distintos, acerca da compreensão de que se pode representar objetivamente o passado, ou que as narrativas a respeito das experiências passadas, cada uma a seu jeito, podem contribuir para a compreensão da história. Do mesmo modo, aparenta haver uma percepção comum de que a escrita da história está sempre em reelaboração com o surgimento de novas compreensões teóricas, métodos e documentos.

É interessante apontar a viabilidade das metanarrativas civilizacionais e do progresso, especialmente nos textos de Humberto de Campos, Candido Jucá Filho e Hermes Lima. Mesmo assim, para muitos destes autores, as ideias de progresso e de civilização - como um ideal a ser percorrido - não se realizariam necessariamente, a despeito dos homens. Enquanto metanarrativa, esta expectativa, mesmo com diversas dificuldades, se realizaria inevitavelmente apenas na crônica de Hermes Lima. Nesta perspectiva, o movimento ético-político parece ser necessário exatamente para que determinado *telos* possa efetivamente ser realizado, ou para que se possa acelerá-lo, no caso daqueles que afirmam a existência de filosofias da história. Nas críticas de Humberto de Campos e Candido Jucá Filho, estas concepções quanto ao ideal civilizacional ou do progresso parecem depender diretamente

dos sujeitos para serem alcançadas, e podem, portanto, não se concretizar. No entanto, julgavam haver estágios ou graus de progresso civilizacional os quais acreditavam (equivocadamente) que as etnias dos povos originários não teriam alcançado.

Mesmo assim, como nos textos de Tasso da Silveira e Humberto de Campos, existe a possibilidade de crítica do modelo europeu e norte americano como a única possibilidade linear de civilização e progresso, de modo a atribuir certa complexidade à noção de civilização. Há aqui a perspectiva de que podem haver transcurtos diversos, menos lineares, nos processos de formação civilizacional (ou de uma civilização específica). Porém, com exceção do artigo de Hermes Lima, a definição da ideia de civilização parece pouco determinada, ou tão naturalizada e seguramente mobilizada que dificilmente parece ser necessário um delineamento semântico mais preciso. Mesmo assim, é constante a concepção de que os processos históricos sedimentam possibilidades para o presente, podendo determiná-lo de forma intensa (como na perspectiva das metanarrativas) De modo diferente, outros intelectuais percebem que tais possibilidades contidas nas experiências passadas, ao serem reinterpretadas e recontadas, viabilizam a reorganização de perspectivas no presente, as quais os sujeitos deveriam tomar consciência para intensificá-las ou evitá-las.

Outra ideia notável é a noção de que uma determinada civilização, ou cultura, não necessariamente compreende e reconhece a outra em sua variedade, produzindo estranhamento e antagonismos. Encontramos, ainda, perspectivas distintas no que tange às razões que tornariam possível o “progresso” de uma sociedade: temos, assim, explicações centradas no elemento cultural, no socioeconômico, no geográfico, ou, ainda, que convergem alguns destes elementos. Ao fim, o saber a respeito do passado tem grande relevância para estes escritores na constituição de estratégias ético-políticas que instiguem à ação a partir, é claro, de seus ideais “civilizacionais” e de “progresso”.

As temáticas que compõe o *Retrato do Brasil* de Paulo Prado foram mobilizadas para a construção de debates complexos, nos quais podemos observar compreensões as mais diversas acerca do passado. Do mesmo modo, é interessante perceber como poetas, romancistas e jornalistas, além dos historiadores, evidentemente, tratam a temática da história e até produzem críticas relevantes à escrita da história a partir dos elementos e argumentos relacionados ao que chamamos de *sentido* e de *presença*. Neste sentido, as críticas apresentadas por estes intelectuais possibilitam uma interessante e importante variedade de perspectivas no interior da historicidade da primeira metade do século XX brasileiro.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Manuel Querino e Paulo Prado são sujeitos diferentes que compartilharam determinado tempo. Se encontravam em situações sociais, econômicas, espaciais e culturais muitíssimo distintas. Ainda assim construíram, cada um ao seu modo, narrativas e presentificações de passados a partir de perspectivas ético-políticas, com base na oscilação entre efeitos de sentido e de presença. Para isto, e por isto, o ensaio se encontrava como um gênero adequado a uma descrição ágil e ético-politicamente comprometida com determinados passados.

Saliento novamente que, apesar de terem existido outras epistemologias a partir das quais a produção da escrita da história também se tornou possível, esta perspectiva melancólica, que escolhe o ensaio como gênero de escrita, que é ético-politicamente orientada e que oscila entre presença e sentido foi marcante nesta temporalidade. Isto pode ser ainda melhor observado através das narrativas, apropriações e ressignificações destas e de outras ideias tratadas em periódicos por diversos autores como João Ribeiro, Mario de Andrade, Oswald de Andrade, Nelson Werneck Sodré, Edson Carneiro, muitos dos quais escreveram textos acerca das publicações de Querino e Prado. Há, aí, uma complexa rede de sociabilidade entre parte da comunidade letrada da época, seus múltiplos espaços e os critérios inclusivos e excludente de sujeitos, temas e problemas.

Claro, também precisamos salientar a riqueza e heterogeneidade de no que tange às teorias, métodos, perspectivas, ideias, reflexões e temas à época. O que torna possível, por exemplo, o que podemos chamar de certa disputa entre determinadas epistemes ou conjuntos de critérios próprios à constituição de saberes, e em especial aqui, da escrita da história. Em suas complexidades, as leituras destes textos provocam reflexões e questionamentos quanto as escolhas

dos nossos cânones historiográficos, das ideias, dos recursos da escrita da história estético-afetivos e logico-formais, de perspectivas ético-políticas, de variabilidades semânticas e conceituais.

Quanto a estas provocações e reflexões a partir destes textos, gostaria de destacar uma delas. Um determinado posicionamento de Prado, que poderíamos chamar de ético-político, menciona que as perspectivas racialistas da época pareciam estar equivocadas quanto à incapacidade para o progresso devido a multiplicidade étnica e da miscigenação. Para ele, parece haver uma importância maior do geografismo ou do determinismo espacial (debatido também através Buckle), onde a natureza, austera e colossal, dificulta a ocupação humana.

Mais ainda, Prado entende que a cultura afetiva que é constituída nos processos históricos, nas narrativas históricas (não somente as realizadas pelos historiadores) e nas produções artísticas e culturais, possui efeito mais importante para maior ou menor engajamento social e comunitário dos sujeitos. Dito isto, pontualmente, Prado indica que os africanos e afro-brasileiros, em condições materiais e educacionais adequada, possuiriam as mesmas aptidões que os homens brancos. Ainda assim, quando trata deste tema, em alguns momentos seu ensaio titubeia quanto a esta igualdade de inteligência e ação entre todas as etnias e os grupos considerados por ele como miscigenados. Parece que, para Prado, há alguma insegurança acerca desta equivalência.

De todo modo, Prado encara as culturas e a história brasileira de forma pouco heterogênea, e não percebe os africanos, afro-brasileiros e as etnias indígenas como constituintes da formação do Brasil de forma equiparada. Em seu texto, há certa hierarquização que privilegia os europeus e os homens brancos. Para ele, devidamente pareado com muitas das compreensões eurocêntricas e etnocêntricas de sua época, há uma hierarquização do que entende como “raças” e estágios de desenvolvimento entre elas. Ao fim, Prado não desmistifica a falácia que alimenta o que conhecemos hoje como “democracia racial”, entendendo que há alguma harmonia no convívio entre “negros, brancos

e indígenas” produzida, especialmente, através do ambiente luxurioso que teria convertido a todos. Em seu ensaio, há participação, mas não há protagonismo no que diz respeito aos afro-brasileiros, as etnias africanas e a dos povos originários.

Com exceção da tematização das etnias indígenas, temos o oposto em Querino. Em seus trabalhos os africanos e afro-brasileiros são compreendidos como de extrema importância para as constituições sociais, econômicas, culturais, éticas, afetivas e políticas. São protagonistas de suas histórias individuais, comunitárias, da Bahia e do próprio Brasil. Seus limites apenas estariam contidos devido as violências, as desigualdades e discriminações impostas a eles, em especial à precária e terrível condição material, educacional e aos preconceitos étnicos enraizados no Brasil, especialmente no que tange às elites. A trajetória pessoal, política e intelectual de Querino evidencia esta estrutura histórica que, inclusive, se encontra duramente em nossa contemporaneidade.

Com isto, através de duas trajetórias tão diversas, podemos concluir, mais uma vez, que a perspectiva socioeconômica, cultural, étnica (além da sexualidade e do gênero), ou ainda, o “lugar de fala” daqueles que se encontram em posições de vulnerabilidade e discriminação são essenciais para o debate, a constituição de conhecimento e o combate aos preconceitos e outras violências.

## REFERÊNCIAS DOCUMENTAIS

ABRANCHES, Vicente. O Retrato do Brasil. **A.B.C.**: Política, Actualidades, Questões Sociais, Letras e Artes, Rio de Janeiro, 23 de fev. 1929, p. 6. Disponível em: < <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=830267&pesq=Retrato%20do%20Brasil&pasta=ano%20192> >. Acesso em 23/01/2018.

ABRANCHES, Vicente. Problema palpitante. **A.B.C.**: Política, Actualidades, Questões Sociais, Letras e Artes, Rio de Janeiro, 23 de mar. 1929, p. 8. Disponível em: < <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=830267&pesq=Retrato%20do%20Brasil&pasta=ano%20192> >. Acesso em 23/01/2018.

ABREU, Jorge. Carlito. **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, domingo, 26 de mai., 1929, p. 6. Disponível em: < [http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=089842\\_03&PagFis=36953&Pesq=Retrato%20do%20Brasil](http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=089842_03&PagFis=36953&Pesq=Retrato%20do%20Brasil) >. Acesso em 22/01/2018.

Acaba de aparecer “Costumes Africanos no Brasil”. **Boletim de Ariel**, Rio de Janeiro, abr., n. 7, 1938, p. 214. Disponível em: < <http://memoria.bn.br/DocReader/072702/1956> >. Acesso em 30/03/2019.

Acaba de aparecer “Costumes Africanos no Brasil”. **Boletim de Ariel**, Rio de Janeiro, mai., n. 8, 1938, p. 246. Disponível em: < <http://memoria.bn.br/DocReader/072702/1988> >. Acesso em 30/03/2019.

Acaba de aparecer “Costumes Africanos no Brasil”. **Boletim de Ariel**, Rio de Janeiro, jul., n. 10, 1938, p. 292. Disponível em: < <http://memoria.bn.br/DocReader/072702/2034> >. Acesso em 30/03/2019.

Acaba de aparecer “Costumes Africanos no Brasil”. **Boletim de Ariel**, Rio de Janeiro, ago., n. 11, 1938, p. 335. Disponível em: < <http://memoria.bn.br/DocReader/072702/2077> >. Acesso em 30/03/2019.

A crítica em 1938. **Anuario brasileiro de literatura**, Rio de Janeiro, 1939, p. 485-497. Disponível em: < <http://memoria.bn.br/DocReader/158550/1190> >. Acesso em 30/03/2019.

ALBUQUERQUE, Medeiros e. Notas Literárias. **Jornal do Commercio**, Rio de Janeiro, domingo, 17 de fev., 1929, p. 3. Disponível em: < [http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=364568\\_11&pesq=Retrato%20do%20Brasil&pasta=ano%20192](http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=364568_11&pesq=Retrato%20do%20Brasil&pasta=ano%20192) >. Acesso em 23/01/2018.

ALMEIDA, Renato. "Paulistica" de Paulo Prado. **Diário de Notícias**, Rio de Janeiro, domingo, 8 de abr., 1934, p. 19. Disponível em: < [http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=093718\\_01&pesq=Retrato%20do%20Brasil&pasta=ano%20193](http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=093718_01&pesq=Retrato%20do%20Brasil&pasta=ano%20193) >. Acesso em 24/01/2018.

Alegria e cultura para o povo. **Diretrizes**: Política, Economia, Cultura, Rio de Janeiro, 1939, p. 105-108. Disponível em: < <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=163880&pesq=Retrato%20do%20Brasil&pasta=ano%20193> >. Acesso em 24/01/2018.

ALVES, Carlos Pinto. Retrato do Brasil. **Diário Nacional**: a democracia em marcha, São Paulo, sexta-feira, 23 de nov., 1928, p. 2. Disponível em: < <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=213829&PagFis=4294&Pesq=Retrato%20do%20Brasil> >. Acesso em 23/01/2018.

ANDRADE, Mario de. A calunga dos Maracatús. **Boletim de Ariel**, Rio de Janeiro, dez., n.º 3, 1935, p. 68-69. Disponível em: < <http://memoria.bn.br/DocReader/072702/1066> >. Acesso em 30/03/2019.

ANDRADE, Mario de. Berimbau. **Boletim de Ariel**, Rio de Janeiro, abril, n.º 7, 1932, p. 10. Disponível em: < <http://memoria.bn.br/DocReader/072702/228> >. Acesso em 30/03/2019.

ANDRADE, Mario de. O turista aprendiz. **Diário Nacional**: a democracia em marcha, São Paulo, 26 de mar., 1929, p. 8. Disponível em: < <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=213829&PagFis=4294&Pesq=Retrato%20do%20Brasil> >. Acesso em 23/01/2018.

ANDRADE, Oswald de. Retoques ao "Retrato do Brasil": Oswald de Andrade critica Paulo Prado. **O Jornal**, Rio de Janeiro, domingo, 6 de jan., 1929, p. 2. Disponível em: < [http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=110523\\_02&pesq=Retrato%20do%20Brasil&pasta=ano%20192](http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=110523_02&pesq=Retrato%20do%20Brasil&pasta=ano%20192) >. Acesso em 22/01/2018.

A reunião de ontem do clube dos advogados. **O Jornal**, Rio de Janeiro, quarta-feira, 11 de jul., 1934, p. 2. Disponível em: < [http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=110523\\_03&pesq=Paulo%20Prado%20Retrato%20do%20Brasil&pasta=ano%20193](http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=110523_03&pesq=Paulo%20Prado%20Retrato%20do%20Brasil&pasta=ano%20193) >. Acesso em 22/01/2018.

A reunião de ontem do clube dos advogados. **Correio da manhã**, Rio de Janeiro, quarta-feira, 11 de jul., 1934, p. 7. Disponível em: < [http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=089842\\_04&pesq=Paulo%20Prado%20Retrato%20do%20Brasil&pasta=ano%20193](http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=089842_04&pesq=Paulo%20Prado%20Retrato%20do%20Brasil&pasta=ano%20193) >. Acesso em 22/01/2018.

Aspectos da Vida e da Obra de Tavares Bastos. **A.B.C.**: Política, Actualidades, Questões Sociais, Letras e Artes, Rio de Janeiro, 18 de jun. 1929, p. 9-11. Disponível em: < <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=830267&pesq=Retrato%20do%20Brasil&pasta=ano%20192> >. Acesso em 23/01/2018.

ASSIS, João de. Actualidades Literarias e Históricas. **Bahia Illustrada**, Rio de Janeiro, abr., 1921, n.º 37, p. 36. Disponível em: < <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=066940&pesq=%22Bahia%20de%20Outr%E2%80%99ora%22&pasta=ano%20191> >. Acesso em 30/03/2019.

ATHAYDE, Tristão de. Povoamento. **O Jornal**, Rio de Janeiro, domingo, 17 de nov., 1929, p. 4. Disponível em: < [http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=110523\\_02&pesq=Retrato%20do%20Brasil&pasta=ano%20192](http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=110523_02&pesq=Retrato%20do%20Brasil&pasta=ano%20192) >. Acesso em 22/01/2018.

AYRES, Cardoso. A baba de ouro. **O Campo**, Rio de Janeiro, n.º 7, 1930, p. 92. Disponível em: < <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=083291&pesq=Paulo%20Prado%20Retrato%20do%20Brasil&pasta=ano%20193> >. Acesso em 22/01/2018.

BANDEIRA, Manuel. Festas do Nordeste. **Ilustração brasileira**, São Paulo, dez., 1928, p. 13. Disponível em: < <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=107468&pesq=Retrato%20do%20Brasil&pasta=ano%20192> >. Acesso em 23/01/2018.

BARRETO, Castro. Um livro máo. **O Imparcial**, Rio de Janeiro, Sabbado, 15 de dez., 1928, p. 2. Disponível em: < [http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=107670\\_02&pesq=Retrato%20do%20Brasil&pasta=ano%20192](http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=107670_02&pesq=Retrato%20do%20Brasil&pasta=ano%20192) >. Acesso em 23/01/2018.

BARROS, Jayme de. Alberto Torres. **Diário de Pernambuco**, Recife, quinta-feira, 7 de nov., 1935, p. 10. Disponível em: < [http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=029033\\_11&pesq=Paulo%20Prado%20Retrato%20do%20Brasil&pasta=ano%20193](http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=029033_11&pesq=Paulo%20Prado%20Retrato%20do%20Brasil&pasta=ano%20193) >. Acesso em 22/01/2018.

BELLO, José Maria. O melhor livro. **O Jornal**, Rio de Janeiro, terça-feira, 7 de jan., 1936, p. 2. Disponível em: < [http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=110523\\_03&pesq=Retrato%20do%20Brasil&pasta=ano%20193](http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=110523_03&pesq=Retrato%20do%20Brasil&pasta=ano%20193) >. Acesso em 23/01/2018.

Bibliotecas Escolares. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, terça-feira, 15 de out., 1935, p. 20. Disponível em: < [http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=030015\\_05&pesq=Retrato%20do%20Brasil%20Ensaio%20Sobre%20a%20Tristeza%20Brasileira&pasta=ano%20193](http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=030015_05&pesq=Retrato%20do%20Brasil%20Ensaio%20Sobre%20a%20Tristeza%20Brasileira&pasta=ano%20193) >. Acesso em 22/01/2018.

Bibliotecas Escolares. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, sexta-feira, 18 de out., 1935, p. 20. Disponível em: < [http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=030015\\_05&pesq=Retrato%20do%20Brasil%20Ensaio%20Sobre%20a%20Tristeza%20Brasileira&pasta=ano%20193](http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=030015_05&pesq=Retrato%20do%20Brasil%20Ensaio%20Sobre%20a%20Tristeza%20Brasileira&pasta=ano%20193) >. Acesso em 22/01/2018.

Bibliotheca Publica. **A Federação**, Porto Alegre, 26 de ago., 1931, p. 8. Disponível em: < <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=388653&pesq=Paulo%20Prado%20Retrato%20do%20Brasil&pasta=ano%20193> >. Acesso em 22/01/2018.

BOBO, Junior. Impropios para menores. **II Moscone**: Operazioni di Credito Commerciale Agricolo e Popolare, São Paulo, 1937, p. 2. Disponível em: < <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=213535&pesq=Retrato%20do%20Brasil&pasta=ano%20193> >. Acesso em 24/01/2018.

CALDEIRA, Laercio. O colono preto como fator da civilização brasileira. **O estado de Florianópolis**, Florianópolis, quinta-feira, 20 de mai., 1920, p. 1. Disponível em: < <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=884120&pesq=o%20colono%20preto&pasta=ano%20192> >. Acesso em 30/03/2019.

CAMPOS, Agostinho de. "Retrato do Brasil". **Gazeta de Noticias**, Rio de Janeiro, domingo, 13 de jul. 1930, p. 7. Disponível em: < [http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=103730\\_06&pesq=Retrato%20do%20Brasil&pasta=ano%20193](http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=103730_06&pesq=Retrato%20do%20Brasil&pasta=ano%20193) >. Acesso em 24/01/2018.

CAMPOS, Humberto de. Paulo Prado – "Retrato do Brasil" – ensaio sobre a tristeza brasileira. **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, quinta-feira, 13 de dez. 1928, p. 2. Disponível em: < [http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=089842\\_03&pesq=Retrato%20do%20Brasil&pasta=ano%20192](http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=089842_03&pesq=Retrato%20do%20Brasil&pasta=ano%20192) >. Acesso em 22/01/2018.

CAMPOS, Humberto de. Vida Literária. **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, quarta-feira, 1 de mai., 1929, p. 2. Disponível em: < [http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=089842\\_03&PagFis=36953&Pesq=Retrato%20do%20Brasil](http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=089842_03&PagFis=36953&Pesq=Retrato%20do%20Brasil) >. Acesso em 22/01/2018.

CAMPOS, Humberto de. Vida Literária. **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, nº. 10.411, quinta-feira, 13 dez. 1928, p. 2. Disponível em: < [http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=089842\\_03&PagFis=37861&Pesq=Paulo%20Prado%20Retrato%20do%20Brasil](http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=089842_03&PagFis=37861&Pesq=Paulo%20Prado%20Retrato%20do%20Brasil) >. Acesso em 22/01/2018.

CARIOCA, João. Bilac, homem de negócios. **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, domingo, 17 de abr., 1932, p. 6. Disponível em: < [http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=089842\\_04&pesq=Retrato%20do%20Brasil&pasta=ano%20193](http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=089842_04&pesq=Retrato%20do%20Brasil&pasta=ano%20193) >. Acesso em 23/01/2018.

CARNEIRO, Edison. A Rainha do Mar. **Boletim de Ariel**, Rio de Janeiro, abr., n. 7, 1936, p. 178-179. Disponível em: < <http://memoria.bn.br/DocReader/072702/1280> >. Acesso em 30/03/2019.

CARNEIRO, Edison. A Rainha do Mar. **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, domingo, 19 de abr., 1936, p. 8. Disponível em: < [http://memoria.bn.br/DocReader/089842\\_04/33301](http://memoria.bn.br/DocReader/089842_04/33301) >. Acesso em 30/03/2019.

CARNEIRO, Edison. Samba. **Diário de Pernambuco**, Recife, domingo, 2 de ago., n.º 181, 1936, p. 1 e 3. Disponível em: < [http://memoria.bn.br/DocReader/029033\\_11/20385](http://memoria.bn.br/DocReader/029033_11/20385) >. Acesso em 30/03/2019.

CARVALHO, Antonio Gontijo de. Um professor de brasilidade. **Correio Paulistano**, São Paulo, 9 de out., 1936, p. 4. Disponível em: < [http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=090972\\_08&pesq=Retrato%20do%20Brasil&pasta=ano%20193](http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=090972_08&pesq=Retrato%20do%20Brasil&pasta=ano%20193) >. Acesso em 24/01/2018.

CARIRY, Indio. Variedades – Alberto Torres. **Brazileia**, Rio de Janeiro, abr. 1932, p. 21-22. Disponível em: < <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=217425&PagFis=993&Pesq=Retrato%20do%20Brasil> >. Acesso em 24/01/2018.

CARNEIRO, Edison. Explo Ação do Negro. **A Manhã**, Rio de Janeiro, quinta-feira, 14 de nov., 1935, p. 3. Disponível em: < <http://memoria.bn.br/DocReader/116408/11880> >. Acesso em 30/03/2019.

CAVALCANTI, Waldemar. Themas Afro-Brasileiros. **Boletim de Ariel**, Rio de Janeiro, ago., n. 11, 1938, p. 318. Disponível em: < <http://memoria.bn.br/DocReader/072702/2060> >. Acesso em 30/03/2019.

Centro cívico José Boiteux. **A República**, Florianópolis, quarta-feira, 18 de mai., 1921, p. 3. Disponível em: < <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=892319&pesq=o%20colono%20preto&pasta=ano%20192> >. Acesso em 30/03/2019.

CHATEAUBRIAND, Assis. Pelo fortalecimento do saldo-ouro da nossa balança mercantil. **O Jornal**, Rio de Janeiro, quinta-feira, 8 de jan., 1931, p. 1. Disponível em: < [http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=110523\\_03&pesq=Retrato%20do%20Brasil&pasta=ano%20193](http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=110523_03&pesq=Retrato%20do%20Brasil&pasta=ano%20193) >. Acesso em 23/01/2018.

CHRYSANTHÈME. A Semana. **O Paiz**, Rio de Janeiro, domingo, 10 de fev., 1929, p. 3. Disponível em: < [http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=178691\\_05&pesq=Retrato%20do%20Brasil&pasta=ano%20192](http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=178691_05&pesq=Retrato%20do%20Brasil&pasta=ano%20192) >. Acesso em 23/01/2018.

Como pensam os estudantes brasileiros. **Movimento Brasileiro**: Revista de Crítica e Informação, Rio de Janeiro, set. 1929. Edição 9, p. 10-11. Disponível em: < <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=025313&PagFis=82&Pesq=Paulo%20Prado%20Retrato%20do%20Brasil> >. Acesso em 22/01/2018.

Conselheiro Antônio Prado - A alma nacional coberta de luto. **Diário Nacional**: a democracia em marcha, São Paulo, 1 de mai., 1929, p. 2. Disponível em: < <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=213829&PagFis=4294&Pesq=Retrato%20do%20Brasil> >. Acesso em 23/01/2018.

CONSTANTINO, Antônio. Em busca de outro príncipe. **Correio de São Paulo**, São Paulo, quinta-feira, 6 de dez., 1934, p. 2. Disponível em: < <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=720216&pesq=Retrato%20do%20Brasil&pasta=ano%20193> >. Acesso em 24/01/2018.

CRUZ, Adhemar. A consciência moça do Brasil. **O Jornal**, Rio de Janeiro, domingo, 17 de fev., 1929, p. 7. Disponível em: < [http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=110523\\_02&pesq=Retrato%20do%20Brasil&pasta=ano%20192](http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=110523_02&pesq=Retrato%20do%20Brasil&pasta=ano%20192) >. Acesso em 22/01/2018.

CURADO, Sebastião Fleury. Carta aberta a Ricardo Paranhos. **O Triângulo**, Araguay, 29 de set., 1940, p. 1. Disponível em: < <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=765090&pesq=Retrato%20do%20Brasil&pasta=ano%20193> >. Acesso em 24/01/2018.

D`AFFAIR, Jacques. Letras sem protesto. **Il Moscone**: Operazioni di Credito Commerciale Agricolo e Popolare, São Paulo, 1945, p. 2. Disponível em: < <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=213535&pesq=Retrato%20do%20Brasil&pasta=ano%20193> >. Acesso em 24/01/2018.

DELAMARE, Alcibiades. Retrato do Brasil. **Gazeta de Noticias**, Rio de Janeiro, quinta-feira, 3 de jan., 1929, p. 2. Disponível em: < [http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=103730\\_05&pesq=Retrato%20do%20Brasil&pasta=ano%20192](http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=103730_05&pesq=Retrato%20do%20Brasil&pasta=ano%20192) >. Acesso em 23/01/2018.

DELAMARE, Alcibiades. Um pensador de elite. **Jornal do Commercio**, Rio de Janeiro, sexta-feira, 3 de out., 1930, p. 2. Disponível em: < [http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=364568\\_12&pesq=Paulo%20Prado%20Retrato%20do%20Brasil&pasta=ano%20193](http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=364568_12&pesq=Paulo%20Prado%20Retrato%20do%20Brasil&pasta=ano%20193) >. Acesso em 22/01/2018.

DELAMARE, Alcibiades. Os tentáculos moscovitas. **Jornal do Commercio**, Rio de Janeiro, sexta-feira, 11 de out., 1929, p. 2. Disponível em: < [http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=364568\\_11&pesq=Retrato%20do%20Brasil&pasta=ano%20192](http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=364568_11&pesq=Retrato%20do%20Brasil&pasta=ano%20192) >. Acesso em 23/01/2018.

De Tudo. **O Malho**, Rio de Janeiro, 20 de dez., 1924, n.º 1.162, p. 6. Disponível em: < <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=116300&pesq=%22Bahia%20de%20Outr%E2%80%99ora%22&pasta=ano%20191> >. Acesso em 30/03/2019.

Escritores e livros – Charles Explitly – Mulheres e Costumes do Brasil – Comp. Editora Nacional, São Paulo. **Fon Fon**: Semanario Slegre, Político, Critico e Espusiante, Rio de Janeiro, 22 de fev., 1936, p. 54-55. Disponível em: < <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=259063&pesq=Retrato%20do%20Brasil&pasta=ano%20193> >. Acesso em 24/01/2018.

Exposição de arte christan e movimento religioso no Brasil. **A União**, Rio de Janeiro, 9 de set., 1917, n.º 72, p. 3. Disponível em: < <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=799670&pesq=%22Bahia%20de%20Outr%E2%80%99ora%22&pasta=ano%20191> >. Acesso em 30/03/2019.

Externato Santo Ignacio. **Jornal do Commercio**, Rio de Janeiro, segunda-feira, 30 de nov. e terça-feira, 1 de dez., 1931, p. 4. Disponível em: < [http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=364568\\_12&pesq=Retrato%20do%20Brasil&pasta=ano%20193](http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=364568_12&pesq=Retrato%20do%20Brasil&pasta=ano%20193) >. Acesso em 24/01/2018.

Factos Pernambucanos: levante da nobreza pernambucana. **Publicações do Archivo Publico Nacional**, Rio de Janeiro, 1929, p. 299-314. Disponível em: < <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=W00008&pesq=Retrato%20do%20Brasil&pasta=ano%20192> >. Acesso em 23/01/2018.

Faleceu, domingo, o historiador Paulo Prado. **A Manhã**, Rio de Janeiro, quarta-feira, 6 de out., 1943, p. 3. Disponível em: < <http://memoria.bn.br/DocReader/116408/20899> >. Acesso em 23/01/2018.

FERRAZ, Aydano do Couto. Traços de influência da Agua na Paisagem Social do Nordeste e do Recôncavo. **Revista do Arquivo Municipal**, São Paulo, 1939, p. 123-136 Disponível em: < <http://memoria.bn.br/DocReader/143537/1693> >. Acesso em 30/03/2019.

Figuras e figurões da Bahia. **Bahia Ilustrada**, Rio de Janeiro, 1919, n.º 19, p.50. Disponível em: < <http://memoria.bn.br/DocReader/066940/1087> >. Acesso em 30/03/2019.

FILHO, Motta. As leituras da semana – Iniciação. **Correio Paulistano**, São Paulo, 6 de dez., 1928, p. 2. Disponível em: < [http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=090972\\_07&pesq=Retrato%20do%20Brasil&pasta=ano%20192](http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=090972_07&pesq=Retrato%20do%20Brasil&pasta=ano%20192) >. Acesso em 22/01/2018.

FILHO, Motta. As leituras da semana – Retratos do Brasil. **Correio Paulistano**, São Paulo, 30 de nov., 1928, p. 2. Disponível em: < [http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=090972\\_07&pesq=Retrato%20do%20Brasil&pasta=ano%20192](http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=090972_07&pesq=Retrato%20do%20Brasil&pasta=ano%20192) >. Acesso em 22/01/2018.

FILHO, Motta. A consciência histórica dos paulistas. **O Paiz**, Rio de Janeiro, domingo, 30 de dez., 1928, p. 10. Disponível em: < [http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=178691\\_05&pesq=Retrato%20do%20Brasil&pasta=ano%20192](http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=178691_05&pesq=Retrato%20do%20Brasil&pasta=ano%20192) >. Acesso em 23/01/2018.

FILHO, Motta. Leituras da semana – confucionismo II. **Correio Paulistano**, São Paulo, 18 de abr., 1929, p. 2. Disponível em: < [http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=090972\\_07&PagFis=27946&Pesq=](http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=090972_07&PagFis=27946&Pesq=) >. Acesso em 23/01/2018.

FONSECA, Godin da. Primeira poetisa brasileira. **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, domingo, 9 de abr., 1933, p. 1. Disponível em: < [http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=089842\\_04&pesq=Retrato%20do%20Brasil&pasta=ano%20193](http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=089842_04&pesq=Retrato%20do%20Brasil&pasta=ano%20193) >. Acesso em 23/01/2018.

FRADIQUE, Mendes. Retrato do Brasil. **O Jornal**, Rio de Janeiro, terça-feira, 8 de jan., 1929, p. 3. Disponível em: < [http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=110523\\_02&pesq=Retrato%20do%20Brasil&pasta=ano%20192](http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=110523_02&pesq=Retrato%20do%20Brasil&pasta=ano%20192) >. Acesso em 22/01/2018.

FRANÇA, Acacio de Campos. A pintura na Bahia. **Ilustração Brasileira**, Rio de Janeiro, Ago., 1923, n. 36, p. 20-23. Disponível em: < <http://memoria.bn.br/DocReader/107468/7685> >. Acesso em 30/03/2019.

FRANÇA, Acacio de Campos. Pela “propagadora das belas artes.” **Bahia Ilustrada**, Rio de Janeiro, 1918, p.12-13. Disponível em: < <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=066940&pesq=%22Manuel%20Querino%22&pasta=ano%20191> >. Acesso em 30/03/2019.

FREITAS, Bezerra de. Retrato do Brasil. **Crítica**, Rio de Janeiro, 26 de dez., 1928, p. 3. Disponível em: < <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=372382&pesq=Retrato%20do%20Brasil&pasta=ano%20192> >. Acesso em 23/01/2018.

FREITAS, Leopoldo de. Livros que irritam. **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, domingo, 27 de jan., 1929, p. 1. Disponível em: < [http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=089842\\_03&pesq=Retrato%20do%20Brasil&pasta=ano%20192](http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=089842_03&pesq=Retrato%20do%20Brasil&pasta=ano%20192) >. Acesso em 22/01/2018.

GOMES, Jurandir. Rio de Janeiro visto, há 30 anos, por um Lusíada. **Alagoas: Mensário Ilustrado**, Alagoas, 1938, p. 18-22. Disponível em: < <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=356905&pesq=Retrato%20do%20Brasil&pasta=ano%20193> >. Acesso em 24/01/2018.

GOMES, Perillo. Um “Retrato do Brasil”. **Diário de Pernambuco**, Recife, sexta-feira, 4 de jan., 1929, p. 6. Disponível em: < [http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=029033\\_10&PagFis=25253&Pesq=Retrato%20do%20Brasil](http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=029033_10&PagFis=25253&Pesq=Retrato%20do%20Brasil) >. Acesso em 23/01/2018.

GONÇALVES, Oscar. Os pescadores bahianos. **A voz do mar**, São Paulo, n.º 135, 1936. Disponível em: < <http://memoria.bn.br/DocReader/183660/5738> >. Acesso em 30/03/2019.

GONZAGA, Luiz. Os Estudo Geográficos e Históricos-Discurso oficial do P. Luiz Gonzaga Amaral. **Bahia Ilustrada**, Rio de Janeiro, 1918, n.º 11, p. 135-140. Disponível em: < <http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=066940&pagfis=824> >. Acesso em 30/03/2019.

GUASTINI, Mario. A propósito da “História da literatura brasileira”. **Correio Paulistano**, São Paulo, 27 de ago., 1930, p. 3. Disponível em.: < [http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=090972\\_08&pesq=Retrato%20do%20Brasil&pasta=ano%20193](http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=090972_08&pesq=Retrato%20do%20Brasil&pasta=ano%20193) >. Acesso em 24/01/2018.

GUIMARÃES, Reginaldo. Religiões Negras. **Diário de Pernambuco**, Recife, domingo, 17 de jan., 1937, p. 10. Disponível em: < [http://memoria.bn.br/DocReader/029033\\_11/22836](http://memoria.bn.br/DocReader/029033_11/22836) >. Acesso em 30/03/2019.

GRIECO, Agripino. Da “Paulística” ao “Retrato do Brasil”. **O Jornal**, Rio de Janeiro, domingo, 23 de dez., 1928, p. 2. Disponível em: < [http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=110523\\_02&pesq=Retrato%20do%20Brasil&pasta=ano%20192](http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=110523_02&pesq=Retrato%20do%20Brasil&pasta=ano%20192) >. Acesso em 22/01/2018.

Homenagem ao Presidente e ao “Leader” da maioria da Camara dos Deputados. **Correio Paulistano**, São Paulo, 1 de jan., 1929, p. 4 e 5. Disponível em: < [http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=090972\\_07&pesq=Retrato%20do%20Brasil&pasta=ano%20192](http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=090972_07&pesq=Retrato%20do%20Brasil&pasta=ano%20192) >. Acesso em 22/01/2018.

JUCÁ FILHO, Candido. Anachronismos. **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, domingo, 3 de fev., 1929, p. 1. Disponível em: < [http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=089842\\_03&pesq=Retrato%20do%20Brasil&pasta=ano%20192](http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=089842_03&pesq=Retrato%20do%20Brasil&pasta=ano%20192) >. Acesso em 22/01/2018.

LARA, Cecília de. Terra Roxa...e outras terras – um periódico Pau Brasil. **Terra Roxa**, São Paulo, quarta-feira, 20 de jan., 1977.

LEÃO, Mucio. Registro Literário. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, sexta-feira, 5 de fev., n.º 28, 1939, p. 7. Disponível em: < [http://memoria.bn.br/DocReader/030015\\_05/90503](http://memoria.bn.br/DocReader/030015_05/90503) >. Acesso em 30/03/2019.

Leilão de importante livreria e antigas e raras gravuras Ernani.

**Jornal do Commercio**, Rio de Janeiro, dom. 16 de ago., 1931, p. 23. Disponível em: < [http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=364568\\_12&pesq=Paulo%20Prado%20Retrato%20do%20Brasil&pasta=ano%20193](http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=364568_12&pesq=Paulo%20Prado%20Retrato%20do%20Brasil&pasta=ano%20193) >. Acesso em 22/01/2018.

LIMA, Hermes. Todas as manhãs. **Correio Paulistano**, São Paulo, 3 de jan., 1929, p. 2. Disponível em: < [http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=090972\\_07&PagFis=27946&Pesq=Retrato%20do%20Brasil](http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=090972_07&PagFis=27946&Pesq=Retrato%20do%20Brasil) >. Acesso em 22/01/2018.

LIMA, Jorge de. Anchieta. **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, domingo, 3 de set., 1933, p. 7. Disponível em: < [http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=089842\\_04&pesq=Retrato%20do%20Brasil&pasta=ano%20193](http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=089842_04&pesq=Retrato%20do%20Brasil&pasta=ano%20193) >. Acesso em 23/01/2018.

LIMA, Jorge de. Notas sobre o sentimento religioso no Brasil. **A Ordem**, Rio de Janeiro, nº 10, dez. 1930, p. 198-210. Disponível em: < <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=367729&pesq=Retrato%20do%20Brasil&pasta=ano%20192> >. Acesso em 23/01/2018.

LIMA, Jorge de. Os dois ensaios. **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, domingo, 4 de mai., 1930, p. 5. Disponível em: < [http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=089842\\_04&pesq=Retrato%20do%20Brasil&pasta=ano%20193](http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=089842_04&pesq=Retrato%20do%20Brasil&pasta=ano%20193) >. Acesso em 23/01/2018.

LIMA, Pedro Motta. Farroupilhas. **A Manhã**, Rio de Janeiro, sexta-feira, 20 de set., 1935, p. 3. Disponível em: < <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=116408&pesq=Retrato%20do%20Brasil&pasta=ano%20192> >. Acesso em 23/01/2018.

LINS, Alberto Rego. O Mal Brasileiro e os Remédios Heroicos. **Hierarchia**, Rio de Janeiro, nº. 2, out. 1931, p. 196-199. Disponível em: < <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=176397&pesq=Retrato%20do%20Brasil&pasta=ano%20193> >. Acesso em 24/01/2018.

Literatura & Cia. **Diario da Noite**, Rio de Janeiro, 8 de dez. 1934, p. 2. Disponível em: < [http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=221961\\_01&pesq=Retrato%20do%20Brasil&pasta=ano%20193](http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=221961_01&pesq=Retrato%20do%20Brasil&pasta=ano%20193) >. Acesso em 24/01/2018.

Livros Novos. **Bahia Ilustrada**, Rio de Janeiro, 1919, p. 28-30. Disponível em: < <http://memoria.bn.br/DocReader/066940/867> >. Acesso em 30/03/2019.

Livros Novos. Humberto de Campos – “Critica” – Editora Marisa, Rio. 1933. **A Noite**, Rio de Janeiro, quarta-feira, 28 de jun., 1933, p. 3. Disponível em: < [http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=348970\\_03&pesq=Retrato%20do%20Brasil&pasta=ano%20193](http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=348970_03&pesq=Retrato%20do%20Brasil&pasta=ano%20193) >. Acesso em 24/01/2018.

LOPES, Osorio. Ceará. **O Jornal**, Rio de Janeiro, domingo, 20 de jul., 1930, p. 7. Disponível em: < <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=11052303&pesq=Retrato%20do%20Brasil&pasta=ano%20193> >. Acesso em 23/01/2018.

MAIA, João. Os limites meridionaes do Brasil. **A Noite**, Rio de Janeiro, segunda-feira, 2 de set., 1929, p. 7. Disponível em: < [http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=348970\\_02&pesq=Retrato%20do%20Brasil&pasta=ano%20192](http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=348970_02&pesq=Retrato%20do%20Brasil&pasta=ano%20192) >. Acesso em 23/01/2018.

MARQUES, Aluizio. Males do sentimento. **Jornal Pequeno**, Recife, nº 296, terça-feira, 31 de dez. 1929, p. 1 e 4. Disponível em: < <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=800643&pesq=Paulo%20Prado%20Retrato%20do%20Brasil&pasta=ano%20192> >. Acesso em 22/01/2018.

MARQUES, Xavier. A tristeza do povo brasileiro. **O Jornal**, Rio de Janeiro, domingo, 21 de mar., 1936, p. 1-2. Disponível em: < [http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=110523\\_03&pesq=Retrato%20do%20Brasil&pasta=ano%20193](http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=110523_03&pesq=Retrato%20do%20Brasil&pasta=ano%20193) >. Acesso em 23/01/2018.

MARQUES, Xavier. A tristeza do povo brasileiro (continuação). **Diário de Pernambuco**, Recife, sexta-feira, 2 de abr., 1937, p. 2-4. Disponível em: < [http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=029033\\_11&pesq=Retrato%20do%20Brasil&pasta=ano%20193](http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=029033_11&pesq=Retrato%20do%20Brasil&pasta=ano%20193) >. Acesso em 23/01/2018.

MARQUES, Xavier. A tristeza do povo brasileiro. **O Jornal**, Rio de Janeiro, domingo, 21 de mar., 1936, p. 1-2. Disponível em: < [http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=110523\\_03&pesq=Retrato%20do%20Brasil&pasta=ano%20193](http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=110523_03&pesq=Retrato%20do%20Brasil&pasta=ano%20193) >. Acesso em 23/01/2018.

MELLO, Arnon de. Marchando para o continente negro. **Diário Carioca**, Rio de Janeiro, domingo, 20 de ago., de 1939, p. 4. Disponível em: < [http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=093092\\_02&pesq=Retrato%20do%20Brasil&pasta=ano%20193](http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=093092_02&pesq=Retrato%20do%20Brasil&pasta=ano%20193) >. Acesso em 24/01/2018.

MELLO, Arnon de. Marchando para o continente negro. **Diário da Noite**, Rio de Janeiro, quarta-feira, 8 de set., 1939, p. 5. Disponível em: < [http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=221961\\_01&pesq=Retrato%20do%20Brasil&pasta=ano%20193](http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=221961_01&pesq=Retrato%20do%20Brasil&pasta=ano%20193) >. Acesso em 24/01/2018.

MELLO, Arnon de. Marchando para o continente negro. **Diário de Pernambuco**, Recife, quarta-feira, 13 de set., 1939, p. 3. Disponível em: < [http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=029033\\_11&pesq=Retrato%20do%20Brasil&pasta=ano%20193](http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=029033_11&pesq=Retrato%20do%20Brasil&pasta=ano%20193) >. Acesso em 24/01/2018.

MELLO, Arnon de. S. Paulo e o carnaval. **O Jornal**, Rio de Janeiro, terça-feira, 25 de fev., 1936, p. 2. Disponível em: < [http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=110523\\_03&pesq=Retrato%20do%20Brasil&pasta=ano%20193](http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=110523_03&pesq=Retrato%20do%20Brasil&pasta=ano%20193) >. Acesso em 23/01/2018.

MELO, Mario. “Retrato do Brasil”. **Diario de Pernambuco**, Recife, domingo, 6 de jan., 1929, p. 1. Disponível em: < [http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=029033\\_10&PagFis=25253&Pesq=Retrato%20do%20Brasil](http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=029033_10&PagFis=25253&Pesq=Retrato%20do%20Brasil) >. Acesso em 23/01/2018.

MILLIET, Sergio. Recortes. **Vamos lêr!**, Rio de Janeiro, 11 de nov., 1943, p. 19. Disponível em: < <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=183245&pesq=Retrato%20do%20Brasil&pasta=ano%20193> >. Acesso em 24/01/2018.

MOTTA, Leonardo. Folklore do nordeste brasileiro. **O Paiz**, Rio de Janeiro, sexta-feira, 24 de fev., 1928, n.º 15.832, p. 1. Disponível em: < [http://memoria.bn.br/DocReader/178691\\_05/33047](http://memoria.bn.br/DocReader/178691_05/33047) >. Acesso em 30/03/2019.

“Movimento” – A nova revista de artes e letras modernas. **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, terça-feira, 16 de out., 1928, p. 2. Disponível em: < [http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=089842\\_03&pesq=Retrato%20do%20Brasil&pasta=ano%20192](http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=089842_03&pesq=Retrato%20do%20Brasil&pasta=ano%20192) >. Acesso em 22/01/2018.

Movimento Literário – Os Maiores livros do ano. **Vida Capichaba**, Victoria, 14 de mar., n.º 166, 1929. Disponível em: < <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=156590&PagFis=3981&Pesq=Retrato%20do%20Brasil> >. Acesso em 23/01/2018.

MONTERROYOS. O jaburu e a brava gente brasileira. **Jornal do Commercio**, Rio de Janeiro, domingo, 17 de fev., 1929, p. 7. Disponível em: < [http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=364568\\_11&pesq=Retrato%20do%20Brasil&pasta=ano%20192](http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=364568_11&pesq=Retrato%20do%20Brasil&pasta=ano%20192) >. Acesso em 23/01/2018.

MORAES FILHO, Evaristo de. O Romantismo na história do Brasil. **A Cigarra**, Rio de Janeiro, 1953, p. 66 e 150. Disponível em: < <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=003085&pesq=Retrato%20do%20Brasil&pasta=ano%20192> >. Acesso em 23/01/2018.

Nas livrarias Retrato do Brasil ensaio sobre a tristeza brasileira por Paulo Prado. **Diario Nacional**: a democracia em marcha, São Paulo, terça-feira, 20 de nov., 1928, p. 2. Disponível em: < <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=213829&PagFis=4294&Pesq=Retrato%20do%20Brasil> >. Acesso em 23/01/2018.

NETTO, Coelho. O apóstolo da beleza. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, domingo, 24 de jul., 1927, p. 5. Disponível em: < <http://memoria.bn.br/DocReader/03001504/57392> >. Acesso em 30/03/2019.

No exterior e nos estados. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, quinta-feira, 7 de set., 1916, p. 9. Disponível em: < [http://memoria.bn.br/DocReader/030015\\_03/34996](http://memoria.bn.br/DocReader/030015_03/34996) >. Acesso em 30/03/2019.

Nomes do dia – Paulo Prado. **A Manhã**, Rio de Janeiro, quinta-feira, 7 de out., 1943, p. 2. Disponível em: < <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=116408&pesq=Retrato%20do%20Brasil&pasta=ano%20192> >. Acesso em 23/01/2018.

NUNES, José. Dr. Manoel Lopes de Moura. **Diário da manhã**: órgão do partido constructor, Vitória, domingo, 22 de abr., 1923, p. 3. Disponível em: < <http://memoria.bn.br/DocReader/572748/18236> >. Acesso em 30/03/2019.

O Brasil na imprensa estrangeira. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, terça-feira, 23 de mar., 1937, p. 8. Disponível em: < [http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=030015\\_05&pesq=Retrato%20do%20Brasil&pasta=ano%20193](http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=030015_05&pesq=Retrato%20do%20Brasil&pasta=ano%20193) >. Acesso em 23/01/2018.

OLIVEIRA, Osorio de. Assumptos Africanos. **Boletim de Ariel**, Rio de Janeiro, ago., n. 11, 1936, p. 318-319. Disponível em: < <http://memoria.bn.br/DocReader/072702/1420> >. Acesso em 30/03/2019.

O senado, ontem – Mais um discurso do enamorado do Andrada das Alterosas – Manifesta-se sobre a sucessão do Sr. Frontin. **A Manhã**, Rio de Janeiro, sabbado, 6 de jul., 1929, p. 2. Disponível em: < <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=116408&pesq=Retrato%20do%20Brasil&pasta=ano%20192> >. Acesso em 23/01/2018.

Os melhores livros brasileiros de 1928. **Diario da Tarde**, Curitiba, 14 de mar., 1929, p. 8. Disponível em: < <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=800074&pesq=Retrato%20do%20Brasil&pasta=ano%20192> >. Acesso em 23/01/2018.

O Sr. Paulo Prado em Lisboa. **Diario de Noticias**, Rio de Janeiro, quarta, 25 de abr., 1934, p. 5. Disponível em: < [http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=093718\\_01&pesq=Retrato%20do%20Brasil&pasta=ano%20193](http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=093718_01&pesq=Retrato%20do%20Brasil&pasta=ano%20193) >. Acesso em 24/01/2018.

PAIXÃO, Nelson. Livros Novos – “Culminâncias” de Alcebiades Delamare. **Diário Carioca**, Rio de Janeiro, terça-feira, 11 de fev., de 1930, p. 2. Disponível em: < [http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=093092\\_02&pesq=Retrato%20do%20Brasil&pasta=ano%20193](http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=093092_02&pesq=Retrato%20do%20Brasil&pasta=ano%20193) >. Acesso em 24/01/2018.

PAULO FILHO, Manoel. Confissões da Bahia. **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, sexta-feira, 7 de fev., 1936, p. 4. Disponível em: < [http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=089842\\_04&pesq=Retrato%20do%20Brasil&pasta=ano%20193](http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=089842_04&pesq=Retrato%20do%20Brasil&pasta=ano%20193) >. Acesso em 23/01/2018.

PAULO FILHO, Manoel. Labouriau Filho. **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, sexta-feira, 14 de dez., 1928, p. 4. Disponível em: < [http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=089842\\_03&pesq=Retrato%20do%20Brasil&pasta=ano%20192](http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=089842_03&pesq=Retrato%20do%20Brasil&pasta=ano%20192) >. Acesso em 22/01/2018.

PAULO FILHO, Manoel. Problemas brasileiros. **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, sexta-feira, 5 de set., 1930, p. 4. Disponível em: < [http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=089842\\_04&pesq=Retrato%20do%20Brasil&pasta=ano%20193](http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=089842_04&pesq=Retrato%20do%20Brasil&pasta=ano%20193) >. Acesso em 23/01/2018.

PAULO FILHO, Manoel. Retrato do Brasil. **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, sexta-feira, 23 de nov., 1928, p. 4. Disponível em: < [http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=089842\\_03&pesq=Retrato%20do%20Brasil&pasta=ano%20192](http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=089842_03&pesq=Retrato%20do%20Brasil&pasta=ano%20192) >. Acesso em 22/01/2018.

PAULO, Prado. A tristeza brasileira. **A Cigarra**, Rio de Janeiro, jan., 1929, p. 20-23. Disponível em: < <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=003085&pesq=Retrato%20do%20Brasil&pasta=ano%20192> >. Acesso em 23/01/2018.

Paulo Prado e “Mania de Grandeza”. **O jornal**, Rio de Janeiro, quinta-feira, 17 de mar., 1932, p. 10. Disponível em: < [http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=110523\\_03&pesq=Paulo%20Prado%20Retrato%20do%20Brasil&pasta=ano%20193](http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=110523_03&pesq=Paulo%20Prado%20Retrato%20do%20Brasil&pasta=ano%20193) >. Acesso em 22/01/2018.]

PEREGRINO, Umberto. A propósito de umas “notas sobre o catimbó”. **Correio Paulistano**, São Paulo, domingo, 27 de jun., 1937, p. 28. Disponível em: < [http://memoria.bn.br/DocReader/090972\\_08/19076](http://memoria.bn.br/DocReader/090972_08/19076) >. Acesso em 30/03/2019.

PINHEIRO, Xavier. Belletrismo. **O Malho**, Rio de Janeiro, 27 de set., 1924, n.º 1.150, p. 44. Disponível em: < <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=116300&pesq=%22Bahia%20de%20Outr%E2%80%99ora%22&pasta=ano%20191> >. Acesso em 30/03/2019.

PINTO, Luiz. A história administrativa do Brasil. **A Manhã**, Rio de Janeiro, domingo, 14 de mai., 1953, p. 2. Disponível em: < <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=116408&pesq=Retrato%20do%20Brasil&pasta=ano%20192> >. Acesso em 23/01/2018.

PRADO, Paulo. Retrato do Brasil por Paulo Prado. **Diário de Notícias**, Rio de Janeiro, quinta-feira, 21 de dez., 1933, p. 6. Disponível em: < [http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=093718\\_01&pesq=Retrato%20do%20Brasil&pasta=ano%20193](http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=093718_01&pesq=Retrato%20do%20Brasil&pasta=ano%20193) >. Acesso em 24/01/2018.

PRADO, Paulo. Retrato do Brasil – Um trecho. **O Malho**, Rio de Janeiro, 14 de dez, 1933, p. 26. Disponível em: < <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=116300&pesq=Retrato%20do%20Brasil&pasta=ano%20193> >. Acesso em 24/01/2018.

PRADO, Paulo. Do “Retrato do Brasil”, ensaio sobre a tristeza brasileira. **Verde**: revista de arte e cultura, Cataguazes, nº. 5, 1928, p. 2. Disponível em: < <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=422452&pesq=Retrato%20do%20Brasil%20Ensaio%20Sobre%20a%20Tristeza%20Brasileira&pasta=ano%20192> >. Acesso em 22/01/2018.

PRADO, Paulo. Retrato do Brasil - Post-scriptum. **Movimento**: Revista de Crítica e Cultura, Rio de Janeiro, nº 1, outubro, 1928, p.5-7. Disponível em: < <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=025313&pesq=Retrato%20do%20Brasil&pasta=ano%20192> >. Acesso em 23/01/2018.

PEREIRA, Baptista. O Brasil e os Estados Unidos. **Correio Paulistano**, São Paulo, 13 de jul., 1930, p. 2. Disponível em.: < [http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=090972\\_08&pesq=Retrato%20do%20Brasil&pasta=ano%20193](http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=090972_08&pesq=Retrato%20do%20Brasil&pasta=ano%20193) >. Acesso em 24/01/2018.

PEREIRA, Carlos da Costa. O Rei Cavaleiro. **O Estado**, Florianópolis, quinta-feira, 18 de jul. 1935, p. 3. Disponível em: < [http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=098027\\_03&pesq=Retrato%20do%20Brasil&pasta=ano%20193](http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=098027_03&pesq=Retrato%20do%20Brasil&pasta=ano%20193) >. Acesso em 24/01/2018.

PICCHIA, Menotti Del. A alma de um povo. **Correio Paulistano**, São Paulo, 16 de fev., de 1929, p. 3. Disponível em: < [http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=090972\\_07&PagFis=27946&Pesq=](http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=090972_07&PagFis=27946&Pesq=) >. Acesso em 22/01/2018.

Povo triste. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, sexta-feira, 17 de abr., 1939, p. 5. Disponível em: < <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=03001505&pesq=Retrato%20do%20Brasil&pasta=ano%20193> >. Acesso em 23/01/2018.

Literatura Revolucionária. **Diário Carioca**, Rio de Janeiro, Sabbado, 9 de mar. 1929, p. 6. Disponível em: < [http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=093092\\_01&pesq=Retrato%20do%20Brasil&pasta=ano%20192](http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=093092_01&pesq=Retrato%20do%20Brasil&pasta=ano%20192) >. Acesso em 23/01/2018.

RAMOS, Arthur. Manuel Querino. **Boletim de Ariel**, Rio de Janeiro, fevereiro, n.º 5, 1938, p. 134-136. Disponível em: < <http://memoria.bn.br/DocReader/072702/1876> >. Acesso em 30/03/2019.

Razões do nosso otimismo. **Correio Paulistano**, São Paulo, 3 de jan., 1929, p. 3. Disponível em: < [http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=090972\\_07&PagFis=27946&Pesq=](http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=090972_07&PagFis=27946&Pesq=) >. Acesso em 22/01/2018.

Reaccende-se no senado o debate em torno da succeção presidencial. **Diário Carioca**, Rio de Janeiro, Sabbado, 6 de jul. 1929, p. 1-2. Disponível em: < [http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=093092\\_01&pesq=Retrato%20do%20Brasil&pasta=ano%20192](http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=093092_01&pesq=Retrato%20do%20Brasil&pasta=ano%20192) >. Acesso em 23/01/2018.

REIS, Ernani. O retrato novo do Brasil. **A Noite**, Rio de Janeiro, domingo, 26 de jun., 1938, p. 2. Disponível em: < [http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=348970\\_03&pesq=Retrato%20do%20Brasil&pasta=ano%20193](http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=348970_03&pesq=Retrato%20do%20Brasil&pasta=ano%20193) >. Acesso em 24/01/2018.

Registro. **Jornal do Commercio**, Rio de Janeiro, sábado, 1 de ago., 1931, p. 4. Disponível em: < <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=36456812&pesq=Retrato%20do%20Brasil&pasta=ano%20193> >. Acesso em 24/01/2018.

Retrato do Brasil – A 4ª edição do livro do sr. Paulo Prado. **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, quarta-feira, 5 de ag., 1931, p. 2. Disponível em: < [http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=089842\\_04&pesq=Retrato%20do%20Brasil&pasta=ano%20193](http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=089842_04&pesq=Retrato%20do%20Brasil&pasta=ano%20193) >. Acesso em 23/01/2018.

Retrato do Brasil – apareceu o novo livro do Sr. Paulo Prado. **Diario Nacional**: a democracia em marcha, São Paulo, 20 de nov., 1928, p. 3. Disponível em: < <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=213829&PagFis=4294&Pesq=Retrato%20do%20Brasil> >. Acesso em 23/01/2018.

“Retrato do Brasil”, de Paulo Prado. **Diário de notícias**, Rio de Janeiro, sexta-feira, 14 de ago., 1931, p. 10. Disponível em: < [http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=093718\\_01&pesq=Paulo%20Prado%20Retrato%20do%20Brasil&pasta=ano%20193](http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=093718_01&pesq=Paulo%20Prado%20Retrato%20do%20Brasil&pasta=ano%20193) >. Acesso em 22/01/2018.

“Retrato do Brasil” de Paulo Prado. **Movimento**: Revista de Crítica e Cultura, Rio de Janeiro, nº 1, outubro, 1928, p. 21. Disponível em: < <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=025313&pesq=Retrato%20do%20Brasil&pasta=ano%20192> >. Acesso em 23/01/2018.

Retrato do Brasil. **Movimento**: Revista de Crítica e Cultura, Rio de Janeiro, nº 3, dezembro, 1928, p. 15. Disponível em: < <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=025313&pesq=Retrato%20do%20Brasil&pasta=ano%20192> >. Acesso em 23/01/2018.

Retrato do Brasil – Paulo Prado acaba de publicar um livro de valor. **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, sexta-feira, 23 de nov., 1928, p. 3. Disponível em: < [http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=089842\\_03&pesq=Retrato%20do%20Brasil&pasta=ano%20192](http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=089842_03&pesq=Retrato%20do%20Brasil&pasta=ano%20192) >. Acesso em 22/01/2018.

RIBEIRO, João. Chronica Literaria. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, nº. 309, quarta-feira, 26 dez. 1928, p. 6. Disponível em: < [http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=030015\\_04&PagFis=71449&Pesq=Paulo%20Prado%20Retrato%20do%20Brasil](http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=030015_04&PagFis=71449&Pesq=Paulo%20Prado%20Retrato%20do%20Brasil) >. Acesso em 22/01/2018.

RIBEIRO, João. Chronica Literaria. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, quarta-feira, 26 de out., 1927, p. 7. Disponível em: < [http://memoria.bn.br/DocReader/030015\\_04/59880](http://memoria.bn.br/DocReader/030015_04/59880) >. Acesso em 30/03/2019.

RIBEIRO, João. Dia sim, dia não. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, domingo, 4 de dez., 1927, p. 5. Disponível em: < [http://memoria.bn.br/DocReader/030015\\_04/60934](http://memoria.bn.br/DocReader/030015_04/60934) >. Acesso em 30/03/2019.

RIBEIRO, Joaquim. Esthetica Afro-Brasileira: a estilização dramática da macumba. **Para Todos**, Rio de Janeiro, 6 de fev., 1932, p. 23. Disponível em: < <http://memoria.bn.br/DocReader/124451/32614> >. Acesso em 30/03/2019.

Questões de Raça. **Boletim de Eugenia**, Rio de Janeiro, Anno I, Jun.-Jul. 1929, p. 3-4. Disponível em: < <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=159808&pesq=Paulo%20Prado%20Retrato%20do%20Brasil&pasta=ano%20192> >. Acesso em 22/01/2018.

SALGADO, Plinio. Alma de Instituições e Alma de Povo (Aos moços da nova geração). **A.B.C.**: Política, Actualidades, Questões Sociais, Letras e Artes, Rio de Janeiro, 31 de ago. 1929, p. 10-11. Disponível em: < <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=830267&pesq=Retrato%20do%20Brasil&pasta=ano%20192> >. Acesso em 23/01/2018.

SALGADO, Plinio. Literatura paulista. **Correio Paulistano**, São Paulo, 20 de jan., 1929, p. 2. Disponível em: < [http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=090972\\_07&PagFis=27946&Pesq=Retrato do Brasil](http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=090972_07&PagFis=27946&Pesq=Retrato%20do%20Brasil) >. Acesso em 22/01/2018.

O movimento intelectual. **Diário Carioca**, Rio de Janeiro, Sabbado, 29 de mar. 1929, p. 6. Disponível em: < [http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=093092\\_01&pesq=Retrato%20do%20Brasil&pasta=ano%20192](http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=093092_01&pesq=Retrato%20do%20Brasil&pasta=ano%20192) >. Acesso em 23/01/2018.

SAULO. O livro, a enchente e o cinema. **Diario Nacional**: a democracia em marcha, São Paulo, 29 de jan., 1929, p. 7. Disponível em: < <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=213829&PagFis=4294&Pesq=Retrato%20do%20Brasil> >. Acesso em 23/01/2018.

SCHMIDT, Augusto Frederico. A triste viagem do Sr. Graça Aranha. **O Jornal**, Rio de Janeiro, domingo, 13 de abr., 1930, p. 2. Disponível em: < [http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=110523\\_03&pesq=Retrato%20do%20Brasil&pasta=ano%20193](http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=110523_03&pesq=Retrato%20do%20Brasil&pasta=ano%20193) >. Acesso em 23/01/2018.

SCHMIDT, Augusto Frederico. Vida e morte do bandeirante. **O Jornal**, Rio de Janeiro, domingo, 15 de set., 1929, p. 2. Disponível em: < [http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=110523\\_02&pesq=Retrato%20do%20Brasil&pasta=ano%20192](http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=110523_02&pesq=Retrato%20do%20Brasil&pasta=ano%20192) >. Acesso em 22/01/2018.

SERRA, Astolpho. Chronica do dia. **Noticias**, São Luis do Maranhão, quarta-feira, 7 de mar. 1934, p. 1. Disponível em: < <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=720607&pesq=Retrato%20do%20Brasil&pasta=ano%20193> >. Acesso em 24/01/2018.

SERVA, Mario Pinto. O Retrato do Brasil. **Diario Nacional**: a democracia em marcha, São Paulo, 7 de nov., 1929, p. 3. Disponível em: < <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=213829&PagFis=4294&Pesq=Retrato%20do%20Brasil> >. Acesso em 23/01/2018.

SERVA, Mario Pinto. Retrato o Brasil – Paulo Prado não é exacto, sociologicamente falando. **Diario Nacional**: a democracia em marcha, São Paulo, quinta-feira, 10 de jan., 1929, p. 4. Disponível em: < <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=213829&PagFis=4294&Pesq=Retrato%20do%20Brasil> >. Acesso em 23/01/2018.

SILVA, Castro e. Alma e coração. **A Republica**, Curitiba, nº 7, 9 de jan. de 1929, p. 1 e 4. Disponível em: < <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=215554&pesq=Paulo%20Prado%20Retrato%20do%20Brasil&pasta=ano%20192> >. Acesso em 22/01/2018.

SILVA, Castro e. Alma e coração. **Gazeta de Notícias**, Rio de Janeiro, nº 2, quarta-feira, 2 de jan. 1929, p. 2. Disponível em: < [http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=103730\\_05&pesq=Paulo%20Prado%20Retrato%20do%20Brasil&pasta=ano%20192](http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=103730_05&pesq=Paulo%20Prado%20Retrato%20do%20Brasil&pasta=ano%20192) >. Acesso em 22/01/2018.

SILVA, Helio. Bilhetes Paulistas – Retrato do Brasil. **O Paiz**, Rio de Janeiro, segunda-feira, 29 de jan., 1929, p. 2. Disponível em: < [http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=178691\\_05&pesq=Retrato%20do%20Brasil&pasta=ano%20192](http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=178691_05&pesq=Retrato%20do%20Brasil&pasta=ano%20192) >. Acesso em 23/01/2018.

SILVA, Helio. Os Retratos do Brasil. **O Paiz**, Rio de Janeiro, segunda-feira, 30 de jun. e terça-feira, 1 de jul., 1930, p. 1 e 4. Disponível em: < [http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=178691\\_06&pesq=Retrato%20do%20Brasil&pasta=ano%20193](http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=178691_06&pesq=Retrato%20do%20Brasil&pasta=ano%20193) >. Acesso em 24/01/2018.

SILVA, Duarte. Instituto do Ceará. **Correio Paulistano**, São Paulo, 22 de jun., 1930, p. 4. Disponível em.: < [http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=090972\\_08&pesq=Retrato%20do%20Brasil&pasta=ano%20193](http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=090972_08&pesq=Retrato%20do%20Brasil&pasta=ano%20193) >. Acesso em 24/01/2018.

SILVEIRA, Esteves da. Sejamos Optimistas. **O Matto-Grosso**, Cuiabá, 11 de Jan., 1931, p. 2. Disponível em: < <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=716189&pesq=Retrato%20do%20Brasil&pasta=ano%20193> >. Acesso em 24/01/2018.

SILVEIRA, Tasso da. Olhando o retrato do Brasil (Impressões de um visitante retardatário). **O Jornal**, Rio de Janeiro, domingo, 21 de abr., 1929, p. 2 e 9. Disponível em: < [http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=110523\\_02&pesq=Retrato%20do%20Brasil&pasta=ano%20192](http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=110523_02&pesq=Retrato%20do%20Brasil&pasta=ano%20192) >. Acesso em 22/01/2018.

SODRÉ, Nelson Werneck. Livros Novos. **Correio Paulistano**, São Paulo, quinta-feira, 12 de mai., 1938, p. 9. Disponível em: < [http://memoria.bn.br/DocReader/090972\\_08/24000](http://memoria.bn.br/DocReader/090972_08/24000) >. Acesso em 30/03/2019.

SODRE, Nelson Werneck. Livros Novos. **Correio Paulistano**, São Paulo, quinta-feira, 22 de set., 1938, p. 4. Disponível em: < [http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=090972\\_08&pesq=Retrato%20do%20Brasil&pasta=ano%20193](http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=090972_08&pesq=Retrato%20do%20Brasil&pasta=ano%20193) >. Acesso em 24/01/2018.

SODRÉ, Nelson Werneck. Livros Novos - Retrospecto. **Correio Paulistano**, São Paulo, quinta-feira, 23 de fev., 1939, p. 6. Disponível em: < [http://memoria.bn.br/DocReader/090972\\_08/28088](http://memoria.bn.br/DocReader/090972_08/28088) >. Acesso em 30/03/2019.

SODRE, Nelson Werneck. O caso Orthographico. **Correio Paulistano**, São Paulo, 9 de out., 1934, p. 5. Disponível em: < [http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=090972\\_08&pesq=Retrato%20do%20Brasil&pasta=ano%20193](http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=090972_08&pesq=Retrato%20do%20Brasil&pasta=ano%20193) >. Acesso em 24/01/2018.

SOMBRA, José. Retrato do Brasil. **Jornal do Commercio**, domingo, 17 de fev., 1929, p. 6-7. Disponível em: < [http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=364568\\_11&pesq=Retrato%20do%20Brasil&pasta=ano%20192](http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=364568_11&pesq=Retrato%20do%20Brasil&pasta=ano%20192) >. Acesso em 23/01/2018.

SOUZA, Fernando\_ Tude de. **O Observador Econômico e Financeiro**, Rio de Janeiro, 1938, p. 61-77. Disponível em: < <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=123021&pesq=Retrato%20do%20Brasil&pasta=ano%20193> >. Acesso em 24/01/2018.

SOUZA, Luis de. Bum, bum, bum! - O Zé Pereira! **O Clarim**, São Paulo, 3 de fev., 1929, p. 3. Disponível em: < <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=844918&pesq=Retrato%20do%20Brasil&pasta=ano%20192> >. Acesso em 23/01/2018.

SOUZA, Octavio Tarquinio. Vida Literaria. **Diario de Pernambuco**, Recife, sexta-feira, 27 de jun., 1937, p. 1-2. Disponível em: < [http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=029033\\_11&pesq=Retrato%20do%20Brasil&pasta=ano%20193](http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=029033_11&pesq=Retrato%20do%20Brasil&pasta=ano%20193) >. Acesso em 23/01/2018.

TAUZIN, Frei Sebastião. Alma do nosso tempo. **A Ordem**, Rio de Janeiro, nº 88, fev. 1938, p. 225-237. Disponível em: < <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=367729&pesq=Retrato%20do%20Brasil&pasta=ano%20192> >. Acesso em 23/01/2018.

Chronica Literaria 1928. **A Ordem**, Rio de Janeiro, 1929. Anno VII, Vol. I, Edição 1 e 2, p. 368-373. Disponível em: < <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=367729&PagFis=420&Pesq=Paulo%20Prado%20Retrato%20do%20Brasil> >. Acesso em 22/01/2018.

Chronica Literaria. **A Ordem**, Rio de Janeiro, 1929. Anno VII, Vol. I, Edição 1 e 2, p. 498-499. Disponível em: < <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=367729&PagFis=420&Pesq=Paulo%20Prado%20Retrato%20do%20Brasil> >. Acesso em 22/01/2018.

TORRES, Mario. Um pouco de etnografia brasileira. **Diario de Pernambuco**, Recife, terça-feira, 5 de set., 1933, p. 7. Disponível em: < [http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=029033\\_11&pesq=Retrato%20do%20Brasil&pasta=ano%20193](http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=029033_11&pesq=Retrato%20do%20Brasil&pasta=ano%20193) >. Acesso em 24/01/2018.

Tristes ou alegres? **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, sexta-feira, 16 de fev., 1934, p. 5. Disponível em: < [http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=030015\\_05&pesq=Retrato%20do%20Brasil&pasta=ano%20193](http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=030015_05&pesq=Retrato%20do%20Brasil&pasta=ano%20193) >. Acesso em 23/01/2018.

Uma biblioteca modelo para estudo e conhecimento do Brasil. **Diretrizes:** Política, Economia, Cultura, Rio de Janeiro, 25 de mai., 1944, p. 16 e 20. Disponível em: < <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=163880&pesq=Retrato%20do%20Brasil&pasta=ano%20193> >. Acesso em 24/01/2018.

Uma biblioteca modelo para estudo e conhecimento do Brasil. **Diretrizes:** Política, Economia, Cultura, Rio de Janeiro, 22 de jun., 1944, p. 20. Disponível em: < <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=163880&pesq=Retrato%20do%20Brasil&pasta=ano%20193> >. Acesso em 24/01/2018.

Uma das datas máximas da história nacional – É hoje o Dia dos Inconfidentes Mineiros. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, quarta-feira, 21 de abr., 1937, p. 3. Disponível em: < <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=03001505&pesq=Retrato%20do%20Brasil&pasta=ano%20193> >. Acesso em 23/01/2018.

Uma publicação nova – Ciencia e educação. **O Paiz**, Rio de Janeiro, quinta-feira, 28 de fev., 1929, p. 2. Disponível em: < [http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=178691\\_05&pesq=Retrato%20do%20Brasil&pasta=ano%20192](http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=178691_05&pesq=Retrato%20do%20Brasil&pasta=ano%20192) >. Acesso em 23/01/2018.

Um Retrato do Brasil. **Fon Fon:** Semanario Slegre, Político, Critico e Espusiente. Rio de Janeiro, 12 de jan., 1929, p. 49. Disponível em: < <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=259063&pesq=Retrato%20do%20Brasil&pasta=ano%20192> >. Acesso em 23/01/2018.

Universidade como escola de homens publicos. **Diario de Pernambuco**, Recife, quinta-feira, 16 de mar., 1933, p. 2. Disponível em: < [http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=029033\\_11&pesq=Retrato%20do%20Brasil&pasta=ano%20193](http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=029033_11&pesq=Retrato%20do%20Brasil&pasta=ano%20193) >. Acesso em 24/01/2018.

Paulo Prado – Retrato do Brasil. **Revista O Que Há**, Rio de Janeiro, 2 de fev., 1930, p. 9. Disponível em: < <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=338052&pesq=Retrato%20do%20Brasil&pasta=ano%20193> >. Acesso em 24/01/2018.

VELLOSO, Antonio Leão. “Retrato do Brasil”. **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, quarta-feira, 2 de jan., 1929, p. 2. Disponível em: < [http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=089842\\_03&pesq=Retrato%20do%20Brasil&pasta=ano%20192](http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=089842_03&pesq=Retrato%20do%20Brasil&pasta=ano%20192) >. Acesso em 22/01/2018.

VIDAL, Adhemar. A bondade teve influência revolucionária. **Vamos lêr!**, Rio de Janeiro, 13 de jul., 1939, p. 59-60. Disponível em: < <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=183245&pesq=Retrato%20do%20Brasil&pasta=ano%20193> >. Acesso em 24/01/2018.

VIDAL, Adhemar. Caricatura do Brasil. **O Jornal**, Rio de Janeiro, domingo, 21 de abr., 1929, p. 2. Disponível em: < [http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=110523\\_02&pesq=Retrato%20do%20Brasil&pasta=ano%20192](http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=110523_02&pesq=Retrato%20do%20Brasil&pasta=ano%20192) >. Acesso em 22/01/2018.

VIDAL, Adhemar. Caricatura e não Retrato. **A.B.C.: Política, Actualidades, Questões Sociais, Letras e Artes**, Rio de Janeiro, 11 de mai. 1929, p. 4. Disponível em: < <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=830267&pesq=Retrato%20do%20Brasil&pasta=ano%20192> >. Acesso em 23/01/2018.

VIDAL, Adhemar. Os primeiros povoadores. **Vamos lêr!**, Rio de Janeiro, 16 de jun., 1938, p. 61-62. Disponível em: < <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=183245&pesq=Retrato%20do%20Brasil&pasta=ano%20193> >. Acesso em 24/01/2018.

VIDAL, Adhemar. O Retrato do Brasil feito de uma forma quase caricatural. **A Província**, Recife, domingo, 7 de abr., 1929, p. 1. Disponível em: < [http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=128066\\_02&pesq=Retrato%20do%20Brasil&pasta=ano%20192](http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=128066_02&pesq=Retrato%20do%20Brasil&pasta=ano%20192) >. Acesso em 23/01/2018.

VIDAL, Ademar. O selvagem brasileiro influiu na revolução francesa. **Diário de Pernambuco**, Recife, domingo, 8 de mai., 1938, p. 7. Disponível em: < [http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=029033\\_11&pesq=Retrato%20do%20Brasil&pasta=ano%20193](http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=029033_11&pesq=Retrato%20do%20Brasil&pasta=ano%20193) >. Acesso em 24/01/2018.

VILALVA, Mario. Um quadro penumbriista. **A.B.C.: Política, Actualidades, Questões Sociais, Letras e Artes**, Rio de Janeiro, 19 de jan. 1929, p. 2. Disponível em: < <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=830267&pesq=Retrato%20do%20Brasil&pasta=ano%20192> >. Acesso em 23/01/2018.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, João. Capistrano de. "Necrológio de Francisco Adolpho de Varnhagen, Visconde de Porto Seguro". In: **Ensaios e estudos** (crítica e história). 1ª. série., Livraria Briguiet, 1931.

ADORNO, Theodor. **Notas de literatura I**. São Paulo: Editora 34, 2003.

AFOLABI, Niyi. Reversing Dislocations: African Contributions to Brazil in the Words of Manuel Querino, 1890-1920. **History Compass**, v. 11.4, April, p. 259-267, 2013.

AGUIAR, Isabel Cristina Domingues. **Prado e a semana de Arte Moderna: ensaios e correspondências**. 2014. Tese (Doutorado em Letras) - Faculdade de Ciências e Letras de Assis, Universidade Estadual Paulista, Assis, 2014.

ALTAMIRANO, Carlos. Ideias para um programa de História intelectual. **Tempo Social: revista de sociologia da USP**, v. 19, n. 1, p. 9-17, 2007.

ANDRADE, Yara Rodrigues de. **(Im)possível nação: o Brasil de Manoel Bomfim e de Paulo Prado no início do século XX**. 2008. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) –Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2008.

ARENAS CRUZ, María Elena. **Hacia una teoría general del ensayo: construcción del texto ensayístico**. Cuenca: Universidad de Castilla-La Mancha, 1997.

AVELAR, Alexandre; FARIA, Daniel; PEREIRA, Mateus. **Contribuições à história intelectual do Brasil Republicano**. Ouro Preto: EDUFOP/PPGHIS, 2012.

AZÚA, Carlos Real de. **Antología del ensayo Uruguayo contemporáneo**. Monetevideo: Universidad de la República - Departamento de Publicações, 1964.

BARRENTO, João. **O gênero intranquilo: anatomia do ensaio e do fragmento**. Lisboa: Assírio & Alvim, 2010.

BARRETO, Lima. **Triste fim de Policarpo Quaresma**. Rio de Janeiro: Typ. Revista dos Tribunaes, 1915.

BERRIEL, Carlos Eduardo Ornelas. **Tietê, Tejo, Sena: a obra de Paulo Prado**. Tese de doutorado defendida pela UNICAMP em 1994.

Burns, Edward Bradford. 'Bibliographic Essay: Manuel Querino's Interpretation of the African Contribution of Brazil'. **The Journal of Negro History**, v. 59, nº1, p.78-86, jan., 1974.

CALMON, Jorge. **O Vereador Manuel Querino**. Salvador: Câmara Municipal de Salvador, 1995.

CANDIDO, Antonio. "Literatura e subdesenvolvimento". In: **A educação pela noite & outros ensaios**. São Paulo: Ática, 1989. p. 140-162.

CUNHA, Marcelo Bernardo da; FREITAS, Miranda Joseania. Memórias afro-diaspóricas em diferentes territórios caribenhos ylatinoamericanos en las perspectivas de Manuel Raimundo Querino y Manuel Zapata Olivella. **Revista Brasileira do Caribe**, São Luís, v. 16, n. 31, p. 243-262, jul./dez., 2015.

DA SILVA, Andrea Targino; SILVA, Lindinei Rocha. *A inscrição do ensaio nos gêneros literários*. In: **Cadernos da Faculdade de Educação e Letras (FaEL)** – Universidade Iguazu (UNIG), nº 8, mai./ago., 2010.

DINIZ, Cláudio Lúcio de Carvalho. Tristeza Tupiniquim: a melancolia brasileira no retrato do Brasil de Paulo Prado. In: **Anais do I Encontro Memorial do ICHS** (UFOP), 2004, Mariana. Mariana (MG): UFOP; 2004. p. 1-15.

DUARTE, Pedro. "Ensaio de linguagem ou linguagem de ensaio". In: **Viso: Cadernos de estética aplicada**, v. I, n. 1, pp. 52-67, jan-jun, 2007.

DUTRA, Eliana de Freitas. **O não ser e o ser outro**: Paulo Prado e seu Retrato do Brasil. *Revista Estudos Históricos*, v. 14, n. 26, p. 233-252, 2000.

FONSECA, Marcus Vinícius. **População Negra no Brasil**: O perfil racial das escolas mineiras no século XIX. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2009.

FREIRE, Luiz Alberto Ribeiro. A História da Arte de Manuel Querino. In: **Anais do XIX Encontro da Associação Nacional de Pesquisadores em Artes Plásticas: Entre territórios**, 2010, Cachoeira. Cachoeira (BA): Ampap; 2010; p. 525-539.

GAIO, Henrique Pinheiro Costa. **Pessimismo e Ruína**: um retrato essencial do Brasil. 2008. Dissertação (Mestrado em História) – Centro de Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.

GATES JUNIOR, Henry Louis. **Os Negros na América Latina**. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

GLEDHILL, Sabrina. De guerreiros a doutores negros: a contribuição de Manuel Querino. In: Ana Flavia Magalhães Pinto; Sidney Chalhoub. (Org.). **Pensadores negros - pensadoras negras**: Brasil, séculos XIX e XX. Rio de Janeiro/Belo Horizonte: MC&G Editorial/Editora Fino Traço, 2015.

GLEDHILL, Sabrina. Manuel Querino: operários e negros diante da desilusão republicana. In: BACELAR, Jeferson; PEREIRA, Cláudio (org). **Política, instituições e personagens da Bahia (1850-1930)**. Salvador: EDUFBA; CEAO, 2013, p. 125-144.

GLEDHILL, Sabrina. Reflexões sobre retratos de Manuel Querino. **Saeculum-Revista de História** (UFPB), João Pessoa, v.16, p. 131-140, jul.- dez., 2011.

GLEDHILL, Sabrina. Velhos respeitáveis: notas sobre a pesquisa de Manuel Querino e as origens dos africanos na Bahia. **História Unisinos**, v. 14, p. 340-344, 2010.

GOMES, Ângela de Castro. **A República, a História e o IHGB**. Belo Horizonte: Fino Traço, 2009.

GOMES, Ângela de Castro. **História e Historiadores**. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1996.

GÓMEZ-MARTÍNEZ, José Luis. Teoría del ensayo. Salamanca: Universidad de Salamanca, 1981.

GIL, Gilson. Gilberto Freyre versus Paulo Prado: a questão da identidade nacional brasileira. **Ci. & Tróp.** v. 22, n. 2, p. 211-220, jul./dez. 1994.

GUMBRECHT, Hans Ulrich. A presença realizada na linguagem: com atenção especial para a presença do passado. **História da historiografia**, Ouro Preto, n.º 3, setembro, 2009.

GUMBRECHT, Hans Ulrich. **Atmosfera, ambiência, Stimmung**: sobre um potencial oculto da literatura. Rio de Janeiro: Editora PUC Rio, 2014.

GUMBRECHT, Hans Ulrich. **Modernização dos Sentidos**. São Paulo: Ed. 34, 1998.

GUMBRECHT, Hans Ulrich. **Em 1926**: vivendo no limite do tempo. Rio de Janeiro: Editora Record, 1999.

GUMBRECHT, Hans Ulrich. **Produção de presença**: o que o sentido não consegue transmitir. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-RIO, 2010.

GUIMARÃES, Antônio Sérgio Alfredo. Manuel Querino e a formação do "pensamento negro" no Brasil, entre 1890 e 1920. In: **Anais do 28º. Encontro Nacional da ANPOCS**, 2004, Caxambu. Caxambu (MG): ANPOCS; 2014. p. 1-23.

HABERMAS, Jürgen. **Mudança estrutural da esfera pública**: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

HOLLANDA, Heloisa Buarque de; ARAÚJO, Lucia Nascimento. **Ensaístas brasileiras**: mulheres que escreveram sobre literatura e artes de 1860 a 1991. São Paulo: Rocco, 1993.

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro passado**: contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006.

KOSSELLECK, Reinhart. **Historias de conceptos**: estudios sobre la semântica y pragmática del lenguaje político y social. Madrid: Editorial Trotta, 2012.

LARA, Cecília de. Terra Roxa...e outras terras – um periódico Pau Brasil. **Terra Roxa**, São Paulo, quarta-feira, 20 de jan., 1977.

LACAPRA, Dominick. **Rethinking Intellectual History**: texts, contexts, language. Londres: Cornell University Press, 1990.

LACERDA, Nayara Ferreira. Pensamento racista no Brasil pós-abolição: breve reflexão sobre racismo estrutural, **Revista Mosaico**, v. 13, n. 21, p. 180-203, 2021.

LEAL, Maria das Graças de Andrade. **Manuel Querino**: entre letras e lutas; *Bahia: 1851-1923*. São Paulo: Annablume, 2009.

LEAL, Maria das Graças de Andrade. Manuel Querino: narrativa e identidade de um Intelectual afro-baiano no pós-abolição. **Projeto História**, v. 57, p. 139-170, set-dez, 2016.

LUKACS, Györg. “Sobre a essência e a forma do ensaio: carta a Leo Popper”. In. **Revista Serrote**. IMS. nº 18, novembro de 2014.

MARTINS, Estevão de Rezende. “Historicismo: útil e o agradável”. In: VARELLA, Flavia Florentino; MOLLO, Helena Miranda; MATA, Sergio Ricardo da; ARAUJO, Valdeci Lopes de. **A dinâmica do historicismo**: revisitando a historiografia moderna. Belo Horizonte: Argumentum, p. 15-48, 2008.

MENEZES, Jaci de; SANTOS FILHO, Juvino Alves dos Santos. O pós-abolição na Bahia: memória à construção da vida livre. In: NASCIMENTO, AD., ETKOWSKI, TM., (Orgs.). **Memória e formação de professores**. Salvador: EDUFBA, 2007, p. 17-42.

MORIN, Edgar. **Cultura e Barbárie Europeias**. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 2009.

MUZART, Zahidé Lupinacci (org.). **Escritoras Brasileiras do século XIX**. Florianópolis: Editora Mulheres, 2009.

NAPPI, Thiago Rodrigo. Como interpretar os textos do passado: aspectos da visada teórica de Quentin Skinner. **Revista Historiæ**, Rio Grande, 2 (2), p. 153-162, 2011.

NICOLAZZI, Fernando. **Um estilo de história**: A viagem, a memória, o ensaio. 2008. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.

NUNES, Eliane. Manuel Raymundo Querino: o primeiro historiador da arte baiana. **Revista Ohun**, Salvador, n. 3, p. 237-261, set. 2007.

ORLANDINI, Giovani; ARAUJO, Homero. O eco de Manuel Querino e Nina Rodrigues. In: **Anais da II Jornada UFRGS de Estudos Literários: Graduação e Pós-graduação**, 2012, Porto Alegre. Porto Alegre (RS): Editora do Instituto de Letras; 2012; p. 1-14.

PALTI, Elías. **El tiempo de la política: El siglo XIX reconsiderado**. Buenos Aires: Siglo XXI, 2007.

PALTI, Elias José. **Las Ideas fuera de lugar?** Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Prometeo Libros, 2014.

PEREIRA, Paulo Marcos. Manuel Querino e a escrita da história no Brasil Republicano. In: **Anais do IV Congresso Internacional de História: cultura, sociedade e poder da Universidade Federal do Goiás**. 23-24 set., 2014; Jataí. Jataí (GO): UFG; 2014. p. 1-10.

PINHEIRO, Bruno. Memórias de uma desilusão: Manuel Querino e as reformas urbanas de Salvador (1912-1916). **Revista de Pesquisa Histórica – CLIO**, Recife, n. 35, p. 75-88, Jul-Dez, 2017.

PIRES, Rogério Brittes. Pequena história da ideia de fetiche religioso: de sua emergência a meados do século XX. **Religião & Sociedade**, Rio de Janeiro, v. 31, n. 1, p. 61-95, Jun. 2011.

POCOCK. John. **Linguagens do ideário político**. São Paulo: Edusp, 2003.

PRADO, Paulo. **Retrato do Brasil**: ensaio sobre a tristeza brasileira. São Paulo: Oficinas Gráficas Duprat-Mayença (reunidas), 1928.

QUERINO, Manuel. **A Bahia de Outrora**. Salvador: Livraria Progresso Editora, 1955.

QUERINO, Manuel. **A raça africana e os seus costumes na Bahia**. Salvador: Editora P55, 2014.

RAMOS, Julio. **Desencuentros de la modernidad en América Latina**. Caracas: Fundación Editorial El perro y la rana, 2009.

RANGEL, Marcelo de Mello. O clima histórico no período regencial sob o olhar do romantismo: pessimismo e esperança na poesia de Gonçalves de Magalhães. **Revista ArtCultura**, v. 15, n. 26, p. 169-186, jan. – jun., 2013.

RANGEL, Marcelo de Mello. **Reflexão e diálogo**: liberdade e responsabilidade em Gonçalves de Magalhães e a construção da Nação brasileira. 2005. Dissertação (Mestrado em História) - Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2005.

RANGEL, Marcelo de Mello. Romantismo, *Sattelzeit*, melancolia e “clima histórico” (Stimmung). **Revista expedições: Teoria da História & Historiografia**, v. 25, n. 2, p. 53-62, Jul. Dez., 2014.

REIS, Carlos Antonio. Aspectos de memória e escrita da História em Manuel Querino. In: **Anais do XIX Encontro Regional de História: Poder, Violência e Exclusão**, ANPUH/SP-USP; 08-12 set. 2008; São Paulo. São Paulo (SP); ANPUH/SP-USP; 2008. p. 1-10.

REIS, Carlos Antonio. “**Do convívio e colaboração das raças**”: elogio da mestiçagem e reabilitação da obra de Manuel Querino. 2009. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual de São Paulo, Franca, 2009.

RIBEIRO, Djamilia. **O que é lugar de fala?** Belo Horizonte: Letramento, 2017.

RODRIGUES, Leandro Garcia. Escrevendo Cartas, Escrevendo a Vida – A Correspondência de Mário de Andrade e Tarsila do Amaral. **Darandina**: Revista Eletrônica, v. 1, nº 2, p. 1-15, Juiz de Fora, 2010.

ROSA, Isabel Cristina Clavelin da. Imprensa Negra: descobertas para o Jornalismo brasileiro. **Estudos em Jornalismo e Mídia**, v. 11, nº 1, p. 555-568, jul. dez., 2014.

ROSANVALLON, Pierre. **Por uma história do político**. São Paulo: Alameda, 2010.

ROSSI, Luiz. **O intelectual “feiticeiro”**: Édison Carneiro e o campo de estudos das relações raciais no Brasil. 2011. Tese (Doutorado em Antropologia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2011.

RUSSELL-WOOD, Anthony John. R. **Escravos e Libertos No-Brasil Colonial**. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2005.

SANTIAGO, Silvano. **Uma literatura nos trópicos**: ensaios sobre dependência cultural. Rio de Janeiro: Rocco, 2000.

SCHWARCZ, Lília Moritz. **O Espetáculo das Raças**: cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1930. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SOARES, Gabriela Pellegrino. História das Ideias e mediações culturais: breves apontamentos. In: JUNQUEIRA, Mary Anne; FRANCO, Stella Maris Scatena (Orgs.). **Cadernos de Seminários de Pesquisa**. São Paulo: Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo / Humanitas, 2011

SOUZA, Laura de Mello e. “Aspectos da historiografia da cultura sobre o Brasil Colonial”. In: FREITAS, Marcos Cezar de. **Historiografia brasileira em perspectiva**. São Paulo: Contexto, 2007.

SKINNER, Quentin. **Fundações do pensamento político moderno**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

SKINNER, Quentin. **Razão e retórica na filosofia de Hobbes**. São Paulo: Editora da Unesp, 1999.

WALDMAN, Thaís Chang. **Moderno Bandeirante**: Paulo Prado entre espaços e tradições. Dissertação de mestrado defendida pela USP em 2009.

WEINBERG, Liliana. **Umbrales del Ensayo**. México: Universidade Nacional Autónoma de México, 2004.

WHITE, Hayden. **The Practical Past**. Illinois: Northwestern University Press, 2014.

## **SOBRE O AUTOR**

**Clayton José Ferreira**

Pós-doutor, doutor, mestre, bacharel e licenciado em História pela Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP) na área de concentração Poder e Linguagens. Formação complementar no curso “Atlantic Folds: Indigeneity and Modernity” na Universidade de Stanford, ministrado pelo professor PhD Vincent Barletta. Membro e secretário do Grupo de Pesquisa em História, Ética e Política (GHEP), que integra o Núcleo de Estudos em História da Historiografia e Modernidade (NEHM). Pesquisador vinculado à Linha de pesquisa “Poder, Espaço e Sociedade” do PPGHIS-UFOP. Membro da Sociedade Brasileira de Teoria e História da Historiografia (SBTHH).

[www.PIMENTACULTURAL.com](http://www.PIMENTACULTURAL.com)

# RACIONALIDADES E AFETIVIDADES

escritas  
da história  
em uma República  
racialista